

Ministério do Turismo

Relatório de Gestão

Ano base: 2022

Brasília
2023

Sumário	
Mensagens.....	4
Ministra de Estado do Turismo.....	4
Ministra de Estado da Cultura.....	5
Introdução	7
Capítulo 1.....	8
1.1 Visão Organizacional e Ambiente Externo.....	8
1.1.1 Missão e Visão.....	8
1.1.2 Estrutura Organizacional.....	9
1.1.3 Perfil dos gestores	13
1.1.4 Estrutura de governança.....	15
1.1.5 Modelo de negócio.....	19
1.1.6 Ambiente externo.....	20
1.1.7 Materialidade	21
1.1.8 Estratégia e Governança.....	22
1.1.9 Dados e Informações.....	37
1.2 Riscos, oportunidades e perspectivas.....	45
Capítulo 2.....	50
2.1 Resultados Institucionais do Mtur.....	50
2.1.1 Introdução	50
2.1.2 OE 03 – Fortalecimento do turismo doméstico e internacional	50
2.1.3 OE 04–Consolidação do turismo e da cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico.....	53
2.1.4 OE 05 - Fortalecimento da Identidade Cultural e da Economia Criativa.....	58
2.2 Resultados finalísticos	61
2.2.1 OE 6 - Fomentar Turismo em Natureza.....	61
2.2.2 OE 7 - Aprimorar o Ordenamento Turístico e Cultural	64
2.2.3 OE 8 - Estruturar o Turismo e a Cultura.....	70
2.2.4 OE 9 - Estimular a Inclusão e a Acessibilidade	88
2.2.5 OE 10 - Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura.....	89
2.2.6 OE 11 - Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura.....	94
2.2.7 OE 12 – Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura	101
2.2.8 OE 13 – Consolidar o Planejamento e a Gestão de Riscos	101
2.2.9 OE 14 – Fomentar Investimentos e Novos Negócios	102
2.2.10 OE 15 – Desenvolver a Gestão por Competências, motivar e Cuidar da Qualidade de Vida dos Servidores	107

2.2.11 OE 16 – Prover Soluções Inovadoras de Tic por Meio da Transformação Digital.....	107
2.2.12 OE 17 – Ampliar e Otimizar os Recursos Orçamentários	108
CAPÍTULO 3 – CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO.....	108
3.1 Gestão Orçamentária e Financeira	108
3.1.1 Perfil do Gasto – Finalidade dos Recursos	111
3.1.2 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira dos últimos anos	112
3.1.3 Despesas do Ministério do Turismo.....	113
3.1.4 Execução Orçamentária dos principais Programas e Ações Orçamentários.....	115
3.1.5 Análise conjuntural do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado	120
3.1.6 Principais desafios e ações futuras.....	122
3.2 Gestão de Custos.....	122
3.2.1 Conformidade Legal	122
3.2.2 Implantação do Sistema de Custos.....	122
3.2.3 Principais desafios e ações futuras.....	123
3.3 Gestão de Licitações e Contratos	123
3.3.1 Conformidade legal.....	123
3.3.2 Resumo das licitações realizadas por modalidade	125
3.3.3 Resumo das contratações e sanções realizadas	125
3.3.4 Principais metas não alcançadas, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios	126
3.4 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura.....	127
3.4.1 Conformidade Legal	127
3.4.2 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.	127
3.4.3 Desfazimento de ativos	129
3.4.4 Locações de imóveis e equipamentos	129
3.4.5 Mudanças e desmobilizações relevantes.....	129
3.4.6 Principais desafios e ações futuras.....	129
3.5 Sustentabilidade Ambiental	130
3.5.1 Critérios de Sustentabilidade nas contratações e aquisições.....	130
3.6 Gestão de Pessoas	132
3.6.1 Conformidade Legal	132
3.6.2 Avaliação da força de trabalho.....	133
3.6.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria	134
3.6.4 Detalhamento da despesa de pessoal	134

3.6.5 Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento	135
3.6.6 Principais desafios e perspectivas para o próximo exercício	136
3.7 Gestão de Tecnologia da Informação.....	136
3.7.1 Conformidade Legal e alinhamento estratégico.....	136
3.7.2 Modelo de Governança de TIC.....	139
3.7.3 Montante de recursos aplicados em TIC.....	141
3.7.4 Contratações mais relevantes de recursos de TIC.....	142
3.7.5 Principais iniciativas e resultados na área de TIC por cadeia de valor	143
3.7.6 Segurança da Informação.....	150
3.7.7 Principais metas não alcançadas, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios	151
3.8 Prestação de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres	152
CAPÍTULO 4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	176
4.1 Ministério do Turismo	176
Conformidade	178
4.1.1 Declaração do Contador.....	179
4.1.2 Demonstrações Contábeis.....	183
Demonstração das Variações Patrimoniais	185
Balanço orçamentário	185
Balanço Financeiro	187
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	189
4.1.3 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis	190
Resumo das Principais Políticas Contábeis	190
Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....	193
4.1.4 Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis.....	195
4.2 Fundo Geral do Turismo (Fungetur).....	201
4.2.1 Declaração do Contador.....	201
4.2.2 Demonstrações Contábeis.....	202
4.2.3 Notas Explicativas às demonstrações contábeis do Fungetur, em 31 de dezembro de 2022.	207

Mensagens

Ministra de Estado do Turismo

Criado em 2003, no primeiro mandato do governo do presidente Lula, o Ministério do Turismo (MTur) tem exercido um papel fundamental como indutor da atividade turística no Brasil. Desde então, o setor tem conseguido, ano após ano, se consolidar como um dos mais importantes para a economia brasileira.

Isso se dá em razão do tamanho desta cadeia produtiva que impacta em mais de 50 segmentos econômicos, movimenta 8,1% do produto interno bruto (PIB) e gera cerca de 7 milhões de empregos diretos e indiretos – números pré-pandemia. Números significativos, mas que ainda estão aquém de todo o nosso potencial.

Apesar de termos caído importantes posições frente o ranking da Fórum Econômico Mundial nos últimos anos – de 1º para 3º país em atrativos naturais e de 8º para 10º em atrativos culturais, somos uma potência inegável no campo do turismo de natureza, com possibilidades diversas culturais, históricas e gastronômicas. E com o Brasil de volta, o mundo todo anseia voltar a nos visitar e conhecer.

Além dos impactos causados pela pandemia de Covid-19, período mais desafiador da história para o segmento de viagens, e que causou perdas econômicas de R\$ 474 bi entre 2020 e 2021, outros fatores contribuíram para reduzir a potência da nossa atividade em 2022. Entre eles estão o distanciamento do Ministério do Turismo do setor turístico, incluindo conselhos e associações, que enfraqueceram a execução de ações em conjunto.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada dos grandes eventos, importantes geradores de fluxo turístico, e início da recuperação do setor de viagens. Para assegurar destinos preparados, a Pasta concluiu 656 obras de infraestrutura turística que contaram com aporte de R\$ 432,8 milhões.

Outra preocupação da Pasta foi aumentar a regularização dos empreendimentos e empreendedores que atuam no turismo registrando, em dezembro, o recorde histórico de mais de 143 mil prestadores de serviços turísticos cadastrados junto ao Cadastur, um crescimento de 87% em relação a dezembro de 2018.

Diante da significativa mudança de gestão ocorrida no âmbito do governo federal, o objetivo neste primeiro momento é recuperar as relações institucionais do setor para conseguir desenvolver e fortalecer o turismo.

Sendo o único país do mundo a ostentar seis biomas, entre eles a Amazônia, o Brasil precisa ser protagonista do turismo sustentável, possibilitando que a atividade se desenvolva com ações de proteção ao meio ambiente e promova, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico das comunidades impactadas pelo turismo. E esta é uma meta da gestão que assume em 2023.

Também serão priorizados os programas e ações que promovam a inclusão social, ampliem a acessibilidade e fortaleçam a participação das mulheres no turismo. Além disso, é necessário promover um turismo associado à defesa dos direitos da criança e do adolescente, com o objetivo de

combater a exploração sexual e o trabalho infantil.

Com uma gestão que coloca a atividade turística como prioridade, não tenho dúvida de que o setor de turismo será um potente indutor de verdadeiras transformações sociais no Brasil.

Este Relatório de Gestão 2022 apresenta, nas próximas páginas, as ações desenvolvidas no ano passado para fomentar a atividade turística no território nacional. Estou convicta de que temos um importante caminho a seguir e que nossa gestão, iniciada em 01 de janeiro de 2023, trabalhará para que o turismo tenha o protagonismo que merece. Tanto na questão de emprego e renda, quanto na inclusão social.

Ministra de Estado da Cultura

Recriado em 2023, o Ministério da Cultura teve suas reponsabilidades desempenhadas em 2022 pela Secretaria Especial de Cultura, que integrava o Ministério do Turismo. No decorrer deste Relatório de Gestão 2022, seguem descritas as ações desenvolvidas no referido ano para fomentar a atividade cultural no país.

Embora a repercussão da pandemia da Covid-19 tenha sido sentida em maior parte até 2021, os seus impactos ainda não foram inteiramente mitigados e diversas medidas estão sendo implementadas visando ao reequilíbrio do sistema econômico e à redução da desigualdade social, acentuada após a pandemia. O segmento cultural foi um dos mais afetados, sendo o primeiro a interromper as atividades e o último a retomá-las, ainda em ritmo lento e gradual.

O setor cultural equivale a 2,67% do PIB brasileiro e representa cerca de 5,8% do total de ocupados no país, isto é, quase seis milhões de pessoas. A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2021), criada em 2020 como auxílio emergencial para o segmento, destinou R\$ 3 bilhões aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, auxiliando trabalhadores, artistas e organizações do setor cultural e estimulando a atividade econômica dessa categoria, bem como a manutenção dos espaços culturais brasileiros e o fomento às iniciativas culturais.

A Lei de Incentivo à Cultura teve uma atuação relevante no apoio a projetos culturais. Em 2022, no período de janeiro a dezembro, foram captados aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, sendo que no setor audiovisual, nos últimos quatro anos, do total de 1.607 propostas culturais com captação de recursos autorizadas por meio de patrocínio, 850 projetos foram homologados para execução. Em 2022, também foram lançadas linhas de crédito do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, no montante de R\$240 milhões, objetivando estimular o empreendedorismo e acelerar o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira.

Para melhoria da gestão do Vale-Cultura, em 2022 foi desenvolvido o painel de indicadores que propiciou um ganho significativo na gestão do programa e aumentou sua transparência. Os indicadores apontaram que em 2022 houve aumento na ordem de 6 mil trabalhadores beneficiários do Vale-Cultura e de R\$ 9,8 milhões em consumo. O crescimento da rede recebedora somou 23 mil estabelecimentos comerciais.

Diante da transição política e de gestão ocorrida no âmbito do governo federal, o objetivo neste primeiro momento é recuperar as atividades culturais que foram impactadas sobremaneira, para conseguir desenvolver o setor cultural em sua totalidade.

O Ministério da Cultura (MinC) tem um importante papel a desempenhar e inúmeros desafios pela frente, e irá empreender todos os esforços necessários para desenvolver a cultura brasileira da forma mais efetiva e acertada possível, com foco na geração de emprego e renda; e na inclusão social.

Para 2023, a expectativa é recuperar, fortalecer e criar novas políticas públicas voltadas ao setor cultural, dispondo de todos os mecanismos disponíveis, de incentivo e fomento a atividades culturais aos atos regulatórios, como preconizado em nossa Constituição, de forma a utilizar a ação do Estado na garantia dos direitos culturais dos brasileiros.

Introdução

O Ministério do Turismo (MTur) é o órgão da Administração Direta voltado para a execução de políticas no setor de turismo, desenvolvendo-o como atividade econômica sustentável, relevante para a geração de emprego e de divisas. O órgão conduz suas ações estabelecendo iniciativas para ampliar a produtividade e a competitividade do setor turístico do país.

Embora a finalidade precípua do Ministério do Turismo, como reproduzido em seu nome, seja executar ações do eixo de políticas públicas de turismo, de 2020 a 2022 o órgão agregou às suas políticas finalísticas o eixo de políticas e pautas advindas da cultura, ocasionada com a inclusão em sua estrutura, da Secretaria Especial de Cultura (Secult) - órgão criado em 1985 como Ministério da Cultura (MinC) e transformado em Secretaria Especial, permanecendo nessa configuração de 2019 a 2022, e sendo remodelado novamente como Ministério no exercício de 2023.

As ações do órgão, dessa forma, incorporaram o viés social que o eixo cultura comporta, trazendo em sua atuação, entre outras, a promoção de manifestações culturais e de inclusão social.

Este documento, portanto, ao trazer informações sobre a atuação do governo, a qual foi engendrada por meio do desempenho do MTur com vinculação aos eixos do turismo e cultura no decorrer do exercício de 2022, demonstrará a execução das ações dos dois eixos de forma conjunta, conforme a estrutura organizacional vigente no exercício em questão.

Capítulo 1

1.1 Visão Organizacional e Ambiente Externo

1.1.1 Missão e Visão

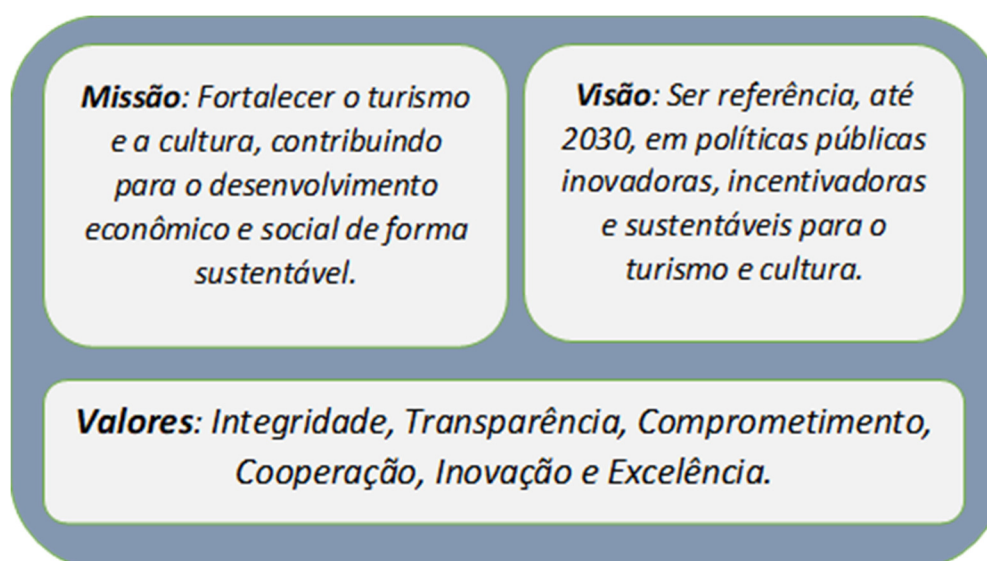
As políticas do órgão em 2022 foram conduzidas em consonância com os instrumentos de [Planejamento Estratégico Institucional \(PEI\)](#), os [Planos Nacionais de Turismo \(PNT\)](#) e [de Cultura \(PNC\)](#) e o [Plano Plurianual \(PPA\)](#) vigentes. O PEI 2020-2023, concluído em 2020, constou amparado no PPA 2020-2023, refletindo a política de governo pensada para esse período no Brasil.

A elaboração do PEI para os anos de 2020 a 2023 foi iniciada em 2019, quando a estrutura do MTur contava apenas com as áreas finalísticas do eixo turismo em sua estrutura. Porém, em 2020, com a publicação do [Decreto nº 10.359, de 20 de maio](#), que aprovou a estrutura regimental do órgão incorporando a Secult à estrutura da Pasta, houve a necessidade de revisão do instrumento estratégico para oportunizar inclusão das pautas culturais designadas sob a alçada do Ministério, e assim iniciou-se um novo trabalho de aprimoramento do PEI juntamente com todas as unidades setoriais do órgão. Dessa forma, foram conceituados e elaborados os novos referenciais estratégicos do órgão, bem como possibilitados todos os demais elementos orientadores para definição da estratégia da Pasta, com o fito de orientar a concepção das etapas seguintes e produtos resultantes do escopo intencionado do PEI, a saber: Mapa Estratégico, Painel de indicadores contendo suas respectivas metas inerentes, e Portfólio de Projetos Estratégicos. Ademais, todos os elementos estratégicos concebidos para acarretar a implementação do PEI no órgão, foram constituídos em cumprimento à [Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020](#), a qual dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do PEI dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), estruturado nos termos do art. 21, do [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#).

Nesse contexto, finalizou-se assim, a atualização do PEI referente ao MTur no exercício de 2021, resultando na integração das áreas do turismo e da cultura face à estratégia do órgão formulada para o período de 2020 a 2023.

Outrossim, o Plano Estratégico do Mtur foi elaborado no exercício de 2022, contendo toda a contextualização e informações detalhadas sobre o PEI e suas alusivas etapas, para publicação no Portal institucional da Pasta.

Figura 1: Referenciais Estratégicos



Fonte: [Portal do MTur](#), consultado em 7 de março de 2023.

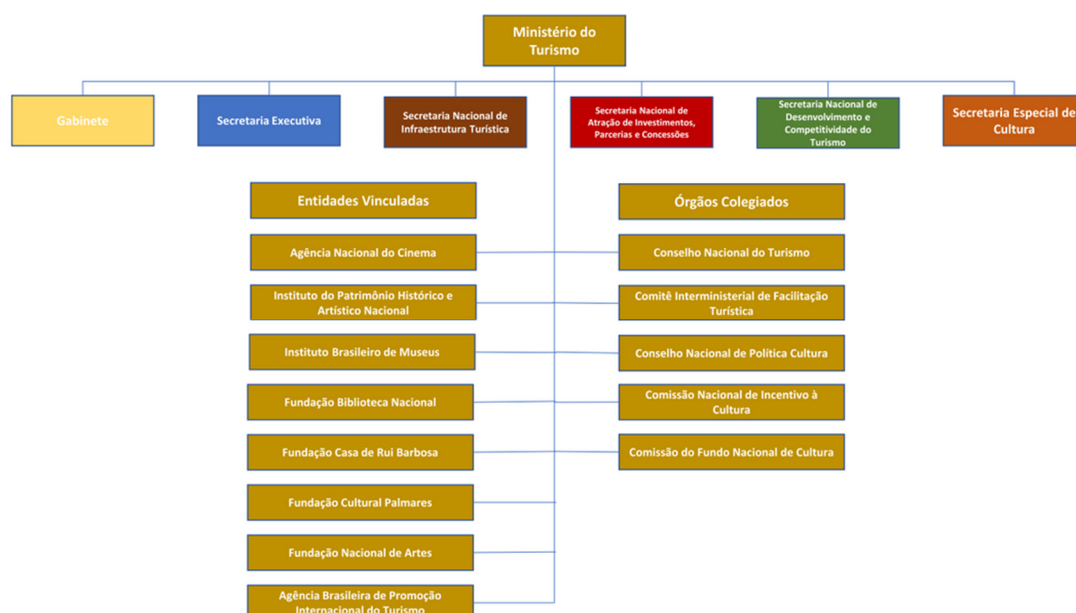
1.1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura do MTur vigente em 2022 foi estabelecida pelos seguintes normativos:

- [Decreto nº 10.107, de 6 novembro de 2019](#): transferiu a Secult, suas Secretarias Nacionais e Colegiados, advindos do Ministério da Cidadania (MC), para o MTur;
- [Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019](#): preservou a subordinação do então Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) ao MTur e vinculou a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte), entidades da administração indireta que exercem funções relacionadas às atribuições culturais do MTur de forma descentralizada;
- [Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020](#): aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança e transformou cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). Por esse Decreto, a estrutura do eixo cultura foi incorporada ao MTur e a Embratur foi retirada da estrutura, tendo seu status alterado para Serviço Social Autônomo (SSA).

O organograma a seguir reflete a estrutura do MTur existente em 2022, portanto as nomenclaturas reproduzidas são as adotadas à época.

Figura 2: Organograma



Fonte: [Portal do MTur](https://portal.mtur.gov.br), consultado em 31 de dezembro de 2022.

Às unidades setoriais finalísticas do MTur cabe executar as políticas de cada temática específica, designadas para atuação determinada sob a alçada do órgão.

Na estrutura vigente em 2022, além das Secretarias Nacionais, constavam unidades da Administração Indireta, vinculadas ao MTur e à Secult. As atribuições de cada unidade finalística estão dispostas a seguir.

Ministério do Turismo (MTur)

- **Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC):** tem o objetivo de atrair investimentos privados para o setor de turismo, por meio da melhoria do ambiente de negócios, envolvendo concessões e autorizações, acesso ao crédito, melhoria da mobilidade e da conectividade turística do país, além de integrar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial do setor às estratégias de atração de investimentos;
- **Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTur):** tem como atribuições a estruturação de estudos para estimular o mercado do turismo, garantindo o crescimento do setor de forma responsável, além de formalizar e fiscalizar prestadores de serviços turísticos, bem como coordenar os eventos geradores de fluxos turísticos e os eventos institucionais e de patrocínio cedidos pelo MTur;
- **Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística (SNINFRA):** define diretrizes, políticas, objetivos e metas para planos, programas, projetos e ações do MTur voltados à implementação de infraestrutura turística em todo o país, além de definir, supervisionar e avaliar a aplicação de recursos de responsabilidade da Pasta em ações de infraestrutura

turística;

- **Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur):** opera na promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. Sua atuação ocorre sob a estrutura de Contrato de Gestão celebrado com o MTur em 30 de dezembro de 2020 e, dessa forma, suas ações se submetem à supervisão do Ministério, por meio da Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento (COA), instância de assessoramento técnico aos processos de orientação, acompanhamento e avaliação do contrato.

Quanto à Embratur, antiga entidade vinculada ao Ministério do Turismo, transformada em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo por meio da [Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019](#), convertida na [Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020](#), sua atuação passou a ocorrer sob [contrato de gestão](#) celebrado com este Ministério em 30 de dezembro de 2020, e que teve seu [termo aditivado](#) no dia 29 de dezembro de 2022. Dessa forma, suas ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior submetem-se à supervisão do Ministério.

Para a referida supervisão, o MTur instituiu, por meio da [Portaria de Pessoal SE/MTur nº 197, de 29 de março de 2021](#), a Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento (COA), na qualidade de instância de assessoramento técnico aos processos de orientação, acompanhamento e avaliação do contrato, a partir do disposto na cláusula 14ª do contrato. No exercício de 2022, houve alteração na composição da equipe da COA, conforme [Portaria de Pessoal SE/MTur nº 188](#), publicada no DOU do dia 31 de outubro de 2022

Assim, durante o ano de 2022, a Agência submeteu para apreciação ministerial o relatório de desempenho do primeiro trimestre do exercício, assim como o relatório anual com o desempenho referente ao segundo e terceiro trimestre de 2022, os quais a COA elaborou parecer de avaliação.

Secretaria Especial de Cultura (Secult)

- **Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC):** responsável, entre outras, por operacionalizar a Lei Federal de Incentivo à Cultura, por meio do mecanismo de incentivo fiscal e por meio de recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura, assim como o Programa Cultura do Trabalhador e Vale-Cultura;
- **Secretaria Nacional do Audiovisual (SNAV):** propõe, elabora e supervisiona a política para o setor audiovisual, atuando na difusão, inovação, produção e preservação de conteúdos audiovisuais brasileiros, além de formar mão-de-obra técnica para o setor;
- **Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SNDAPI):** a ela compete a formulação e gestão da política brasileira sobre bens intelectuais no que diz respeito a direitos autorais e conexos;
- **Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural (SEDEC):** promove o acesso da população à produção cultural local e regional, coordena ações de acesso à cultura em espaços públicos,

supervisiona e implementa diretrizes de governança, infraestrutura e de gestão de equipamentos culturais;

- **Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDEC):** planeja, promove, implementa e coordena ações para o desenvolvimento e fortalecimento da dimensão econômica da cultura brasileira, valorizando a diversidade, estimulando a cultura de base comunitária e promovendo acesso amplo e qualificado à leitura, ao livro e às bibliotecas;
- **Agência Nacional do Cinema (Ancine):** agência reguladora que fomenta, regula e fiscaliza o mercado do cinema e do audiovisual no Brasil;
- **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan):** instituto de preservação do patrimônio cultural brasileiro, protege e promove os bens culturais materiais e imateriais do país;
- **Instituto Brasileiro de Museus (Ibram):** instituto responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), pela melhoria dos serviços do setor e administração direta de museus federais;
- **Fundação Biblioteca Nacional (FBN):** considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como uma das principais bibliotecas nacionais do mundo, a fundação capta, guarda, preserva e difunde a produção intelectual do país;
- **Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB):** fundação que promove a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história do Brasil, além de preservar o acervo de Rui Barbosa;
- **Fundação Cultural Palmares (FCP):** promove e preserva os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira;
- **Fundação Nacional de Artes (Funarte):** promove e incentiva a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes, estimulando a atividade produtiva artística no país.

O Mtur possuía em 2022, além da já citada Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento (COA), mais seis órgãos colegiados, cujo desempenho se dá de forma conjunta por membros de variadas origens, os quais atuam na discussão e decisão de temas afetos aos objetos das políticas públicas que lhes deram origem:

- **Conselho Nacional de Turismo (CNT):** atua na formulação, aplicação, avaliação e fiscalização da Política Nacional do Turismo e seus planos, programas, projetos e atividades. A presidência é exercida pelo Ministro de Estado do Turismo e sua composição inclui órgãos públicos do Poder Executivo Federal e da Administração Indireta, conselheiros designados pelo presidente da República e entidades da sociedade civil, indicadas pelo conselho;
- **Conselho Interministerial de Facilitação Turística (CIFAT):** é presidido pelo Ministro de Estado de Turismo e composto por órgãos públicos do Governo Federal. Tem por objetivo compatibilizar a execução da Política Nacional de Turismo e a consecução das metas do PNT com as demais políticas públicas;
- **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC):** de caráter consultivo, compõe o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e atua em articulação com as diferentes esferas de governo e a sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura e de medidas que visem o reconhecimento da cultura no desenvolvimento humano, social e econômico, na consolidação e gestão do SNC e no acompanhamento e avaliação da execução do PNC;

- **Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC):** presidida pelo Ministro de Estado do Turismo, é formada pelos presidentes das unidades vinculadas à cultura, representantes das Secretarias de Cultura das unidades federadas, do empresariado nacional e de entidades associativas do setor cultural. De caráter deliberativo, tem como função a apreciação de projetos culturais que pleiteiam recursos por meio do mecanismo de incentivo fiscal da [Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#) (antiga Lei Rouanet, atual Lei de Incentivo à Cultura);
- **Comissão do Fundo Nacional de Cultura (CFNC):** estabelece normas de operacionalização, procedimentos e critérios de avaliação para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), define o seu plano de trabalho anual, acompanha e monitora a implementação de programas, projetos e ações relacionadas ao FNC e garante a sua relação com as políticas setoriais vinculadas ao PNC. Presidida pelo então Secretário Especial da Cultura, sendo composta por todos os dirigentes da pasta da Cultura;
- **Conselho Superior do Cinema (CSC):** entre suas competências estão a formulação da política nacional do cinema, a aprovação de diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria audiovisual e o estímulo à presença do conteúdo brasileiro nos diversos segmentos de mercado. É composto por representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional, da sociedade e do governo. A presidência do conselho cabe ao MTur, por meio da então Secult.

Uma observação a ser feita é que o [Decreto nº 10.449, de 7 de agosto de 2020](#) alterou os Decretos [nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019](#) - que dispôs sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta - e [nº 10.359, de 2020](#), atribuindo à Secult a supervisão das atividades das unidades vinculadas ao MTur, porém restando a cada uma das unidades a responsabilidade pela respectiva prestação de contas, visto serem Unidades Prestadoras de Contas (UPC).

1.1.3 Perfil dos gestores

Abaixo, encontram-se os gestores das unidades do MTur referentes ao exercício de 2022:

Carlos Aberto Gomes de Brito

Ministro de Estado do Turismo

Charles Roberto Martins da Silva

Secretário-Executivo

Hélio Ferraz de Oliveira

Secretário Especial de Cultura

Elton Gomes de Medeiros

Subsecretário de Gestão Estratégica

Fábio Adriano Vieira

Subsecretário de Gestão de Fundos e Transferências

Mosar Rodrigues Rabelo Junior

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Inovação

Marcelo Correa Giovenduto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Luis Vannucci Cantanhede Cardoso

Secretário Nacional de Infraestrutura Turística

Rafael Costa Morgado Soares Braga

Secretário Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões

Fábio Augusto Oliveira Pinheiro

Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Jéssica Pinto Lima

Secretária Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

Gustavo Chaves Lopes

Secretário Nacional do Audiovisual

Rafael Nogueira

Secretário Nacional de Cidadania e Diversidade Cultural

Lucas Jordão Cunha

Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

Endrigo Claujan Thomas de Vargas

Secretário Nacional de Infraestrutura Cultural

1.1.4 Estrutura de governança

O modelo atual de gestão pública requer que a atuação dos órgãos se submeta às premissas de governança, gestão de riscos e integridade, visando alcançar os seus objetivos institucionais por meio da eficiência e do cumprimento de requisitos éticos e legais, com vistas a entregar resultados que gerem valor público.

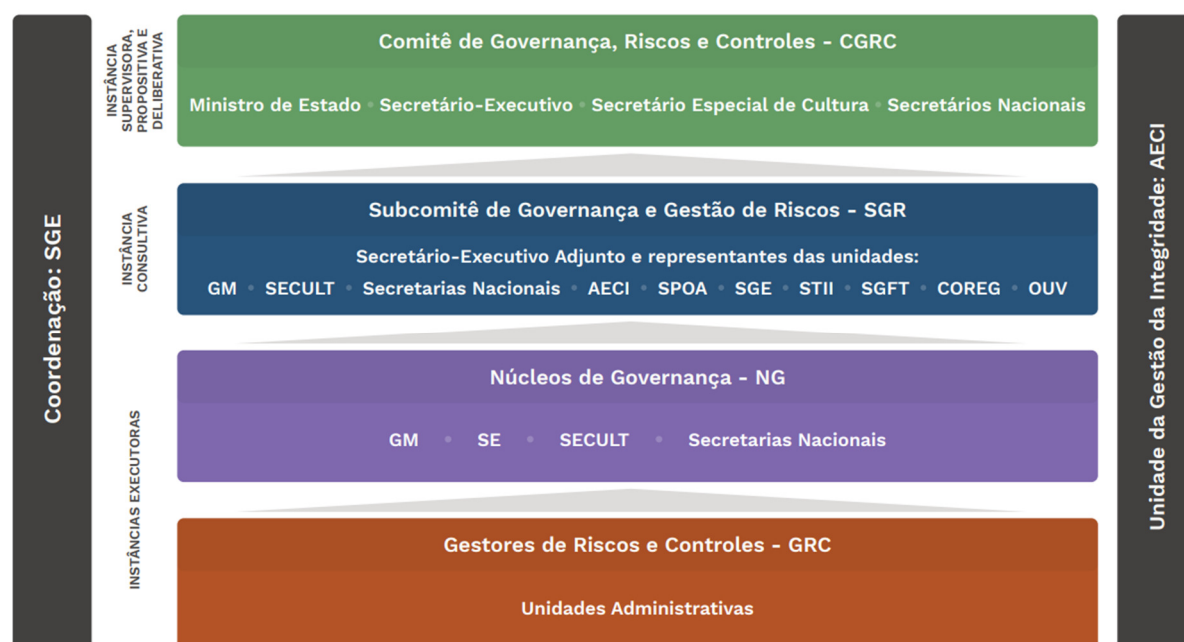
Nesse contexto, o Ministério do Turismo adota as boas práticas da governança, em sentido geral, desde 2016, quando o órgão instituiu, pela [Portaria GM/MTur nº 183](#), de 29 de julho daquele ano, Comitê com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança. Em 12 de janeiro de 2018, o Ministério estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos por meio da [Portaria GM/MTur nº 14, de 12 de janeiro de 2018](#), que esteve vigente até o primeiro trimestre de 2022, com a publicação da [Resolução CGRC/MTur nº 1, de 7 de março de 2022](#), que atualizou o texto do normativo.

A estrutura de governança do MTur constou regida pela [Portaria GM/MTur nº 753, de 10 de novembro de 2020](#), a qual atualizou a nova realidade organizacional, com a incorporação da SECULT, com foco na implementação mais efetiva da gestão de riscos e controles.

Face à Portaria nº 753 especificada, o CGRC é presidido pelo Ministro de Estado do Turismo e conta com a participação de toda a alta administração deste órgão. Nesse contexto, foram criadas outras instâncias de supervisão e apoio, que tratam de governança, gestão de riscos, controles internos e integridade. Cumpre destacar que, no âmbito do MTur, a coordenação da gestão de riscos fica a cargo da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE), da Secretaria Executiva (SE). Já a sua supervisão e monitoramento fica a cargo da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), do Gabinete do Ministro (GM). Não obstante, as demais unidades do MTur possuem outras competências salutaras relacionadas à gestão de riscos e governança do órgão.

Posteriormente, houve a edição da [Portaria GM/MTur nº 27, de 23 de agosto de 2021](#), a qual alterou a Portaria GM/MTur nº 753 em comento, especificamente modificando as competências da SGE e da AECI no que se refere à temática de gestão de riscos e no apoio administrativo para a organização das reuniões do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC).

Figura 3: O modelo de governança do MTur



Fonte: [Portal do MTur](#), consultado em 7 de março de 2023.

Cumpra ressaltar a vinculação da estrutura de governança do Ministério ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) elaborado pela Pasta, destacadamente no que se refere aos resultados gerados pelo órgão.

Ademais, a construção do PEI 2020-2023 (cadeia de valor, referenciais estratégicos, mapa estratégico, painel de indicadores e portfólio de projetos estratégicos) foi deliberada e aprovada no âmbito das Reuniões do Comitê de Governança, riscos e controles (CGRC) da Pasta, realizadas ao longo do exercício de 2022.

Nesse contexto, todos os resultados alcançados (objetivos estratégicos) pelo Ministério foram estruturados e apreciados mediante o contexto da estrutura de governança da Pasta.

Conforme o [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), o qual dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, os comitês internos de governança são instâncias que, no âmbito de suas competências, devem atuar fundamentados no princípio da integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais. Além disso, a [Instrução Normativa \(IN\) ME nº 24, de 18 de março de 2020](#), que trata da elaboração, avaliação e revisão do PEI dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal (APF) integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), dispõe que os Comitês devem validar, monitorar e avaliar a estratégia dos órgãos.

Nesse contexto, o CGRC do MTur e suas instâncias de governança internas vêm envidando, desde 2021, esforços para consolidar os mecanismos de gestão de riscos e estratégia referentes à governança pública, em cumprimento às competências atribuídas e em atendimento às

recomendações oriundas dos órgãos de controle interno e externo, a fim de promover o aperfeiçoamento da gestão e da governança organizacional. Dessa forma, validou-se o Plano de Ação para a Gestão de Riscos, visando à implementação da Gestão de Riscos no âmbito do MTur, pactuando-se um cronograma de atividades específicas de governança.

Dentre as etapas previstas no Plano de Ação de Gestão de Riscos do Ministério, expõem-se a seguir as seguintes ações:

I) Já concluídas:

- Revisão e atualização da [composição e competências do CGRC do MTur](#);
- Publicação da [Política de Gestão de Riscos do MTur](#);
- Capacitação de gestores das unidades de gestão estratégica e do controle interno do MTur, para promover a gestão da governança, riscos e controles, coordenação, supervisionamento e monitoramento das atividades do Comitê;
- Publicação de [metodologia de gerenciamento e monitoramento dos riscos](#);
- Projeto-piloto para o mapeamento de riscos e implementação do gerenciamento e monitoramento em uma unidade organizacional do Ministério.
- Provisão de capacitação dos gestores de riscos e controle, para mapear e gerenciar os riscos dos processos de trabalho;
- Identificação e avaliação dos riscos inerentes às atividades sob responsabilidade dos Gestores de Riscos e Controles (GRC), de acordo com a metodologia aprovada pelo CGRC;

II) Ações futuras:

- Proposição de Plano de Gestão de Riscos para todo o MTur, compatível com a política reformulada; e
- Implementação de controles e de monitoramento: a) dos riscos inerentes às atividades sob responsabilidade dos GRC, de acordo com a metodologia proposta; b) dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos.

Implementação da gestão de riscos no MTur

Histórico

Com vistas a colocar a gestão de riscos em prática nas unidades organizacionais do MTur, foi elaborada uma metodologia para a sua implementação, prevista para ser aplicada inicialmente em uma unidade, por meio de projeto-piloto e, posteriormente, nas demais unidades da Pasta.

Como também era prevista a implantação do desdobramento da estratégia nas unidades do MTur em 2021, por meio da elaboração dos planos táticos das unidades organizacionais finalísticas, o projeto-piloto referido lançou a integração dos dois processos no Ministério: gestão de riscos e planejamento estratégico. Assim, foram coordenados os trabalhos de desdobramento da estratégia e identificação e avaliação dos riscos no Ministério, envolvendo a realização de oficinas e suas etapas de registros.

Cumprir ressaltar que um dos principais componentes norteadores da estrutura de gestão de riscos é a fixação dos Objetivos Estratégicos (OEs) institucionais, constantes da conjuntura do PEI, os quais direcionam a atuação da gestão e da alta administração, repercutindo na busca pela maximização dos resultados almejados pelo órgão e na minimização da ocorrência de possíveis fatores de risco que comprometam o alcance dos objetivos pactuados.

Para estabelecer a metodologia de aplicação do processo de gestão de riscos no MTur, a SGE fez um levantamento das melhores práticas de governança do Executivo Federal, para propor a reformulação da Política de Gestão de Riscos institucional vigente, com o objetivo de construir um normativo personalizado frente às fragilidades detectadas, com definição de metodologia e de plano de execução coerentes com a nova realidade e estrutura do órgão.

Destaca-se a elaboração da Declaração de Appetite a Risco do Ministério. A Declaração comunica o nível de risco que o órgão está disposto a aceitar e o tratamento mais adequado aos demais riscos identificados. Para o MTur, o apetite declarado foi o de nível “médio”.

Os projetos tiveram seu início na Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC) e o resultado foi a construção das matrizes de risco da unidade, a fim de iniciar a posterior elaboração do seu Plano Tático. Pelos bons resultados apresentados, ainda no mesmo exercício, o MTur deu início aos trabalhos com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTur) para, a partir disso, dar continuidade à implementação da metodologia nas demais Secretarias do órgão, prevista para acontecer ao longo de 2022.

2022

Porém, devido a mudanças de direcionamento da gestão, a continuidade da implementação nos moldes pensados não ocorreu, no que se refere às oficinas de desdobramento da estratégia vinculadas ao gerenciamento dos riscos, estabelecendo-se assim uma nova orientação para a atuação no cumprimento da pauta de gestão de riscos no âmbito do MTur, a qual foi norteada para a identificação e priorização dos processos estratégicos definidos sob a atribuição das unidades setoriais, com a posterior implementação do gerenciamento dos riscos a cada um deles, mediante a aplicação da metodologia definida ao painel dos processos setoriais do Ministério.

Ademais, foi realizada reunião na data de 03 de novembro de 2022, para apresentar a metodologia de gestão de riscos, a qual foi ministrada pela Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) juntamente à todos os gestores de riscos das unidades, os quais representam a primeira (1ª) linha de defesa na gestão dos riscos da Pasta e são os responsáveis por assegurar que os riscos sejam gerenciados de acordo com a política de gestão de riscos do Ministério, além de realizarem o monitoramento contínuo dos riscos inerentes à sua alçada (1ª fase do monitoramento dos riscos). Cabe ressaltar que compete à Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) o monitoramento anual

dos riscos relativos às unidades (2ª fase do monitoramento dos riscos), conforme preconizado na metodologia de gestão de riscos do conceituada para o MTur.

A elaboração do primeiro Plano de Gestão de Riscos do MTur estava prevista para ocorrer no exercício de 2023, entretanto, diante da redução da estrutura do Ministério do Turismo, com o remanejamento da estrutura da Subsecretaria de Gestão Estratégica para o recriado Ministério da Cultura, bem como outras unidades da área administrativa responsáveis pela condução do tema no MTur, far-se-á necessário avaliar o arranjo colaborativo previsto na [Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023](#), para definição da condução do tema no âmbito do MTur.

A previsão de apresentação do relatório do 1º monitoramento pelas unidades setoriais frente à AECI ficou estabelecida para maio de 2023, conforme a metodologia validada e publicada.

Assim, o Ministério avançará em 2023 para concluir o primeiro Plano de Gestão de Riscos do MTur, em atendimento ao pactuado perante os órgãos de controle, bem como com a premissa de fortalecer a cultura de planejamento com a intencionada consecução dos Planos Táticos de suas unidades, contemplando o Objetivo Estratégico “Consolidar o Planejamento e a Gestão de Riscos” (OE 13).

1.1.5 Modelo de negócio

Tendo como propósito institucional a formulação e a execução de políticas públicas para o turismo e a cultura, o MTur gera valor público ao atingir a consecução de suas ações, tornadas reais graças ao seu conjunto de recursos humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Lideranças e servidores têm como base para suas ações os orientadores estratégicos do órgão (missão, visão e valores), buscando realizar seus objetivos estratégicos por meio do alcance de metas estabelecidas.

Ao incorporar a SECULT em sua estrutura, o MTur expandiu seu espaço de atuação, absorvendo os temas da área cultural, os quais foram integrados aos do turismo na revisão de seus instrumentos de gestão, a cadeia de valor e o mapa estratégico. Ambas as áreas, turismo e cultura, participaram da revisão, atualizando esses instrumentos.

Destacadamente, os macroprocessos da cultura foram incorporados à cadeia de valor do Ministério, a qual foi referendada pelo CGRC em sua 2ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26 de maio de 2021.

Figura 4: Cadeia de Valor do MTur



Fonte: [Portal do MTur](#), consultado em 7 de março de 2023.

O MTur, dessa forma, gera valor para a sociedade com a entrega de bens e serviços em temas explicitados em seus macroprocessos finalísticos. Para o eixo do turismo, destacam-se os macroprocessos de ordenamento turístico, estruturação territorial do turismo, promoção e apoio à comercialização do turismo. Já para o eixo da cultura, tem-se os macroprocessos de estruturação de políticas da cultura, fomento e incentivo à produção cultural, democratização do acesso à cultura e preservação e proteção do patrimônio, da memória e da diversidade cultural brasileira.

1.1.6 Ambiente externo

Em 2022, o setor de turismo manteve sua retomada iniciada durante o exercício de 2021, ainda sob os efeitos da pandemia de COVID-19. A redução gradual das restrições de entradas em diferentes países ao redor do mundo, propiciou o aumento do volume do turismo internacional, situação percebida também no Brasil. Tomando por base o trabalho desempenhado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo a partir dos dados do Departamento de Polícia Federal, verifica-se que, em 2022, o País registrou a chegada de 3.630.031 turistas internacionais. Tal valor registra um crescimento de mais de 380% em relação ao ano anterior, contudo, ainda abaixo do valor percebido anteriormente ao período de pandemia que registrou 6.353.141.

Outro dado importante que corrobora o processo de retomada do setor pode ser percebido a partir do agregado de atividades turísticas que no acumulado de janeiro a dezembro de 2022, mostrou expansão de 29,9% frente a igual período do ano anterior, impulsionado, sobretudo, pelos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros; restaurantes; hotéis; locação de automóveis; transporte rodoviário coletivo de passageiros; e serviços de bufê.

Dessa forma, o ano de 2022 evidenciou que as iniciativas de recuperação do setor surtiram efeitos positivos. A busca por destinos mais próximos, ligados ao turismo de natureza e aventura, aos destinos seguros, assim como com o avanço das mídias sociais aliadas à transformação digital foram fatores decisivos para a recuperação do turismo no país.

O trabalho desenvolvido no âmbito do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) cumpre um dos principais objetivos da Política Nacional de Turismo, que visa “aumentar e diversificar linhas de financiamento para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor. Como resultados do período compreendido entre 2019 e 2022, foram 8.768 financiamentos celebrados, que somam 2,2 bilhões de reais. Estima-se que os financiamentos estimulam a geração e manutenção de 85 mil empregos diretos e indiretos no Brasil.

A crise sanitária global causada pela pandemia de Covid-19, declarada em 2020, repercutiu profundamente na economia em geral. Os impactos ainda não foram inteiramente mitigados e diversas medidas estão sendo implementadas visando ao reequilíbrio do sistema econômico e à redução da desigualdade social, acentuada após a pandemia. O segmento cultural, foi um dos mais afetados, sendo o primeiro a interromper as atividades e o último a retomá-las, ainda em ritmo lento e gradual.

O setor cultural equivale a 2,67% do PIB brasileiro e representa cerca de 5,8% do total de ocupados no país, isto é, quase seis milhões de pessoas. Pelo fato de ser um dos mais impactados pela pandemia, em 2020 foi criado um auxílio emergencial para o segmento, com repasses por meio da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2021, conhecida como Lei Aldir Blanc, que destinou R\$ 3 bilhões aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, auxiliando trabalhadores, artistas e organizações do setor cultural e estimulando a atividade econômica dessa categoria, bem como a manutenção dos espaços culturais brasileiros e o fomento às iniciativas culturais.

1.1.7 Materialidade

O MTur tem como base direcionadora de suas políticas a Política Nacional de Turismo ([Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008](#)), o PNT 2018-2022 ([Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019](#)), o PNC ([Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010](#), alterada pela [Lei nº 14.156, de 1º de junho de 2021](#)), os objetivos e metas do PPA 2020-2023 ([Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019](#)) e do PEI 2020-2023.

O órgão tem em sua estratégia ações que podem afetar a capacidade institucional de gerar valor, no curto, médio e longo prazos. Para isso, são priorizados os temas urgentes e utilizados todos os recursos disponíveis, sejam eles humano, material e/ou orçamentários.

Em 2022, com uma dotação total na ordem de R\$ 2,6 bilhões, incluindo-se todos os programas PPA, o Ministério do Turismo priorizou ações de continuidade de suas políticas, cuja execução nos anos anteriores havia sido prejudicada em virtude da pandemia da Covid-19. E, em conformidade com sua estratégia institucional, as ações de caráter administrativo mantiveram o órgão funcionando de forma sustentável. A Figura 5 representa alguns temas priorizados frente aos programas PPA e objetivos estratégicos do órgão:

Figura 5: Temas priorizados em 2022



Fonte: SPOA/MTur, em 14 de março de 2023.

1.1.8 Estratégia e Governança

A estratégia que o órgão seguiu em 2022 havia sido validada na 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) em 26 de maio de 2021, após conclusão da revisão do PEI 2020-2023, realizado com o apoio de consultoria contratada.

Abaixo, tem-se o Mapa Estratégico do MTur com seus 17 objetivos, os quais contribuem tanto para a realização da missão institucional quanto para o atingimento de sua visão de futuro.

Figura 6: Mapa estratégico



Fonte: SGE/MTur, elaborado em 2021.

O Mapa Estratégico acima demonstra a integração da estratégia do MTur em todos os âmbitos de sua atuação, ao estabelecer objetivos internos, de funcionamento do órgão, e finalísticos, a partir dos quais se produzem os bens e serviços objetos da área de atuação do Ministério. Também, representa o esforço de se unirem os setores do turismo e da cultura em um instrumento abrangente para o direcionamento estratégico do órgão.

Ressalta-se o caráter de convergência envolvendo os instrumentos de planejamentos existentes, conforme orientado pelo atual [Plano Plurianual \(PPA 2020-2023\)](#).

Os objetivos estabelecidos na *perspectiva de resultados para a sociedade* do Mapa Estratégico,

relacionam-se aos Programas do MTur no PPA 2020-2023, quais sejam:

Programa 2223 – A Hora do Turismo

Objetivo 1216 – promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

Meta 051C – restabelecer os empregos formais no setor de turismo ao nível pré-pandemia

Indicador 8681 – empregos formais no setor de turismo

Programa 5025 – Cultura

Objetivo 1215 – consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

Meta 051D – ampliar em 60,45% o número de projetos e ações culturais fomentados e incentivados

Indicador 8732 – número de projetos e ações culturais

Com relação à Cadeia de Valor, a tabela a seguir exemplifica a relação de macroprocessos com os objetivos estratégicos existentes em 2022 no MTur, demonstrando o alcance dos macroprocessos em relação aos objetivos estratégicos estabelecidos para o órgão.

Tabela 1 – Macroprocessos x Objetivos Estratégicos

Macroprocessos	Objetivos Estratégicos
Ordenamento Turístico	- Aprimorar o ordenamento turístico e cultural
Estruturação Territorial do Turismo	- Fortalecimento do turismo doméstico e internacional - Estruturar o turismo e a cultura
Promoção e Apoio à Comercialização do Turismo	- Geração de emprego e renda - Consolidação do turismo e da cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico - Fomentar investimentos e novos negócios
Estruturação de políticas da Cultura	- Aprimorar o ordenamento turístico e cultural - Estruturar o turismo e a cultura - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura
Fomento e incentivo à produção cultural	- Geração de emprego e renda - Acesso a bens, produtos e serviços turísticos e culturais - Consolidação do turismo e da cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico

	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa - Estruturar o turismo e a cultura - Estimular a inclusão e a acessibilidade - Promover os destinos turísticos e acesso à cultura - Qualificar serviços e agentes do turismo e da cultura - Fomentar investimentos e novos negócios
Democratização do acesso à cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a bens, produtos e serviços turísticos e culturais - Estimular a inclusão e a acessibilidade - Promover os destinos turísticos e o acesso à cultura
Preservação e proteção do patrimônio, da memória e da diversidade cultural brasileira	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a bens, produtos e serviços turísticos e culturais - Fortalecimento da identidade cultural e da economia criativa - Estruturar o turismo e a cultura - Estimular a inclusão e a acessibilidade - Promover os destinos turísticos e o acesso à cultura
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a gestão por competências, motivar e cuidar da qualidade de vida dos servidores
Gestão de TIC	<ul style="list-style-type: none"> - Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital
Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital
Transferências de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e otimizar os recursos orçamentários
Execução Orçamentária-financeira e Gestão Contábil	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e otimizar os recursos orçamentários
Planejamento e Gestão da Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o planejamento e a gestão de riscos

Fonte: [Portal do MTur](#), consultado em 7 de março de 2023.

Os elementos que definem as saídas da Cadeia de Valor – e por conseguinte, dos macroprocessos do órgão –, como por exemplo os seus principais resultados alcançados, seguem informados no Capítulo 2, alinhados aos Objetivos Estratégicos.

Gestão de Riscos e Controles Internos

De acordo com a [Portaria GM/MTur nº 753, de 10 de novembro de 2020](#), alterada pela [Portaria GM/MTur nº 27, de 23 de agosto de 2021](#), que instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) e demais instâncias de supervisão e apoio no MTur, a Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) é a unidade responsável pela coordenação da gestão de riscos no âmbito do MTur, ao passo que a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) é responsável pelo apoio técnico ao Comitê e pela

supervisão e monitoramento da Gestão de Riscos na Pasta. Não obstante, as demais unidades do MTur possuem outras competências salutaras e indispensáveis relacionadas à gestão de riscos e à governança no âmbito do órgão.

Durante o exercício de 2022 foi instituída a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Ministério do Turismo, [Resolução CGRC/MTUR nº 1, de 7 de março de 2022](#), assim como prosseguiu-se com o Plano de Ação de Gestão de Riscos, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2021, acerca da relação dos processos de trabalho identificados por setorial da Pasta.

A SGE, em parceria com a AECI, elaborou a [Metodologia de Gestão de Riscos do MTur \(Resolução CGRC/MTUR nº 4, de 5 de setembro de 2022\)](#), com o objetivo de orientar as unidades setoriais do órgão a implementar uma sistemática para o gerenciamento de riscos em seus processos de trabalho, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do MTur. Foi também publicado o Regimento Interno do CGRC conforme [Resolução CGRC/MTUR nº 3, de 5 de setembro de 2022](#).

Integridade

Atualmente, a Unidade de Gestão de Integridade (UGI), alterada de forma significativa em 2020, por meio da [Portaria GM/MTur nº 753/ 2020](#), modificada pela [Portaria GM/MTur nº 27/2021](#), está estabelecida somente no âmbito da AECI, conforme orientações técnicas oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU), contidas no Guia Prático das UGI desse órgão, de junho de 2019.

A UGI, conforme [Regimento Interno do CGRC e das demais instâncias de supervisão e apoio](#), é responsável por propor e executar as medidas necessárias para elaboração, implementação e acompanhamento do Programa de Integridade, no âmbito do Ministério do Turismo, a qual apoia e assessora a alta administração sobre as iniciativas e as ações necessárias ao fomento da integridade, juntamente com participação de todas as unidades do Ministério.

Em que pese a UGI ser instituída no âmbito da AECI, as práticas de integridade devem ser exercidas e fomentadas constantemente por todos os setores do Ministério, principalmente pelos referidos núcleos de controle.

Dessa forma, durante o exercício de 2022, a UGI/AECI elaborou o [Plano de Integridade 2022 a 2025](#), **que objetiva** tratar do tema integridade e organizar as medidas de integridade a serem adotadas pelo MTur no período de 2022 a 2025, o qual foi validado na **5ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) do MTur, ocorrida em 4 de maio de 2022, conforme aprovação disposta na** [Resolução MTur nº 2, de 29 de junho de 2022](#).

Adicionalmente, informa-se que, com o objetivo de garantir ampla transparência ativa sobre o tema Integridade Pública, há uma seção específica no portal do MTur intitulada “Integridade”, a qual comporta conceitos bases de integridade, contextualizações e ações implementadas pela Pasta, e pode ser acessada por meio deste [link](#).

Ainda, neste contexto, registra-se que o MTur alinha-se aos [Valores do Serviço Público Federal](#) - projeto coordenado pela CGU, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por intermédio do qual os servidores de diversos órgãos e entidades da

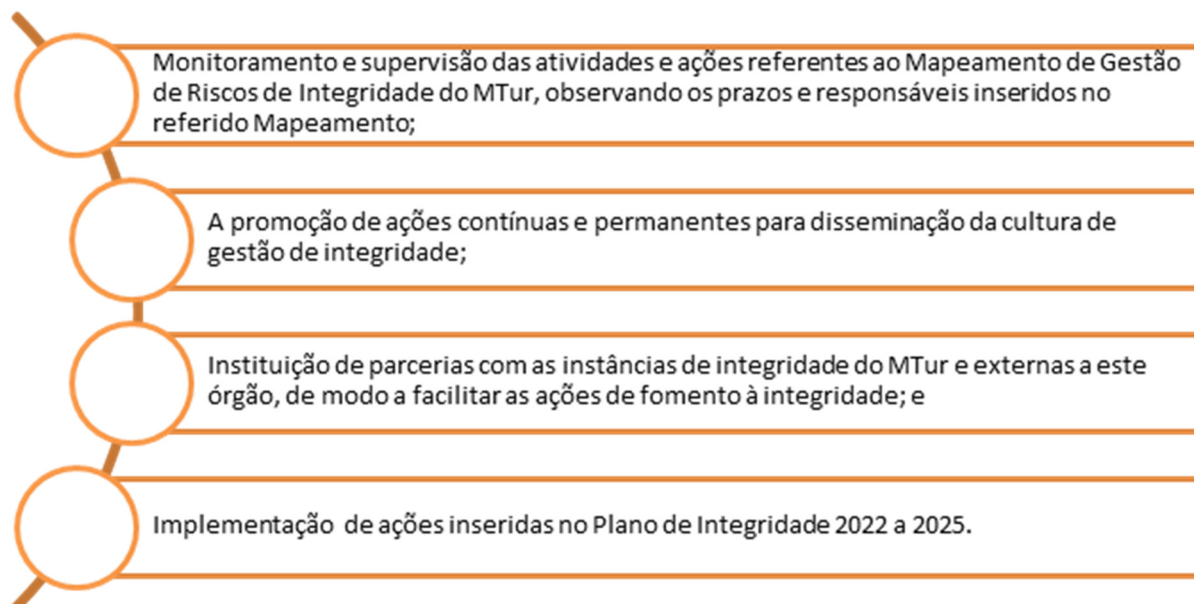
Administração Pública, inclusive do MTur, escolheram sete Valores do Serviço Público Brasileiro para orientar e balizar a cultura da Administração Pública, conforme detalhado na Figura 10, evidenciada a seguir.

Figura 7: Valores do Serviços Público Federal.



Fonte: Elaboração pela AECI/MTur, com base nos [Valores do Serviço Público Federal – CGU](#).

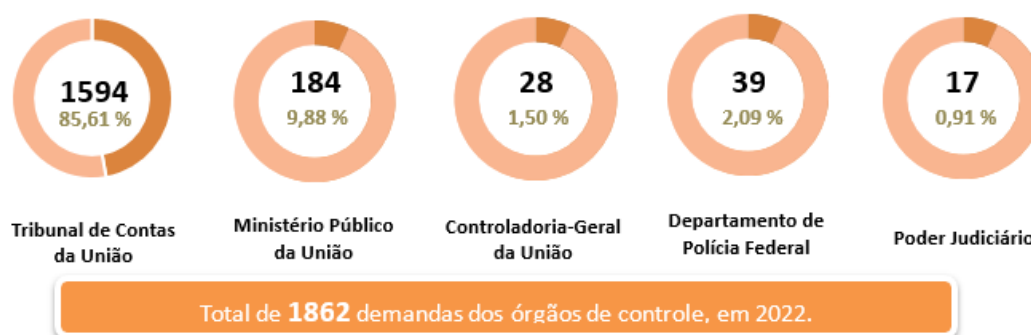
Não obstante, considerando o tema conflito de interesses, que relaciona-se com a Integridade, a UGI/AECI, em conjunto com a Ouvidoria e a Autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação, se articularam e promoveram a implementação no âmbito do MTur do [Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e- Agendas](#), instituído pelo [Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021](#), *que trata sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado*.



Tratamento de demandas oriundas de Órgãos de Controle e de outros Órgãos Externos

No tocante ao quantitativo total de demandas, advindas da CGU, do TCU e de outros órgãos ao MTur, conforme controle efetuado pelo Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE), foram recebidas 1.862 (mil oitocentas e sessenta e duas) demandas durante o exercício de 2022 pela AECI, com a seguinte distribuição, por órgão demandante:

Gráfico 1 – Distribuição das demandas provenientes de órgãos de controle direcionadas ao MTur em 2022, por órgão demandante, inseridas no SCDE:



Fonte: Extração do SCDE, do MTur, via funcionalidade “relatório por período”, efetuada em 19 de janeiro de 2023, pela equipe da AECI.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que as ações provenientes do TCU respondem por cerca de 85,61% do total de demandas dos órgãos externos direcionadas ao MTur, contendo, dentre outros assuntos, diligências, comunicações acerca do julgamento de processos de Tomada de Contas Especial (TCE), representações, monitoramento de determinações e recomendações de acórdãos, além de requisições para inscrição ou exclusão de responsáveis no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Já as demandas oriundas do MPU, que respondem por aproximadamente 9,88% do total, decorrem de inquéritos instaurados para apurar denúncias recebidas pelo órgão ou indícios de irregularidades detectados de ofício, entre outros motivos. Da mesma forma, as demandas provenientes do DPF, que correspondem a cerca de 2,09% das demandas totais, visam atender operações e investigações em curso. No caso da CGU, cujas demandas contabilizadas representam, também, cerca de 1,50% do total, referem-se essencialmente a encaminhamento de comunicações, de diligências e de resultados de trabalhos atinentes a ações de controle (fiscalizações e auditorias), direcionadas ao MTur.

Auditorias

Na seção intitulada [Auditorias](#) da Plataforma Institucional do MTur são apresentados os documentos referentes aos processos de contas anuais do MTur, elencando-se: primeiramente, os

seus [Relatórios de Gestão anuais](#); e, em seguida, se for caso, os documentos (relatório, certificados e/ou pareceres de auditoria) emanados pela Controladoria-Geral da União (CGU), bem como os resultados dos julgamentos proferidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) face aos exames realizados, todos por exercício de referência, e divididos em função “Turismo” e “Cultura”.

Já na seção nominada [Ações de órgãos de controle interno e externo](#) da aludida plataforma são apresentados os principais relatórios, acórdãos, informes e afins, relacionados ao MTur, por meio dos quais são emanadas recomendações, determinações ou outras orientações, advindas da CGU e do TCU, durante os exercícios de 2020, 2021 e 2022, voltadas ao Ministério, bem como são divulgadas as providências adotadas pelos gestores deste órgão, no fito de atender essas recomendações, determinações e/ou orientações.

Dentre todos os trabalhos de fiscalização realizados no Ministério do Turismo em 2022, destaca-se o acompanhamento das 5 (cinco) principais auditorias em curso pelos órgãos de controle federal, interno e externo, nos seguintes temas: Fungetur, Política Nacional do Turismo, Lei Aldir Blanc, Sistema Salic e Lei de Incentivo à Cultura – Mecenato.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Ao longo de quase todo o ano de 2022, o [Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020](#), conduzia a estrutura do Ministério do Turismo - MTur, sendo que a unidade setorial de correição, ou seja, à Corregedoria do MTur, esteve vinculada diretamente à Secretaria-Executiva até dezembro de 2022.

No entanto, o [Decreto nº 11.267, de 29 de novembro de 2022](#), aprovou a nova estrutura ministerial, e que, combinada com o Regimento Interno aprovado pela [Portaria nº 59, de 30 de dezembro de 2022](#), publicada no Diário Oficial da União em 02 de janeiro de 2023, estabeleceu-se as competências atuais do setor.

Segundo o Regimento Interno do MTur, as principais ações de responsabilidade da Corregedoria são as de planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Entretanto, o Regimento prevê a necessidade de as ações disciplinares terem também um caráter preventivo, mediante a realização de atividades voltadas à mitigação das causas que geraram as fragilidades.

Além disso, esta unidade setorial de correição passou a ter competência para instaurar e conduzir processos correicionais, de ofício ou por determinação superior, bem como para decidir pelo arquivamento, em sede de juízo de admissibilidade, dos procedimentos preparatórios e dos procedimentos disciplinares de agentes públicos ou de responsabilizações de entes privados, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere respectivamente, ao o art. 143 da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) e ao art. 8º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Desta forma, com a atribuição necessária, esse setor passou a verificar todas as denúncias submetidas à sua apreciação, possibilitando, além da instauração de procedimentos para apurar as irregularidades, o encaminhamento aos setores onde foram observadas eventuais fragilidades nos procedimentos, de forma a corrigi-las.

O ano de 2022 veio a consolidar as mudanças e desafios para a unidade setorial de correição do Ministério do Turismo, pois, com a entrada em vigor do [Decreto nº 11.267, de 29 de novembro de 2022](#), esta unidade teve sua estrutura ampliada, passando a contar com um Corregedor, um Corregedor-Adjunto e dois Coordenadores, dedicados à gestão das demandas correcionais.

Por fim, em cumprimento à obrigação de uso dos sistemas (ePAD; CGU-PAD e CGU-PJ) prevista no art. 5º e 13 da [Portaria CGU nº 2.463, de 19 de outubro de 2020](#), o Ministério do Turismo cumpriu a obrigação de registrar as informações relativas a processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, obedecido o prazo estabelecido de 30 (trinta) dias.

Gestão Correcional

O Relatório Anual da Corregedoria do Ministério do Turismo atinente aos Procedimentos Administrativos Disciplinares, tem como referência o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, conforme previsto no art. 34, da [Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022](#).

Os quadros a seguir visam demonstrar os processos segregados por assuntos que motivaram as apurações, conforme dados registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD; CGU-PJ e e-PAD).

Da Execução das Atividades de Correição

Segundo o Regimento Interno do MTur, as atividades de correição podem ser enquadradas nos seguintes tipos: apuração de denúncias; instauração de investigações preliminares; supervisão, coordenação e apoio técnico às comissões disciplinares instauradas, além da apuração de responsabilidade de pessoa jurídica.

Neste sentido, temos o seguinte quadro relativo à situação dos processos disciplinares no âmbito do MTur:

Quadro A - situação dos processos disciplinares

SITUAÇÃO	INSTAURADOS	CONCLUÍDOS	ANDAMENTO
QUANTIDADE	8	18	26

Fonte: Sistema CGU-PAD e CGU-PJ (data de referência 31/12/2022)

De forma qualitativa, o quadro a seguir apresenta o resumo geral da condução dos processos administrativos disciplinares no exercício de 2022, segregados por assuntos que motivaram as instaurações, ressaltando que um mesmo processo pode ser relacionado a mais de um assunto:

Quadro B - Resumo – processos disciplinares vigentes/concluídos no exercício de 2022

ASSUNTO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO	QUANTIDADE
a) Assédio moral	4

b) Ausência ou impontualidade ao serviço	4
c) Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	1
d) Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	1
e) Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamento	6
f) Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	1
g) Favorecimento próprio ou de terceiros	1
h) Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	6
i) Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	11
j) Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	4
TOTAL	39

Fonte: Sistema CGU-PAD (data de referência 31/12/2022)

Denúncias

No exercício de 2022, foram concluídos 19 (dezenove) procedimentos investigativos, visando verificar denúncias remetidas a esta Corregedoria por cidadãos ou servidores, com o intuito de municiar os processos dos elementos de autoria e materialidade, restando, atualmente, 20 (vinte) procedimento investigativos em curso.

Análises Críticas

1. A quantidade de 26 (vinte e seis) processos em andamento, tendo como referência o dia 31/12/2022, deve-se em parte, no caso dos processos oriundos do Ministério do Turismo, ao fato de que as comissões processantes terem sido designadas somente no exercício de 2016, a fim de se apurarem irregularidades verificadas no período de 2011 a 2016.
2. No caso dos processos oriundos da Secretaria Especial de Cultura, o quantitativo atual de processos em aberto deve-se pelas sucessivas interrupções institucionais e da necessidade de reinício de trabalhos, por diversas comissões, ocasionadas desde a extinção/recriação do Ministério da Cultura, em 2016, seguidas pela extinção definitiva, em 2018, com a integração ao Ministério da Cidadania em 2019, bem como pela realocação das atividades da área da Cultura no escopo de ações do Ministério do Turismo, em 2020.
3. O longo prazo de instrução dos processos em andamento se deve ao fato de muitos dos investigados não possuírem mais vínculo com a Administração Pública e de não residirem em Brasília/DF, necessitando de procedimentos adicionais para a localização visando possibilitar a notificação desses agentes, além das sucessivas necessidades de reinício dos trabalhos, por diferentes membros e, muitas vezes, colegiados inteiros, ocasionados pela situação recorrente de falta de pessoal dedicado aos trabalhos correccionais, com necessidade de se solicitar apoio de servidores das demais áreas do Ministério.

4. Com a criação de um setor específico para tratar de procedimentos disciplinares, possibilitou-se a implementação de procedimentos preliminares à instauração do procedimento propriamente dito, tais como: análise de admissibilidade, investigações preliminares e sindicâncias investigatórias. Esses procedimentos possibilitam apurar todos os fatos submetidos à apreciação, mas somente ensejando a instauração de processos punitivos se estiverem presentes os elementos fundamentais de materialidade e autoria.
5. Além disso, com a introdução do instrumento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, por parte da CGU, tem sido possível abarcar eventuais irregularidades funcionais de menor potencial ofensivo e sem a ocorrência de danos irreparáveis ao erário nessa modalidade de compromisso funcional por parte dos servidores investigados, evitando a realização de novos procedimentos sancionadores, muitas vezes de caráter mais demorado e dispendiosos, do ponto de vista funcional, obedecendo aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.
6. Por fim, cabe frisar a importância institucional construída na melhoria da maturidade correcional, a qual culminou com a publicação do Regimento Interno, nos termos da [Portaria nº 59, de 30 de dezembro de 2022](#), publicada no Diário Oficial da União em 02 de janeiro de 2023.

Relacionamento com a sociedade

Ouvidoria

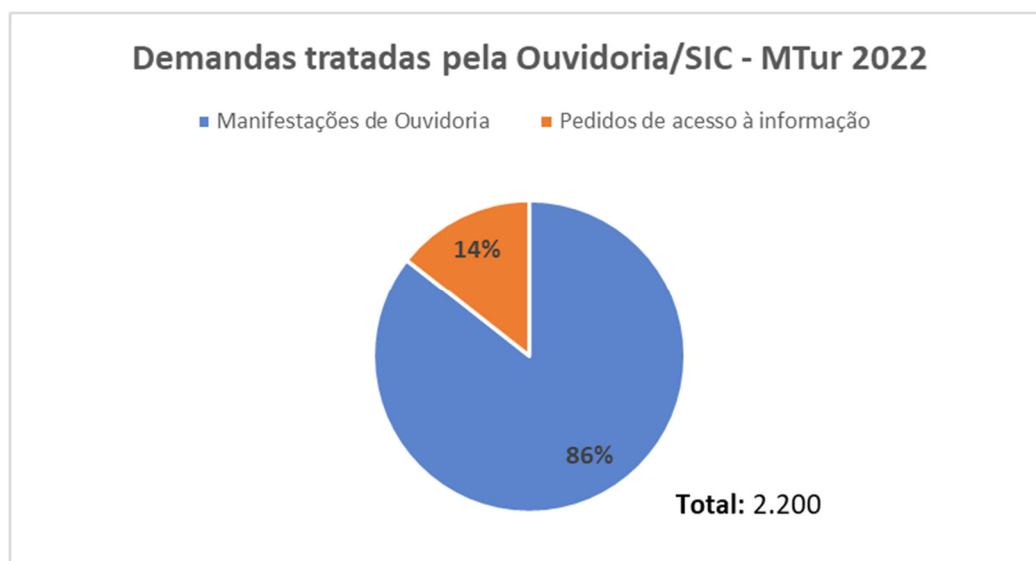
O Ministério do Turismo (MTur) tem atuado no sentido de aprimorar o atendimento as demandas dos cidadãos, em cumprimento de suas competências institucionais, de modo a garantir a transparência e a participação social no processo de aperfeiçoamento da gestão pública e, consequentemente, na melhoria dos serviços geridos pelo órgão.

Para que esse resultado seja alcançado, a Ouvidoria do MTur, órgão que integra o Sistema de Ouvidoria do Governo Federal da CGU, figura como responsável por estabelecer a comunicação entre o Ministério e o cidadão, com o objetivo de atender as demandas registradas por meio do Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação e demais canais de atendimento.

Como Unidade de controle e participação social e no cumprimento de suas atribuições, conforme disposto na [Lei nº 13.460/2017](#), regulamentada pelo [Decreto nº 9.492/18](#), quanto ao tratamento às manifestações (reclamações, solicitações, elogios, denúncias, comunicações, sugestões e solicitações de simplificação), registradas por usuários externos (público em geral) e internos (servidores e colaboradores). A Ouvidoria MTur atua, ainda, na coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de forma a contribuir com a correta aplicação da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) - Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio do tratamento aos pedidos de acesso à informação, entre outros.

Neste contexto, considerando as atribuições da Ouvidoria MTur, em 2022, foram recepcionadas 2.200 demandas, sendo 1.883 manifestações de Ouvidoria e 317 requerimentos de acesso à informação tratados pelo SIC.

Gráfico 2: Total de manifestações tratadas e pedidos de acesso à informação respondidos pela Ouvidoria MTur, em 2022.



Fonte: “Painel Resolveu?” e “Painel Lei de Acesso à Informação”, em 11/01/2023.

Canais de comunicação

Para o recebimento e o tratamento das manifestações, a Ouvidoria utiliza-se do [Fala.BR](#) - Plataforma Integrada de Ouvidoria e do Acesso à Informação, ferramenta disponibilizada pela Controladoria Geral da União (CGU) e principal canal a disposição do cidadão para o registro de suas demandas.

Além do acesso informatizado pelo Fala.BR, o cidadão pode registrar suas demandas à Ouvidoria MTur, por e-mail, telefone, correspondência física ou presencialmente, sem a necessidade de agendamento prévio.

Ouvidoria em números

O total de manifestações

Considerando o total de manifestações (reclamações, solicitações, elogios, denúncias, comunicações, sugestões e solicitações de simplificação) recepcionadas pela Ouvidoria MTur, observa-se na Figura 12, abaixo, a relação das manifestações cadastradas, até dezembro de 2022, considerando apenas as que foram respondidas, arquivadas e as que ainda se encontravam em tratamento (aguardando resposta) pela unidade, que totalizaram 1.883 manifestações de Ouvidoria.

Figura 8: Total de manifestações tratadas, arquivadas ou em tratamento, por situação, pela Ouvidoria MTur, em 2022.



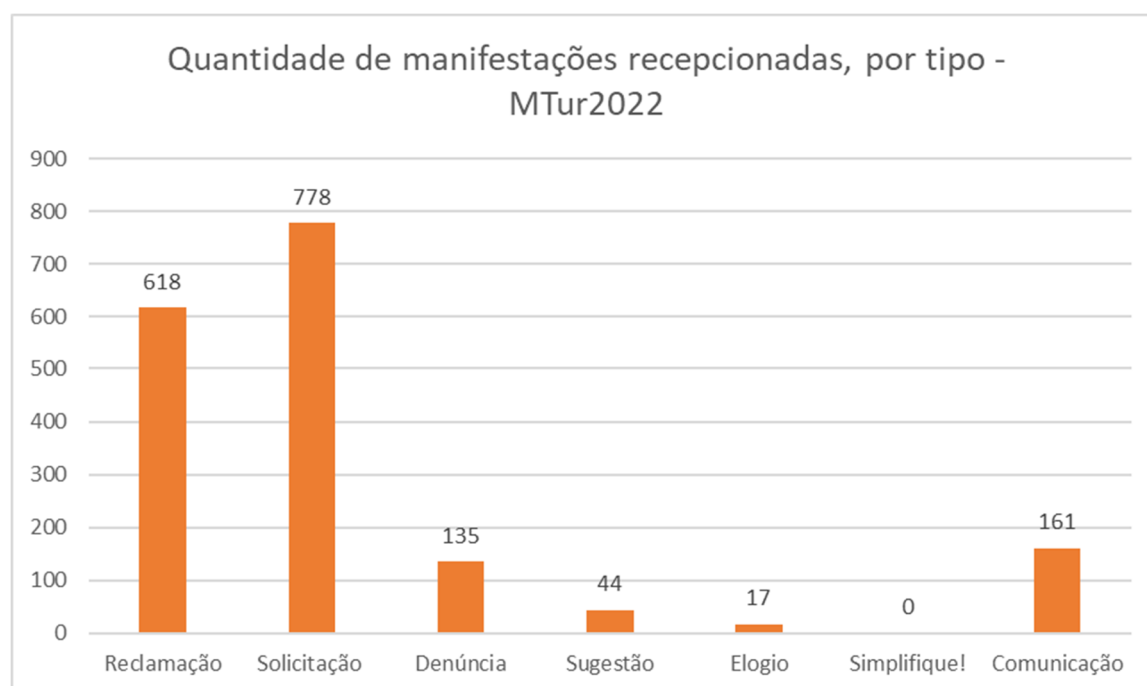
Fonte: “Painel Resolveu?”, em 11/01/2023.

Destacamos que o prazo legal instituído para atendimento das demandas é de 30 dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual período. Dessa forma, observa-se no detalhamento das manifestações que em 11 de janeiro de 2023, do total de manifestações tratadas no exercício de 2022, somente 25 ainda se encontravam em tratamento pelas unidades técnicas do MTur.

Manifestações por tipo

Das manifestações recebidas pelo MTur em 2022, constam reclamações, solicitações de providências, denúncias, comunicações, sugestões e elogios. Não foram recepcionadas em 2022, pela Ouvidoria MTur, manifestações do tipo “Simplifique!” (pedido de simplificação de serviços públicos). Quanto às denúncias e comunicações recepcionadas, cabe esclarecer que grande parte se referia a casos de descumprimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC), ocorrido na relação de consumo com agências de turismo, companhias aéreas, entre outras entidades privadas.

Gráfico 3: Quantidade de manifestações recepcionadas, por tipo e quantitativo, em 2022 (consideradas somente manifestações respondidas e em tratamento).



Fonte: “Painel Resolveu?”, em 11/01/2023.

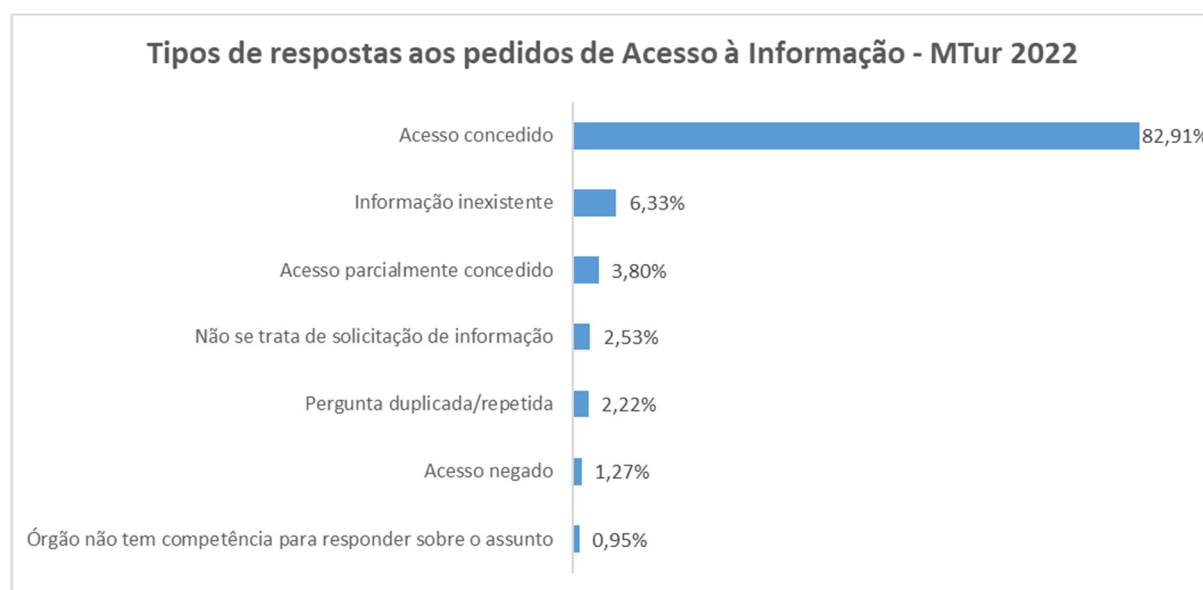
O gráfico acima demonstra apenas as manifestações respondidas e em tratamento, não refletindo as arquivadas ou as encaminhadas para outros órgãos.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Em 2022, o Ministério do Turismo recebeu pelo [Fala.BR](#) - Plataforma Integrada de Ouvidoria e do Acesso à Informação, para tratamento, 317 de pedidos de acesso à informação, formulados nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo 159 pedidos relacionados ao tema Turismo e 153 pedidos relacionados ao tema Cultura.

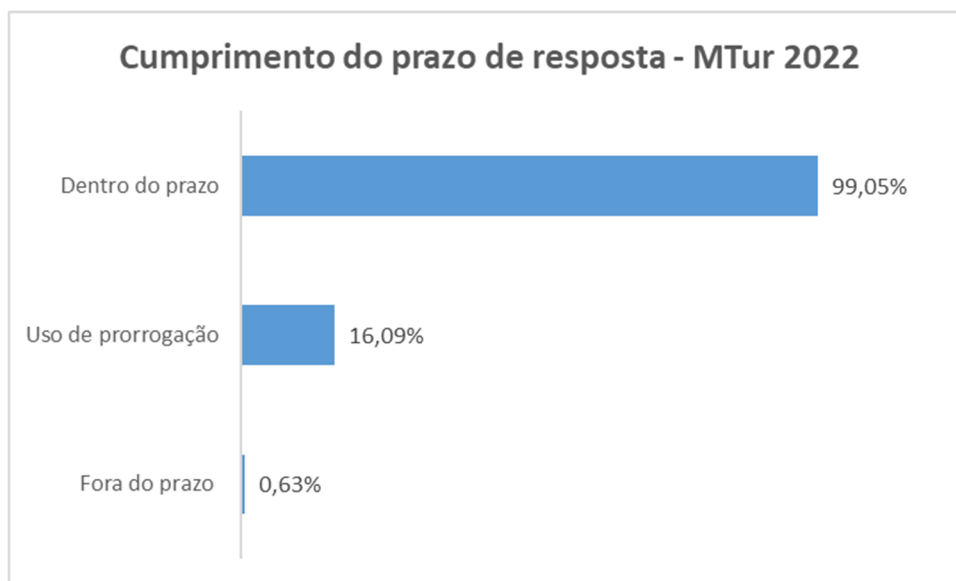
A partir dos dados obtidos por meio do “Painel Lei de Acesso à Informação”, disponível em <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>, foram extraídos os seguintes dados relativos aos pedidos de acesso à informação formulados ao MTur, por tipo de resposta quanto aos pedidos de acesso, demonstrados no Gráfico 6, relativos ao exercício 2022:

Gráfico 4: Tipos de respostas aos pedidos de acesso à informação.



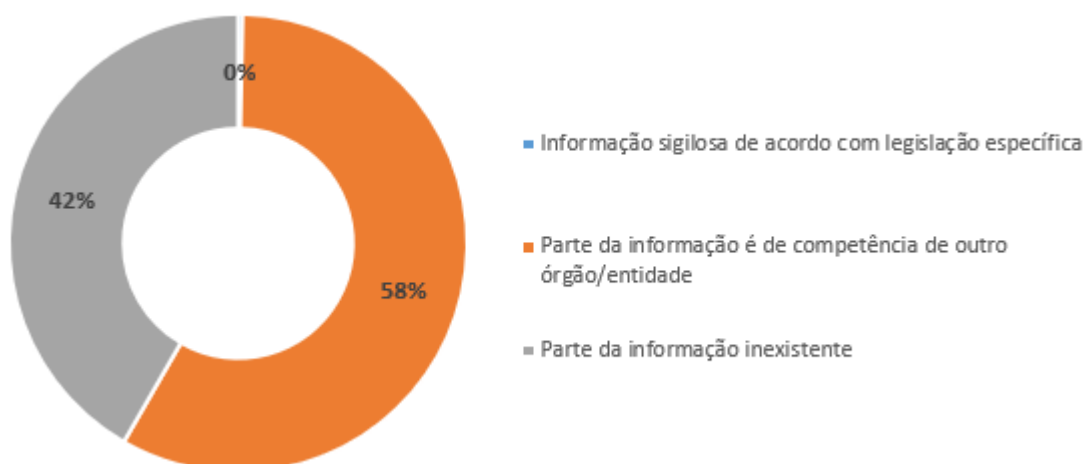
Fonte: “Painel Lei de Acesso à Informação”, em 11/01/2023.

Gráfico 5: Dados Gerais SIC, sobre o cumprimento de prazo de resposta ao cidadão.



Fonte: “Painel Lei de Acesso à Informação”, em 11/01/2023.

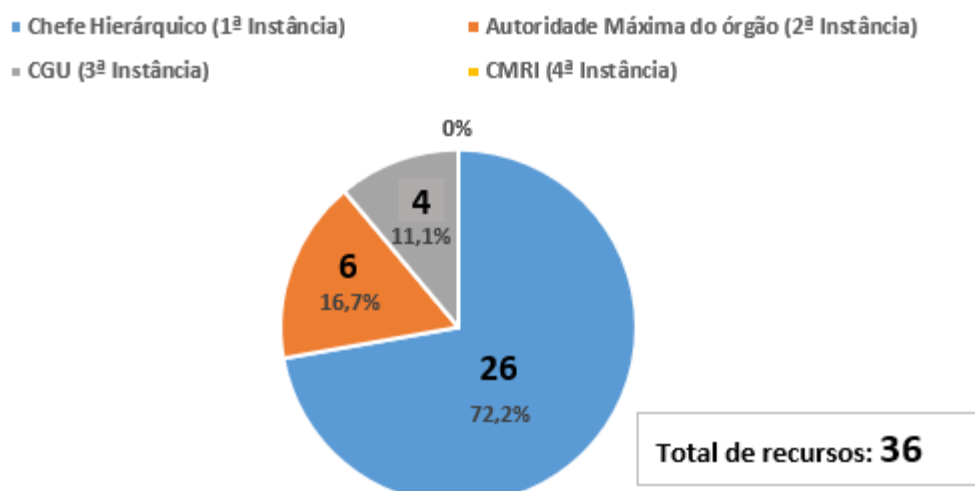
Gráfico 6: Motivos do acesso negado ou do acesso parcial às informações - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - MTur 2022.



Fonte: “Painel Lei de Acesso à Informação”, em 11/01/2023.

No que se refere aos recursos apresentados em 2022 ao Ministério do Turismo, foram decididos em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, conforme os resultados demonstrados no quadro abaixo:

Gráfico 7: Recursos apresentados ao MTur, por instância de decisão, em 2022.



Fonte: “Painel Lei de Acesso à Informação”, em 11/01/2023.

1.1.9 Dados e Informações

O Ministério do Turismo, em sua proposta de atuação alinhada ao [Planejamento Estratégico 2020-2023](#), em especial ao Objetivo Estratégico **Estruturar o turismo e a cultura**, construiu estratégias para estruturar informações sobre as áreas de atuação do órgão, notadamente com a divulgação sistemática de dados sobre diversos indicadores do Turismo no Brasil e no mundo. As publicações das informações produzidas têm como objetivo a prestação de contas à sociedade com a permissão do acesso à informação pública, conforme determinam a Lei de Acesso à Informação - [Lei nº 12.527 de 2011](#) - e o [Decreto nº 7.724 de 2011](#), no âmbito do Executivo Federal.

O MTur participou ativamente, no ano de 2022, de ações governamentais de relevância, prestando informações e produzindo notas técnicas que promovem o aprimoramento de índices e indicadores das políticas de Turismo.

A Coordenação-Geral de Dados e Informações iniciou o exercício de 2022 com a dotação orçamentária inicial de R\$ 3.496.973,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e três reais) alocados na Ação 218G – Gestão e Inteligência Competitiva em Turismo.

Foram recebidas mais de 30 solicitações oriundas de veículos de comunicação, estudantes de turismo, organismos nacionais e internacionais, bem como de cidadãos em geral e o MTur busca atender essas demandas de maneira célere, objetiva e imparcial, com qualidade e transparência. Mesmo em caso de manifestações improcedentes, as respostas são produzidas para orientar melhor o usuário na obtenção da informação que deseja.

Grande parte dessas solicitações de informações poderiam ser sanadas de forma imediata por parte do demandante, por meio do Portal de Serviços da Plataforma GOV.BR (<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-turismo>) e do site Observatório Nacional de Turismo (<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio>).

O órgão cadastrou seus serviços nessa plataforma, atendendo a todos os requisitos de acessibilidade. As demandas por informações respondidas podem, muitas vezes, ser sanadas por meio da busca personalizada dos dados disponibilizados nos painéis do Observatório. Ambos os sites podem ser acessados por meio de computadores e celulares.

Observatório Nacional do Turismo

Entre as entregas realizadas pelo MTur, destaca-se a disponibilização de painéis dinâmicos por meio do Observatório Nacional do Turismo, plataforma que engloba diversos dados estatísticos relacionados ao setor de turismo, ou correlatos, apresentando de forma dinâmica as estatísticas do setor de turismo no Brasil por meio de painéis interativos (*dashboards*), boletins mensais, estudos pontuais, seminários, publicação de revistas e outras mídias.

Os painéis interativos que compõem o Portal do Observatório Nacional do Turismo foram desenvolvidos desde 2020 e até o momento, foram entregues e publicados três painéis. O link para acesso aos painéis é <https://paineis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/observatorio.html>. Assim, os painéis entregues até o momento foram:

- Ocupações formais do setor de turismo no Brasil;
- Perfil socioeconômico das ocupações do setor de turismo no Brasil; e
- Estimativas de chegadas de turistas internacionais ao Brasil.

Este último painel foi entregue no final de 2022. Ainda neste ano, houve aperfeiçoamento da ferramenta para que a página pudesse ser acessada em diferentes formatos de tela, inclusive para *smartphones*. O aprimoramento dos painéis também se deu com o georreferenciamento e atualização de nova recarga de dados aos outros painéis interativos, de forma a manter e compor a plataforma com dados atuais e de acordo com as melhores práticas de usabilidade por parte do usuário.

Para os próximos anos, há ainda a intenção de se produzir os seguintes painéis:

- Demanda Turística Internacional;
- Receita Cambial Turística;
- Demanda Turística Doméstica;
- Sondagem Empresarial dos Meios de Hospedagem; e
- Sondagem Empresarial das Agências de Viagens.

O MTur publicou o terceiro painel interativo do Observatório Nacional de Turismo com informações sobre as **Estimativas de chegadas de turistas internacionais ao Brasil**. Estes dados constituem informações de relevância para diferentes políticas públicas de turismo e são bastante procurados pelo público externo do Ministério do Turismo. A publicação desse painel vai permitir que o usuário consiga a informação de maneira ágil e personalizada, diminuindo, inclusive, a quantidade

de demandas por informações por parte da imprensa e de pesquisadores da área de turismo através da Lei de Acesso à Informação.

Figura 9: Página inicial dos Painéis do Observatório Nacional de Turismo



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023

O novo painel, publicado em dezembro de 2022, traz dados produzidos pelo Ministério do Turismo sobre a estimativa do fluxo de chegadas de turistas internacionais. Os dados abarcam turistas estrangeiros e brasileiros que residem no exterior. Os filtros podem ser realizados por ano, mês, país e continente de residência permanente, via de acesso e portão de entrada no Brasil.

Figura 10: Página do novo painel de Estimativas de chegadas de turistas internacionais ao Brasil



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023

O Portal do Observatório Nacional de Turismo é atualizado de forma sistemática, na frequência de cada pesquisa entregue ou recarga de novos dados, e traz as principais pesquisas e informações produzidas pelo Ministério. Em 2022, o Portal foi adaptado totalmente para o modelo do [GOV.BR](https://gov.br) e é o principal veículo de divulgação das publicações da área. Além disso, possui carrossel com as notícias relativas aos dados dos estudos e das pesquisas desenvolvidas e podem ser acessadas por aparelhos de diversos formatos, pois é responsivo a diferentes tipos de tela.

Figura 11: Página inicial do Observatório Nacional de Turismo



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023

Este ano houve também o incremento da seção do [Repositório](#) no Portal do Observatório Nacional de Turismo, que abarca pesquisas, dados e informações que foram descontinuados ao longo dos anos, mas que são de suma importância para a construção da memória da área de produção de inteligência estatística, tanto no âmbito do Ministério do Turismo, quanto da EMBRATUR.

Radar do Turismo

A principal publicação lançada em 2022 foi o [Boletim Mensal de Estatísticas do Turismo: Radar do Turismo](#). Trata-se de publicação mensal com as principais variáveis da conjuntura econômica do turismo no Brasil, detalhadas por meio de informações e indicadores econômicos que influenciam a realização de viagens no país e no mundo.

O Boletim é composto por mais de 25 páginas e é dividido em quatro seções com diversas variáveis que traçam um panorama segundo a temática de cada seção:

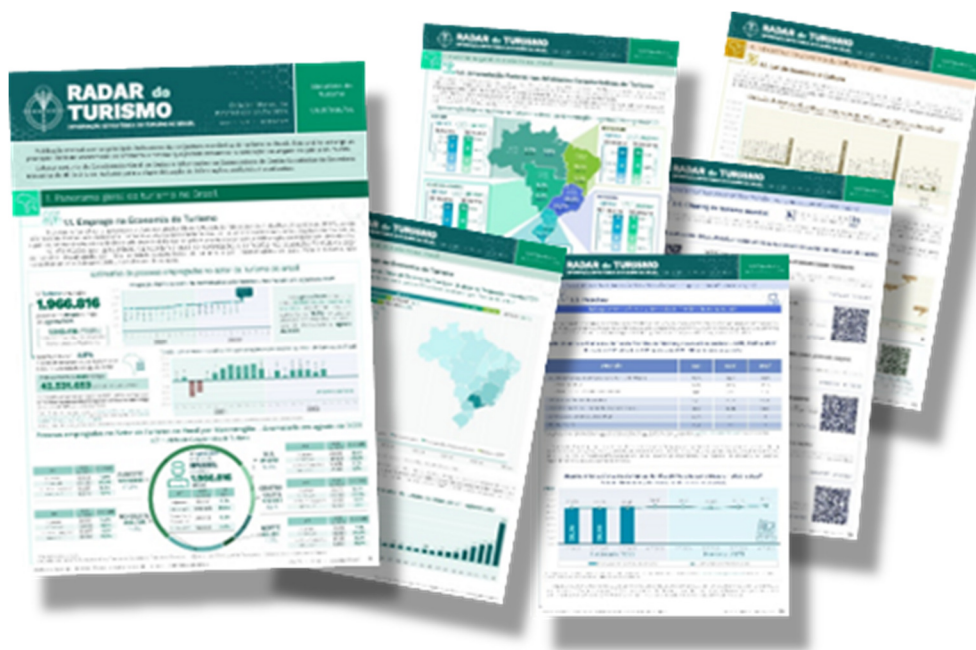
Seção 1. Panorama Geral do Turismo no Brasil;

Seção 2. Panorama macroeconômico Brasil (Fatores que podem influenciar viagens);

Seção 3. Panorama macroeconômico Mundo (Fatores que podem influenciar viagens);

Seção 4. Indicadores da Economia da Cultura no Brasil.

Figura 12: Páginas do Boletim Mensal Radar do Turismo



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023

Foram publicadas 11 edições do [Boletim Radar do Turismo](https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo), todas elas divulgadas pelo Portal do Ministério do Turismo e acessáveis por meio do Observatório Nacional de Turismo (<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo>).

A manutenção dessa publicação é de extrema importância, pois ela subsidia com ampla gama de informações a alta gestão do Ministério e traz recortes da economia do turismo por estados e regiões que podem influenciar a tomada de decisão nos níveis locais para os gestores dos estados e municípios. Por isso, há a intenção de que sejam implementadas parcerias com os governos estaduais para que os diferentes entes federativos possam cooperar com este Boletim e, por sua vez, possam produzir seus próprios boletins no próximo ano.

Além dos projetos pertencentes ao portfólio do Plano Nacional de Turismo, e visando dar maior publicidade aos estudos e pesquisas desenvolvidos, foram sistematizados todos os **Serviços** no [Portal de serviços do GOV.BR](https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo).

Tal empreendimento se sustenta na medida que disponibiliza todos os serviços aos cidadãos de maneira a serem facilmente recuperados devido à forma de catalogação da informação. A busca pode ser realizada por assunto, instituição e tipo de serviço. Está sob responsabilidade do MTur o acompanhamento, no [Portal GOV.BR](https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo), dos seguintes serviços:

1. Acessar Anuário Estatístico de Turismo
2. Acessar as edições da Revista Dados & Informações do Turismo
3. Acompanhar as estatísticas dos painéis interativos do Observatório Nacional de Turismo
4. Consultar dados de Financiamento do setor de turismo no Brasil

5. Consultar dados do número de turistas por país de residência permanente
6. Consultar informações sobre a Receita e Despesa Cambial Turística no Brasil
7. Consultar informações sobre Desembarques Internacionais
8. Consultar os indicadores da Pesquisa de Sondagem Empresarial do setor de agências de viagens e organização de viagens
9. Consultar os indicadores da Pesquisa de Sondagem Empresarial dos meios de hospedagem
10. Consultar Informações sobre Observatórios de Turismo no Brasil
11. Consultar Informações sobre Desembarques Domésticos no Brasil
12. Consultar Demanda Turística Internacional
13. Consultar Estatísticas sobre o turismo brasileiro no período da Copa do Mundo
14. Consultar estudos sobre o turismo brasileiro no período das Olimpíadas – RIO 2016
15. Consultar a variação da Receita Nominal e o Volume das Atividades Turísticas do setor de turismo
16. Arrecadação Federal no Setor de Turismo;
17. Consultar informações referentes às ocupações formais no setor de turismo;
18. Consultar os estabelecimentos do setor de turismo;
19. Consultar o Saldo de Contratações e Demissões no setor de turismo; e
20. Consultar a movimentação de passageiros em rodoviárias no Brasil

Figura 13 - Página do Ministério do Turismo no domínio de Serviços do GOV.BR



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023.

Em 2022, o MTur manteve a divulgação dos resultados do módulo Turismo da PNAD Contínua. Os últimos resultados dessa pesquisa, divulgados em agosto de 2022, tratam dos anos de 2020 e 2021, período diretamente impactado pela Pandemia de COVID-19. Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis no site do IBGE e podem ser acessados pelo link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/turismo/17270-pnad-continua.html?edicao=34226&t=resultados>

Pesquisa de Demanda Turística Doméstica

O estudo de maior relevância do MTur é a [Pesquisa de Demanda Turística Doméstica](#), peça fundamental para a consecução da Conta Satélite de Turismo do Brasil. O objetivo desta pesquisa é quantificar os fluxos de turistas domésticos entre as diferentes regiões do País e para o exterior e, assim, construir uma série histórica para que se consiga consolidar instrumento para entendimento da dinâmica do turismo e futura formulação de planos de ação.

Dessa forma, o Ministério do Turismo, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), empreende esforços, desde 2019, para apurar as principais características de viagem que, associadas a outras informações obtidas pela pesquisa, como o rendimento domiciliar *per capita*, permitem uma consistente avaliação sobre a demanda turística doméstica em especial. O TED, firmado entre o MTur e o IBGE, em forma de contrato anual, teve como objetivo viabilizar a realização de pesquisa sobre a caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil. Assim, foi possível acrescentar um módulo suplementar na [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua \(PNAD Contínua\)](#).

O Módulo de Turismo da PNAD Contínua, permite quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior. Apresenta, ainda, os gastos e as características das viagens realizadas que, associados a outras variáveis que constam na pesquisa, incluindo o rendimento domiciliar per capita, permitem uma consistente avaliação sobre a demanda turística doméstica. O tema Turismo foi investigado na PNAD Contínua de 2019 a 2021, sendo suspensa em 2022, devido à realização do Censo pelo IBGE naquele ano. O MTur está em tratativas com o IBGE para continuidade da pesquisa nos anos seguintes.

Figura 14: Imagens dos Boletins do Turismo Doméstico Brasileiro, edições de 22 e 2021



Fonte: CGDI/MTur, em 23 de fevereiro de 2023.

O Ministério do Turismo empreendeu esforços para compreender o impacto do setor sobre diferentes setores da economia. Nesse sentido, observou-se que em 2022 o turismo no Brasil empregou 1.975.420 pessoas, segundo dados da [RAIS 2021](#) e do [CAGED 2022](#).

Adicionalmente, o órgão divulgou os dados referentes às chegadas de turistas internacionais no país, a partir de trabalho conjunto com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR). A partir dos dados divulgados, verificou-se que 3.630.031 turistas internacionais chegaram ao Brasil em 2022.

1.2 Riscos, oportunidades e perspectivas

A continuidade da implementação do planejamento estratégico e da gestão de riscos trouxe o desafio da inovação à Pasta, atualizando-a com temas essenciais à boa gestão pública. Os processos de implementação desses temas estão sendo construídos a passos pequenos, não apenas devido à incipiência dos temas notada logo no início da implementação, mas também por causa de mudanças de direcionamento, tanto nos processos a serem realizados quanto na própria priorização de objetivos e metas a serem alcançados.

Não obstante os desafios postos, o órgão segue com o seu planejamento até 2023, referenciados pelos seus instrumentos de planejamento e ações decorrentes deles. Considerando os avanços na estruturação da governança no aprimoramento dos processos de planejamento e gestão em 2022, no que se refere às ações relatadas neste capítulo 1, o MTur fortaleceu sua atuação buscando, assim, iniciar um processo de redução do impacto de ameaças à consecução dos seus objetivos institucionais.

Como exemplo de ações de melhoria no processo de Governança e Gestão Pública desta pasta em 2022, pode-se citar a consolidação, análise e ampla divulgação dos resultados do Questionário do iGG – TCU, apresentados no [Relatório Individual de Autoavaliação do exercício de 2021](#). Tendo como objetivo a atualização dos índices que tiveram seus resultados considerados à época como “inexpressivos”, esta Pasta buscou o levantamento de informações junto às áreas responsáveis para identificar as ações de melhoria que estavam sendo executadas e possíveis dificuldades encontradas, com vistas a aprimorar os índices do IGG-TCU para os exercícios futuros, fato esse que se configura como um dos desafios do Ministério para o ano de 2023.

A partir da construção de uma estratégia alinhada ao PPA e suas políticas setoriais, potencializou-se não apenas os resultados institucionais, mas também a geração de valor para a sociedade. Um amadurecimento do tratamento dos mecanismos de gerenciamento de riscos permitirá a consolidação de controles mais efetivos e eficientes, o que permitirá a atuação mais segura em relação aos riscos que se relacionam à execução de políticas para os setores do turismo e da cultura.

Nesse contexto, ainda, o MTur integra suas políticas por meio da gestão voltada para a inovação, desburocratização, aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, uso estratégico dos recursos tecnológicos para uma maior transparência das suas ações e dados em seu sítio eletrônico. Com a apresentação da Transparência Ativa no sítio do MTur para a prestação de contas anual, as atividades do órgão se apresentam com mais visibilidade para a sociedade e para os órgãos de controle.

Com o avanço da vacinação e demais protocolos estabelecidos para mitigação da pandemia, estamos nos aproximando de um cenário mais próximo da realidade que vivíamos no período pré-pandemia e, diante disso, é nítido que estamos vivendo um excelente momento para o turismo e que as viagens voltaram a fazer parte do desejo de consumo e da realidade de muitos turistas nacionais e internacionais, sendo um momento muito oportuno para recuperação do setor turístico brasileiro.

Diante disso, para o exercício de 2023, o MTur projeta a continuidade de iniciativas que auxiliem no alcance dos objetivos estratégicos do PEI, em especial as ações pós-pandemia, mediante estratégias pautadas no desenvolvimento social e econômico, na geração de emprego e renda, na melhoria de infraestrutura turística e no aumento da competitividade dos serviços turísticos. Como exemplo, cita-se ações de infraestrutura turística na área do turismo náutico, retomada de obras paralisadas, ações de qualificação que buscam elevar a qualidade dos serviços prestados no país e interlocução com outros órgãos e representantes do segmento aéreo para redução do preço das passagens aéreas.

Além disso, diante das novas diretrizes do Governo Federal, além das mudanças já constantes na própria estrutura do Ministério do Turismo, a pasta retomará ações de aproximação com seus públicos de interesse, voltando-se à ampliação do diálogo, implementação de ações e discussões voltadas a sustentabilidade e mudanças climáticas, além de uma aproximação com o mercado dos

eventos culturais, que movimentam milhões de turistas por todo o Brasil, com grande impacto na economia.

Cumprе destacar que em 2022 foi editada a prorrogação da vigência do Plano Nacional de Cultura até 2024 por meio da [Lei nº 14.468, de 16 de novembro de 2022](#), que altera a [Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010](#), que institui o [PNC](#). Igualmente, foi elaborada proposta de prorrogação da vigência das metas do Plano Nacional de Turismo para até o final de 2023, alterando o [Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019](#), que aprova o [PNT 2018-2022](#). A prorrogação das ações vinculadas aos dois Planos permite que se mantenham em execução as políticas voltadas às duas temáticas, entregando aos cidadãos os produtos e serviços a eles direcionados e que essas ações continuem a contribuir para o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos para o turismo e a cultura.

No âmbito da cultura, o ano de 2023 constitui-se como um momento fundamental para a retomada das políticas públicas do setor, que ganham novamente um órgão na condição de Ministério como propulsor de ações que fomentem a cultura e a arte feita no país.

Será necessário demonstrar a responsabilidade do órgão diante da sociedade, exemplificando o potencial e a representatividade que a cultura tem para o Brasil e para o mundo. Pretende-se estabilizar o Ministério enquanto órgão da Administração Pública Federal, com uma política de estado atuante. A cultura será vista como uma ferramenta de transformação e emancipação social, como um vetor econômico real e potente, gerador de valor para a sociedade em todos os níveis.

O primeiro movimento na reestruturação do Ministério é a elaboração do novo Planejamento Estratégico do órgão, onde se traçará um panorama do corpo do Ministério, demonstrando sua missão e visão de futuro, individual e coletivamente entre os agentes do órgão, para que a partir daí se plante o modelo que se quer de órgão público sério, preocupado em assegurar a inclusão social, a geração de emprego e renda, a preservação dos patrimônios culturais e artísticos materiais e imateriais do país.

No que se refere aos desafios propostos para o eixo da cultura, consta ressaltar que o PEI está sendo revisto pela nova gestão, e nesse contexto houve a realização de uma oficina de planejamento em março de 2023, na qual foi definida a nova lista dos desafios no âmbito da Cultura, previstos para o exercício de 2023, vinculados ao alcance dos resultados almejados pela Pasta. Ademais, ressalta-se que a lista dos desafios referenciada abaixo consta ainda em processo de construção, a saber:

FORTALECER CAPACIDADE DE GESTÃO	Recompor estrutura física e material
	Recompor estrutura de pessoal
	Reconstituir sistemas (digitais)
	Reestabelecer fluxos administrativos
	Fortalecer a gestão de pessoas
	Formar e qualificar gestores e funcionários
	Estruturar organização de informações, dados e indicadores culturais

	Profissionalizar metodologias e ferramentas de gestão
	Garantir uma plena execução orçamentária das políticas culturais
	Realizar transformação digital
INSTITUCIONALIDADE E PERENIDADE	Normatizar programas, políticas, instâncias e instrumentos
	Estabelecer uma fonte de financiamento perene para a cultura
	Superar a descontinuidade e sazonalidade das políticas culturais
GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO	Desenvolver atribuições, papéis e processos de gestão
	Promover espaços para elaboração e construção de compreensões compartilhadas
	Integrar informações, dados e indicadores culturais
	Integrar, articular e territorializar políticas para superar a fragmentação das políticas públicas
TRANSVERSALIDADE	Definir prioridades de temáticas e políticas para atuação transversal.
	Relacionar a política cultural com políticas públicas de inclusão social.
	Transbordamento para garantir a cultura como ativadora e comunicadora em todos as políticas.
CENTRALIDADE	Trabalhar a importância estratégica da dimensão cultural junto aos demais órgãos e ministérios do governo federal
FEDERALIZAR POLÍTICA CULTURAL	Estabelecer coordenação federativa do uso dos recursos
	Qualificar capacidade de gestão dos entes federativos
	Fortalecer SNC enfrentando o déficit de participação
	Ampliar infraestrutura cultural
	Qualificar capacidade de gestão de agentes, coletivos e organizações culturais da sociedade civil
DESCENTRALIZAR POLÍTICA CULTURAL	Democratizar os instrumentos da política cultural
	Fortalecer as cadeias produtivas da cultura
	Formalizar e garantir direitos do trabalho cultural
	Construir ambientes e mecanismos de participação amplos
FORTALECER ARCABOUÇO PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Estruturar marcos de repactuação das prioridades com sociedade
	Incorporar estratégias de participação durante o ciclo contínuo das políticas culturais
	Extrapolar participação social para novos canais, formatos e agentes sociais
	Enfrentar, via SNC, déficit e atrofia de participação nos entes federativos

	Mobilizar e engajar sociedade civil para atuar como parceira nas ações públicas de cultura e na defesa das políticas culturais.
	Consolidar a compreensão da cultura enquanto um direito básico e fundamental
IMAGEM DA CULTURA E DA POLÍTICA CULTURAL	Atrair a percepção da cultura ao exercício da democracia e cidadania
	Desenvolver comunicação simples e popular para democratizar compreensão das políticas culturais
	Recuperar e reabilitar a credibilidade e legitimidade do MinC
	Enfrentar permanentemente conservadorismo, desordem informacional e cerceamento à liberdade de expressão artística
	Ressignificar a cultura e as artes no imaginário brasileiro
	Resgatar importância da cultura para a economia
	Promover cultura brasileira no mundo

No que concerne aos desafios e às incertezas que possam impactar o eixo turismo, tem-se, diante dos impactos remanescentes da pandemia, o alto custo dos deslocamentos aéreos que vem impactando a malha aérea e o poder de compra do brasileiro, principalmente em virtude do aumento dos combustíveis para avião, o que tem demandado uma grande interlocução do Ministério do Turismo junto ao poder legislativo, órgãos governamentais e representantes das companhias aéreas.

Por ser uma pauta econômica, o turismo é impactado diretamente por medidas fiscais e tributárias, portanto, a dificuldade de acesso ao crédito devido à alta taxa de juros e a demora na aprovação da reforma tributária são questões que podem prejudicar o setor.

Além disso, no âmbito mais organizacional, tem-se a necessidade de revisão de procedimentos, normativos e ações em virtude das mudanças políticas e estruturais ocorridas em toda a administração pública federal, que muitas vezes demandam reestudo por parte das equipes técnicas e dos gestores públicos.

Ainda, a significativa redução orçamentária do Ministério do Turismo, bem como mudanças na estruturação da área administrativa, podem trazer eventuais dificuldades para a execução das atividades planejadas. Com a implementação do novo modelo de arranjos colaborativos trazidos pela [Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023](#) e pela [Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023](#), há uma necessidade premente de adaptação ao seu modelo de funcionamento, com uma melhor definição pelos órgãos centrais das atividades que serão de competência dos órgãos provedores e demandantes, bem como de procedimentos para formalização das demandas de serviços administrativos, objetivando o reestabelecimento dos fluxos de trabalho atinentes às áreas administrativas dos ministérios impactados pela medida.

Capítulo 2

2.1 Resultados Institucionais do MTur

2.1.1 Introdução

Referem-se aos objetivos consolidados na perspectiva resultados institucionais do mapa estratégico do MTur. Representam as entregas mais diretas à sociedade, as quais derivam, especificamente, das competências precípuas do órgão.

2.1.2 OE 03 – Fortalecimento do turismo doméstico e internacional

O Turismo Náutico é caracterizado pelo contato com a água – salgada ou doce – e que está ligado à navegação, à prática de esportes aquáticos ou outras atividades realizadas na água.

Figura 15: Turismo Náutico



Fonte: Captura de tela do vídeo encontrado no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=NTlqgV2e7iA> – Acessado em 28/03/2022

Hoje quando fala-se sobre turismo em águas, vêm à mente do cidadão comum, grandes embarcações luxuosas, o trabalho desta campanha é apresentar as verdades por trás do turismo náutico, que são as embarcações de massa utilizadas pela classe média brasileira quando do usufruto do gozo de suas férias, sendo catamarãs e embarcações de capacidade de dez vidas. Foi produzido um [filme](#) com custo de R\$ 135.070,00 (cento e trinta e cinco mil e setenta reais).

O MTur realizou ainda uma campanha que teve como objetivo o de posicionar o Brasil como destino criativo por meio de uma web série que revele lugares e experiências de destaque nas diferentes áreas criativas no território brasileiro: Gastronomia; Design; Artesanato e Artes Populares;

Música; Cinema e Artes Midiáticas, com objetivo de aumentar o fluxo de visitantes e aquecer a economia do setor turístico em âmbito Nacional. A web série pode ser acompanhada no canal do Youtube do Ministério do Turismo: Cidades Criativas do Brasil. Os custos dos filmes de [Campina Grande](#) e Recife foram de R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais), cada.

Figura 16: Artes Midiáticas



Fonte: Captura de tela do vídeo encontrado no vídeo <https://youtu.be/RFbiNbvT7eo> – Acessado em 27/06/2022

Foram realizadas ainda as festas de São João, que são eventos que fazem parte da identidade cultural do país, e compõem o Calendário Nacional de eventos do Mtur. São importantes indutores de fluxo turístico e responsáveis por movimentar a economia de várias cidades e municípios brasileiros.

Figura 17 : Campanha – “Vai ter Pescaria, Sim”



Fonte: Captura de tela do vídeo encontrado no vídeo https://youtu.be/_16XRI_wE7E – Acessado em 20/06/2022

Foi efetivada ação de comunicação com valores autorizados na ordem de R\$ 9.703.336,97 (nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos). A ação faz o convite a toda a população para viajar ao país, em um tom carregado de alegria e esperança, estimulando a participação e a comemoração da volta dos festejos juninos.

Como apoio à campanha de Festas de São João, foram produzidos ainda [dois materiais, um vídeo e um portfólio sobre festejos juninos](#), cujo conteúdo é atemporal e que podem ser utilizados em outras épocas do ano.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) declarou, em 2021, o forró como Patrimônio Cultural e Imaterial Brasileiro. Com o objetivo de tornar essa tradição ainda mais viva, foi desenvolvido material que desse luz à importância cultural e regional dos festejos juninos para o país e revele onde os usuários poderão ter mais informações, curiosidades e acesso às políticas públicas que giram em torno do assunto. Essa foi uma oportunidade de manter a memória desse ativo turístico aquecida para o momento de retomada do calendário de eventos nacionais, reforçar e resgatar aos brasileiros a nossa identidade sociocultural por meio de curiosidades e conteúdos que informem sobre o que são os festejos juninos, sobre termos tido o forró como patrimônio cultural e imaterial do Brasil, entre outros. Foi produzido [um filme](#) ao custo de R\$ 249.114,09 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e quatorze reais e nove centavos) e um portfólio com o dispêndio de R\$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais).

Houve ainda a campanha “Viaje pelo Brasil”, que teve como objetivo da campanha incentivar a população a conhecer os destinos e variedade de opções turísticas que o Brasil tem a oferecer além do consolidado segmento de Sol e Praia. Porém, muitos destinos com potencial de atratividade pela cultura e belezas naturais apresentam dificuldade de acesso, seja no modal rodoviário, pela qualidade das estradas, seja pelo modal aéreo, pela insuficiência da malha aérea e/ou custos das passagens. Foi autorizada a produção de filme. Houve valores autorizados para [a campanha](#) no montante de R\$ 224.500,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais).

2.1.3 OE 04—Consolidação do turismo e da cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico

Em consonância com as metas estabelecidas pelo Ministério do Turismo (MTur), entre as quais figura a de desenvolver o turismo como atividade econômica, dado o seu relevante potencial para a geração de renda, empregos e divisas, tornou-se necessário avançar na formalização dos empreendimentos do setor. Nesse sentido, o Ministério do Turismo tem adotado diversas iniciativas e ações que visam à ampliação do grau de formalização do universo de prestadores de serviços turísticos. Um passo concreto para o êxito desse trabalho foi dado com o advento do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Trata-se de sistema de dados e informações sobre o setor de turismo, que vem sendo consolidado e que no ano de 2022 integrou-se com as bases de dados de outros órgãos do governo, notadamente, a Plataforma Gov.br, o ConectaGov, a Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú e a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2022, o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur logrou a consolidação do Comitê Consultivo do Cadastur (CCCad), instituído pelo Decreto nº 11.264, de 24 de novembro de 2022, que tem como objetivo incentivar e promover a integração dos diversos segmentos do setor turístico na discussão de temas relacionados à prestação de serviços turísticos. Esse Comitê possibilitará a participação das entidades representativas do setor, juntamente com o poder público, na discussão de inovações e soluções legais para que o Cadastur reconheça novos negócios, contribuindo à formalização do turismo.

Uma das ações realizadas neste ano foi o incentivo de adesão de empresas do segmento do turismo à plataforma digital de resolução alternativa de conflitos no sítio Consumidor.gov.br.

Aderiram à Plataforma 33 (trinta e três) grandes empresas que, trimestralmente, estão sendo monitoradas, por meio de dados relativos à resolutividade das demandas (total e por empresa), o quantitativo de demandas não respondidas, principais problemas relatados pelos consumidores, dentre outros dados, visando acompanhar o mercado para posteriormente alinhar boas práticas na solução de conflitos entre prestadores e turistas.

A referida parceria contou, também, com a confecção de informativos aos turistas, que objetivam subsidiar os consumidores com dicas e orientações sobre serviços turísticos, de modo a propiciar um ambiente mais seguro de contratação por parte dos consumidores, com a mitigação da assimetria de informação, resultando em relações de consumo mais equilibradas e garantindo boas experiências turísticas. No exercício de 2022 foram produzidos 2 (dois) informativos: “[Viajando de Carro](#)”, abordando as relações de consumo em rodovias federais sob concessão, e “[Turismo Seguro em Ambientes Naturais](#)”, com enfoque nos cuidados na contratação de serviços de ecoturismo e turismo de aventura, além de outras atividades na natureza.

Outro importante projeto, iniciado no ano 2022, foi a reestruturação do Sistema da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNHRH. Obrigação imposta pela Lei nº 11.7771, de 2008, para os meios de hospedagem, a FNHRH, será capaz de permitir o preenchimento eletrônico integral do documento pelos hóspedes; dinamizar o tempo de check-in, tanto para o hotel, quanto para o visitante; gerir dados e indicadores turísticos, de forma dinâmica e em tempo real, a fim de orientar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor; contribuir para segurança pública, quando usada como parte da inteligência.

Merecem menção, também, as operações de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, realizadas em 2022, as quais tiveram repercussão positiva para efeito da oferta turística, haja vista os resultados colhidos com esse trabalho. Contando com seis fiscais, o Ministério, em conjunto com os órgãos delegados de turismo, visitou 04 (quatro) municípios indutores do turismo: Bertioga e Guarujá em São Paulo; Ipojuca, em Pernambuco -PE e Capitólio, em Minas Gerais – MG.

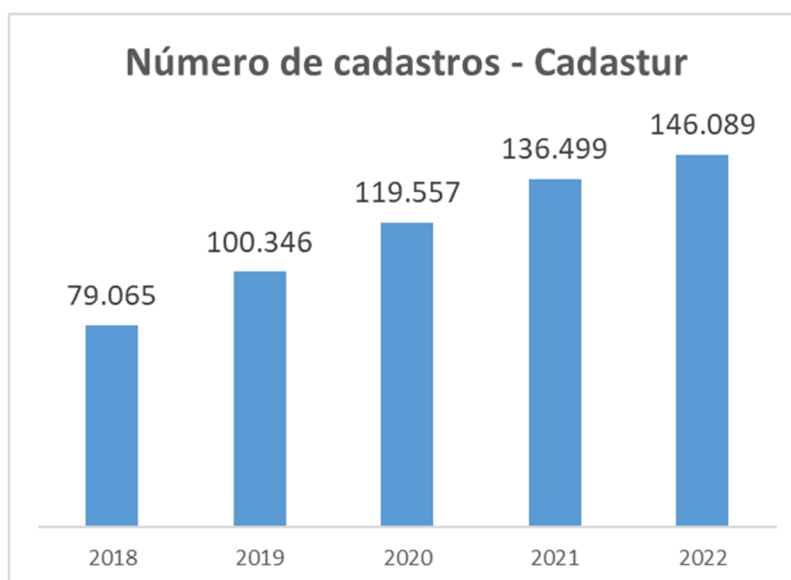
Além disso, quanto ao projeto de fortalecimento do relacionamento com o setor e as secretarias estaduais de turismo, encontra-se em fase de assinatura, o acordo de cooperação para descentralização da fiscalização com o município de Guarujá, no estado de São Paulo, bem como foi assinado o Acordo de Cooperação com o município de Armação de Búzios, Rio de Janeiro/RJ, [Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2022](#).

Assim, no próximo exercício, pretende-se capacitar servidores nesses municípios, a fim de ampliar a área de atuação do MTur, em locais em que ainda se faz necessária a regularização por parte do setor, bem como a sensibilização/fiscalização para sua legalização.

Por fim, no ano de 2022 o Cadastur obteve um aumento de 7% no número de registros de prestadores de serviços turísticos, atingindo-se um total de 146.089 cadastros.

E, para o ano de 2023, os desafios são: consolidar a marca do Cadastur; aumentar o número de registros, por meio de benefícios atrelados ao cadastro; ampliar o Cadastur, por meio do CCCAD, incluindo outras atividades hoje consolidadas no turismo; interligar o Cadastur a outras redes de dados, desburocratizando a abertura e o funcionamento de novas empresas e ampliar as parcerias com organismos públicos e privados que atuem no setor.

Gráfico 8 - Número de Cadastros (Cadastur)



Fonte: Elaborado por SNDTur/MTur

Ainda no ano de 2022 houve avanços quanto ao Projeto “[Experiências do Brasil Rural \(EBR\)](#)”. Aconteceu a entrega e lançamento, de produtos, ainda, da 1ª Edição do projeto, como os vídeos da validação dos roteiros, os vídeos promocionais, os [catálogos](#) e o livro de receitas do “Cozinha Show Itinerante”, um outro produto do Experiências do Brasil Rural, onde renomados chefs brasileiros

executam a releitura de pratos típicos do campo junto aos cozinheiros locais, apresentando os produtos da agricultura familiar e as experiências dos roteiros que integram o Projeto.

Durante todo o ano de 2022, esteve em execução a 2ª Edição do Projeto Experiências do Brasil Rural, uma parceria entre os Ministérios do Turismo e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Universidade Federal Fluminense (UFF), que tem por objetivo “promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo por meio do incentivo à promoção e comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar no turismo”.

Nesta segunda fase do projeto, foram selecionados seis roteiros turísticos pertencentes às cadeias agroalimentares do café, cachaça, farinha de mandioca e mel. Os roteiros selecionados para a segunda edição foram o “Caminhos de Dona Francisca” de Santa Catarina, a “Rota do Engenho” e a “Rota Caminhos de Itabaiana”, de Sergipe; a “Rota Verde do Café”, do Ceará; a “Rota Turística do Café”, o “Roteiro do Café e do Vinho”, em São Paulo. Ao longo de cerca de 6 meses, os roteiros turísticos selecionados foram acompanhados pela equipe técnica do projeto em atividades de diagnóstico, capacitação e mentorias, oficinas para formatação de experiências turísticas memoráveis, validação e apoio à comercialização.

Na etapa de promoção e apoio à comercialização, foram realizadas participações em grandes eventos do setor de turismo, onde no Festival de Turismo de Gramado – FESTURIS, o estande do Ministério do Turismo foi tematizado pelo Projeto, proporcionando a participação dos representantes dos roteiros das duas edições, para fazer a divulgação, posicionamento e comercialização de seus produtos junto ao trade turístico.

Foi realizado, ainda, o lançamento do “Manual para implementação para desenvolvimento de experiências memoráveis em roteiros turísticos” (manual com a metodologia do projeto), na feira Agrinordeste, que ocorreu em Olinda-PE, em novembro de 2022. No mesmo evento foi realizada ação de apoio à comercialização dos produtos turísticos relacionados ao turismo rural no estande do Ministério do Turismo.

Está em etapa de finalização o desenvolvimento do conteúdo audiovisual e catálogos virtuais de produtos e serviços para promoção dos empreendimentos e roteiros de experiência participantes da segunda edição do projeto, que serão lançados no início de 2023.

Em dezembro de 2022, foi aprovado e publicado [Termo Aditivo ao TED nº 01/2019](#), com um novo aporte no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). O aditivo tem como objetivo a complementação das ações de promoção e apoio à comercialização, previstas para a segunda edição do Projeto Experiências do Brasil Rural, que serão executadas em 2023.

Em 29 de dezembro de 2021, foi firmado o Contrato de Gestão 01/2021, MINISTÉRIO DO TURISMO, com a organização social SOCIEDADE AMIGOS DA CINEMATECA - SAC (CNPJ nº 59.090.092/0001-90), no valor de R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais), em que a entidade ficou responsável pela execução de atividades da CINEMATECA BRASILEIRA, compreendendo as atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional por meio da gestão, operação e manutenção da Cinemateca Brasileira, situada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se:

Realizado o primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão 01/2021, firmado entre a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo – Secult/MTur e a entidade Sociedade Amigos da Cinemateca. Publicado Extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-termo-aditivo-417826558>).

Acompanhamento do Contrato de Doação de Serviços nº 01/2021, celebrado entre o MTur por intermédio da SNAv e a SAC, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, nº 213 de 12 de novembro de 2021, <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1155995087/dou-secao-3-12-11-2021-pg-230>.

Acompanhamento dos trâmites de finalização dos contratos administrativos terceirizados de manutenção da Cinemateca Brasileira, firmados com Ministério do Turismo, no valor de aproximadamente de 9 milhões de reais.

Lançamento do Edital de Seleção Pública para seleção de entidades interessadas em indicar os membros da sociedade civil que compõem o Conselho Técnico Consultivo da Cinemateca Brasileira, criado pela Portaria SECULT/MTur nº 53, de 24 de dezembro de 2021.

Publicação da [Portaria SNAV/MTUR nº 46](#), de 05 de agosto de 2022, que teve seu [anexo I](#) retificado, a qual tornou público o resultado final da seleção de entidades associativas para a indicação de membros que comporão o Conselho Técnico Consultivo da Cinemateca Brasileira (CTCCB). No momento, aguarda-se a escolha dos membros, que ocorrerá em breve.

Constituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA, que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão 01/2021, conforme [Portaria SECULT/MTUR Nº 62](#), de 31 de maio de 2022.

Em 31 de agosto de 2022, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA, realizou sua primeira reunião para acompanhar os resultados alcançados no período de janeiro a junho de 2022, de acordo com as metas e indicadores de desempenho pactuados no Contrato de Gestão celebrado entre a Sociedade Amigos da Cinemateca – SAC e a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo – SECULT e seu Termo Aditivo firmado em 25 de julho de 2022, vindo a emitir o Relatório nº 01/2022 ([Relatório de Acompanhamento Semestral – jan/jun 2022](#)). Com o advento do Decreto nº 10.553, de 25 de novembro de 2020 (D10553 (planalto.gov.br)) que transfere o Conselho Superior do Cinema (CSC), da Casa Civil da Presidência da República para a estrutura da Secult/MTur, assim, a SNAV tem envidado esforços para possibilitar a reestruturação e o pleno funcionamento do referido colegiado.

Publicação da [PORTARIA SECULT/MTUR Nº 30](#), DE 13 DE MAIO DE 2021, a qual designou os membros para compor o Conselho Superior do Cinema. De janeiro a setembro foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias.

No início de 2022, em 2 de fevereiro, foi realizada a primeira reunião ordinária na Cinemateca Brasileira, de forma híbrida, com a participação de Conselheiros de forma presencial e por videoconferência. Na ocasião, foi apresentado aos conselheiros o atual cenário do setor de Games, que se encontra em crescimento no Brasil e no mundo. As atas das reuniões do Conselho Superior do Cinema podem ser obtidas por meio do link: Reuniões — Português (Brasil).

Na mesma oportunidade, informou-se sobre o adiamento da aprovação do Regimento Interno do Conselho em razão da necessidade de a Consultoria Jurídica do MTur analisar a versão final antes da deliberação do Colegiado.

Nos termos do Decreto nº 10.553, de 25 de novembro de 2020, o Conselho Superior do Cinema se reunirá quadrimestralmente, de forma ordinária e em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente, porém ainda sem definição de datas das próximas reuniões.

Ressalta-se que não houve dispêndio de recursos nas ações que envolvem o CSC.

Por oportuno, registra-se que não foi realizada, até o presente momento, a 2ª Reunião Ordinária do Conselho.

Quanto à elaboração, admissibilidade e aprovação de projetos audiovisuais oriundos de renúncia fiscal, bem como de editais de seleção pública e de instrumentos de transferências voluntárias, incluindo os projetos oriundos de emendas parlamentares, os quantitativos de cada fonte de fomento foram, (no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura, [Lei nº 8.313](#) de 23 de Dezembro de 1991), 244 propostas transformadas em projetos e autorizada a captação dos recursos por meio de patrocínio e 232 projetos homologados para execução. Estão em análise de admissibilidade 40 propostas, sendo 26 diligenciadas e 14 aguardando análise.

No que se refere aos Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Territorial do Turismo, este processo realiza um conjunto de atividades que visam apoiar na elaboração e execução de planos de desenvolvimento do turismo, no âmbito regional, municipal e estadual, com o objetivo de promover a estruturação dos destinos turísticos, de modo a ampliar a competitividade dos destinos nacionais, melhorar a capacidade de gestão da atividade turística, promover a criação de emprego e renda, em especial para as populações locais, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo.

No exercício de 2022, dos 16 (dezesesseis) convênios firmados, 06 planos territoriais foram concluídos, que permitirão os investimentos federais nos territórios, 08 (oito) continuam em execução, e 02 (dois) convênios foram cancelados, entre eles: Secretaria de Turismo do Estado do Pará/PA e Município de Alto Paraíso/GO.

Tabela 2. Quadro comparativo por exercício, Planos concluídos.

Planos de Desenvolvimento Territoriais			
Convênios concluídos			
Ano	2020	2021	2022
Quantidade	03	03	06

Fonte: Elaborado por SNAIC/MTur.

Tabela 3. Produtos aprovados por estado, ano 2022.

e	F	Nº DO CONVÊNIO/ANO	CONVENENTE	PRODUTO APROVADO
	I	87998 2/2018	Município de Ilha Grande	Plano de Desenvolvimento Territorial de Ilha Grande - PI
	R	87998 3/2018	Município de Campo Magro	Plano de Desenvolvimento Territorial de Campo Magro/PR
	S	88000 5/2018	Município de Bento Gonçalves	Elaboração do Plano Municipal de Turismo de Bento Gonçalves/RS
	C	87364 5/2018	Amurel/Serra & Mar	Plano de Desenvolvimento Territorial da Região Serra & Mar - AMUREL
	C	86530 7/2018	Cisama	Plano de Desenvolvimento Territorial de da Serra Catarinense
	C	88007 3/2018	Município de Camboriú	Plano de Desenvolvimento Territorial de Camboriú/SC

Fonte: Elaborado por SNAIC/MTur.

Os dados estão disponíveis para consulta em www.regionalizacao.turismo.gov.br.

2.1.4 OE 05 - Fortalecimento da Identidade Cultural e da Economia Criativa

Desde 2021, o Ministério do Turismo contou com uma importante estratégia de posicionamento dos destinos brasileiros. Trata-se dos [Destinos Turísticos Inteligentes](#) (DTI Brasil), que tem o objetivo adaptar a metodologia de DTI (criada na Espanha, em 2012) à realidade brasileira, de maneira a promover e estimular o desenvolvimento de cidades turísticas brasileiras, transformando-as em Destinos Turísticos Inteligentes.

No Brasil, 10 cidades das cinco regiões fazem parte do projeto-piloto da iniciativa. São eles: a capital federal, Brasília, e Campo Grande (Centro-Oeste); Recife/PE e Salvador/BA (Nordeste); Rio de Janeiro/RJ e Angra dos Reis/RJ (Sudeste); Florianópolis/SC e Curitiba/PR (Sul); Rio Branco/AC e Palmas/TO (Norte).

Os locais foram selecionados a partir de critérios como conectividade, disponibilização de internet pública gratuita e índices de empreendedorismo e de desenvolvimento humano, entre outros. O projeto-piloto buscou adaptar ao Brasil a metodologia de DTI criada na Espanha, em 2012, pela SEGITTUR (Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas).

O projeto-piloto iniciado no ano passado transformou-se em uma estratégia nacional, com futuro trabalho em novos destinos.

Em agosto deste ano, as cidades receberam certificados de “Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) em Transformação” e foi apresentado, ainda, o Manual Metodológico do Modelo DTI Brasil, que orienta o processo de implantação de destinos do tipo (Acesse [AQUI](#)). O documento auxilia localidades a se organizarem de forma estruturada gerenciando, de maneira inovadora, o uso de tecnologias adequadas para facilitar o alcance dos parâmetros exigidos. Em breve, os destinos serão avaliados pelo MTur, que vai conceder o Selo DTI aos que cumprirem pelo menos 80% dos planos de transformação.

A institucionalização da Rede Brasileira de Cidades Criativas ([RBCC](#)) é um projeto previsto no Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 do Ministério do Turismo e conta com a parceria da Secretaria Nacional de Economia e Diversidade Cultural, vinculada à Secretaria Especial de Cultura, do SEBRAE e da CNC na sua implementação.

Fomentar investimentos e novos negócios, lançada em outubro de 2020, a Câmara do Turismo 4.0 é uma iniciativa que conta com a coordenação do Ministério do Turismo (MTur) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com participação de instituições empresariais, governamentais e acadêmicas.

O colegiado da Câmara de Turismo 4.0 tem como objetivo identificar gargalos à adoção de ferramentas tecnológicas na área, fomentar o desenvolvimento de inovações e incentivar a criação de startups voltadas ao segmento, entre outros propósitos. O trabalho permitiu, ainda, o lançamento de produtos o Catálogo de Soluções Tecnológicas para Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) apresentado na reunião virtual da Câmara de Turismo 4.0, em novembro.

A publicação, elaborada pelos ministérios do Turismo; da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o Instituto Ciudades del Futuro (ICF), da Argentina reúne inovações tecnológicas na área de turismo desenvolvidas por micro e pequenas empresas, startups e órgãos públicos. (Acesse [AQUI](#)).

Quanto ao Projeto “Turismo Gastronômico”, nos primeiros meses de 2022, foram concluídas as atividades da consultoria especializada contratada pelo MTur por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, que teve por objeto a “Promoção do turismo cultural em sítios do patrimônio cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento sustentável”. O trabalho realizado e os conteúdos desenvolvidos por meio da consultoria tiveram como finalidade apoiar o Ministério e demais atores envolvidos nas atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável do Turismo Gastronômico. No período de janeiro a março de 2022, foram realizadas as seguintes entregas:

- Levantamento de subsídios e sistematização de informações que irão contribuir para o documento propositivo do Programa Nacional de Turismo Gastronômico.
- Texto Final do Programa Nacional de Turismo Gastronômico - documento técnico propositivo contendo insumos que orientem a adoção de estratégias e instrumentos de fomento ao turismo gastronômico para a promoção do turismo sustentável.

Outro instrumento firmado para trabalhar a pauta do turismo gastronômico, foi o [Termo de Execução Descentralizada \(TED\) nº 01/2020](#), firmado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Federal de Brasília (IFB), tendo como objeto estabelecer “Prospectivas para o Turismo Gastronômico no Brasil: fomento à pesquisa em turismo gastronômico com vistas a produção de conhecimento, identificação de tendências e sistematização de informações para subsidiar e apoiar o Programa

Nacional de Turismo Gastronômico do Ministério do Turismo de modo a ampliar a competitividade do destino Brasil por meio da gastronomia".

Nos primeiros meses de 2022, foram entregues os certificados referentes à conclusão da primeira turma do Curso de Extensão em Turismo Gastronômico, iniciado em dezembro de 2021. No mês de março, nos dias 27, 28 e 29, aconteceu a primeira edição do Seminário Internacional de Turismo Gastronômico, no município de Paraty-RJ, no qual foram apresentadas todas as ações realizadas pelo MTur nos últimos 3 anos em prol do Desenvolvimento do Turismo Gastronômico brasileiro, inclusive com o lançamento oficial do Programa Nacional de Turismo Gastronômico. O seminário também foi um momento de encontro de especialistas de todo o mundo, inclusive de representantes da Organização Mundial do Turismo, onde foram discutidas e disseminadas as políticas públicas, tendências de mercado e soluções para o Desenvolvimento do turismo gastronômico no Brasil.

Diante da alta demanda recebida e do sucesso da conclusão da primeira turma do [Curso de Extensão em Turismo Gastronômico](#), iniciado em dezembro de 2021, a qual qualificou mais de 150 gestores e profissionais de todo o país. O Ministério do Turismo e IFB publicaram, em junho de 2022, o edital de seleção para a 2ª turma do curso de extensão a distância em Turismo Gastronômico para Gestores do Turismo. Onde foram ofertadas 300 vagas no total, sendo 150 destinadas para ampla concorrência e 150 para candidatos indicados pelo Ministério do Turismo e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), instituição parceira no desenvolvimento do conteúdo do curso. As aulas virtuais tiveram seu início em 15 de agosto de 2022 e foram finalizadas em 15 de outubro de 2022.

Ainda, nesse mesmo período, ocorreu a ação de benchmarking do Projeto Prospectivas para o Turismo Gastronômico no Brasil, que irão subsidiar a produção de uma web série e documento técnico-orientador ilustrado sobre roteirização turística com foco em turismo gastronômico. A ação foi realizada em São Paulo/SP, a maior cidade da América Latina, com atrativos turísticos gastronômicos infindáveis, onde foram explorados restaurantes, chefs de cozinha e atrativos turísticos, que mesclam a tradição e a modernidade, o central e o periférico, o inovador e o tradicional. Os produtos de roteirização turística com foco em turismo gastronômico serão entregues em março de 2023.

Houve ainda o lançamento dos [Boletins de Inteligência Mercadológica do Turismo BIMT](#), voltado ao [Turismo Gastronômico](#) e ao [Turismo Rural](#) e todas as ações que vem sendo desenvolvidas pelo MTur nesses dois segmentos.

No final de setembro, foi realizada uma ativação do Programa Nacional de Turismo Gastronômico na Feira ABAV 2022 em Recife (PE), onde foram realizadas 6 (seis) oficinas gastronômicas na Cozinha-Show no estande do MTUR com a participação de chefs convidados(as) e degustação para o público visitante.

E em novembro, o Ministério participou do I Seminário para Multiplicadores do Programa Nacional de Turismo Gastronômico, realizado em Aracajú/SE, como uma forma de sensibilizar o Gestor de Turismo da Região Nordeste, da importância e relevância do tema para o desenvolvimento do turismo na região.

Para encerrar o ano, foi finalizada a primeira versão do Plano de Ação do Programa Nacional de Turismo Gastronômico, desenvolvido a partir dos cinco objetivos estratégicos priorizados no âmbito

do Programa, que vão do fortalecimento das políticas públicas à oferta realizada pelos destinos turísticos em uma perspectiva de valorizar a cultura alimentar, os produtos agroalimentares brasileiros diferenciados e promover o desenvolvimento territorial com inclusão e sustentabilidade. Os cinco objetivos estratégicos foram desdobrados em 15 ações, nas quais são apresentados seus atores, diretrizes, prazos e metas, tendo 2030 como horizonte temporal. O Plano deverá ser enviado para consulta pública ainda no início de 2023.

No vetor do fomento à diversidade cultura brasileira, o Programa Cultura Viva é uma política cultural voltada para o reconhecimento e apoio à atividades e processos culturais já desenvolvidas, que estimula a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura. Em relação aos pontos de cultura, instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas e organizações sociais, que desenvolvem atividades culturais em suas comunidades, as ações em 2022 se concentraram no fortalecimento da rede de pontos e no apoio a eventos que contribuíram para os objetivos do Programa Cultura Viva.

2.2 Resultados finalísticos

A seguir são apresentados os principais resultados da perspectiva processos internos do mapa estratégico, os quais decorreram do fomento de planos, programas, projetos e ações relacionados, principalmente, a temas priorizados no exercício de 2022.

2.2.1 OE 6 - Fomentar Turismo em Natureza

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, no âmbito do PRODOC com a UNESCO, o MTur incumbiu-se de prestar apoio técnico na execução da seguinte atividade: Elaborar proposta de modelagem econômico-financeira e jurídica para parcerias com a iniciativa privada e com o terceiro setor para a captação de investimentos em UC's priorizadas.

Em 2021, foi realizada a contratação dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos Parques Nacionais da Serra da Bodoquena/MS (CLT00480/2021, no valor de R\$ 248 mil), dos Lençóis Maranhenses/MA (CLT00446/2021, no valor de R\$ 270 mil), de Jericoacoara/CE (CLT00447/2021, no valor de R\$ 270 mil); e da Chapada dos Guimarães (CLT00663/2021, no valor de R\$ 502.993,00). As referidas ações foram alocadas na Ação 21AM – Articulação, Cooperação e Atuação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo, do PPA 2020-2023, e trata-se de orçamento do ano de 2019.

Objetivou-se, com a contratação dos referidos estudos, subsidiar potenciais parcerias com a iniciativa privada para exploração de atividades de visitação turística voltadas à educação ambiental e à conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza.

Figura 18 - Parques Nacionais



Imagens: Acervo MTur.

Após as entregas dos estudos, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, o ICMBio e o BNDES deram continuidade ao processo de concessão dos Parques Nacionais de Jericoacoara/CE e Chapada dos Guimarães/MT (elaboração da minuta do edital e consulta e audiência pública) com acompanhamento técnico do Ministério do Turismo e do Ministério da Economia. Em setembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) anuiu ao Governo Federal, por meio do ICMBio, a continuidade, com alguns ajustes, o processo de concessão de serviços de apoio ao uso público do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT. Em outubro de 2022, foi lançado o edital para concessão desse parque. O [Leilão](#), realizado em 22 de dezembro de 2022, em São Paulo, teve como vencedora a empresa Parques Fundos de Investimentos em Participações e Infraestrutura, representada pela Fram Capita, que arrematou por R\$ 1.009.132,27 de outorga fixa pelo ativo, o que representa um ágio de 9%, com investimentos previstos de mais de R\$ 18 milhões.

Ainda na ação de gestão de atrativos naturais, o Ministério do Turismo está trabalhando na elaboração e publicação de Dados Geoespaciais Costeiros e Marinhos sobre o Turismo. O Estado Brasileiro assumiu o compromisso internacional, junto à Organização das Nações Unidas – ONU, de implementar o Planejamento Espacial Marinho – PEM até 2030. O PEM é um dos programas da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), criada em 1960, e que é secretariada pela Unesco. Trata-se de um processo sistemático de planejamento pelo qual a distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas são analisadas. A partir dessas análises, são propostas alternativas de alocações e incentivada sua implantação na forma de políticas públicas e de gestão. O objetivo final é o de promover a sustentabilidade ecológica, econômica e social das atividades humanas no ambiente marinho. Por meio do PEM, busca-se reduzir conflitos, organizar e agilizar processos de licenciamento ambiental e planejar adaptações às mudanças climáticas.

Coube à Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, viabilizar, apoiar e acompanhar estudos técnicos voltados à implementação do PEM na região definida como Amazônia Azul. Para tanto, a estruturação do PEM requer a utilização dos dados e metadados marinhos oficiais dos órgãos do Governo Federal carregados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, e disponibilizados no Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil. Destarte, para suprir a INDE com dados marinhos e com os descritores relacionados aos usos e atividades humanas, no que se refere à atividade turística, é necessário a elaboração e publicação de dados geoespaciais costeiros e marinhos sobre o turismo.

Dessa forma, encontra-se em execução o Termo de Execução Descentralizada - [TED nº 001/2022](#), celebrado em 18 de agosto de 2022, com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com o objetivo de “Disponibilizar, na INDE, uma base de dados geoespaciais costeiros e marinhos da Região Sul do Brasil, com descritores específicos para Turismo. A delimitação espacial utilizada será: limites da Orla Marítima, definidos no Decreto 5.300/04 (200m continente adentro) até os limites da

Amazônia Azul”, no valor de R\$ 440.069,20 (quatrocentos e quarenta mil, sessenta e nove reais e vinte centavos).

E, a fim de contribuir com o compromisso internacional assumido pelo país durante a Conferência da ONU para os Oceanos, em 2017, e o compromisso voluntário de implantar o PEM até 2030, o Ministério do Turismo propôs a continuidade da disponibilização na (INDE) da base de dados geoespaciais costeiros e marinhos e que será realizado gradualmente por toda a costa brasileira. Em 20/12/2022, foi iniciada a segunda região por meio da realização do [TED nº 002/2022](#), também com a FURG, tendo como objetivo “Disponibilizar na INDE uma base de dados geoespaciais costeiros e marinhos da Região Sudeste do Brasil, com descritores específicos para Turismo. A delimitação espacial utilizada será: limites da Orla Marítima definida no Decreto 5.300/04 (200m continente adentro) até os limites da Amazônia Azul”, no valor de R\$ 900.276,00 (novecentos mil, duzentos e setenta e seis reais).

O Termo de Execução Descentralizada – TED 003/2022, firmado entre o MTur e a Marinha do Brasil, em 2022, no valor de R\$ 123 mil, possui como objeto o desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis e uma aplicação web capazes de receber informações cadastrais e de posicionamento das embarcações nacionais (LATITUDE / LONGITUDE) que estejam realizando viagem de turismo ou lazer pela costa brasileira, a fim de encaminhá-las diretamente às Capitânicas dos Portos, Delegacias e Agências, visando à salvaguarda da vida humana no mar e a segurança da navegação. Será realizada também uma transformação digital, ao ser automatizado o Anexo 4-A da NORMAM-03 "Aviso de Saída".

O aplicativo digital para a segurança da navegação, encontra-se em fase de teste e sua entrega está prevista para fevereiro de 2023.

Figura 19 – Aplicativo NAVSEG



Imagem: Aplicativo Navegue Seguro. Disponível para IOS ou Android nas respectivas lojas.

Fomentar o turismo em natureza, fruto de uma parceria do Ministério do Turismo com o Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas) tem por objetivo ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, de modo a estimular o turismo em áreas naturais, gerar

emprego e renda para as comunidades nas quais os percursos se desenvolvem e promover as trilhas de longo curso como instrumento de conservação da biodiversidade.

Atualmente a RedeTrilhas conta com 1.914 quilômetros de trilhas aderidas e 2.585 quilômetros de trilhas aprovadas na análise preliminar, totalizando 4.499 quilômetros de trilhas de longo curso.

Em março de 2022, o Ministério do Turismo e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assinaram contrato com a PLANTUC Consultoria Socioambiental, responsável por desenvolver um manual com orientações para apoiar a criação, a estruturação e a promoção de Trilhas de Longo Curso no Brasil.

Como resultado deste trabalho, em novembro a SNTUR lançou o documento "Trilhas do Brasil: manual de estruturação e promoção turística das Trilhas de Longo Curso", ferramenta essencial para o desenvolvimento de produtos turísticos nas trilhas de longo curso brasileiras.

Com relação aos Geoparques do Brasil, no âmbito do [Projeto de Cooperação Técnica Internacional 914BRZ4024](#) – Promoção do turismo nos sítios do patrimônio cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento sustentável – firmado entre a UNESCO e o Ministério do Turismo, foi firmado o Contrato CLT 00900/2021 com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), instituição de apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para elaboração de "Manual de desenvolvimento de projetos turísticos de Geoparques", por meio de uma ferramenta metodológica aplicável aos projetos existentes no Brasil em seus diferentes estágios, de modo a contribuir para estruturação de mecanismos de fomento ao turismo sustentável nesses territórios".

Já com relação ao Projeto Orla, com foco na sustentabilidade e na gestão responsável das orlas do país, o MTur trabalha, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o projeto "Brasil, essa é a nossa praia!", que tem por objetivo principal orientar destinos turísticos quanto à implementação de ações de gestão responsável, incentivando a adoção de boas práticas em sustentabilidade por gestores públicos, comunidade local e turistas.

Nesse sentido, ao longo de 2022, foram realizadas diversas oficinas e reuniões para elaboração de Planos de Gestão Integrada da Orla (PGI) nos municípios de Angra dos Reis (RJ), Barreirinhas/MA, Cabo Frio/RJ, Cruz/CE, Imbé/RS, Natal/RN, Paraty/RJ, Salvador/BA, São Sebastião/SP e Vila Velha/ES. Os Planos estão em fase de análise e deverão passar por consulta e audiência pública ainda no início de 2023.

O projeto será desenvolvido até dezembro de 2023, contemplando atividades como oficinas, produção de materiais informativos e documentos para auxiliar os municípios participantes e demais interessados, além de um encontro nacional de gestores dos municípios selecionados para troca de experiências, discussão e compartilhamento de boas práticas entre os municípios.

2.2.2 OE 7 - Aprimorar o Ordenamento Turístico e Cultural

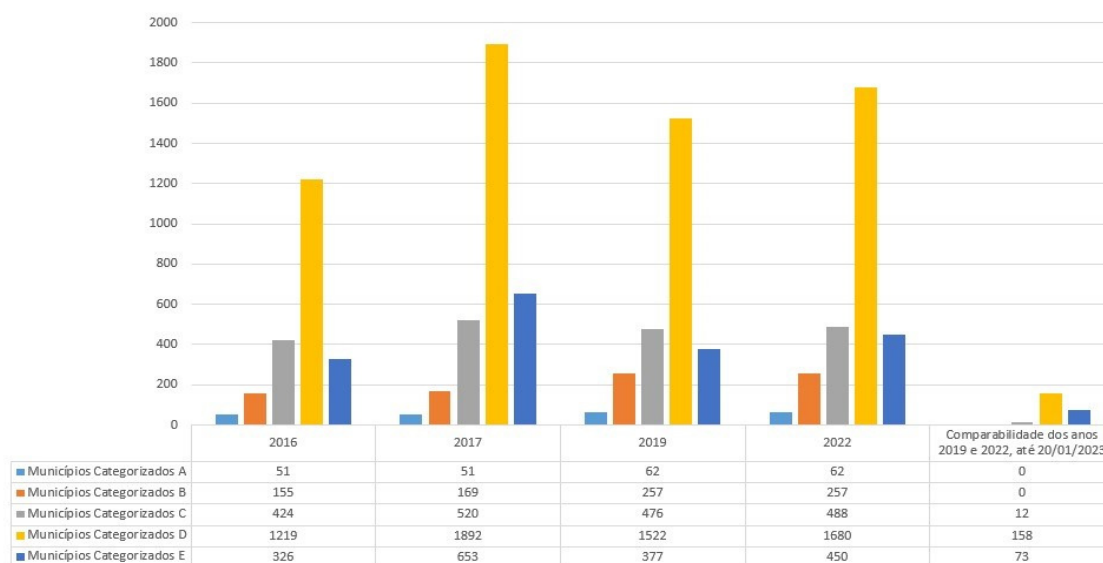
O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o Mapa que define a área - o recorte territorial - que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério, disponível em www.mapa.turismo.gov.br.

Os municípios que o compõem são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, a partir de critérios construídos em conjunto com Ministério do Turismo. O processo de atualização do mapa é contínuo, onde os gestores em âmbito municipal, regional e estadual podem realizar o seu cadastramento a qualquer momento.

Para um município solicitar sua integração em uma região turística do Mapa do Turismo Brasileiro, o órgão municipal de Turismo deverá preencher corretamente um cadastro, por meio do sistema eletrônico do Mapa do Turismo Brasileiro, disponível em www.sistema.mapa.turismo.gov.br e anexar os documentos necessários ao atendimento dos critérios estabelecidos em Portaria Ministerial, bem como realizar o contato com o representante Estadual do Programa de Regionalização do Turismo.

A Categorização dos Municípios Brasileiros do Mapa do Turismo é um instrumento que serve para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam nas regiões do Mapa. Para isso, são trabalhados dados oficiais, disponíveis para os 5.570 municípios brasileiros, retratados em torno de 05 (cinco) variáveis objetivas diretamente relacionadas à economia do turismo: quantidade de estabelecimentos e empregos no setor de hospedagem, quantidade de visitantes domésticos e internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem, por meio de uma análise de cluster e deram origem a cinco categorias de municípios (A, B, C, D e E).

Gráfico 9 – Categorização – Mapa do Turismo



Fonte: www.regionalizacao.turismo.gov.br/categorizacao/metodologia.

Os dados de 2022 atualizados até 30/12/2022.

Ainda no exercício de 2022, foi lançado em fevereiro de 2022, o “Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro”, para renovação do cadastro e novo cadastramento. Sua publicação e divulgação ocorreu em 28/03/2022.

Também foi lançado o “Relatório de Atividade Turística do Município”, que disponibiliza dados e informações de cada Município, como: planejamento e governança, sazonalidade, oferta e outros serviços, descrições de infraestrutura e acessibilidade, economia local, além de conter informações sobre os aspectos ambientais e naturais e turismo náutico, disponível no sítio eletrônico www.mapa.turismo.gov.br.

Ainda foram publicados vídeos institucionais referentes ao “Novo Mapa do Turismo Brasileiro”; ao “Novo Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro”; e “Novo processo de classificação dos municípios do Mapa do Turismo”.

No que diz respeito ao fortalecimento da gestão descentralizada, A Rede de Regionalização foi construída para estabelecer relacionamentos entre os seus participantes e promover a convergência de ações necessárias ao desenvolvimento das regiões turísticas. O Programa de Regionalização do Turismo - PRT propõe encontros ao longo dos anos, para articular e promover a integração e ampliação de conhecimento entre os estados, regiões e municípios. O Programa de Regionalização representa uma rede de mais de 3.000 interlocutores em âmbito nacional, regional e municipal.

Encontros Nacionais de Interlocutores Estaduais do PRT envolvem a participação de 26 estados e do Distrito Federal, sempre com o intuito de fortalecer a parceria entre os estados e o MTur, e fortalecer a implementação do PRT. [O 33º Encontro Nacional](#) ocorreu na data de 30/08/2022, em Brasília – DF, com a participação de 16 estados.

No exercício de 2022 aconteceu o [Seminário Nacional do PRT+Integrado](#), iniciativa compartilhada entre MTur, interlocutores estaduais e instâncias de governança regionais – IGRs (interlocutores regionais), cujo objetivo é aproximar as políticas públicas federais, estaduais e municipais, buscando um canal de interlocução e acompanhamento dos avanços do turismo. O 1º Seminário Nacional ocorreu em 22 e 23 de novembro de 2022, em Brasília – DF, com a participação de 160 gestores regionais.

Reuniões Regionais que acontecem através do PRT+Integrado que envolvem a atuação conjunta e integrada entre os IGR's, os interlocutores dos estados e o MTur para promover a troca de experiência entre líderes das governanças turísticas regionais de todo o Brasil, aprimorar a comunicação e a interlocução sobre assuntos de grande importância para o desenvolvimento do Programa de Regionalização do Turismo e apresentar as ações e programas deste Ministério que servem de base para o desenvolvimento do setor, com atenção às especificidades e diversidade da oferta de cada estado. Foram realizadas reuniões de forma virtual, que resultou em 184 atendimento às Regiões Turísticas e Representantes das Instâncias de Governanças Regionais.

Ainda no exercício de 2022, foi entregue a “[Cartilha do Plano Diretor Orientado ao Turismo](#)”, instrumento básico de auxílio à gestão pública, para instruir gestores municipais de mais de 5 mil municípios, por conter princípios, diretrizes e componentes que devem orientar a atuação na base territorial de todos os agentes públicos e privados envolvidos nas atividades turísticas e o E-book, “Alinhamento Estratégico do Programa de Regionalização do Turismo”, contendo o novo ciclo - diretrizes do programa para promover o avanço e a transformação efetiva da regionalização atrelada a uma política pública de sucesso, com foco na inclusão, na disseminação do conhecimento, em iniciativas produtivas e descentralização efetiva da gestão do turismo e da dinamicidade do setor.

Além do lançamento do vídeo institucional da Cartilha do Plano Diretor Orientado ao Turismo, instruindo o passo a passo para elaboração do Plano, disponível em www.regionalizacao.turismo.gov.br.

No exercício de 2022, o Ministério do Turismo aderiu à Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), do Ministério da Economia, e realizou algumas ações contidas no 1º Plano de Ação 2021-2023, como a Comemoração do Dia da Propriedade Intelectual por meio de solenidade ocorrida em 26 de abril de 2022, a elaboração de materiais informativos direcionados às micro e pequenas empresas, para utilização no âmbito do Programa Brasil Mais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), uma parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI para a construção do Painel Interativo do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual, a realização, em conjunto com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), do Webinar intitulado “Direitos Autorais e Pessoas com Deficiência”, bem como participações em Congressos e eventos relacionados ao tema.

Ainda em relação à OMPI, houve assinatura de Memorando de Entendimentos entre o MTur e a Organização, objetivando estabelecer estrutura e mecanismo amplo e flexível para atividades de cooperação entre os Participantes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, a fim de assegurar a implementação da Estratégia Nacional de PI e seus Planos de ação de implementação.

Foi criada a página gov.br/registroautoral, com a finalidade de difundir a importância do registro de obras. Houve ainda a atualização da página “gov.br/direitosautorais”, que tem o objetivo de difundir serviços oferecidos ao público pela SNDAPI, bem como divulgar a legislação e demais iniciativas em direitos autorais.

Foram produzidos [vídeos institucionais](#) para difusão da cultura de proteção de direitos autorais, para esclarecimento da sociedade quanto aos seus direitos e deveres no que tange ao pagamento de direitos autorais pela execução pública de obras musicais, notadamente na interlocução entre usuários e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

Já em relação ao tratado de Marraqueche, para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, a Secretaria se manifestou (internamente) sobre o [Projeto de Lei](#) e segue acompanhando o andamento da proposta. Além disso, cumpre destacar que houve atualização do [guia informativo](#) sobre o tratado.

Em relação às análises técnicas de projetos de Lei Nacionais e Instruções Normativas, a Secretaria manifestou-se tecnicamente em relação à Alteração da Instrução Normativa MTur nº 5/2021, com o intuito de tornar expresso o dever da autoridade administrativa de propor medidas para garantir a continuidade das atividades de arrecadação e de distribuição de direitos autorais nos casos em ocorra a cassação da habilitação para o exercício dessas atividades. Além disso, houve manifestação técnica da Análise do Projeto de Lei (PL) nº 3968/1997 e seus apensados (propõem ampla reforma da Lei de Direitos Autorais, com destaque à ampliação das limitações aos direitos autorais e à alteração do regime de gestão coletiva desses direitos), da Análise do Projeto de Lei (PL) nº 2370/2019 e seus apensados (propõem ampla reforma da Lei de Direitos Autorais, com ênfase em melhorias conceituais, ampliação das limitações aos direitos autorais, especificação do regime jurídico da obra decorrente de vínculo estatutário ou de contrato de trabalho, instituição de licença obrigatória e não exclusiva para utilização de obras órfãs, previsão de remuneração obrigatória por cada exibição pública da obra audiovisual, regulamentação de regime de notificações e

contranotificações de supostas violações de direitos autorais por usuários de aplicações de internet, entre outros) e da Análise do Projeto de Lei (PL) nº 5542/2020 (que propõe a obrigatoriedade do cadastramento de músicos acompanhantes ou arranjadores em fonogramas). Quanto à reforma da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), em 2022 houve consulta às Secretarias nacionais e Entidades vinculadas da Secretaria Especial de Cultura, com vistas ao envio de eventuais contribuições. A proposta segue em processo de tramitação e sendo acompanhada de perto pela SNDAPI.

Quanto ao monitoramento anual das associações de gestão coletiva habilitadas (Entidades de gestão coletiva de direitos autorais), todas as entidades habilitadas são devidamente monitoradas, por meio da apresentação anual de documentos, feita pelas referidas entidades, no sentido de verificar a adequação das associações à Lei nº 9.610/98 e seus regulamentos.

Desta forma, em 2022, os documentos relativos ao monitoramento anual, a fim da manutenção da habilitação para cobrança de direitos autorais, relativos ao período de 2021, foram enviados pelas 14 (quatorze) associações de gestão coletiva habilitadas ([listagem das associações habilitadas por categoria e modalidade](#)) até 01º de junho de 2022. (prazo final para envio da documentação).

Assim, ao final, foram produzidas Notas Técnicas contendo análise documental para fins de monitoramento das referidas entidades. Das 14 entidades atualmente habilitadas, sete tiveram sua documentação aprovada e sete tiveram apontamento de omissões e erros em sua documentação. Desta forma, seus processos foram encaminhados à Coordenação - Geral de Fiscalização e Combate à Pirataria (CGCPT), para a instauração do processo de apuração e correção de irregularidades.

O MTUR, ainda, supervisiona as entidades de gestão coletiva, ação que é desempenhada por meio do processo administrativo sancionador, no qual se insere a representação, que consiste em denúncia sobre violação às normas de gestão coletiva, podendo, inclusive, agir de ofício, caso tenha conhecimento de qualquer irregularidade sobre a atividades das associações de gestão coletiva, do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) ou de usuários de direitos autorais.

Durante o ano de 2022, deu-se continuidade à análise dos processos de apuração e correção de irregularidades, tendo em vista a necessidade de apuração das irregularidades vislumbradas na apresentação anual de documentos realizada pelas associações de gestão coletiva, habilitadas para a cobrança de direitos autorais, bem como decorrente de representações apresentadas à SNDAPI e das atividades próprias de fiscalização desenvolvidas pela Secretaria por competência legal. Necessário registrar que, conforme o caso, esses processos ainda se encontram em trâmite e poderão resultar na aplicação de advertência ou anulação da habilitação.

No período, tramitaram na SNDAPI, 63 (sessenta e três) processos afetos à competência fiscalizatória, sendo 33 (trinta e três) instaurados no exercício de 2022, tendo sido concluídos nos 4 primeiros trimestres o total de 32 (trinta e dois) processos.

Foram aplicadas 5 (cinco) sanções de advertência previstas na Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Quanto à mediação e arbitragem, destaca-se que o processo, que é sigiloso, para ter início, necessita do requerimento de uma das partes e o aceite da outra. Dito isso, em 2022, foi finalizado um procedimento de mediação sobre arrecadação e distribuição de direitos autorais, em que o requerente alegou a falta de pagamento de direitos autorais por parte do Ente Arrecadador, e

almejava com o procedimento de mediação promovido pela SNDAPI, um acordo para receber do referido Ente a quantia devida. Porém, não houve acordo entre as partes e o processo foi finalizado.

Em relação à Comissão Permanente para o aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC), cabe destacar que sua instalação se dá em atendimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 12.853/2013 c/c art. 26 e §§ do Decreto nº 9.574/2018.

Desta forma, os encontros promovidos pela Comissão, têm o intuito de promover o aprimoramento contínuo da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil, por meio da análise da atuação e dos resultados obtidos pelas entidades brasileiras, bem como do exame das melhores práticas internacionais. As reuniões, presididas pelo Secretário da SNDAPI e que contam com a participação de todos os membros designados, ocorrem por videoconferência.

Em 2022, foram realizadas duas reuniões ordinárias da CPAGC, ocorridas em 8 de junho de 2022 e 23 de novembro de 2022, sendo que uma delas teve como pauta a deliberação quanto à operacionalização dos dois foros permanentes, criados para discussão e aperfeiçoamento dos Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, de que tratou o Grupo de trabalho formado para discutir os Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do ECAD e para deliberação quanto aos mecanismos de participação social de que tratou o Grupo de Trabalho formado para discutir a atividade de cobrança pelas entidades de Gestão Coletiva no Ambiente Digital. Ao final da reunião ficou acordado com os membros, que os foros iriam ocorrer em quatro rodadas cada um, durante os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, sendo uma por mês.

Sendo assim, após a instalação do Foro para “Aperfeiçoamento dos Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do ECAD” e do “Foro que discute a cobrança de Direitos Autorais no Ambiente Digital”, foram realizadas as 1ª e 2ª Rodadas de debates. O objetivo dos Foros é viabilizar o diálogo setorial, por meio de encontros virtuais para discussão e aperfeiçoamento da regulação Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do ECAD e da cobrança no ambiente digital, validar informações, recolher demandas e mapear cenários ainda não considerados pela administração pública federal. As reuniões foram transmitidas via Youtube e estão disponíveis nos links:

Foro: Aperfeiçoamento dos Regulamentos de Arrecadação e Distribuição do ECAD:

1ª Rodada de 13/09/2022:

<https://www.youtube.com/watch?v=Qan4gLP7MEY>.

2ª Rodada de 26/10/22:

<https://www.youtube.com/watch?v=vZBP1lponYA&list=PL8AWdr87f1TSa8IMzKPWYF9JXR5Kld3X&index=8>

Foro: Cobrança de Direitos Autorais no Ambiente Digital:

1ª Rodada de 13/09/22:

<https://www.youtube.com/watch?v=kRZNXbPIpxQ>.

2ª Rodada de 26/10/22:

<https://www.youtube.com/watch?v=z6wa9bVcc0E&list=PL8AWdr87f1TS-a8IMzKPWYF9JXR5Kld3X&index=9>.

Quanto ao registro de obras intelectuais, cabe destacar que ele é feito de forma descentralizada, distribuído entre diversos órgãos, a depender da categoria da obra, como:

Escritório de Direitos Autorais – EDA/FBN;

Escola de Música/UFRJ;

Escola de Belas Artes/UFRJ;

Agência Nacional de Cinema – ANCINE;

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Brasília – CAU.

2.2.3 OE 8 - Estruturar o Turismo e a Cultura

Para operacionalização do apoio às obras de infraestrutura, a SNINFRA, por meio do DIETU, promove a celebração de contratos de repasse com Estados, Municípios, Distrito Federal e Consórcios Públicos, tendo a Caixa Econômica Federal – CEF, como mandatária.

Em 2022, o MTur recebeu 283 propostas de trabalho na Plataforma +Brasil, que se subdividem em:

Tabela 4 -Resumo da Quantidade de Propostas de Trabalho de Infraestrutura Turística - MTur 2022

Resultado Primário		Ação de Governo		PROPOSTAS ANALISADAS	PROPOSTAS EMPENHADAS
2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	153	61
6	EMENDA INDIVIDUAL	10V0	APOIO A PROJETOS	109	107

			DE INFRAESTRUT URA TURISTICA		
7	EMENDA DE BANCADA	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUT URA TURISTICA	4	4
9	EMENDA DE RELATOR	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUT URA TURISTICA	17	17
Total				283	189

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10/01/2023, extraídos da Plataforma mais Brasil).

Nesse cenário, após a análise técnica conclusiva, 189 (cento e oitenta e nove) novos projetos foram apoiados dentro da ação finalística 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, totalizando R\$ 296.501.801,60, o que representou a execução de 99,09% do limite orçamentário disponibilizado, resultando em 60,78% de índice de sucesso no apoio dos pleitos analisados.

Ao término do exercício de 2022, 725 (setecentas e vinte e cinco) obras foram finalizadas em todo o país, com investimento superior a R\$ 426 milhões, além de superar a meta estabelecida no PPA para o período (32%) ao concluir mais de 40% das obras em execução, da carteira ativa de contratos de repasse celebrados pelo MTur

Entre os projetos apoiados mais relevantes, encontram-se:

Tabela 5 - Relação de projetos apoiados (mais relevantes).

PROJETOS	VALOR (Em R\$)
Reforma e construção de infraestrutura da Orla do Rio Amazonas, no município de Macapá/AP;	15.278.379
Construção e revitalização na Orla do Rio Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros/SE; e	11.000.000
Reforma e construção de infraestrutura urbana nos Parques das Hortênsias e Olívio Nóbrega, Praças, CEMUR e Mirante, no município de Taboão da Serra/SP;	10.000.000

Reforma e construção de infraestrutura do Parque Ceci Cunha, no município de Arapiraca / AL;	8.000.000
Pavimentação de acesso ao Roteiro Turístico - O QUATRILHO - no município de Gramado/RS;	6.402.399
Construção de infraestrutura na Ilhota da Coroa do Avião, no município de Igarassu/PE.	5.600.000
Revitalização de infraestrutura de acesso ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, no município de Maceió/AL;	5.223.500
Construção de portais e totens turísticos na Rota Turística Regional "Caminhos do Açúcar" - no estado do Rio de Janeiro;	4.080.000
Reforma e construção de infraestrutura com sinalização turística na Região do Litoral Norte de São Paulo/SP;	1.000.000
Construção de infraestrutura e sinalização turística na região do Parque Estadual de Terra Ronca, no Nordeste Goiano - 2ª Etapa;	643.696
TOTAL	67.227.974

Fonte: Consultado em 23 de fevereiro de 2023, SNINFRA/MTur

Importante destacar que as despesas inerentes à operacionalização das transferências voluntárias das obras de infraestrutura turística são executadas na Ação finalística 10V0 e as cobranças e o processo de pagamento é bastante dinâmico, uma vez que as tarifas são cobradas após cada período de execução dos contratos de repasse vigentes.

Os contratos de prestação de serviços (CPS) deste Ministério junto a mandatária preveem eventos geradores de tarifa (EGT) que só são atingidos com a evolução da obra acompanhada. Portanto, qualquer atraso no cronograma do empreendimento ou paralisação de obra, gera também atrasos na cobrança dos EGT. Logo, a não apresentação do serviço prestado, impede o Ministério de realizar a liquidação da nota de empenho, o pagamento devido e, consequentemente, com a aplicação dos limites impostos pelo Decreto nº 93.872/86 e suas alterações, ocorre o cancelamento de parte dos restos a pagar que porventura tenham atingido as condições estabelecidas no normativo.

Em função do descasamento temporal justificado e na aplicação do art. 69 do Decreto nº 93.872/86, que dispõe “Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.” (grifo nosso), a atual gestão decidiu por utilizar do orçamento do exercício corrente para atender despesas que pertencem ao exercício anterior.

Entretanto, uma vez que compete à Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística a avaliação técnica da prestação dos serviços e devido ao cenário altamente restritivo para o comprometimento de novas despesas, considerando o Teto de Gastos instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e os limites impostos pelo Decreto supramencionado, foram emitidos empenhos na ordem de mais de R\$ 68 milhões com a classificação da despesa orçamentária

representada pelo elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, permitindo assim o pagamento da cobrança de mais de 20 mil EGTs referentes a mais de 12 mil contratos de repasse, conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 - RESUMO DE DESPESAS COM COBRANÇA DE EGT DA MANDATÁRIA

CPS	Nº Tarifas	Nº Contratos	Vlr Cobrado (R\$)	Vrl Pago (R\$)
003 / 2003 (OGU)	197	167	504.374,15	504.374,15
023 / 2006 (OGU)	7.470	5.891	23.187.548, 35	23.187.548, 35
019 / 2011 (OGU)	7.122	3.893	28.343.678, 74	28.343.678, 74
014 / 2013 (PAC)	15	15	2.646,67	2.646,67
028 / 2015 (OGU)	5.128	1.877	13.282.302, 18	13.282.302, 18
007 / 2018 (OGU)	634	578	2.759.994,5 3	2.759.994,5 3
027 / 2018 (PAC)	15	5	15.246,47	15.246,47
027 / 2021 (OGU)	43	43	368.570,17	368.570,17

Fonte: Consultado em 23 de fevereiro de 2023, SNINFRA/MTur

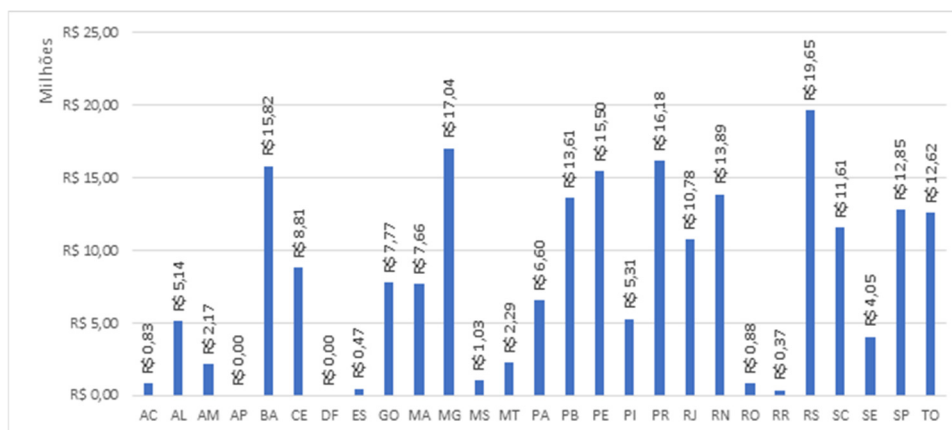
Ainda no ano de 2022, foram gerenciados mais de 800 (oitocentos) contratos de repasse, tendo sido identificadas 543 obras como paralisadas, que totalizam repasses do MTur no valor de R\$ 472 milhões.

Ao término do exercício de 2022, 725 (setecentas e vinte e cinco) obras foram finalizadas em todo o país, com investimento superior a R\$ 426 milhões, além de superar a meta estabelecida no PPA para o período (32%) ao concluir mais de 40% das obras em execução, da carteira ativa de contratos de repasse celebrados pelo MTur.

Em relação às obras em andamento, foram desembolsados em vários exercícios, mais de R\$ 422 milhões relacionados a todas as fases de execução (do início à conclusão).

Ademais, os valores desembolsados correspondem a R\$ 212,9 milhões para todas as fases de execução, distribuídos por estado conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Desembolsos por estado em 2022 - todas fases de execução.



Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIURB - Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF)

Ainda, no exercício de 2022, foram gerenciados 4 (quatro) convênios, conforme demonstrado na Tabela, apresentada abaixo:

Tabela 7 – Relação de Convênios em Execução

CONVENENTE	CONVÊNIO (Nº/ANO)	F	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR DE REPASSE (R\$)
Prefeitura de Barra de São Miguel – AL	73052 8/2009	L	Barra de São Miguel	Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 2ª etapa.	7.999.00 0,00
Prefeitura de Barra de São Miguel – AL	74469 0/2010	L	Barra de São Miguel	Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 3ª etapa.	8.500.00 0,00
Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte	74041 8/2010	N	Natal	Reabilitação urbana do centro histórico de Natal - RN	2.005.20 0,00
Prefeitura de Embu das Artes/SP	73640 4/2010	P	Embu das Artes	Parque Da Várzea Do Rio Embu- Mirim – 1ª Etapa	8.000.00 0,00
TOTAL					26.504.2

	00,00
--	-------

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, mantido pelo Governo Federal)

Além disso, em 2022, foi realizada a gestão de 4 (quatro) Termos de Execução Descentralizada (TED), que somam um valor total de R\$ 16.991.538,00 (dezesesseis milhões, novecentos e noventa e um, quinhentos e trinta e oito reais) conforme detalhado abaixo:

Tabela 8 – Relação de Termos de Execução Descentralização em execução

PARTÍCIPE	TED (Nº/ANO DE REALIZAÇÃO)	F	MU NICÍPIO	OBJETO	VALOR DE REPASSE (R\$)
Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	002/2018 (SIAFI 694362)	G	Diversos Municípios	Execução de obras de estruturação turística.	7.120.000,00
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	81/2020 (SIAFI 904429)	O	Pindorama do Tocantins	Pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas.	5.743.773,00
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	87/2020 (SIAFI 904428)	O	Pindorama do Tocantins	Recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias	3.828.065,00
Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC	TED 81/2021 MTUR-UFSC (SIAFI 1AAGPB)	ODOS	Diversos	Elaboração de projetos tipos de Unidades Verde e Amarelo e Portais Turísticos	299.700,00
TOTAL					16.991.538,00

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIAFI, mantido pelo Governo Federal)

Por fim, de acordo com o que estabelece o art. 25 da Portaria nº 39/MTur, de 10/03/2017, e em atendimento ao Acórdão nº 2.666/2012 – TCU – 2ª Câmara, foi realizada a Supervisão de Obras 2022, envolvendo 30 (trinta) contratos de repasse selecionados segundo critérios estabelecidos na referida Portaria, conforme programação indicada na Tabela abaixo:

Tabela 9 – PROGRAMAÇÃO SUPERVISÃO DE OBRAS 2022:

--	--	--

UF	Data	ANO	PT	DV	GIGOV	TOMADOR	MUNICIPIO	OBJETO	REPASSE	CONTRAPARTIDA	TOTAL_PT	DESC SIT	SIT OBRA	ASSINATURA	VIGENCIA	CRITÉRIO 1	CRITÉRIO 2
AL	19/09 a 23/09/2022	2014	1019881	49	GIGOVME	MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL	BARRA DE SÃO MIGUEL	1ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DA BARRA DE SÃO MIGUEL - AL	R\$ 2.000.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 2.030.000,00	NORMAL	PARALISADA	03/12/2014	31/12/2022	PARALISADA	
		2011	373529	58	GIGOVME	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	URBANIZACAO DA 1A ETAPA DA ORLA FLUVIAL DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	R\$ 1.950.000,00	R\$ 81.250,00	R\$ 2.031.250,00	NORMAL	PARALISADA	30/12/2011	31/12/2022	PARALISADA	
		2008	281903	47	GIGOVME	MUNICÍPIO DE MACEIÓ	MACEIÓ	1ª ET DA IMPLANT DO CORREDOR PRINCIPAL DA AV. NORTE, INTER OBAIRRO B. BENTES AO GUAXUMA LITORAL NORTE (ECOVIA NORTE)	R\$ 2.925.000,00	R\$ 292.500,00	R\$ 3.217.500,00	NORMAL	PARALISADA	31/12/2008	31/12/2022	PARALISADA	
		2013	412711	12	GIGOVME	SEINFRA	MACEIÓ	REFORMA E AMPLIACAO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSICOES RUTH CARDOSO	R\$ 20.000.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 20.400.000,00	NORMAL	PARALISADA	31/12/2013	20/04/2023	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
		2013	1012500	17	GIGOVME	MUNICIPIO DE ARAPIRACA	ARAPIRACA	OBRAS E SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE 01(UM) CENTRO DE CONVENÇÕES NO BAIRRO: ZÉLIA BARBOSA ROCHA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL	R\$ 10.000.000,00	R\$ 416.666,67	R\$ 10.416.666,67	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2013	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2014	1019718	02	GIGOVME	MUNICIPIO DE ARAPIRACA	ARAPIRACA	OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE ACESSOS NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL	R\$ 8.500.000,00	R\$ 680.000,00	R\$ 9.180.000,00	NORMAL	PARALISADA	26/09/2014	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
CE	17/10 a 21/10/2022	2017	1037651	90	GIGOVFO	MUNICIPIO DE FORTALEZA	FORTALEZA	REFORMA DO TEATRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	R\$ 692.023,80	R\$ 61.204,87	R\$ 753.228,67	NORMAL	PARALISADA	27/09/2017	31/12/2022	PARALISADA	

--	--	--

G O	19/09 a 23/09/2022	2015	1028102	45	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SOBRAL	SOBRAL	CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO BAIRRO GERARDO CRISTINO E REQUALIFICAÇÃO DE UMA PRAÇA NO DISTRITO DE RAFAEL ARRUDA.	R\$ 585.000,00	R\$ 1.172,35	R\$ 586.172,35	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2015	31/12/2022	NORMAL	
		2018	1058827	95	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SOBRAL	SOBRAL	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE PONTE NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - CE.	R\$ 3.260.536,40	R\$ 3.048.412,70	R\$ 6.308.949,10	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	25/09/2018	25/09/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2016	1034265	71	GIGOVFO	MUNICIPIO DE MARACANAU	MARACANAU	URBANIZAÇÃO DA LAGOA DE MARACANAÚ - CE - 3ª ETAPA	R\$ 306.288,45	R\$ 6.890,37	R\$ 313.178,82	NORMAL	PARALISADA	11/11/2016	30/12/2022	PARALISADA	
		2016	1037018	78	GIGOVFO	MUNICIPIO DE MARACANAU	MARACANAU	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DA LAGOA DO MINGAU NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE.	R\$ 975.000,00	R\$ 84.040,47	R\$ 1.059.040,47	NORMAL	PARALISADA	30/12/2016	30/12/2022	PARALISADA	
		2013	1003866	59	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE	SAO GONCALO DO AMARANTE	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -CE.	R\$ 1.950.000,00	R\$ 99.352,06	R\$ 2.049.352,06	NORMAL	PARALISADA	18/11/2013	31/12/2022	PARALISADA	
	19/09 a 23/09/2022	2006	0212499	95	GIGOVGO	MUNICIPIO DE ITUMBIARA - GO	ITUMBIARA	CONSTRUCAO DE LAGO E INFRAESTRUTURA TURISTICA	R\$ 975.000,00	R\$ 48.750,00	R\$ 1.023.750,00	NORMAL	PARALISADA	29/12/2006	31/12/2022	PARALISADA	
		2008	0267116	26	GIGOVGO	MUNICIPIO DE ITUMBIARA - GO	ITUMBIARA	CONSTRUCAO DO PIER DO RIO PARNAIBA	R\$ 975.000,00	R\$ 40.419,13	R\$ 1.015.419,13	NORMAL	PARALISADA	31/12/2008	31/12/2022	PARALISADA	

--	--	--

M T	07/11 a 11/11/2022	2017	1043765	99	REGOVAN	MUNICIPIO DE HEITORAI	HEITORAI	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE HEITORAI - GO.	R\$ 487.500,00	R\$ 15.546,24	R\$ 503.046,24	NORMAL	PARALISADA	28/12/2017	31/12/2022	PARALISADA	
		2010	0321065	62	GIGOVGO	MUNICIPIO DE GOIATUBA - GO	GOIATUBA	URBANIZACAO DO LAGO MUNICIPAL NO CORREGO LAGEADO NO MUNICIPIO DE GOIATUBA/GO	R\$ 1.218.750,00	R\$ 234.925,02	R\$ 1.453.675,02	NORMAL	PARALISADA	16/12/2010	31/12/2022	PARALISADA	
		2010	0326242	11	REGOVAN	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO	JARAGUA	OBRAS DE URBANIZACAO NA ORLA DO LAGO URBANO ETAPA III- MUN DE JARAGUA	R\$ 975.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 1.000.000,00	NORMAL	PARALISADA	29/12/2010	31/12/2022	PARALISADA	
		2011	0366587	24	REGOVAN	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO	GOIANESIA	CONSTRUCAO DO PARQUE ECOLOGICO NEGRINHO CARRILHO NO MUNICIPIO DE GOIANESIA - GOIAS	R\$ 975.000,00	R\$ 60.668,49	R\$ 1.035.668,49	NORMAL	PARALISADA	27/12/2011	31/12/2022	PARALISADA	
	07/11 a 11/11/2022	2007	0231305	51	GIGOVCB	MUNICIPIO DE POXOREO - MT	POXOREO	ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA	R\$ 1.267.500,00	R\$ 378.897,43	R\$ 1.646.397,43	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	20/12/2007	31/12/2022	ATRASADA	
		2017	1045780	28	GIGOVCB	MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS	RONDONOPOLIS	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DO LOURENCINHO NO BAIRRO VERDE TETO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT.	R\$ 1.182.717,25	R\$ 94.617,38	R\$ 1.277.334,63	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	29/12/2017	31/12/2022	PARALISADA	
		2012	0388865	57	GIGOVCB	ESTADO DE MATO GROSSO	POXOREO	AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA-3ª ETAPA QUE ESTA LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO,S/Nº- BAIRRO LAGOA NO	R\$ 3.412.500,00	R\$ 1.057.844,66	R\$ 4.470.344,66	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	06/09/2012	31/12/2022	ATRASADA	

--	--	--

							MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT.										
		2016	1036942	51	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE CUIABA	CUIABA	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - REQUALIFICAÇÃO DA ORLA DO RIO CUIABÁ - SEGUNDA ETAPA	R\$ 6.815.084,25	R\$ 70.000,00	R\$ 6.885.084,25	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2016	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2016	1036941	35	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS	RONDONÓPOLIS	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA- IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA DE ACESSO AO PARQUE DA SERRA EM NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT.	R\$ 6.815.084,25	R\$ 545.206,74	R\$ 7.360.290,99	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	29/12/2016	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2007	0245733	39	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE POXOREO	POXOREO	ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA - 2ª ETAPA	R\$ 1.072.500,00	R\$ 266.398,18	R\$ 1.338.898,18	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2007	31/12/2022	ATRASADA	
RS	07/11 a 11/11/2022	2009	0311549	93	REGOVX	MUNICÍPIO DE CAMBARA DO SUL - RS	CAMBARA DO SUL	PAVIMENTAÇÃO DA 2ª FASE RS - 020 - ROTA TURISTICA TRECHO CAMBARA DO SUL - SAO JOSE DOS AUSENTES	R\$ 10.300.000,00	R\$ 352.480,38	R\$ 10.652.480,38	NORMAL	PARALISADA	31/12/2009	30/10/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
		2019	1069308	13	REGOVX	MUNICÍPIO DE CAMBARA DO SUL	CAMBARA DO SUL	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL NO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ DO SUL/RS.	R\$ 9.550.000,00	R\$ 445.770,01	R\$ 9.995.770,01	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2019	30/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	

--	--	--

		2019	1063783	16	REGOVX	MUNICIPIO DE NOVA PETROPOLIS	NOVA PETROPOLIS	PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE NINHO DAS ÁGUIAS, NO MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS/RS - 4ª FASE	R\$ 1.814.500,00	R\$ 1.816,32	R\$ 1.816.316,32	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	21/11/2019	30/10/2022	NORMAL	
		2020	1070050	66	REGOVX	MUNICIPIO DE SAO MARCOS	SAO MARCOS	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS/RS - 4ª ETAPA.	R\$ 481.104,00	R\$ 389.796,41	R\$ 870.900,41	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	09/06/2020	30/11/2022	NORMAL	
		2019	1063770	47	REGOVX	MUNICIPIO DE FARROUPILHA	FARROUPILHA	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS NO LARGO CARLOS FETTER NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS - 2ª ETAPA.	R\$ 286.500,00	R\$ 273.760,36	R\$ 560.260,36	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	27/11/2019	30/11/2022	NORMAL	
		2020	1070147	22	REGOVX	MUNICIPIO DE FARROUPILHA	FARROUPILHA	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS LARGO CARLOS FETTER NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS 3ª ETAPA.	R\$ 238.856,00	R\$ 1.099.689,01	R\$ 1.338.545,01	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	09/06/2020	30/09/2022	NORMAL	
									R\$ 101.986.444,40	R\$ 10.603.075,25	R\$ 112.589.519,65						

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/08/2022 extraídos do SIURB - Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF)

No âmbito da gestão de Ativos Culturais, encontra-se em trâmite a minuta de Decreto Presidencial que institui o Programa REVIVE Brasil, o qual possui como objetivo a recuperação, a requalificação e aproveitamento turístico do patrimônio cultural de domínio público.

Paralelamente à instituição do Programa, o BNDES está realizando os estudos de viabilidade técnica e econômica de cinco ativos piloto, qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Forte Orange, em Ilha de Itamaracá – PE; Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo – PB; Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro – SP; Antiga Estação Ferroviária de Diamantina, em Diamantina – MG; e Palacete Carvalho Mota, em Fortaleza – CE), por meio de consultoria contratada com recursos não reembolsáveis do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) e do acompanhamento técnico do Ministério do Turismo. A previsão é que até o segundo semestre de 2023 sejam concluídos os cinco estudos, para subsidiar posterior audiência e consulta pública, visando a concessão desses ativos à iniciativa privada.

Os referidos estudos contam com o acompanhamento técnico do MTur e está subdividido em duas fases que compreendem etapas como: estudos de vocação, avaliação comercial e estudo de demanda; diagnóstico da situação fundiária; plano de conservação; projeto conceitual de arquitetura e urbanismo; elaboração de minutas e editais para concessão; consultas e audiências públicas; entre outras.

O [Termo de Execução Descentralizada nº 005/2020](#) foi firmado entre o MTur e a UFJF/MG, no valor de R\$ 399.726,00, para a realização de pesquisas, análises, composição e planejamento de um acervo digital, com informações, imagens, áudios, vídeos e outros de domínio público ou de uso cedido, referentes a símbolos nacionais e personalidades regionais e nacionais das cinco regiões brasileiras, de referência na constituição histórico-cultural do Brasil, com possibilidade de concessão do uso de tal acervo a parceiros privados.

As metas foram concluídas em dezembro de 2022. A área técnica aguarda a versão revisada do produto, bem como o relatório de cumprimento do objeto.

A formatação do referido acervo encontra-se em consonância com os objetivos “Estruturar e diversificar o Turismo no Brasil” por meio do estímulo ao turismo cívico e a valorização da cultura e da diversidade das cinco macrorregiões do Brasil; e “Fortalecer investimentos e estimular novos negócios” tendo em vista a possibilidade de concessão a parceiros privados.

Já a área de mobilidade trabalhou com vistas a proporcionar um ambiente capaz de gerar o aumento dos investimentos no setor de mobilidade e transportes, além de qualificar as infraestruturas já existentes. Para isso, em parceria com o Laboratório de Transportes e Logística, da Universidade Federal de Santa Catarina (Labtrans/UFSC), foram propostas diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas integradas para a mobilidade e conectividade turística, que serviram de base para a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística, entregue no quarto trimestre de 2022.

Adicionalmente, no dia 17 de março de 2022, foi realizado o Seminário Nacional de Mobilidade e Conectividade Turística, no qual foi apresentado para diversos gestores municipais, representantes de associações de municípios, autoridades governamentais do Poder Executivo Federal e especialistas, o diagnóstico de infraestrutura de transporte das [30 Rotas Turísticas Estratégicas do Programa Investe Turismo](#), podendo ser conferido por meio dos produtos de 1 a 5, disponibilizados na página do Ministério do Turismo. O seminário contou também com um debate, importante para iniciar uma mobilização de municípios em torno de uma audiência pública que se pretende realizar com o intuito de obter subsídios para a elaboração do mencionado Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística. Todas as iniciativas apresentadas no Fórum MOBTur podem ser acessadas pelo link <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/forum-mob-tur/iniciativas>

O Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turísticas (PDMCT) visa estabelecer critérios para priorização e orientação das ações de impacto no setor da mobilidade e da conectividade turísticas, por meio de estabelecimento de objetivos, diretrizes e estratégias comuns, de forma a proporcionar o fomento e expansão do turismo brasileiro.

O PDMCT é produto dos estudos realizados até então na referida cooperação e culmina em uma política pública que considera propostas de projetos intermodais e integrados de passageiros, com foco no turismo, além de diretrizes tecnológicas para sistemas de informação ao usuário de apoio ao transporte turístico, e levantamento de fontes de recursos para os investimentos, conteúdos tratados ao decorrer do projeto.

Importante ressaltar que para garantir o processo participativo e a sinergia de esforços com a equipe técnica, o PDMCT contou com duas etapas colaborativas:

1. Mesa de especialistas, visando uma discussão com especialistas dos setores de turismo, transportes, mobilidade urbana e correlatos, sendo eles autoridades, técnicos e acadêmicos, de uma versão prévia do Plano Diretor.

2. Consulta pública, disponibilizada por meio da plataforma governamental Participa+Brasil com a finalidade de enfatizar a colaboração e participação da sociedade civil como um todo na elaboração da política pública em desenvolvimento.

Todos os produtos gerados no âmbito da referida cooperação podem ser acessados por meio da página do [Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística](#).

Em dezembro de 2021, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 003/2021, no valor de R\$ 2.780.300,00 (dois milhões, setecentos e oitenta mil e trezentos reais) também com a LabTrans/UFSC, visando à elaboração de estudos e projetos voltados à melhoria da infraestrutura do turismo náutico no Brasil, com apresentação de diagnóstico da atual situação da infraestrutura de apoio náutico, evidenciando potencialidades turísticas e necessidade de investimentos.

O primeiro produto da parceria, entregue em março de 2022, contempla o relatório diagnóstico do setor de turismo náutico no país. O documento apresenta uma visão geral do turismo náutico no Brasil, organizando e caracterizando os seus diversos segmentos, bem como associa com o Mapa do Turismo o potencial de desenvolvimento de atividades náuticas relacionadas ao setor. Adicionalmente, esse relatório traz a identificação dos principais agentes públicos envolvidos e uma avaliação inicial da infraestrutura de apoio ao turismo náutico.

Esse projeto de fortalecimento do turismo náutico selecionou oito municípios brasileiros como projetos piloto e receberão do Ministério do Turismo anteprojetos de infraestrutura de apoio náutico para a construção de rampas, píeres e marinas no país. Dos oito, sete municípios já foram selecionados, são eles: Fernando de Noronha/PE, Natal/RN, Foz do Iguaçu/PR, Peruíbe/SP, Novo Airão/AM, Corumbá/MS e São Lourenço do Sul/RS. O oitavo município que receberá a ação está sendo selecionado dentro do diagnóstico do setor de turismo náutico no país.

Os municípios de Fernando de Noronha/PE, Natal/RN, Foz do Iguaçu/PR, Peruíbe/SP, Novo Airão/AM, Corumbá/MS e São Lourenço do Sul/RS receberam as primeiras visitas técnicas de representantes do Ministério do Turismo e do Laboratório de Transporte e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ademais, foi realizado *benchmarking* nacional e internacional, em que foram identificadas as melhores práticas acerca da categorização das infraestruturas de apoio náutico em três países (Croácia, Estados Unidos e Espanha) e dos aspectos técnicos envolvidos.

Foi objeto de trabalho, ainda, a criação de projetos conceituais de infraestruturas de apoio náutico, os quais serão de grande relevância no desenvolvimento do turismo náutico brasileiro, contribuindo como fonte de pesquisas, debates e orientações no desenvolvimento do turismo. Fruto desse trabalho foi o Relatório Técnico contendo a descrição e os desenhos relativos ao projeto conceitual das principais tipologias.

No final de dezembro de 2021, os Grupos Técnicos (GT) de Turismo pelas Águas e do Trem Turístico Belo Horizonte – Brumadinho/MG, ambos criados pelo Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, foram encerrados, sendo seus [relatórios publicados](#) no site do Ministério do Turismo.

Como legado, o referido GT: i) relacionou diversos trechos ferroviários com interesse para implantação de trens turísticos; ii) registrou tendências para trens turísticos no Brasil; iii) avaliou, de forma geral, a situação de trechos ferroviários ociosos e com potencial para implantação de trens turísticos; iv) fez considerações sobre a antecipação da renovação de contratos de concessão e a perspectiva de devolução de trechos ferroviários; v) registrou perspectivas com o novo marco regulatório do setor ferroviário; vi) ponderou quanto à possibilidade de uso de recursos para a preservação do patrimônio ferroviário; vii) registrou as ações do Ministério da Infraestrutura quanto à elaboração de políticas públicas para o transporte ferroviário de passageiros; viii) identificou boas práticas no setor, citando o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais; ix) sugeriu a elaboração de um guia orientativo para viabilização de trens turísticos no Brasil; e x) sinalizou para o potencial de novas oportunidades de negócios, por meio do Portal de Investimentos do Ministério do Turismo.

Também foi criado, no âmbito do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, o GT de Pontos de Apoio ao Viajante (PAVs) e Caravanismo, a fim de realizar pesquisas e estudos com vistas ao desenvolvimento de PAVs e ao fomento do caravanismo no Brasil, bem como pautas relacionadas ao corredor bioceânico.

Ademais, ainda em relação ao GT de Pontos de Apoio ao Viajante (PAVs) e Caravanismo, o trabalho contou com a participação de servidores do Ministério do Turismo e com o apoio de diversos colaboradores do próprio órgão e de outras instituições públicas e privadas. Além disso, as reuniões e debates orientados contaram com a participação de gestores públicos, técnicos, especialistas e

representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada para prestar informações e colaborar com as atividades.

A partir dessa dinâmica, buscou-se consolidar as diversas informações e iniciativas associadas ao turismo rodoviário, com ênfase nos Pontos de Apoio ao Viajante e no Caravanismo, de forma a nivelar conhecimentos e a organizar assuntos e subsídios para estruturação de ações por parte do Ministério do Turismo para o desenvolvimento e o fortalecimento desta pauta no País. Foi elaborado um relatório diagnóstico cujo objetivo é a estruturação do caravanismo e campismo no país, identificando entraves para o desenvolvimento, além de apresentar para discussão temas como tributação, legislações, desenvolvimento econômico local, além do mapeamento de pontos turísticos que possuem áreas de apoio a estes viajantes.

O referido GT trouxe como sugestão de encaminhamento, que o Ministério das Relações Exteriores com o apoio do Ministério do Turismo inicie as tratativas para a criação de Grupo Técnico Internacional do Corredor Bioceânico.

Quanto ao GT de Turismo pelas Águas, o destaque fica por conta do conhecimento acumulado e dos subsídios de informações gerados ao longo da vigência, conforme relatório publicado no sítio eletrônico do Fórum MOB-Tur, proporcionando as bases necessárias para as ações anunciadas pelo MTur, no dia 8 de março de 2022, na Cerimônia de Entregas para o Desenvolvimento do Turismo Náutico Brasileiro, realizada por esse Ministério, com a participação de atletas consagrados do esporte náutico, empresas do segmento, Marinha do Brasil, gestores públicos, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Senado Federal, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Economia (ME), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Presidência da República.

Na ocasião, foram apresentadas aos presentes - e por meio de transmissão ao vivo - as principais entregas voltadas para o turismo em águas, sendo as seguintes:

i) Curso de condutor de turismo náutico, em parceria com a Marinha; ii) Reconhecimento da profissão de condutor de turismo náutico (MTur/MTPS); iii) Alíquota zero para a importação de veleiros (MTur/ME); iv) Alíquota zero para a importação de barcos e jet-skis novos e usados; v) Imposto sobre Importação de barcos/jet-skis usados (MTur/ME); vi) Termo de Execução Descentralizada para o desenvolvimento de infraestruturas de turismo náutico no Brasil (MTur/SNAIC e UFSC/LabTrans); vii) Portal sobre Turismo Náutico no Brasil; e viii) Linha de financiamento da Caixa Econômica Federal voltada para infraestrutura náutica e equipamentos.

Além dessas entregas, os resultados do GT têm colaborado com as seguintes iniciativas que estão em curso: i) Revisão da Política Marítima Nacional (PMN); ii) Apoio nas estruturas e instalações de apoio náutico; iii) Medidas de permissão e facilitação para a prática de turismo náutico de esporte e recreio; iv) Centros de visitação subaquáticos; e v) Turismo Náutico de Cruzeiros.

Ademais, foi instituído, por meio da Resolução nº 17, de 21 de dezembro de 2022, no âmbito do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, o GT Mobilidade Ativa: Ciclo turismo e Trilhas de Longo Curso, de caráter consultivo e propositivo, que terá entre seus objetivos o levantamento, análise e compilação de estudos, pesquisas, iniciativas e boas práticas voltados ao desenvolvimento e à melhoria da infraestrutura e das condições de deslocamento – abarcando o acesso aos atrativos e a circulação entre atrativos e serviços turísticos existentes em um dado destino turístico – de pedestres

e ciclistas. Além disso, prevê a proposição de projetos técnicos e encaminhamentos ao Fórum MOB-Tur, com vistas ao aprofundamento dos debates promovidos no âmbito do GT.

Ao MTur, compete a defesa e a promoção do acesso da população à produção cultural local e regional, inclusive por meio da associação das atividades culturais a outras atividades econômicas. Além da formulação de diretrizes, metas, planejamento, execução e ações de infraestrutura cultural.

Para o desenvolvimento da infraestrutura, o MTur formalizou 21 instrumentos de Contrato de Repasse, com volume operacional no montante de R\$ 8.278.498,00 (oito milhões, duzentos e setena e oito mil e quatrocentos e noventa e oito reais), sendo R\$ 6.998.498,00 (seis milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais) por meio de emendas parlamentares e R\$ 1.280.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil reais) em recursos do orçamento discricionário. As emendas parlamentares corresponderam a 84,54% da execução relacionada à infraestrutura cultural, em 2022, e 15,46% foram executados pelo orçamento discricionário.

Ressalta-se que na execução das emendas de 2022, tendo em vista o princípio da eficiência, o MTur realizou o esforço adicional para otimização desses recursos recebidos, cujo processo da execução e gestão considerou exitosa a experiência de uma gestão ativa das emendas parlamentares, principalmente em relação às junções e incorporações de propostas e articulação entre os proponentes e parlamentares. O valor de cada emenda deve ser acima de R\$ 250 mil e, necessariamente, prever, pelo menos, uma meta de obra/reforma. A aquisição de equipamentos é possível desde que atrelada a outras metas de obra/reforma de espaços culturais.

Por meio dos Contratos nº 31/2011, 12/2014, 10/2018 e 29/2021, de prestação de serviços operacionais com a Mandatária da União, CAIXA ECONÔMICA, foi pago a quantia de R\$ 3.327.841,72 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos) concernente às tarifas relativas a análises, execução e prestação de contas dos contratos de repasse firmados pelo MTur cujos objetos referem-se a infraestrutura cultural.

Em relação aos pagamentos das operações em execução, houve o desembolso no valor total de R\$ 11.590.557,71 (onze milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), correspondente a 58 operações de Contratos de Repasse, Convênios, Termos de Fomento, do Programa Pracinhas da Cultura, antigo PAC 2, e demais instrumentos congêneres executados pelo MTur.

Quanto a execução do orçamentária em 2022 foi executado 100% do orçamento discricionário, com o apoio a 5 (cinco) empreendimentos via contrato de repasse.

A experiência de articulação, a gestão ativa das propostas advindas de emendas parlamentares e o direcionamento estratégico para contratos de repasse (com entes públicos), cujos objetos sejam atrelados à infraestrutura cultural, podem proporcionar os seguintes benefícios:

- “Desafogamento” do departamento responsável pela com a formalização, a execução e a prestação de contas de convênios e Termos de Fomento, no âmbito da infraestrutura cultural;
- Incentivo às políticas de infraestrutura cultural (equipamento permanente para sociedade).

O MTur, por meio da SECULT, obteve uma taxa de execução dos empenhos de 63,64% de todo recurso recebido, entre as emendas individuais, propostas voluntárias e emendas de comissão tendo sido analisado 100% das propostas apresentadas em relação à temática sob exame.

Figura 20 – Emendas Secretaria de Desenvolvimento Cultural

Status Proposta	Quant.	%Quant.	Valor da Emenda	%Parc_Vlr_Emenda	%Total_Vlr_Emenda
REDISTRIBUIDA	2	6,06%	R\$ 550.000,00	5,09%	5,09%
EMENDA INDIVIDUAL	2	6,06%	R\$ 550.000,00	100,00%	5,09%
EMPENHADA	21	63,64%	R\$ 8.278.498,00	76,66%	76,66%
EMENDA INDIVIDUAL	15	45,45%	R\$ 4.850.000,00	58,59%	44,91%
PROPOSTA VOLUNTÁRIA	5	15,15%	R\$ 1.280.000,00	15,46%	11,85%
EMENDA DE COMISSÃO	1	3,03%	R\$ 2.148.498,00	25,95%	19,90%
IMPEDIMENTO TÉCNICO	4	12,12%	R\$ 800.000,00	7,41%	7,41%
EMENDA INDIVIDUAL	4	12,12%	R\$ 800.000,00	100,00%	7,41%
REDISTRIBUIDA (IMPEDIMENTO)	4	12,12%	R\$ 670.000,00	6,20%	6,20%
EMENDA INDIVIDUAL	4	12,12%	R\$ 670.000,00	100,00%	6,20%
APROVADA - INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	2	6,06%	R\$ 500.000,00	4,63%	4,63%
PROPOSTA VOLUNTÁRIA	2	6,06%	R\$ 500.000,00	100,00%	4,63%
Total Geral	33	100,00%	R\$ 10.798.498,00	100,00%	100,00%

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur, dados extraídos da Plataforma +Brasil em 01 de fevereiro de 2023 e compilados.

O Ministério é responsável pela implantação das Pracinhas da Cultura (nomenclatura dada pela Portaria MTur nº 15, de 10 de maio de 2021). Trata-se de um programa do governo federal que integra, em um mesmo espaço, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Os projetos arquitetônicos de referência das Pracinhas da Cultura foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial que concebeu três modelos do equipamento. Para terrenos com dimensões mínimas de 700m², 3.000m² e 7.000m², as Praças contam com biblioteca, cineteatro (48, 60 ou 125 lugares), laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), além de pista de skate. As Pracinhas da Cultura maiores (3.000 e 7.000 mil m²) também contam com quadra de eventos coberta, playground e pista de caminhada. Em 2022, 14 empreendimentos foram concluídos e/ou inaugurados, que totalizaram, aproximadamente, R\$ 38,1 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 30,8 milhões, referentes a valor de repasse, conforme demonstrado na Tabela XX, disponibilizada adiante. São 272 unidades entregues em todas as regiões do País, desde o início do programa, restando 37 empreendimentos em implantação, cujas finalizações estão estimadas até o final de 2024.

Tabela 10 – Relação Contratos Pracinhas da Cultura

#	CONTRATO	UF	MUNICÍPIO	MODELO	VALOR DE REPASSE	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO TOTAL
1	36327813	CE	ACOPIARA	3.000 m²	R\$ 1.975.701,34	R\$ 735.561,54	R\$ 2.711.262,88
2	36328274	CE	CRATEÚS	3.000 m²	R\$ 1.941.542,51	R\$ 315.856,25	R\$ 2.257.398,76
3	36328838	CE	IGUATU	3.000 m²	R\$ 1.962.983,15	R\$ 123.383,32	R\$ 2.086.366,47
4	36329749	CE	TAUÁ	3.000 m²	R\$ 1.997.586,35	R\$ 0,00	R\$ 1.997.586,35
5	36333499	MG	BELO HORIZONTE	700 m²	R\$ 2.688.050,00	R\$ 96.069,87	R\$ 2.784.119,87
6	36333949	MG	CAETÉ	700 m²	R\$ 2.710.000,00	R\$ 467.016,54	R\$ 3.177.016,54
7	36338288	MT	CUIABÁ	7.000 m²	R\$ 3.390.223,95	R\$ 1.983.093,63	R\$ 5.373.317,58
8	36338957	PA	BARCARENA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 1.208.027,98	R\$ 3.228.027,98
9	36339649	PA	ITAUBA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 375.362,93	R\$ 2.395.362,93
10	36373873	RS	PORTO ALEGRE	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 463.820,47	R\$ 2.483.820,47
11	36352275	SC	LAGES	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 360.008,81	R\$ 2.380.008,81
12	36352943	SE	ESTÂNCIA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 244.254,63	R\$ 2.264.254,63
13	36357396	SP	JUQUITIBA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 519.998,37	R\$ 2.539.998,37
14	36360467	SP	SUMARÉ	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 391.526,07	R\$ 2.411.526,07
TOTAL					R\$ 30.806.087,30	R\$ 7.283.980,41	R\$ 38.090.067,71

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur.

No final do ano de 2020, o MTur celebrou Contrato de Repasse com o Município de Jataí/GO, cujo número de convênio é 908661/2020, para a construção do novo modelo de 800m² da Estação Cidadania Cultura, atualmente denominado de Pracinha da Cultura, com uma meta preliminar de elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia atrelada à cláusula suspensiva do contrato. Esses projetos foram elaborados por licitação e se referem à construção de uma edificação de uso cultural, com cineteatro, biblioteca, sala multiuso, área de exposição, áreas externas, dentre outros elementos, a serem instalados em um terreno de, ao menos, 800m² (20x40m). O projeto executivo foi concluído e cedido ao MTur para a disponibilização a outros municípios que busquem participar do Programa Pracinhas da Cultura, assegurando a continuidade e a renovação das ações no âmbito do programa.

Além das Pracinhas, o MTur possui, atualmente, 166 instrumentos de repasse, de programas e obras de infraestrutura cultural ativos (147 Contratos de Repasse, 17 Convênios e 02 Termos de Fomento), que totalizam R\$ 141,7 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 125,5 milhões, referentes a valor de repasse. Todos esses instrumentos foram monitorados por meio de cruzamento de dados de diversas plataformas (Plataforma Mais Brasil, SIAFI e Banco de Dados da CEF). Foram analisadas as necessidades financeiras, bem como as principais demandas e solicitações da mandatária da União e dos convenientes, para o bom andamento dos empreendimentos de responsabilidade do órgão.

2.2.4 OE 9 - Estimular a Inclusão e a Acessibilidade

Em 2022 foi lançada a [cartilha atualizada do Programa Turismo Acessível](#), que contempla diversos eixos de trabalho, prezando por garantir que todas as pessoas tenham acesso às atividades turísticas com segurança e autonomia. O Programa conta ainda com o Guia turismo acessível, disponível por meio da plataforma colaborativa que permite ao usuário avaliar e consultar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e atrações diversas. A ferramenta permite ao cidadão avaliar novos estabelecimentos ou atrações, ajudando as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a viajarem pelo Brasil com mais autonomia e segurança.

O Ministério do Turismo, juntamente com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR/DF, e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – EMBRATUR, assinaram em 2022, um [Acordo de Cooperação Técnica](#) que tem por objetivo o apoio à consolidação do

posicionamento da Capital Federal como um destino turístico de referência no turismo acessível, por meio da execução de ações conjuntas voltadas aos turistas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a serem executadas em Brasília (DF).

Nesse mesmo período o Ministério formalizou [parceria](#) com a UNESCO para a contratação de consultoria especializada (pessoa física) com o objeto de apoiar o Ministério do Turismo, e demais atores envolvidos, nas atividades relacionadas à promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Programa Turismo Acessível, por meio de estudos, levantamentos e sistematizações de dados para a proposição de estratégias e de mecanismos de fomento à acessibilidade na atividade turística.

A contratação de consultoria especializada (pessoa física) foi realizada via projeto de cooperação técnica PRODOC com a UNESCO, que terá sua execução até junho de 2023.

2.2.5 OE 10 - Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura

Os Boletins de Inteligência Mercadológica do Turismo (BIMT) são importantes documentos de inteligência metodológica, que têm como objetivo municiar o setor com informações de qualidade sobre produtos turísticos permitindo a melhoria no posicionamento de imagem dos destinos brasileiros.

Entre os segmentos abordados em 2022 foram: Religioso, e gastronômico. Para acessar a íntegra dos Boletins, clique [AQUI](#).

Já em relação aos Eventos Turísticos, a gestão das transferências voluntárias para apoio a realização de eventos turísticos, bem como marketing e publicidade relacionadas à promoção e ao apoio à comercialização de roteiros e destinos turísticos, oriundas de Emendas Parlamentares Impositivas e/ou Recurso de Programação, bem como a realização, a participação, o apoio institucional, a captação, o fomento, o patrocínio e a supervisão de eventos institucionais e corporativos de promoção da atividade turística promovem e fortalecem a atividade turística.

Em 2022 foram celebrados 09 (nove) convênios com entes públicos, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares Impositivas, indicadas para a ação orçamentária 20Y3. Destes, 03 (três) são destinados à promoção do turismo no mercado nacional e 06 (seis) à realização de eventos de caráter tradicional e de notório conhecimento popular, que contribuam para a o fomento da atividade turística e a geração de fluxo turístico. São eles:

Tabela 11 Eventos Nacionais

Nº Convênio	Conveniente	Objeto	Investimento
93 6217	Município de Ilha Grande	XV Festival do Caranguejo	R\$ 189.000,00
92 8680	Município de Pirambu	8º São João Antecipado	R\$ 400.000,00

92 8892	Município de Siriri	São João da Nossa Terra	R\$ 200.000,00
92 9743	Município de Feira Nova	8ª Ressaca do São Pedro	R\$ 198.000,00
92 8369	Município de Riachuelo	5ª Riachuelo Folia	R\$ 200.000,00
93 6346	Consórcio Intermunicipal Caminhos Cânions do Sul	Campanha Descubra o território Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul – II Etapa	R\$ 100.000,00
92 9745	Município de Capitólio	Projeto de Divulgação e Marketing Turístico de Capitólio	R\$ 500.000,00
93 6181	Município de Tibau do Sul	Campanha Publicitária para promoção do turismo do Município de Tibau do Sul	R\$ 100.000,00
93 6741	Município de Guapimirim	5º Festival de Inverno de Guapimirim	R\$ 340.322,40
TOTAL			R\$ 2.227.322,40

Fonte: SIAFI. Elaboração: Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos. Data: 18/01/2023.

Ademais, em 2022, foi realizado o acompanhamento dos 58 (cinquenta e oito) instrumentos celebrados no âmbito do Departamento de Marketing.

O Ministério do Turismo, por meio da CGFET, apoiou 22 (vinte e dois) eventos, nos quais pode divulgar suas ações e políticas, além de interagir com o trade turístico, agentes de governo e com a sociedade em geral.

A estratégia de participação do Ministério nos eventos institucionais, seja por meio de ações próprias e/ou parcerias com outros órgãos e entidades, tem como finalidade divulgar os programas de governo e o conjunto de atividades realizadas pelo Órgão, em prol da sociedade, visando o atendimento da missão, competências e diretrizes governamentais, além de permitir a comunicação dirigida a esses públicos.

A seguir estão detalhadas as participações institucionais e patrocínios de 2022:

Tabela 12 Patrocínios

EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO	DE ADE	MODALID TO	INVESTIMEN
--------	--------------------	--------	------------	------------

35ª Edição do Rally Cerapió	23 28/01/2022	a	Patrocínio	R\$ 260.000,00
Rio Innovation Week	13 16/01/2022	a	Participação em evento	R\$ 200.000,00
14ª edição do evento Pesca & Companhia Trade Show 2022	17/03 20/03/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 204.987,00
Sindepat Summit	23/03 24/03/2022	a	Patrocínio	R\$ 36.800,00
25º Congresso Nacional do Ministério Público	23/03 25/03/2022	a	Patrocínio	R\$ 170.000,00
Boat Show - Abril	05/04 10/04/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 1.100.000,00
WTM Latin America	05/04 07/04/2022	a	Patrocínio	R\$ 400.000,00
Apresentação do Trilhas Goiânia 2022	26/05 29/05/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 150.000,00
27ª BNT MERCOSUL	27/05 28/05/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 148.438,00
Gramado Summit	04/06 08/04/2022	a	Patrocínio	R\$ 192.000,00
Maior São João do Mundo	10/06 10/07/2022	a	Patrocínio	R\$ 350.000,00
VII Feira Internacional das Esmeraldas	24/06 26/06/2022	a	Patrocínio	R\$ 150.000,00
55º Festival de Parintins 2022	24/06 26/06/2022	a	Patrocínio	R\$ 250.000,00
Boat Show - Setembro	23/09 28/09/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 500.000,00
33ª Regata Internacional Recife-Fernando de Noronha (Refeno)	18/09 28/09/2022	a	Patrocínio	R\$ 250.000,00
ABAV Expo	21/09 23/09/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 452.980,60
11ª Brazil Travel Market	20/10 21/10/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 254.000,00

FESTURIS	03/11 06/11/2022	a	Patrocínio	R\$ 450.000,00
AGRINORDESTE	01/11 04/11/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 219.364,75
Festival das Cataratas	30/11 12/03/2022	a	Participação em Eventos	R\$ 498.698,40
19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	28/11 04/12/2022	a	TED	R\$ 350.118,80
10ª Edição do PRÊMIO BRAZTOA DE SUSTENTABILIDADE	01/12 04/12/2022	a	Patrocínio	R\$ 300.000,00
TOTAL				R\$ 6.887.387,95

Fonte: SIAFI. Elaboração: Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos. Data: 18/01/2023.

A Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) coordena o incentivo fiscal da Lei de Incentivo à Cultura, o Programa de Cultura do Trabalhador e o Programa “+Cultura Local”, desde o ano de 2016.

O incentivo fiscal é a principal ferramenta de geração de valor público para fomento à cultura do Brasil. Operacionalizado pelo Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), plataforma por meio da qual são recebidas, analisadas e aprovadas as propostas de projeto cultural inscritas pelo mecanismo do incentivo fiscal previsto na Lei de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (mecenato).

No ano de 2022, o MTur, por meio da SECULT, recebeu um total de 6.974 propostas de projetos culturais; sendo que 2.681 foram transformadas em projeto cultural no decorrer do mesmo ano. Estas propostas transformadas em projetos culturais estão distribuídas nas seguintes áreas culturais, por ordem decrescente de participação absoluta: Artes Cênicas, Música, Humanidades, Audiovisual, Artes Visuais, Patrimônio Cultural e Museu e Memória.

A Lei de Incentivo à Cultura contou com a participação de 13.340 incentivadores, que aportaram R\$ 2.014.197.697,67 em projetos culturais, sendo 9.590 pessoas físicas e 3.750 pessoas jurídicas. (Fonte: Salic Gerencial < <http://sistemas.cultura.gov.br/gerencial/Gerencial/Gerencial.php> > menu Execução / submenu: Captação / submenu: captação mensal. Acesso em 19/01/2023.)

Relevante mencionar a celebração, em 26 de dezembro de 2022, do Acordo de Cooperação Técnica entre a SEFIC/SECULT/MTur e Banco do Brasil S.A, que tem por objetivo a prestação dos serviços bancários de abertura de contas específicas e repasse de recursos captados ao amparo da Lei nº 8.313/1991 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm)

A Secretaria também atuou juntamente com a Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências (SGFT), no cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Acórdão nº 7725/2020-TCU-2ª Câmara, de 21 de julho de 2020, ao qual versa sobre a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que a Secretaria Executiva (SE) apresentasse, no prazo de 90 (noventa) dias, o necessário ajuste no plano inicial de ação em prol da efetiva extinção, no prazo de 3 (três) anos, do atual passivo no estoque de prestação de contas dos projetos culturais que ainda não foram processados”.

Cabe o registro, no exercício de 2022 foram feitas 429 análises técnicas quanto ao cumprimento do objeto dos projetos culturais. Importante registrar também o início da atividade de emissão de laudo final de análise de prestação de contas, atos de publicidade e comunicação ao proponente quanto às avaliações de resultados dos projetos incentivados passaram a ser de responsabilidade das áreas finalísticas da Secretaria Especial de Cultura, sendo atualmente realizada na CGARE/DFIND/SEFIC para os projetos incentivados. Sendo assim, no terceiro trimestre de 2022 foram envidados esforços para eliminar o passivo de cerca de 600 processos pendentes da emissão dos resultados de análise de prestação de contas que ficaram pendentes por nove meses.

Atualmente há cerca de 200 projetos registrados como passivos de emissão de laudos mesmo com a chegada diária de novos projetos, o que demonstra a redução do quantitativo de projetos pendentes devido à realização de força tarefa no último trimestre. (fonte: controle interno da Coordenação Geral de Avaliação de Resultados – dado de 17/10/2022).

Além das ações de Fomento Indireto, realizadas por meio da Lei de Incentivo à Cultura, a SEFIC realiza também ações de Fomento Direto, por meio de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, através dos instrumentos de transferências voluntárias, como convênio, termos de fomento e termos de execução descentralizada com entes federados e organizações da sociedade civil (OSCs), para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

No que tange a execução de propostas culturais por meio do fomento direto no exercício de 2022 foram celebradas parcerias de projetos oriundos de emendas parlamentares e demandas discricionárias, sendo estas últimas realizadas com os recursos do Orçamento Geral da União ou do Fundo Nacional da Cultura. Os objetos destas parcerias foram divididos em três segmentos:

- FESTIVAIS DE CULTURA LOCAIS - realização de festivais com o intuito de fomentar a cultura local, que não se confundam com eventos populares do calendário local e regional com potencial de captação por outras fontes;
- FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL - oficinas, seminários, cursos voltados para formação e capacitação cultural, visando a promoção da arte e da cultura; e
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO CULTURAL - Aquisição de equipamentos/instrumentos musicais que sejam atrelados às ações de formação e capacitação cultural, visando a promoção da arte e da cultura.

Em 2022, foram celebrados 43 convênios ou termo de fomento, os quais somam R\$ 9.852.290,48. Todas as regiões do país foram atendidas por ações de fomento direto, sendo que o Estado de Goiás foi o que mais teve projetos destinados aos seus municípios:

- 23 convênios e termos de fomento - seguido dos estados de São Paulo com 20 e Pernambuco com 19.

No ano de 2022 foi liberado recursos para 46 transferências voluntárias – termo de fomento ou convênio, totalizando R\$ 9.484.488,13. O ano encerrou-se com 120 instrumentos em execução, os quais somam R\$ 59.881.561,00. Destes, há 86 convênios celebrados com entes federados e 34 Termos de Fomentos pactuados com OSCs.

Também foram recepcionadas 38 novas prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres, os quais somam R\$ 27.622.821,07. Sendo que foram realizadas neste mesmo período 59 análises técnicas, quanto ao cumprimento do objeto e dos objetivos de projetos culturais (convênios, termo de fomento).

O Programa de Cultura do Trabalhador e o Vale-Cultura, instituídos pela Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013, cujo foco são os trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos, têm o objetivo de promover o acesso à cultura e incentivar a participação da população em atividades culturais desenvolvidas no Brasil.

O trabalhador recebe R\$ 50,00 (cinquenta) reais mensais para o consumo de bens e serviços culturais, por meio do seu cartão Vale-Cultura, fornecido pelo empregador que tenha aderido ao programa. Para que o trabalhador tenha acesso a este benefício, é necessário que a empresa na qual trabalha faça adesão ao programa.

Desde sua implementação, em 2013, o Programa já beneficiou mais de 581 mil trabalhadores e gerou um consumo cultural de R\$ 615 milhões. O programa possui ainda uma rede recebedora de 261 mil estabelecimentos comerciais. (Fonte: Painel Vale-Cultura atualizado em 15/01/2023)

2.2.6 OE 11 - Promover os Destinos Turísticos e Acesso à Cultura

O Projeto Selo Turismo Responsável conta com cerca de 32.000 (trinta e dois mil) adesões até dezembro, entre agências de turismo, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, e outros prestadores, comprometidos com a ação. As informações sobre o número de adesões podem ser checadas pelo painel interativo do site Selo Turismo Responsável, no endereço eletrônico: <https://turismo.gov.br/paineis/acompanhamentoselos/>.

Figura 21 – Selo Responsável:



Fonte: Site Ministério do Turismo - <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/> - Acessado em 23/01/2023.

Sobre o Código de Conduta Brasil, a temática de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é trabalhada no Ministério do Turismo por meio do Código de Conduta Brasil. Até dezembro, 268 estabelecimentos de turismo e prestadores de serviços turísticos de todo o país assumiram os compromissos estabelecidos no Código, adotando uma posição explícita de repúdio à exploração sexual contra crianças e adolescentes em sua política interna, além de promoverem ações de disseminação de informação e capacitação, de modo que seus funcionários e parceiros comerciais tenham mais esclarecimento sobre o tema e saibam como proceder em casos suspeitos. A adesão pode ser realizada pelo site <http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/>.

Figura 22 – Código de Conduta:



Fonte: Site Ministério do Turismo - <http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/> - Acessado em 23/01/2023.

Está em execução o Termo de Execução Descentralizada TED nº 001/2021, firmado entre o MTur e o Instituto Federal de Brasília (IFB), em 20/12/2021 e que terá sua vigência até 31/05/2023, que tem como objetivo combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no setor de Turismo. No dia 21 de junho de 2022, foi realizado o lançamento oficial do Código de Conduta Brasil, evento que fez parte do ciclo de entregas mensais do Programa Abrace o Marajó, coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Foi realizada ainda uma ativação do Código de Conduta no evento ConectaIF, em 18/10/2022, promovido pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), cuja participação do Ministério foi importante para ampliar os impactos da prevenção do abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalhando em conjunto com o IFB para promover a prevenção com foco na divulgação e sensibilização do Código de Conduta Brasil.

Em dezembro de 2022, foi lançado o [Manual do Multiplicador](#) atualizado, no Festival Internacional de Turismo das Cataratas. No mesmo evento foi realizada ativação do Código de Conduta para disseminar conhecimento acerca da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes aos prestadores de serviços turísticos presentes.

Já sobre o Fórum de Segurança Turística, instituído pela Portaria MTur nº 33, de 20 de outubro de 2021. O mesmo visa a aumentar a sensação de segurança no turismo, a partir da integração de atores com competência sobre a matéria em diferentes níveis de atuação.

Em fevereiro de 2022, foi realizado o primeiro encontro do Fórum de Segurança Turística – SEGTur, cujo conteúdo tratou do eixo de segurança pública com ênfase nos dados de segurança pública em benefício da segurança turística. O Fórum SEGTur é uma das ações previstas Programa Turismo Seguro.

E em dezembro de 2022, para encerrar o ano, foi realizado o 2º Encontro do Fórum de Segurança Turística – Fórum SEGTur em formato híbrido, on-line e presencialmente em Brasília-DF, das 15h às 17h. No segundo encontro, foi tratada a importância da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes. O evento contou com seus representantes, convidados da Secretarias Estaduais de Turismo, bem como com palestrantes especialistas do End Child Prostitution And Trafficking – ECPAT, do Grupo de Ação Regional das Américas - GARA, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Instituto Federal de Brasília e da Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa.

As ações referentes à iniciativa em questão foram desenhadas, em 2022, com base em uma estratégia mais eficiente, no intuito de possibilitar o aproveitamento das potencialidades locais para o desenvolvimento sustentável do turismo. As ações realizadas buscaram fortalecer a atuação deste Ministério na produção associada ao turismo e no turismo de base local, por meio de ações promocionais em eventos relevantes do setor, assim como, por meio de articulação institucional.

O Ministério do Turismo (MTur), em consonância com o Plano Nacional do Turismo - PNT 2018-2022, busca oportunizar a qualificação profissional para aqueles que desejam ingressar no setor do turismo e o aperfeiçoamento daqueles que já atuam nos diversos segmentos dessa importante atividade econômica.

No exercício de 2022, o MTur desenvolveu diversas ações no âmbito da qualificação profissional com o intuito de promover a oferta de cursos totalmente gratuito, na modalidade EaD e semipresencial, dando oportunidade igualitária a todas as regiões brasileiras, especificadas a seguir:

Política Nacional de Qualificação Nacional no Turismo (PNQT)

Parceria realizada entre o MTur e a Universidade de Brasília (UnB) para a implementação da PNQT com vistas a realizar a Pesquisa Aplicada para a “Concepção de Referenciais Metodológicos para Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo na base territorial – local e regional - capacitando técnicos e gestores do processo de planejamento territorial.

Projeto finalizado em 2022, obteve resultados numerosos pois foram gerados 30 Planos Territoriais e seus Programas e Projetos que refletiram as reais necessidades de qualificação profissional em turismo, mediante a realização de diagnósticos participativos nas bases territoriais, nas 30 Rotas Turísticas Estratégicas, priorizadas pelo MTur e a inclusão da Rota Turística de Alcântara/MA, solicitada pela Casa Civil da Presidência da República, constituindo 31 Rotas, 173 municípios e, ao final da pesquisa aplicada atingiu 177 destinos. A pesquisa aplicada contou com a participação de 28 Instituições de Ensino Superior e uma rede formada por 115 pesquisadores participantes, dentre mestrands, doutorandos, docentes, graduados, mestres e doutores, ofertaram 33 cursos pilotos. Resultado: 1.572 pessoas qualificadas.

Valor Autorizado: R\$ 3.164.450,00

Valor Gasto: R\$ 3.138.792,78

Qualificação de Gestores Públicos e Privados

O curso de Gestor de Turismo possui carga horária de 50 horas, na modalidade ensino a distância, tem por objetivo capacitar os gestores para o planejamento, monitoramento e avaliação de ações para o desenvolvimento do turismo. Não envolve recursos e a oferta é ilimitada. Em 2022, foram qualificadas no Brasil 541 pessoas e 03 no estrangeiro.

Em continuidade, com o intuito de aprofundar a estratégia metodológica de capacitação para os gestores, o Ministério do Turismo avançou com a proposta de desenvolvimento do 3º nível – Extensão por meio da celebração do Contrato Administrativo nº 19/2019/MTur/SENAC/SP. Curso com carga horária de 80 horas, se encontra em desenvolvimento na modalidade de ensino a distância, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2023.

[Realização de Encontros Regionais](#) de Qualificação do Turismo nas 10 (dez) Regiões Turísticas do Estado de Goiás

Os Encontros Regionais foram finalizados em 2022 e disponibilizados no Youtube da Goiás Turismo onde pode-se observar que os palestrantes demonstraram grande domínio sobre o conhecimento e experiência na gestão específica de cada região turística do estado de Goiás, bem como boa didática na apresentação de slides em tela e resposta a perguntas dos participantes ao vivo. Os materiais impressos e as videoaulas resultantes dos Encontros possuem excelente qualidade, assim como intérprete de LIBRAS, que poderá ser replicado como oferta de qualificação de gestores públicos de turismo

Resultado em 2022: 1.210 pessoas qualificadas.

Valor Autorizado: R\$ 137.558,00

Valor Gasto: R\$ 137.558,00

Qualificação de Gestores Públicos e Privados do Turismo nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Parceria firmada entre o MTur e a Universidade Federal Fluminense (UFF) por meio do [TED nº 01/2020/MTur/UFF](#), teve como objetivo geral a atuação conjunta do MTur e UFF buscando desenvolver pesquisas interdisciplinares e aplicar ações de estímulo à qualificação do turismo nos municípios turísticos do estado do Rio de Janeiro, principalmente, naqueles que integram o Mapa do Turismo Brasileiro.

A temática “Educação Turística” foi incluída na 2ª Reformulação do Plano de Trabalho ao TED nº 01/2020, atendendo uma demanda dos alunos, o interesse relaciona-se diretamente com a possibilidade de (re) descobrir o território, valorizar os atributos naturais e culturais inerentes ao saber-fazer, ao patrimônio material e imaterial, as atrações técnicas e científicas e eventos programados. A educação turística tem sido um caminho para os gestores públicos e privados que querem se preparar para um turismo que tem como premissa o compromisso com os valores locais e com a incorporação de práticas sustentáveis.

Resultado em 2022: 82 pessoas qualificadas.

Valor Autorizado: R\$ 440.454,00

Valor Gasto: R\$ 440.454,00

Curso de Atendimento ao Turista – Brasil Braços Abertos (BBA)

Tem por objetivo qualificar tantos profissionais que já atuam no atendimento ao turista, independente do perfil de ocupação, bem como cidadãos que desejam ampliar seu conhecimento e prestar um excelente atendimento ao cliente. Não envolve recursos. Resultado 2022: 634 pessoas qualificadas no Brasil e 08 no estrangeiro.

Idiomas, inglês e espanhol

Parceria firmada mediante [Termo de Execução Descentralizada nº 004/2019/MTur/IFTO](#), com o objetivo de ofertar 4.243 vagas em cursos de qualificação nos idiomas Inglês e Espanhol, com carga horária de 200h no âmbito da Formação Inicial e Continuada – FIC, pelo eTec Idiomas, para atender demanda dos guias e condutores de turismo, mapeados pelo Ministério do Turismo, bem como estudantes de turismo e profissionais que atuam na cadeia produtiva do turismo, na modalidade de Educação a Distância. Destaca-se que em subsídio a organização da demanda foi realizada pelo MTur e IFTO, pactuou parcerias técnicas com a Federação Nacional de Guias de Turismo (FENAGTUR) e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Resultado 2022: 1.023 pessoas qualificadas, com previsão para reoferta em 2023.

Valor Autorizado: R\$ 3.818.868,00

Valor Gasto: R\$ 3.818.868,00

Formação Inicial Continuada (FIC)

Tendo em vista o perfil profissional dos trabalhadores do setor de turismo, o MTur tem aportado esforços em iniciativas e parcerias de capacitação, voltadas para a Formação Inicial e Continuada. São elas:

Parceria celebrada mediante [Termo de Execução Descentralizada nº 006/2020/MTur/IFSULDEMINAS](#), com objetivo de ofertar 8 cursos, sendo Copeiro, Espanhol Básico, Espanhol Intermediário, Francês Básico, Inglês Básico, Agente de Recepção e Reservas em Meio de Hospedagem, Mensageiro em Meio de Hospedagem e Garçom. Na parceria foram ofertadas 2.660 vagas em âmbito Nacional na modalidade a distância. Curso finalizado em 2022, tendo como resultado 2021-2022: 4.201 pessoas qualificadas, deste total 1.231 foram qualificadas no exercício de 2022.

Valor Autorizado: R\$ 1.007.100,00

Valor Gasto: R\$ 914.845,40

Parceria celebrada mediante Termo de Execução Descentralizada nº 007/2020/MTur/IFSul-rio-grandense, com objetivo de ofertar 6 cursos, sendo Copeiro, Espanhol Básico, Espanhol Intermediário, Agente de Recepção e Reservas em Meio de Hospedagem, Mensageiro em Meio de Hospedagem e Garçom. Na parceria foram ofertadas 4.444 vagas em âmbito Nacional na modalidade a distância, cabe ressaltar que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) lançou Edital de Vagas para inscrição nos cursos de qualificação profissional. Resultado: Em execução – oferta iniciada em novembro/2022.

Valor Autorizado: R\$ 1.007.100,00

Valor Gasto: R\$ 341.504,05

Parcerias Voluntárias - Editais de Chamada Pública - Oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional: Libras para Atendimento ao Público, Agente de Informações Turísticas com ênfase em atrativos naturais, inglês, Biossegurança: Aspectos Básicos e Essenciais e Prevenção ao Covid-19 em Serviços de Alimentação, Inglês para Restaurantes, entre outros. Não envolve recursos. Diante do cenário pós-pandemia e da escassez de recursos orçamentários destinados à qualificação profissional, como estratégia para fomentar e diversificar a qualificação do setor, o MTur tem buscado apoio junto as instituições de ensino, por intermédio de Editais de Chamada Publica. Resultado em 2022: 3.451 pessoas qualificadas.

Curso Especialização em Atrativos Turísticos Culturais e Naturais para Guias de Turismo Regionais - nas 05 Macrorregiões do Brasil. A retomada do turismo no pós-pandemia indicou um turista mais exigente com fortes tendências à procura pelo turismo de proximidade, de natureza, de contemplação entre outros. Nesta perspectiva o MTur potencializou os esforços para qualificar os guias de turismo das 05 (cinco) macrorregiões do país cadastrados no Cadastur, como Guia de Turismo Regional.

Diante dessa tendência, o MTur, com o intuito de preparar os Guias de Turismo Regionais, para receber esse novo perfil de turista, buscou parcerias com Instituições Federais de Ensino para ofertar cursos de especialização em atrativos culturais e naturais com a oferta de 8 cursos (em execução) de Especialização técnica em Atrativos Turísticos Culturais e Naturais para Guias de Turismo Regionais nas 4 Macrorregiões do Brasil. Foram firmadas 04 parcerias, especificadas a seguir:

a). Região Norte e Centro-Oeste: TED nº 002/2020/MTur/UFT - Resultado em 2022: 199 pessoas qualificadas – Valor Autorizado: R\$ 967.680,00.

b). Região Nordeste: TED nº 004/2020/MTur/IFPB - Resultado em 2022: 92 pessoas qualificadas – Valor Autorizado: R\$ 1.316.040,00

c). Região Sul: TED nº 005/2020/MTur/IFPR – Resultado em 2022: 392 pessoas qualificadas – Valor Autorizado: R\$ 910.800,00.

d). Região Sudeste: em fase de celebração.

Curso “Would You Like”

Qualificação em língua inglesa para indivíduos de baixa escolaridade (em média até o 4º ano do ensino fundamental), com o método de capacitação para a língua inglesa desenvolvido em situação concreta para profissionais que atuam na linha de frente do atendimento ao turista estrangeiro, doado ao MTur pelo Idealizador, à título gratuito, livre de quaisquer ônus ou encargos.

Resultado: 2.429 visualizações.

Curso de Condutor de Turismo Náutico

Preparação profissional para o exercício das atividades de condutor de turismo, destinado a profissionais Especializados em Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP), Marinheiros Auxiliar de Convés (MAC) e Marinheiro Auxiliar Fluvial de Convés e Máquinas, aptos a atuarem no mar e em águas interiores, habilitados pela Marinha do Brasil. Parceria celebrada por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 001/2021/MTur/UFF. Resultado: em fase de finalização para lançamento.

Valor Autorizado: R\$ 299.144,00

Valor Gasto: R\$ 299.144,00

Curso Técnico em Guia de Turismo para Pessoas dos Municípios que integram o Polo Costa Branca

O curso tem como propósito a formação de novos conhecimentos, assim como o desenvolvimento de habilidades para o desempenho de suas atribuições de forma eficiente e eficaz, contribuindo, substancialmente, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos Guias Regionais e Nacionais e América do Sul aos turistas.

Resultado: 18 pessoas qualificadas.

Valor Autorizado: R\$ 159.593,65

Valor Gasto: R\$159.593,65

Qualificação da Cadeia Produtiva do Turismo para atendimento à pessoa com deficiência

O projeto prevê o desenvolvimento de 9 (nove) cursos de qualificação profissional para pessoas que atuam no receptivo turístico e atendimento, com enfoque na Inclusão e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência e/ou com mobilidade reduzida, bem como o desenvolvimento de uma Plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) de informações e capacitação em turismo com hospedagem por 36 meses e de Seriou Games de situações de acessibilidade; customizados para o Ministério do

Turismo. Resultado em 2022: Curso 1 - Turismo, Inclusão e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência e/ou com mobilidade reduzida – Desenvolvimento finalizado.

Valor Autorizado: R\$ 2.791.470,00

Valor Gasto: R\$ 2.000.000,00

2.2.7 OE 12 – Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura

A Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDC) tem, dentre suas atribuições, a de planejar, promover, implementar e coordenar ações para o desenvolvimento e fortalecimento da dimensão econômica da cultura brasileira, em todos os segmentos da cadeia produtiva, buscando ainda valorizar a diversidade, estimular a cultura de base comunitária e atender ao PROGRAMA: 5025 - Cultura do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

A SECDC foi responsável pela execução da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc. Conforme previsto em seu texto, a lei destinou R\$ 3 bilhões de reais para ações de socorro ao setor cultural de todos os estados, da federação e do Distrito Federal. Também receberam recursos 4.176 municípios de todos os estados da federação. Os dados com as informações individualizadas sobre os repasses e o saldo bancários ao final da lei podem ser acessados através do site <http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>. Após a análise dessas prestações de contas será possível identificar como a lei foi aplicada em cada ente federado que recebeu os repasses.

No tocante ao fomento ao Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, durante o ano de 2022, 21 (vinte e um) projetos foram aprovados com valores investidos da ordem de R\$ 7.207.000,00, advindos de recursos de emendas parlamentares. Os projetos são de realização de feiras e ações literárias diversas; capacitações; oficinas; palestras; catalogação; digitalização e disponibilização de acervos; publicação e distribuição de obras literárias; modernização de bibliotecas a partir da aquisição de equipamentos em geral e implantação de espaços de criação e manutenção de atividades.

Entre as ações de fomento ao livro, destacou-se o Prêmio de Incentivo à Publicação Literária Antologia, 200 Anos de Independência – 3ª Edição, para a premiação de 15 (quinze) contos, 15 (quinze) quadrinhos, 15 (quinze) poesias e 15 (quinze) crônicas. A ação tem por objetivo comemorar o momento histórico, além de incentivar novos escritores e promover, valorizar e difundir a literatura brasileira. Ao todo, foram premiados 47 (quarenta e sete) participantes, no valor unitário de R\$ 3 mil, totalizando R\$ 141 mil em prêmios. As obras constituirão uma Antologia com a temática dos 200 Anos da Independência.

2.2.8 OE 13 – Consolidar o Planejamento e a Gestão de Riscos

A contextualização quanto ao OE 13 consta no Capítulo 1 do Relatório de Gestão.

2.2.9 OE 14 – Fomentar Investimentos e Novos Negócios

O Ministério do Turismo vem trabalhando no sentido de mapear as oportunidades de investimento e de estreitar laços com instituições e redes de investidores, desenvolvedores e operadores do setor.

As ações e eventos buscam cumprir a iniciativa “Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de linhas de crédito para o turismo” delimitada pelo Plano Nacional de Turismo – PNT e reforçado no Planejamento Estratégico Institucional do MTur- PEI no objetivo estratégico “Fomentar investimentos e estimular novos negócios”.

O Portal de Investimentos em Turismo é uma ferramenta valiosa para a execução desses processos, bem como para atuar de forma transparente na divulgação de oportunidades de investimentos em projetos turísticos públicos e privados.

A partir de junho de 2022, houve uma qualificação da análise das propostas, com aumento no cadastro de projetos, usuários, investidores e empreendedores. No quadro abaixo, apresenta-se o total de projetos ativos no Portal, já somados os resultados de 2022:

Figura 23 - Portal de Investimentos



Fonte: Portal de Investimentos – Ministério do Turismo, 23/01/2023.

Aproveitando a retomada dos eventos do trade turístico e do setor de investimentos, planejou-se uma atuação da área durante o ano de 2022 no estreitamento do relacionamento com os diversos atores do setor.

Em março de 2022, o MTur participou de dois eventos, o MIPIM, Le Marché International des Professionnels de L’immobilier – 2022, evento voltado para investimentos do setor imobiliário e turístico, no qual foi investido o valor de R\$ R\$ 165.525,00 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e o Sindepap Summit, onde foi apresentado o Portal de Investimentos e demais ações com foco no ambiente de negócios, aos empresários do segmento de Parques Temáticos e

Atrações Turísticas, além de participar de rodadas de negócio com potenciais investidores, para o qual não houve investimento aportado.

Em abril de 2022, o MTur participou da WTM Latin América, para o qual houve dispêndio de recurso apenas com diárias e passagens. Na ocasião, foi apresentado o Programa de Atração de Investimentos do órgão aos secretários da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo - Anseditur. Já em junho, dois eventos tiveram a participação do órgão com foco na atração de investimentos: o Brasil Investment Forum - BIF, organizado pela Apex-Brasil, em parceria com o BID e o Governo Federal, voltado para atração de investimentos para o Brasil, e a Expotel, uma feira internacional de hotelaria. Em ambos os eventos foram apresentados os projetos do Portal de Investimentos em Turismo, bem como as demais ações do órgão para a melhoria do ambiente de negócios. Através da SNAIC, foi confirmada também a adesão do MTur à Rede Latino-Americana para Atração de Investimentos em Turismo, que ainda conta com a participação do Peru, México, Colômbia, Argentina, Equador e Chile. A Rede Latino-Americana de Governos para Atração de Investimentos em Turismo trabalha em mecanismos que melhorem o conhecimento e as ferramentas de investimentos e que aumentem o posicionamento dos países como destino para investimentos em turismo.

Em 30 de agosto de 2022, o MTur participou da 17ª edição do ADIT Invest que é o principal fórum do País sobre funding e investimentos imobiliários. O evento é conhecido por apresentar soluções de captação de recursos para desenvolvimento de projetos no setor imobiliário que gera conexão entre o mercado de capitais às pequenas e médias empresas.

O Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, participou, entre os dias 8 e 9 de novembro, em Londres, Reino Unido, da ITIC - International Tourism & Investment Conference. O evento é paralelo à WTM Londres e focado em atração de investimentos para o Setor de Turismo. Na oportunidade, o MTur participou de 2 painéis, a saber: Changes in customers' behaviour, how are they affecting the a profitability ratio used to evaluate the gain or loss generated on an investment of hotels and tourism attractions? (Mudanças no comportamento dos clientes, como estão afetando o índice de rentabilidade usado para avaliar o ganho ou perda gerado em um investimento em hotéis e atrações turísticas?) e Achieving success in sustainable destinations. How are investors sharpening their environmental, social and governance strategies to optimize their return on investment? (Alcançar o sucesso em destinos sustentáveis. Como os investidores estão aprimorando suas estratégias ambientais, sociais e de governança para otimizar o retorno sobre o investimento?). Também houve a apresentação de projetos aptos a receberem investimentos, como os ativos naturais e culturais em fase de concessão e também projetos privados constantes no Portal de Investimentos. Para o evento foram investidos R\$ 144.981,61 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos).

A primeira edição do IMOBTUR promovido pela ADIT Brasil - Associação de Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil, ocorreu em 29 de novembro de 2022 em SP, para o qual foram alocados recursos apenas com diárias e passagens e contou com a participação da Diretoria de Atração de Investimentos. O evento de grande debate sobre as transformações que o setor de hospitalidade tem passado nos últimos anos, reuniu grandes players deste mercado que levaram ao palco discussões sobre: Shor-term rental (aluguel de curta temporada) e meios alternativos de hospedagem, hotéis de luxo, resorts, hotéis de negócios, senior living, student housing, hotels, e hotéis lifestyle. O Mtur, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) esteve presente para contato com

investidores e desenvolvedores, apresentando oportunidades de investimentos públicos como o projeto do Revive e também projetos privados.

Regulamentado pela Portaria/MTur nº 666, de 25 de setembro de 2020 e suas alterações, na qual aprova as normas gerais e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR em operações de financiamento, constitui-se de mecanismo de crédito essencial ao fomento turístico.

Além de promover o desenvolvimento e expansão turística, foi salvaguarda do setor empresarial e empresários individuais durante o estado pandêmico.

Os recursos são exclusivos para o trade turístico, a verificação se dá por meio do registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, cujos requisitos são comprovados no cadastro ao programa.

De posse do certificado do CADASTUR, com status “regular” ou “em implantação”, o empresário estará habilitado, pelo Ministério do Turismo, a solicitar crédito do FUNGETUR a um agente financeiro credenciado.

O Fungetur possui, atualmente, 21 agentes financeiros credenciados, aptos a operacionalizar os recursos do Fundo. Por meio desse processo, avança-se na consolidação da abrangência nacional do Fundo Geral de Turismo, visando à manutenção e o incremento de novas instituições financeiras oficiais que ofertem o crédito do Fungetur, por conseguinte, dando maior capilaridade de forma a alavancar investimentos e ofertas de serviços turísticos.

O Fungetur atende todas as regiões brasileiras, por meio das seguintes Instituições:

Figura 24: Instituições financeiras credenciadas ao Fungetur



Fonte: MTur/SNINFRA – planilha interna

Tendo em vista que os recursos do Fungetur se constituem de mais um produto de estreira bancária, o MTur promove alterações de acordo com a realidade de mercado, dentre os limites normativos, para atender aos empresários do setor.

A última alteração foi realizada por meio da Portaria MTur nº 51, de 8 de novembro de 2022. Entre as principais mudanças está a substituição da taxa Selic pelo INCP, de forma a manter a alíquota a 5% a.a.

Outra novidade foi a criação de um critério diferenciado para as macrorregiões Norte e Nordeste, onde os impactos no turismo por conta da pandemia de Covid-19 foram maiores e os indicadores econômicos apresentam diferenças em relação às demais regiões. Agora os empresários dessas localidades que solicitarem financiamento contarão com amortização de até 78 meses e carência de até 24 meses.

A portaria também reduziu os valores passíveis de financiamento em todas as modalidades, possibilitando, assim, que mais micro e pequenos empresários acessem a linha de crédito. No caso de obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, e capital de giro associado, o valor passível de financiamento passou de R\$ 50 milhões para R\$ 15 milhões. Em relação aos bens destinados a empreendimentos turísticos e capital de giro associado houve uma redução de R\$ 30 milhões para R\$ 10 milhões, mesma redução observada no caso de capital de giro destinado a empreendimentos turísticos.

Estão previstas, ainda, a revogação dos incisos que permitem o financiamento nas regras do Pronampe, a inclusão de dispositivos que versem sobre a extinção do contrato e mais previsibilidade e segurança jurídica às relações contratuais firmadas no âmbito do Fungetur, bem como a inclusão de dispositivo fixando sanções aos agentes financeiros em caráter preventivo, educativo e repressivo.

Tabela 13 – Taxas e Prazos FUNGETUR

OBJETIVO	FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTO DE BENS	OBJETIVO	FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO ISOLADO
Valor Financiável	Até R\$ 15 milhões	Até R\$ 10 milhões	Valor Financiável	Até R\$ 10 milhões
Participação no Financiamento	Até 80% do Investimento	Até 100% do Investimento	Participação no Financiamento	Até 100% do Investimento
Encargos Financeiros	Até 5% a.a + INPC	Até 5% a.a + INPC	Encargos Financeiros	Até 5% a.a + INPC
Atualização do Principal	Variação anual do INPC	Variação anual do INPC	Atualização do Principal	Variação anual do INPC
Prazos de Amortização	Até 240 meses	Até 60 meses	* Prazos de Amortização	Até 72 meses
Carência	Até 60 meses	Até 12 meses	** Carência	Até 18 meses
Sistema de Amortização	SAC	SAC	Sistema de Amortização	SAC
Capital de Giro Associado	Até 30% do valor financiado	Até 30% do valor financiado		

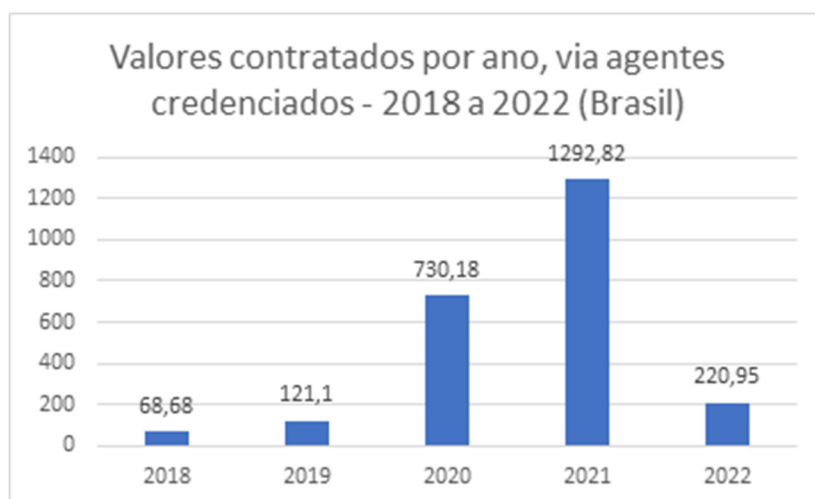
Fonte: Portaria Mtur nº 666, de 25 de Setembro de 2020.

Considerando os relatórios mensais de operações contratadas em 2022, os agentes financeiros celebraram 377 financiamentos que somam R\$ 220,95 milhões.

O relatório completo do Fungetur está disponível na seção Transparência da página www.gov.br/fungetur.

No gráfico 1, pode-se visualizar o montante contratado com recursos do Fungetur desde o ano de 2018.

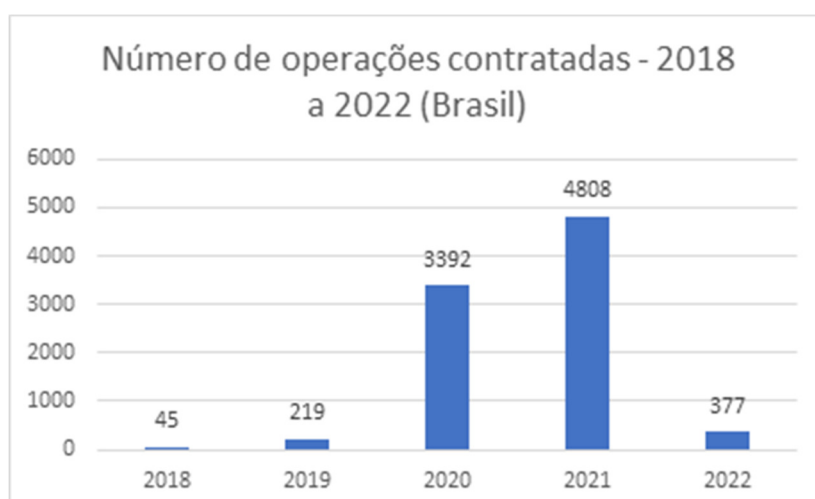
Gráfico 11 - Recursos do Fungetur contratados por ano (valores em R\$ milhões).



Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes Financeiros do Fungetur/CGCRED/Mtur. Dados atualizados até dez/22.

Ao comparar o valor total contratado em 2022, percebe-se que em valores absolutos, o volume de recursos contratados supera o total contratado no período pré-pandemia, momento no qual foi injetado crédito extraordinário de R\$ 5 Bilhões.

Gráfico 12 - Número de operações do Fungetur contratadas por ano (quantidade).



Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes financeiros do Fungetur/CGCRED/MTur.

De 2018 a 2022 foram celebrados 8.841 financiamentos com recursos do Fungetur.

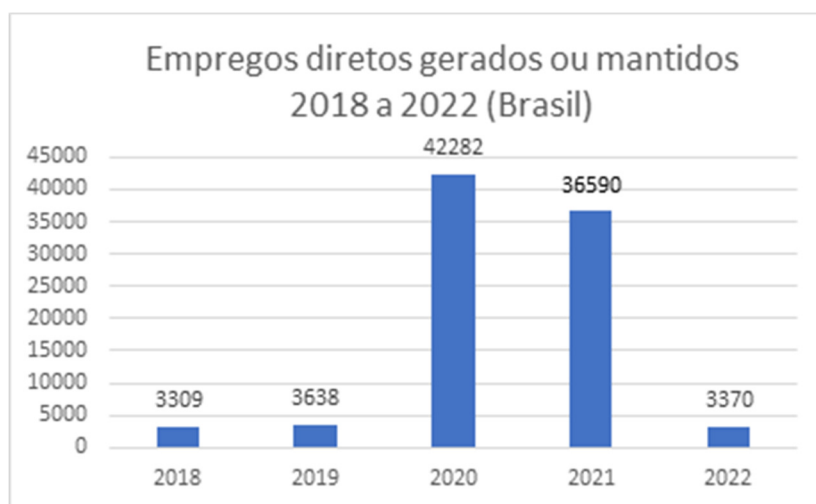
A redução no volume de contratações em 2022 deve-se a um conjunto de fatores macro e microeconômicos que justapostos aos efeitos econômicos da Pandemia do COVID-19 que diminuíram o volume de recursos circulando no mercado e aumentaram o risco de inadimplemento dos empresários.

Como no caso dos financiamentos realizados com recursos do FUNGETUR o agente financeiro assume 100% dos riscos de inadimplemento, o acesso a estes recursos acompanhou a redução no número de contratos realizados identificadas em todas as outras linhas de crédito oferecidas em igualdade de condições do mercado.

Quanto à finalidade do financiamento solicitado pelos mutuários, do total de 377 contratos, 354 foram exclusivamente para capital de giro, 93,9% dos contratos. O nível de operações financiadas para capital de giro indica que o setor turístico tem, além da necessidade de investimento em melhoria das suas infraestruturas e no aumento e melhoria dos seus bens de capital, grande necessidade de crédito a fim de atendimento a necessidades de caixa. Condição esta que tem influência direta na saúde financeira das empresas do setor turístico, e auxilia na manutenção de empregos e de renda de milhares de brasileiros que ainda lutam contra os efeitos deletérios impostos ao mercado nacional pela pandemia do COVID-19.

No gráfico 13, apresenta-se um comparativo do número de emprego de 2018 a 2022.

Gráfico 13 – Número de empregos gerados/mantidos por ano (quantidade).



Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes financeiros do Fungetur/CGCRED/MTur.

Dados atualizados até dez/22

No que se refere ao número de empregos por meio do financiamento de projetos com recursos do Fungetur, estima-se que este ano foram gerados ou mantidos 3.370 postos de trabalho.

2.2.10 OE 15 – Desenvolver a Gestão por Competências, motivar e Cuidar da Qualidade de Vida dos Servidores

A contextualização quanto ao OE 15 consta no Capítulo 3 do Relatório de Gestão.

2.2.11 OE 16 – Prover Soluções Inovadoras de Tic por Meio da Transformação Digital

A contextualização quanto ao OE 16 consta no Capítulo 3 do Relatório de Gestão.

2.2.12 OE 17 – Ampliar e Otimizar os Recursos Orçamentários

A contextualização quanto ao OE 17 consta no Capítulo 3 do Relatório de Gestão.

CAPÍTULO 3 – CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

As principais áreas e ações devem ter seu desempenho, em termo de produção e conformidade, apresentados em itens compatíveis, e devem tratar de temas que abordem os seguintes aspectos:

- Perfil de gastos da UPC e estimativa de custos
- Desempenho frente ao planejamento
- Explicações sobre variações do resultado
- Avaliação da força de trabalho
- Estratégias para alavancar o desempenho e eficiência
- Resumo dos valores de contratações mais relevantes
- Investimento de capital (infraestrutura e equipamentos)
- Modelo de governança de TI
- Montante de recursos aplicados em TI
- Segurança da informação
- Sustentabilidade ambiental

São as atividades meio que dão sustentação à estrutura de um órgão e seu funcionamento. Para alcançar seus resultados finalísticos, no ano de 2022, o MTur aprimorou as atividades de gestão por meio da revisão de normativos internos, de fluxos processuais, de contratos administrativos e da instauração de procedimentos licitatórios, visando diminuir entraves e otimizar os recursos necessários às boas práticas de gestão.

Novamente, os esforços na área meio do MTur voltaram-se para efetivar os princípios de desburocratização, economicidade e estratégia de ação, em consonância com os preceitos universais de atuação do serviço público e, também, indo ao encontro das diretrizes de eficiência pública do governo federal.

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022) consignou ao Ministério dotação inicial de R\$ 1,466 bilhão, incluindo os valores destinados ao Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Tais dotações são operacionalizadas por meio das seguintes Unidades Orçamentárias (UO):

- 54101 – Ministério do Turismo (MTur)
- 54902 – Fundo Nacional da Cultura (FNC)
- 73117 – Recursos sob a Supervisão do Ministério do Turismo (RSMTur)
- 74908 – Recursos sob a Supervisão do Fungetur (Fungetur)
- 74912 – Recursos sob a supervisão do FNC (RSFNC)

Por outro lado, os recursos tratados neste capítulo excluem os valores em reserva de contingência, os destinados às entidades vinculadas (autarquias e fundações) e aqueles reservados ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), programação específica do FNC, cuja prestação de contas compete à Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

Durante o exercício foram realizados crédito orçamentários que resultaram na dotação atualizada de R\$ 5,583 bilhões, portanto um acréscimo de R\$ 4,117 bilhões, que incidiu nas despesas discricionárias e, principalmente, nas despesas obrigatórias marcadas com o indicador de Resultado Primário 1 (RP 1) devido ao crédito especial referente à Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, no valor de R\$ 3,862 bilhões.

Neste contexto, as dotações atribuídas ao conjunto de Unidades Orçamentárias (UO) sob a gestão do Ministério do Turismo mencionadas acima, no dia 31 de dezembro de 2022, eram distribuídas da seguinte forma, tabela 14, em relação ao resultado primário:

Tabela 14 – Distribuição por resultado primário

Resultado Primário	LOA	% LOA	Dotação Atual	% Dotação Atual
0 - Despesa Financeira	883.912.545	60,3	884.174.210	15,8
1 - Despesa Obrigatória	154.732.168	10,6	4.018.653.844	72,0
2 - Despesa Discricionária	272.630.103	18,6	476.391.958	8,5
6 - Emenda Individual	128.957.119	8,8	127.978.797	2,3
7 - Emenda de Bancada	23.723.696	1,6	23.723.696	0,4
8 - Emenda Comissão	2.148.498	0,1	2.148.498	0,04
9 - Emenda Relator	-	0	49.777.897	0,9
Total	1.466.104.129		5.582.848.900	

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Essa variação abrupta de percentuais deve-se ao acréscimo relativo à Lei Paulo Gustavo, como mencionado acima.

Execução Orçamentária

No exercício de 2022 foram empenhados 5,160 bilhões, representando um percentual de 92,4%

do total da dotação atualizada, conforme a tabela 15 abaixo:

Tabela 15 – Execução Orçamentária por resultado primário

Resultado Primário	Dotação Atual	Empenhado	% Executado
0 - Despesa Financeira	884.174.210,00	483.259.009,97	54,7
1 - Despesa Obrigatória	4.018.653.844,00	4.014.525.385,20	99,9
2 - Despesa Discricionária	476.391.958,00	466.525.543,58	97,9
6 - Emenda Individual	127.978.797	119.327.809,09	93,2
7 - Emenda de Bancada	23.723.696	23.723.696,00	100,0
8 - Emenda Comissão	2.148.498	2.148.498,00	100,0
9 - Emenda Relator	49.777.897	49.777.897,00	100,0
Total	5.582.848.900	5.159.287.839	92,4

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

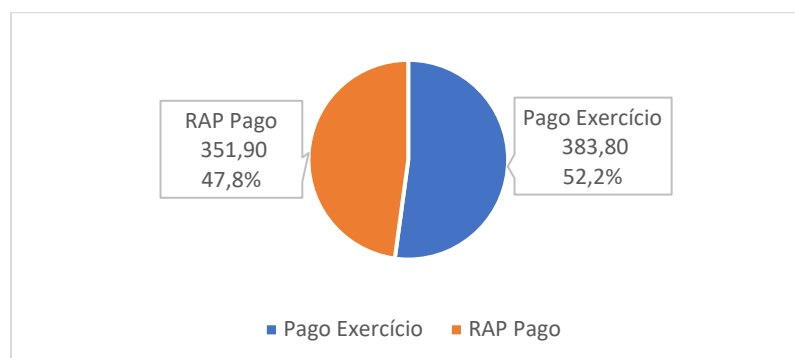
Como no exercício anterior, o menor desempenho foi em relação às despesas financeiras do FNC, pois o programa de empréstimos a empreendedores culturais, objeto da ação 0B85 alocada na UO 74912, com valor reservado de R\$ 400 milhões, não evoluiu como esperado, tendo sua implantação sido prejudicada por fatores como a alta da taxa de juros básicos da economia brasileira e a alta informalidade do setor cultura, o que dificulta que os beneficiários do programa possam apresentar garantias às eventuais instituições financeiras a serem credenciadas.

Por outro lado, no restante das atividades, como as despesas obrigatórias, as discricionárias e as decorrentes de emendas parlamentares, o Ministério manteve o alto nível de execução apresentado em 2021.

Execução Financeira

Em 2022 o Ministério desembolsou o total de R\$ 735,8 milhões, havendo certo equilíbrio entre as despesas pagas do exercício e aquelas decorrentes de restos a pagar, como demonstra o gráfico 14 a seguir:

Gráfico 14 – Execução Financeira do MTur em 2022 (em milhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

O fator mais relevante em relação à execução financeira é que os pagamentos das despesas do

exercício superaram em R\$ 111,4 milhões o mesmo indicador de 2021, quando foram pagos R\$ 272,4 milhões, ou seja, um aumento de aproximadamente 41% em relação ao período anterior, sendo este resultado um indicativo de ampliação da capacidade operacional.

Dos R\$ 383,8 milhões pagos das despesas do exercício, destacam-se os pagamentos das atividades de custeio administrativo (R\$ 80,97 milhões), com pessoal ativo (R\$ 80,8 milhões) e aposentadorias e pensões (R\$ 54,2 milhões).

Em relação aos pagamentos ligados às atividades finalísticas, ganham relevo os desembolsos com o fomento à cultura brasileira (R\$ 17,9 milhões), a manutenção de contratos de gestão (R\$ 14 milhões), promoção do turismo no mercado nacional (R\$ 12,9 milhões) e o apoio a projetos de infraestrutura turística (R\$ 7,6 milhões)

3.1.1 Perfil do Gasto – Finalidade dos Recursos

A LOA 2022 fixou ao MTur dotações para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas:

- Gastos relacionados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, ativos, inativos e pensionistas, benefícios aos servidores e dependentes, classificados como despesas obrigatórias, gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e outros), assistência médica e odontológica, indenizações, ajudas de custo e auxílio moradia;
- Gastos em custeio (despesas correntes), destinados ao pagamento de despesas referentes à manutenção e ao funcionamento do órgão, bem como ao atendimento a ações finalísticas, relacionadas ao apoio, à participação e à realização de eventos, à veiculação de campanhas publicitárias para a divulgação do turismo nacional, ao atendimento aos editais de chamamento público relacionados ao apoio à projetos turísticos e culturais voltados à implementação das políticas públicas do órgão, às ações de qualificação de profissionais do setor cultural e do turismo, bem como à realização de estudos e pesquisas voltadas para o setor de cultura e turismo;
- Gastos em investimento, relacionados ao apoio a projetos de infraestrutura turística, por meio da formalização de contratos de repasse firmados junto à CEF, por estados e municípios, com recursos do MTur, bem como à implantação, à instalação e à modernização de espaços e equipamentos culturais;
- Inversões financeiras, dotações destinadas ao atendimento de gastos relacionados ao financiamento da infraestrutura turística nacional, por meio da concessão de empréstimos com taxas de juros acessíveis e prazos longos, contratados junto as instituições financeiras credenciadas pelo Fungetur, para a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, bem como a aquisição de máquinas e equipamentos turísticos e capital de giro.

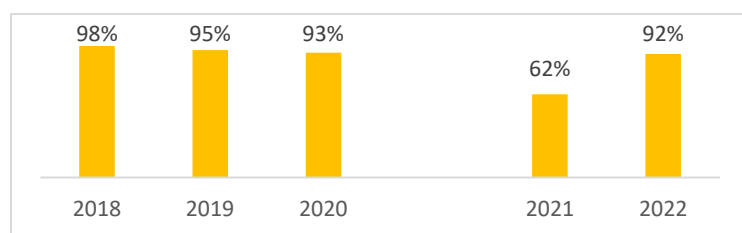
Tanto as despesas de custeio, como as de investimento, abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

- **Finalísticas:** financiamento e promoção de investimentos, marketing, governança e planejamento dos destinos, infraestrutura, qualificação profissional, regulação e fiscalização, turismo responsável, ações voltadas para o fomento e fortalecimento do setor cultural, dentre outras; e
- **Administrativas:** serviço de funcionamento do órgão, serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e apoio às atividades finalísticas.

3.1.2 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira dos últimos anos

Em 2022, mesmo ainda com efeitos da pandemia de Covid-19, que impactaram severamente os setores do turismo e cultura, o Ministério elevou os resultados da gestão e conseguiu executar ações relevantes dentro de sua missão institucional, e retomou ritmo elevado de utilização do orçamento disponível, como mostra o gráfico 15 abaixo, o que foi possível, também, devido à evolução da capacidade do órgão em responder a adversidades.

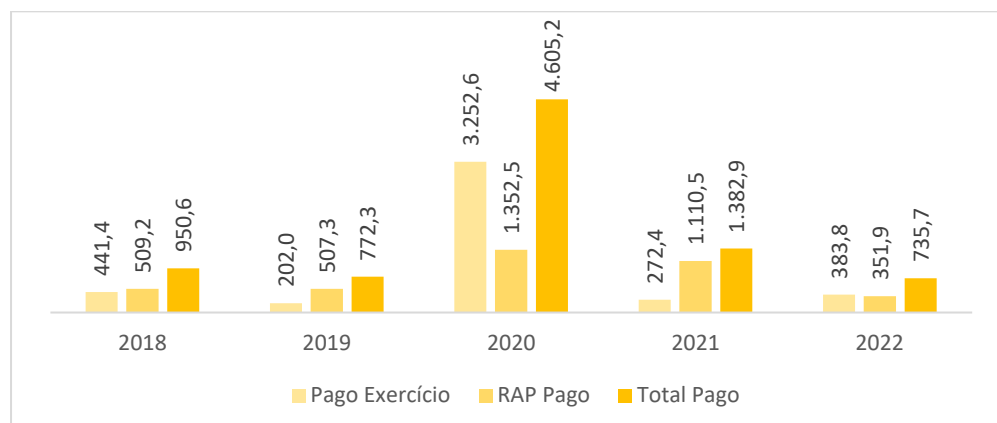
Gráfico 15 – Percentual de Execução Orçamentaria do MTur



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Quanto à execução financeira, vale notar que nos exercícios de 2020 e 2021 houve aumento do volume de pagamentos em decorrência de ações emergenciais do Fungetur para combate aos efeitos econômicos da pandemia, com ênfase para 2020. Desconsiderado o pico ocorrido em 2020, vale apontar o aumento consistente do total de despesas pagas no mesmo exercício do empenho, cujo volume passou de R\$ 202 milhões em 2019 para R\$ 383,8 milhões em 2022, conforme o gráfico 16 abaixo:

Gráfico 16 – Execução Financeira do MTur (em milhões R\$)



3.1.3 Despesas do Ministério do Turismo

Execução por Grupo de Natureza de Despesa (GND)

Há variações significativas na execução orçamentária entre os exercícios de 2021 e 2022 no que se refere ao grupo de natureza de despesa. Se de um lado as despesas de pessoal pouco variaram, de outro, as categorias outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras apresentaram variações positivas expressivas no total empenhado, respectivamente de R\$ 3,88 bilhões, 181,6 milhões e R\$ 417,2 milhões.

Do ponto de vista financeiro, no entanto, embora o aumento relevante do pagamento de despesas do exercício, houve diminuição abrupta no pagamento de restos a pagar, tema que será abordado especificamente mais à frente. No entanto, vale apontar que nos exercícios de 2021 e 2022 houve aumento do volume de pagamentos em decorrência de ações emergenciais, especialmente do Fungetur, para combate aos efeitos econômicos da pandemia. A tabela 16 abaixo demonstra esses apontamentos de forma mais clara:

Tabela 16 – Execução por Grupo de Despesa (em milhões R\$)

Grupo de Despesa	2021				2022			
	Dotação Atual	Empenhado	Pago	Rap Pago	Dotação Atual	Empenhado	Pago	Rap Pago
Pessoal e Encargos Sociais	169,7	157,0	146,7	10,2	160,4	155,9	145,4	10,3
Outras Despesas Correntes	221,3	209,2	121,9	97,5	4.100,7	4.087,7	148,2	96,8
Investimentos	263,1	261,2	3,8	376,2	448,9	442,8	9,8	244,8
Inversão Financeira	461,5	55,6	0,0	626,6	872,8	472,8	80,4	0,0
	1.115,5	683,0	272,4	1.110,5	5.582,8	5.159,3	383,8	351,9

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Execução por Elemento de Despesa

Em 2022, o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais, à conta de dotações originárias da LOA, totalizou R\$ 155,7 milhões, os quais incluem as despesas com pagamento de vencimentos e vantagens fixas dos servidores, o ressarcimento de pessoal requisitado, as contribuições previdenciárias e as obrigações patronais, conforme tabela 17.

Em 2021, os pagamentos neste grupo somaram R\$ 156,9 milhões, portanto, esse tipo de gasto mostrou-se estável em 2022.

Tabela 17 – Valores pagos referentes à pessoal e encargos sociais por elemento de despesa

Grupo de Despesa	Elemento de despesa	Valor pago (em R\$) exercício + RAP
1 – Pessoal e encargos sociais	11 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	80.266.441,54
	01 aposentadorias, reserva remunerada e reformas	44.282.918,62
	03 pensões	14.396.939,09
	13 obrigações patronais	14.207.422,31
	demaís elementos	2.513.329,24
TOTAL		155.667.050,80

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Os pagamentos no grupo de despesas 3 – outras despesas correntes totalizaram R\$ 245,06 milhões, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional, auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e outros), os benefícios, as assistências médica e odontológica, entre outros, conforme tabela 18.

Na comparação com 2021, houve aumento de 19% (R\$ 39,16 milhões) no montante de pagamentos de despesas correntes, com destaque para os elementos de despesa 39 - outros serviços de terceiros pj e 41 – contribuições, que tiveram elevações de 16,5% e 86,4%, respectivamente.

Tabela 18 – Valores pagos referentes a despesas correntes por elemento de despesa

Grupo de Despesa	Elemento de despesa	Valor pago (em R\$) exercício + RAP
3 - Outras despesas correntes	39 outros serviços de terceiros - pj	111.108.070,00
	41 contribuições	60.366.083,96
	37 locação de mão-de-obra	28.019.318,88
	40 serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj	16.818.666,92
	demaís elementos	28.745.811,43
TOTAL		245.057.951,19

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

No que tange ao pagamento das despesas de investimento, o cenário foi inverso ao que ocorreu com as despesas correntes. Em 2022 foram pagos 254,6 milhões, portanto abaixo, havendo uma

redução de 32,6% em relação ao exercício de 2021. Essas despesas incluem serviços de tecnologia da informação, como o desenvolvimento de software, equipamentos e materiais permanentes, contribuições, apoio a obras de infraestrutura turística, além da implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais.

A maior variação foi sentida no elemento 41 – contribuições, que em 2022 contou com R\$ 217,4 milhões em pagamentos, conforme a tabela 19 abaixo, frente aos R\$ 342,3 milhões de 2021.

Tabela 19 – Valores pagos referentes a despesas de investimentos por elemento de despesa

Grupo de Despesa	Elemento de despesa	Valor pago (em R\$) exercício + RAP
4 - Investimentos	41 Contribuições	217.387.019,05
	39 outros serviços de terceiros - pj	23.123.623,79
	52 Material de TIC (permanente)	5.609.470,34
	demais elementos	8.524.253,84
TOTAL		254.644.367,02

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

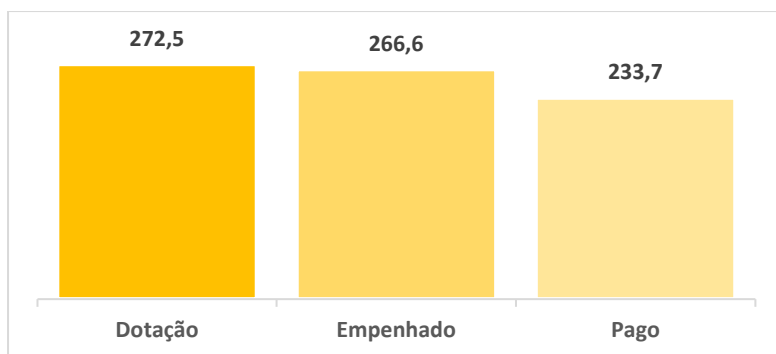
3.1.4 Execução Orçamentária dos principais Programas e Ações Orçamentárias

O Ministério do Turismo opera seus recursos por meio de três programas principais, um de gestão e manutenção e dois temáticos relativos ao turismo e à cultura, são eles, respectivamente: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; 2223 – A Hora do Turismo; e 5025 – Cultura, cujas dotações atuais apresentam as seguintes proporções.

Programa 0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo

No Programa de Gestão do órgão foram executadas as despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores públicos, assistências médica e odontológica, ajuda de custo para auxílio-moradia, despesas de custeio para manutenção e funcionamento do órgão, além de despesas de capital para aquisição de materiais permanentes, desenvolvimento de sistemas de TIC, entre outras, conforme gráfico 17.

Gráfico 17 – Dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$)



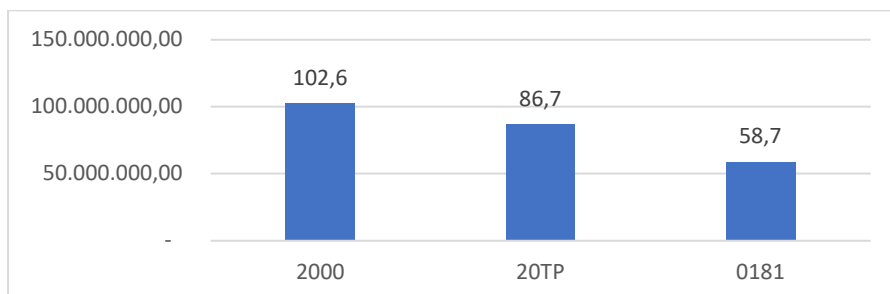
Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

O programa obteve nível de execução orçamentária de 97,8% da dotação e pagamentos correspondentes à 85,8%.

Ações orçamentárias do programa de gestão

No Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, o destaque é a ação orçamentária 2000 – Administração da Unidade, por intermédio da qual correm as despesas essenciais para o funcionamento e a manutenção do órgão, seguida da ação 20TP – Ativos Cíveis da União e 0181 – Aposentadorias e Pensões Cíveis da União, conforme detalhamento dos valores no gráfico 18:

Gráfico 18 – Valores empenhados por ação orçamentária (em milhões de R\$)

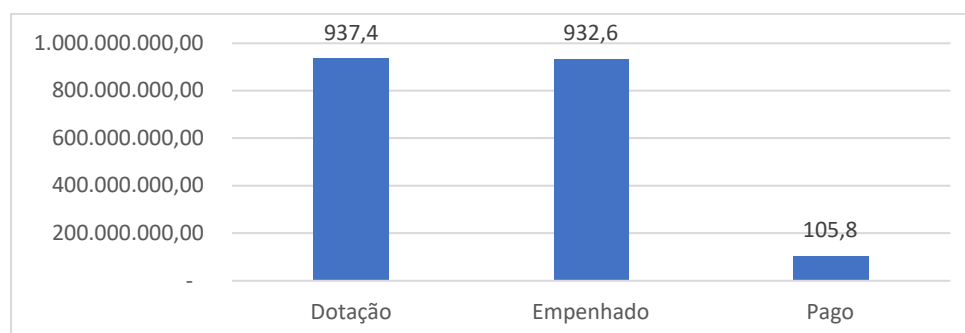


Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Programa 2223 – A Hora do Turismo

No Programa Temático 2223 – A Hora do Turismo, foram executadas despesas destinadas à melhoria da infraestrutura turística nacional e à realização de campanhas publicitárias voltadas para a promoção e divulgação do turismo interno. Foram destinados, ainda, por meio desse programa orçamentário, recursos para atender despesas com ações de apoio aos destinos turísticos voltadas para a melhoria da gestão, articulação, formalização e cooperação, de modo a garantir uma atuação integrada voltada para o desenvolvimento do turismo nacional, além de despesas com qualificação de profissionais do setor, realização de estudos e pesquisas, promoção de investimentos privados no setor e disponibilização de linhas de crédito para o financiamento de empresas e empreendimentos turísticos por meio do Fungetur, conforme gráfico 19.

Gráfico 19 – Valores relativos à dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

O programa alcançou execução orçamentária correspondente a 99,5% da dotação e pagamentos na ordem de 11,3%. Esse resultado em relação ao pagamento tem relação com a natureza de um grande volume de projetos, que envolvem obras - cujos contratos de repasse foram formalizados no exercício de 2022 - pagas de acordo com as medições, enquanto o empenho é feito anteriormente à formalização dos contratos. Essa situação foi mais acentuada pela realização de crédito suplementar ocorrido em dezembro no valor de R\$ 240 milhões.

Ações orçamentárias do Programa 2223 – A Hora do Turismo

No Programa Temático 2223 – A Hora do Turismo, observou-se uma execução mais expressiva em Investimento na ação orçamentária 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, por intermédio da qual o órgão destinou recursos para o atendimento de obras de infraestrutura turística, que são geridas pela CEF, por meio de contratos de repasse firmados junto aos estados e municípios brasileiros, sendo que o maior volume do crédito executado foi proveniente das despesas.

Em relação às despesas de custeio dentre as ações orçamentárias, a ação 20Y3 - Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional apresentou execução (empenhos) para a realização de campanhas publicitárias voltadas para a divulgação e a promoção dos destinos turísticos no mercado nacional, bem como para o apoio e a participação do órgão na realização de eventos geradores de fluxo turístico, conforme Tabela XX.

Por fim, destaque para a ação 0454 – Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional, cujas dotações são operadas por meio de operações de créditos (grupo de despesa 5 – Inversões Financeiras) administradas no âmbito do Fungetur, conforme a tabela 20 abaixo:

Tabela 20 – Valores empenhados por ação orçamentária:

Ação orçamentária		Empenhado
0454	financiamento da infraestrutura turística nacional	472.822.908,00
10V0	apoio a projetos de infraestrutura turística	420.981.551,68

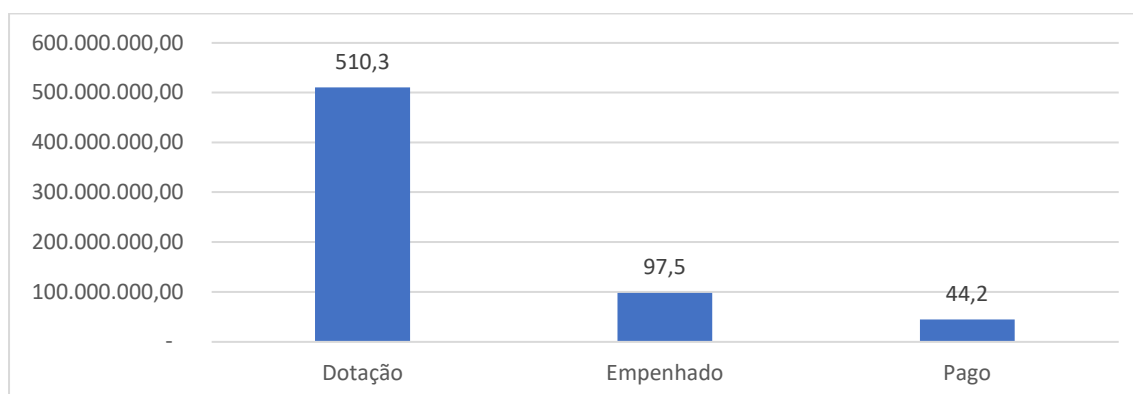
20Y3	promoção e marketing do turismo no mercado nacional	24.958.488,77
15P1	apoio à construção da segunda etapa do galpão Fábrica do Samba - São Paulo	5.161.095,00
4590	qualificação e certificação no turismo	2.820.705,80
218H	sustentabilidade, formalização, posicionamento e apoio à comercialização de produtos turísticos	2.285.491,52
21DB	estruturação e ordenamento dos destinos turísticos brasileiros	1.496.966,86
218G	gestão, inovação e inteligência competitiva do turismo	1.030.951,84
2C01	promoção de investimentos privados, financiamento, parcerias e concessões no setor do turismo	1.018.532,08
Total		932.576.691,55

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Programa Temático 5025 – Cultura

No Programa Temático 5025 - Cultura, foram destinados recursos para atender despesas voltadas para a melhoria, a valorização e a divulgação das manifestações culturais do País, por meio da promoção e do fomento à cultura brasileira. Foram destinados, ainda, recursos para a implantação, a instalação e a modernização de espaços e de equipamentos culturais, visando a adequação das instalações dos locais destinados às expressões culturais do povo brasileiro, dentre outros, conforme gráfico 20, abaixo:

Gráfico 20 – Valores relativos à dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

A grande diferença entre a dotação e o empenhado deve-se, como já mencionando anteriormente, à não execução do programa de financiamento a empreendedores culturais, cuja dotação na LOA 2022 era de R\$ 400 milhões, marcada com o indicador de resultado primário 0 – Despesas Financeiras. Retirado esse valor, a dotação para as despesas discricionárias e emendas parlamentares seria de R\$ 110,3 milhões, tendo havido o empenho de R\$ 97,5 milhões, portanto uma execução de 88,4%.

Vale destacar que do total empenhado, R\$ 83,5 milhões foram destinados a despesas correntes e R\$ 14 milhões aos investimentos.

Ações orçamentárias do Programa 5025 – Cultura

Em relação ao Programa Temático 5025 - Cultura, cabe destacar a execução observada na Ação Orçamentária 20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, bastante expressiva no programa, por meio da qual também foi observado um aporte significativo de emendas parlamentares para o atendimento de despesas voltadas para a valorização, a divulgação e o fomento da cultura nacional. Também importantes destaques são a ação orçamentária 212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais, referente à gestão da Cinemateca Brasileira, e a ação 219S – Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Criativa, como mostram as tabelas 21 e 22 abaixo:

Tabela 21 – Valores empenhados por ação orçamentária - Despesas Correntes

Ação		Empenhado
20ZF	promoção e fomento à cultura brasileira	48.139.261,29
212H	manutenção de contrato de gestão - Cinemateca Brasileira	14.000.000,00
219S	desenvolvimento e fortalecimento da economia criativa	12.028.527,30
20ZG	implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais	3.531.749,73
211F	formulação e gestão da política cultural	3.760.000,00
218A	funcionamento de espaços e equipamentos culturais	1.251.459,73
14U2	inovação, difusão e ampliação do acesso à produção audiovisual brasileira	329.913,91
215G	implementação da política nacional de cultura viva	500.000,00
Total Geral		83.540.911,96

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Tabela 22 – Valores empenhados por ação orçamentária – Despesas Investimentos

Ação		Empenhado
14U2	promoção e fomento à cultura brasileira	7.983.901,60
20ZF	manutenção de contrato de gestão - Cinemateca Brasileira	4.869.249,14
215G	implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais	800.000,00
218A	formulação e gestão da política cultural	194.618,43
219S	funcionamento de espaços e equipamentos culturais	100.000,00
Total Geral		13.947.769,17

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

3.1.5 Análise conjuntural do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Execução de Restos a Pagar (RAP) de Exercícios Anteriores

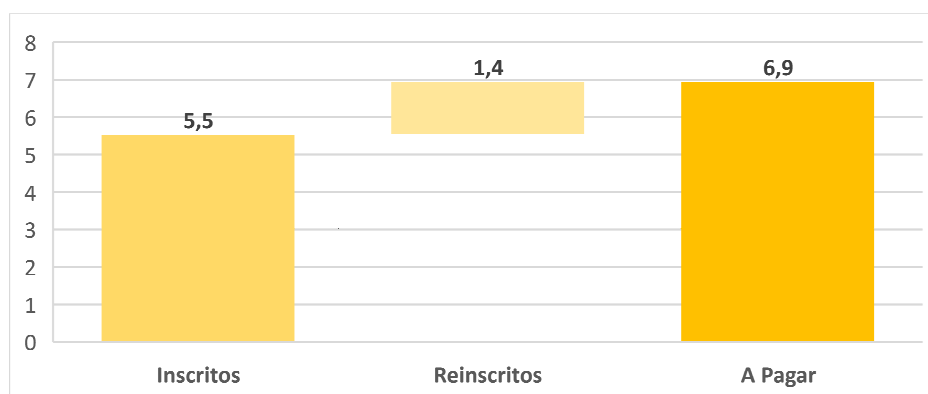
A exemplo do que tem acontecido nos exercícios, o Ministério vem adotando medidas para reduzir o estoque de restos a pagar. Foram cancelados pouco mais de R\$ 1 bilhão de restos a pagar, sendo R\$ 804 milhões de RAP processados e R\$ 198 milhões de RAP não processados. Destaque para o cancelamento de R\$ 726 milhões da ação 0454 – Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional, relativa à concessão de empréstimos do Fungetur. Além do cancelamento, o órgão efetuou o pagamento de R\$ 545,6 milhões de restos a pagar.

Por outro lado, as reinscrições para 2023 somaram R\$ 1,4 bilhão, enquanto as novas inscrições de 2022 somaram R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões referentes à execução da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, cujas despesas foram empenhadas nos últimos dias de 2022, principalmente, mas não exclusivamente, em virtude da decisão judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7232.

Sem considerar esse fato isolado referente à Lei Paulo Gustavo, até porque os valores devem ser pagos ainda em 2023, o valor das inscrições seria de R\$ 1,3 bilhão, sendo um resultado levemente positivo de diminuição do estoque, tendo em vista que os cancelamentos e pagamentos de RAP em 2022 superaram R\$ 1,5 bilhão.

Os gráficos 21, 22 e 23 abaixo representam o resultado do desempenho dos restos a pagar após as inscrições e reinscrições para 2023:

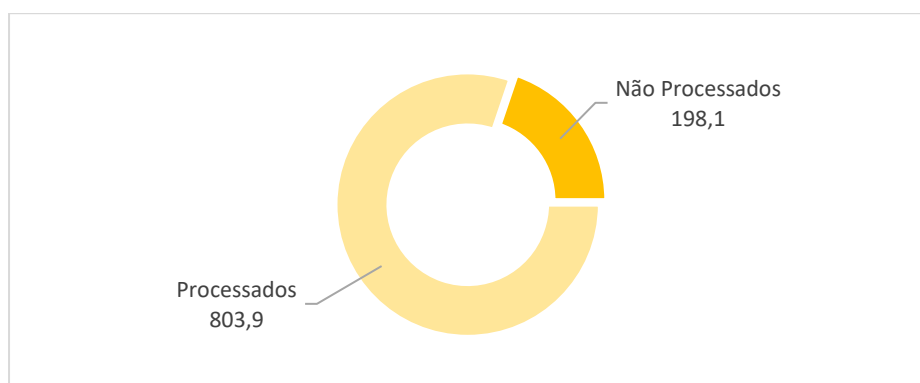
Gráfico 21 – Detalhamento dos restos a pagar em 2022 (em bilhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

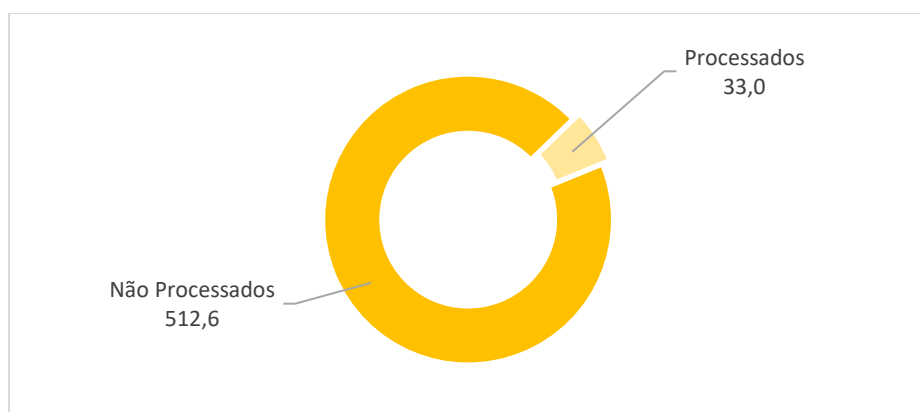
Ademais, vale demonstrar alguns números e proporções da gestão de restos a pagar durante o exercício de 2022 no âmbito do Ministério:

Gráfico 22 – Restos a pagar cancelados em 2022 (em milhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Gráfico 23 – Restos a pagar pagos em 2022 (em milhões R\$)



Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

3.1.6 Principais desafios e ações futuras

Em 2022, embora em proporções um pouco menores que em 2021, os setores do turismo e da cultura ainda enfrentaram os efeitos da pandemia da COVID-19. Nesse contexto, o orçamento discricionário (RP 2) da Pasta, ainda que bastante limitado, foi utilizado da forma mais eficiente quanto possível, alcançando-se a execução orçamentária de 98%.

Os desafios para 2023 são animadores, pois o desmembramento dos Ministérios do Turismo e da Cultura aumentou o volume de orçamento para os setores, exigindo que as Pastas reformulem o planejamento orçamentário e ampliem sua capacidade de execução.

Outro desafio permanente é buscar a redução do estoque de restos a pagar.

Ações

- Acompanhamento do estoque de restos a pagar, intensificando as ações direcionadas à redução do montante, focando na finalização dos projetos em andamento, e, portanto, pagando efetiva as despesas, e na revisão e cancelamento dos restos a pagar desnecessários, como, por exemplo, os saldos de projetos já concluídos ainda inscritos.
- Alinhamento efetivo entre os planejamentos estratégico, orçamentário e financeiro do órgão.

3.2 Gestão de Custos

3.2.1 Conformidade Legal

A Lei de Responsabilidade Fiscal ([Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000](#)), ou comumente conhecida LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, tal responsabilidade pressupõe a ação planejada e transparente que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

A LRF estabelece em seu artigo 50, parágrafo 3º, que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Tal obrigação legal já se fazia presente em nossa [Constituição Federal](#) quando o constituinte estabeleceu no artigo 70 a necessidade de um sistema de controle interno em cada poder para que seja exercida a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

3.2.2 Implantação do Sistema de Custos

No ano de 2022, a gestão de custos foi realizada por meio de ações orçamentárias e planos orçamentários, separando as despesas de acordo com a sua finalidade especificada no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e lei Orçamentária Anual.

A implementação do Sistema de Informação de Custos – SIC no Ministério do Turismo - MTur, iniciada em 2019, apresentou evolução significativa em 2022 em decorrência da alocação de 2 servidores na Coordenação de Contabilidade e Custos - CCONT, fato que proporcionou a efetivação do referido sistema, bem como da UG piloto 540004 (Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração- SPOA). A previsão de término de implementação do SIC no âmbito do MTur consta para o ano de 2023, entretanto já possível a visualização de dados gerenciais através do endereço eletrônico <https://paineis.turismo.gov.br/hub/stream/aaec8d41-5201-43ab-809f-3063750dfafd>. Frisa-se que o sistema ainda não foi concluído, portanto não há informações completas referentes ao exercício de 2022.

A implementação do SIC alinha-se aos objetivos estratégicos do MTur, além de atender determinações legais que exigem que os órgãos federais mantenham sistema de custos com o objetivo de avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3.2.3 Principais desafios e ações futuras

No exercício de 2022, a Coordenação de Contabilidade e Custos (CCONT) realizou análises mais detalhadas do que as realizadas no exercício anterior, nas quais muitas inconsistências foram identificadas e sanadas. No entanto, tais análises ainda não abrangem todas as contas contábeis que necessitam desta atenção especial. Sendo assim, os desafios para 2023 são:

- A. Análise analítica das principais contas contábeis em todas as unidades gestoras do Ministério do Turismo;
- B. Reforço do quadro de servidores lotados na CCONT;
- C. Implantação do Sistema de Informação de Custos na UG piloto 540004;
- D. Elaboração de manuais de procedimentos para as atividades realizadas na CCONT;
- E. Elaboração das Notas Explicativas de forma trimestral e envio à STN pelo SIAFI Web;
- F. Adequação dos demonstrativos deste Ministério do Turismo às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3.3 Gestão de Licitações e Contratos

3.3.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com as legislações aplicáveis a licitações e contratos vigentes, o MTur observa os normativos que regem, de forma geral, os procedimentos licitatórios e as contratações públicas, bem como as diretrizes estabelecidas pelo TCU, pela AGU e por outros órgãos

referenciais.

Além da observância ao arcabouço legal e exigências normativas, os processos administrativos são submetidos à Consultoria Jurídica do órgão, responsável por assessorar nas ações e nos assuntos relacionados às licitações e aos contratos.

As atividades de Gestão de Licitações e Contratos do MTur são norteadas pelos princípios e pelas normas que regem os procedimentos licitatórios, a saber:

- Leis nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
- Lei nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm
- Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente; <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.436-de-9-de-agosto-2022-421627764>
- Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm
- Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9507.htm
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10024.htm
- Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm
- Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11246.htm
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Instruções Normativas emitidas pelo Ministério do Planejamento (MP), com destaque para:

- IN 05/2017 (STI/MP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>
- IN SGD nº 01 de 04 de abril de 2019; <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/instrucao-normativa-sgd-me-no-1-de-4-de-abril-de-2019>
- IN SEGES nº 73, de 5 de agosto de 2020; <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>
- IN SEGES 65/2021 <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/legislacao-geral/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021#:~:text=JULHO%20DE%202021-,INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20SEGES%20%2FME%20N%C2%BA%2065%2C%20DE%207%20DE%20JULHO,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional.>

- IN SEGES 67/2021 <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-67-de-8-de-julho-de-2021>
- IN SEGES 58/2022 <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022>
- IN SEGES 73/2022 <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022>
- IN SEGES 81/2022 <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-81-de-25-de-novembro-de-2022>
- IN SGD 94/2022 <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/instrucao-normativa-sgd-me-no-94-de-23-de-dezembro-de-2022>

3.3.2 Resumo das licitações realizadas por modalidade

Tabela 23 - Licitações Realizadas por Modalidade em 2022

Tipos	Quantidade	Valores
Adesão a Ata de Registro de Preços	3	R\$ 926.278,00
Concorrência	1	R\$ 15.000.000,00
Dispensa	14	R\$ 477.919,21
Inexigibilidade	29	R\$ 10.054.454,68
IRP Gerador	2	R\$ 185.352,94
IRP Participante	4	R\$ 402.180,00
Pregão	6	R\$ 4.441.449,55
Total	52	R\$ 31.487.634,38

Fonte: SIASG

3.3.3 Resumo das contratações e sanções realizadas

Tabela 24 – Contratos no exercício

Situação	Quantidade
Contratos Firmados	44
Contratos Prorrogados (Termos Aditivos)	32
Contratos Encerrados	51

Fonte: SIASG

Tabela 25 – Sanções Contratuais aplicadas

Tipo de sanção	Quantidade
-----------------------	-------------------

Advertências	1
Multa	2
Suspensão	-
Rescisão	2

Fonte: SIASG

3.3.4 Principais metas não alcançadas, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

A principal meta não alcançada refere-se à padronização de procedimentos operacionais para todo o processo de contratação, desde o planejamento até a fiscalização dos contratos.

O acompanhamento em tempo real da inovação dos normativos legais referentes à área de licitações e contratos, embora extremamente essencial, apresenta-se como um grande desafio para os servidores e colaboradores envolvidos na área de contratações públicas, haja vista que muitas vezes os prazos para sua operacionalização são muito exíguos, aliado à necessidade de maior capacitação e quantitativo de pessoal adequado/suficiente.

Assim sendo, é premente a inovação constante dos processos de contratação, buscando-se novos meios de adequação ao aparato legal e, paralelamente, atendendo às necessidades das unidades demandantes de bens e serviços da Instituição.

Percebe-se a necessidade de análises e ações ligadas à criação de instrumentos internos capazes de auxiliar as atividades inerentes à gestão e fiscalização de contratos, haja vista os riscos advindos das funções exercidas por gestores e fiscais de contratos.

Nesse sentido, faz-se prioritário e necessário a atuação em 2 (duas) frentes; a) o aumento do quantitativo de pessoal; e b) o constante aperfeiçoamento e capacitação dos mesmos, de forma a garantir a segurança do processo de contratação, desde a formalização até o acompanhamento diário dos contratos.

A evolução quantitativa da equipe privilegiaria sua evolução qualitativa, mediante, também, a criação de grupos de estudo para especialização por objeto, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho.

No tocante à necessidade de aperfeiçoamento e capacitação dos servidores, cabe destacar a participação de toda a equipe do setor de licitações e contratos no Projeto de Mapeamento de Competências, que teve como objetivo o levantamento das necessidades de capacitação dos servidores, com vistas a identificar e desenvolver ações de capacitação específicas para essas necessidades.

Não obstante, ao longo do exercício de 2022 alguns cursos na área de licitações e contratos, mormente sobre a nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, foram disponibilizados aos servidores e contou com a participação de todos nesses eventos de capacitação.

Por último, um ponto a destacar é a continuidade do trabalho realizado de forma semipresencial

iniciado em 2020 na área de contratações, de modo parcial, motivado por conta da COVID - 19, o qual mostrou-se possível a partir da utilização do Sistema Integrado de Informações – SEI e, ainda, pelas mudanças implementadas nas práticas laborais, bem como no estabelecimento de métricas de desempenho e produtividade.

3.4 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

3.4.1 Conformidade Legal

Na Gestão de Infraestrutura Patrimonial é primordial o alinhamento sistemático com as orientações dos Órgãos centrais e de controle, com destaque para:

- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, alterado pelo Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020, que dispõe sobre alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis;
- Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019 – que trata das medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Instrução normativa nº 05 de 26 de maio de 2017 – que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta;
- Portaria nº 335, de 19 de dezembro de 2016: Portaria que institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Ministério do Turismo (MTur);
- Lei nº 13.709/2018 - Proteção de dados;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Portaria Interministerial nº 11, de 25 de novembro de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo - NUP no âmbito dos órgãos e entidades;
- Portaria Interministerial MJ e MP nº 1677/2015 – Trata de procedimentos de protocolo;
- Manual de Desfazimento de Material da CGU;
- Cadernos de Logística do Portal de Compras;
- Convenções coletivas de trabalho – CCTs; e
- demais leis e princípios que regem as contratações públicas.

3.4.2 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

Em relação aos impactos sobre os objetivos estratégicos, a logística em muito contribuiu para o atingimento dos objetivos estratégicos delineados no macroprocesso de suporte.

No ano de 2022 foram realizadas diversas contratações, entretanto somente contribuiu diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital a aquisição de 07 (sete) cadeiras de escritório, conforme processo SEI nº 72031.014230/2021-32.

Cumpram-se destacar que as novas contratações discriminadas na tabela 26 abaixo, muito contribuíram com o macroprocesso de suporte do órgão.

Tabela 26 - Contratações

CONTRATOS REALIZADOS EM 2022			
Contrato	Contrato	Empresa	Objeto
00005/2022	72031.004343/2021-20	PROFORCE TERCEIRIZACOES E SERVICOS EIRELI	Serviços continuados de carregadores e montadores, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva
00039/2022	72031.002539/2021-80	RENATO CONESSA ARAUJO	Instalação de películas de proteção nas janelas do prédio principal e anexo da Biblioteca Demonstrativa; tipo insulfilm; fator de proteção 70%, e proteção anti-impacto
00007/2022	72031.005129/2020-18	FICHIER SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI	Contratação de serviços de ampliação de Sistemas em módulos de arquivamento e armazenamento deslizante existentes
00014/2022	72031.004627/2021-16	BRASAL COMBUSTIVEIS LTDA	Fornecimento de combustíveis (gasolina comum e diesel comum), para suprir as necessidades da frota de veículos oficiais do Ministério do Turismo.
00017/2022	72031.013116/2021-95	LOVATH MOBILIARIO E DIVISORIAS LTDA.	Serviços de montagem, transporte, fornecimento e instalação de painéis de divisórias, no âmbito do Ministério do Turismo
00044/2022	72031.015129/2022-80	OTC.DOC ORGANIZAÇÃO TECNOLOGIA E CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS EIRELLI	Serviços de guarda Documental de parte do Acervo do Ministério do Turismo estimado em 5.176 (cinco mil cento e setenta e seis) metros lineares de documentos
00028/2022	72031.017770/2021-78	BIG CHAVES COMERCIO E SERVICOS DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	Serviços de chaveiro incluindo confecção e modelagem de chaves e cópias de chaves em geral, reparo em fechaduras, abertura de portas, gavetas, gaveteiros, armários, cofres e demais mobiliários do Ministério do Turismo.
00041/2022	72031.014837/2022-01	FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTD	contratação de empresa para assumir o remanescente do Contrato Administrativo nº 45/2021 para serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Ministério do Turismo em regiões brasileiras
00045/2022	72031.005234/2022-19	JC REFRIGERACAO, SERVICO E CO	serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas ar de condicionadores de ar tipo janela e splits de diversas marcas, com fornecimento de todos os materiais, insumos e peças de reposição, nas dependências do Edifício Anexo MTUR SCS Quadra 8, Edifício Venâncio 2000, Bloco B-50, 9º andar - Brasília/DF, CEP: 70333-900; e Biblioteca Demonstrativa de Brasília SHCS EQS 506/507 - Asa Sul, Brasília - DF, 70350-580

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. (Dados do dia 08/03/2023).

A execução desses serviços propiciou a entrega de produtos e serviços aos clientes internos (servidores e colaboradores), de forma a prover a infraestrutura logística necessária para que as equipes pudessem realizar as entregas necessárias o atingimento das metas do PNT estabelecidas.

3.4.3 Desfazimento de ativos

No que concerne ao desfazimento dos ativos obsoletos e visando a otimização da ocupação dos espaços, o órgão reestabeleceu as comissões de inventário, de desfazimento, e de aplicação do Siads, com vistas a efetivar o desfazimento dos ativos e obter um controle mais efetivo dos estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

A comissão de inventário realizou o cruzamento entre as informações documentais e os bens fisicamente dispostos no órgão e depósitos SAAN e CADE. De acordo com o fluxo estabelecido, a finalização do relatório de inventário é o produto para início do desfazimento efetivo, não tendo sido iniciado em 2022 face a indisponibilidade do referido documento.

A respeito do Siads, embora sua implementação tenha sido definida como uma ação para o Exercício de 2022, para sua efetiva operacionalização, a fase de testes deve ser concluída para que seja possível manter o controle permanente e automatizado da depreciação dos bens e a realização de inventário eletrônico em tempo real.

3.4.4 Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2022 foi realizada a locação de imóvel para a guarda documental de parte do acervo do Ministério do Turismo, estimado em 5.176 (cinco mil cento e setenta e seis) metros lineares de documentos. Também se manteve a locação do 9º Ed. Venâncio para acomodar unidades do órgão, conforme Contrato nº 23/2019, ao valor anual de aproximadamente R\$ 1,6 milhões anuais.

Além disso, foram mantidos os Acordos de compartilhamento de imóveis como o Bloco B e Bloco U da Esplanada dos Ministérios. O que representa uma alternativa economicamente viável, uma vez que se trata de imóveis da União, sob gestão do Ministério do Meio Ambiente e de Minas e Energia, simultaneamente, cabendo a Pasta Turismo a descentralização orçamentária mediante rateio de despesas, para as quais não se incluem as despesas de aluguel.

No mesmo compasso, não foram locados equipamentos de suporte logístico.

3.4.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

Todas as mudanças para integração das Pastas da Cultura e do Turismo ocorreram em 2021, sendo as estruturas estáveis durante o Exercício de 2022.

3.4.6 Principais desafios e ações futuras

Considerando a segregação entre as Pastas do Turismo e da Cultura, por força do Decreto nº

11.336 de 1º de janeiro de 2023 que recriou o Ministério da Cultura a partir de 24 de janeiro de 2023, diversos são os desafios logísticos da Pasta recriada, dentre elas:

- 1) Remanejamento das unidades para os imóveis ocupados pelo MinC a fim de integrar a força de trabalho;
- 2) Monitoramento junto a SPU de imóvel público para atender as necessidades de acomodação de unidades, acervos documentais e patrimônios da Pasta;
- 3) Atualização e publicação de normativos relacionados a logística da Pasta, com o intuito de orientar os usuários sobre o catálogo de serviços logísticos do órgão;
- 4) Melhorias ao Citismart a fim de atender às solicitações internas maior celeridade, rastreabilidade, transparência no atendimento e a geração de relatórios gerenciais permitindo mapeamento dos gargalos e deficiências nos serviços, dimensionamento de equipes e dos contratos;
- 5) Avaliação, ajuste e realização de contratações adequadas as novas necessidades da Pasta;
- 6) Recebimento adequado dos patrimônios originários do MinC que atualmente encontram-se dispersos nas estruturas que antigamente o recepcionaram (Ministério da Cidadania e Ministério do Turismo), com vistas a promover a correta apresentação de informações para a Prestação de Contas anual;
- 7) Implantação do Siads que contribuirá para o registro total de todos os bens, por meio da implantação automatizada, e a depreciação dos bens da Cultura;
- 8) Levantamento, avaliação e classificação dos bens patrimoniais servíveis, para aproveitamento e inservíveis, com a finalidade de desfazimento, a ser realizado por Comissão Especial;
- 9) Adesões a Atas para TáxiGov e Almoxarifado Virtual e concessão de maior autonomia ao usuário com controle do orçamento concentrado na logística;
- 10) Montagem de deslizantes a fim de ampliar a racionalização dos espaços e aumentar a capacidade de armazenamento documental; e
- 11) Elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e classificação do acervo arquivístico, para efetivar o correto desfazimento do acervo documental quando completado o período de guarda.

3.5 Sustentabilidade Ambiental

3.5.1 Critérios de Sustentabilidade nas contratações e aquisições

A consideração de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação pública é uma obrigação imposta a todos os Poderes Públicos que decorre não só do art. 3º da Lei de Licitações nº 8.666/93 e do art. 144 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), mas igualmente do dever de proteção socioambiental prescrito pelo art. 225 da Constituição Federal. Nesse sentido, a gestão do MTur vem constantemente envidando esforços para garantir que tais critérios sejam utilizados nos processos licitatórios de aquisições, contratações de serviços e de obras de engenharia.

Uma ferramenta prática que vem sendo utilizada em todos os procedimentos de contratação é

a consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, no qual encontramos orientações e exemplos de práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis que podem ser adotados nas contratações. Tal consulta é uma regra para a instrução de todos os processos administrativos de contratação no âmbito do MTur, sendo monitorada por meio do preenchimento das Listas de Verificação da AGU tanto pelas áreas demandantes quanto pela equipe do setor de contratações, garantindo que em todos os processos sejam ao menos verificadas as boas de práticas e critérios sustentáveis viáveis.

Tabela 27 - Principais critérios de sustentabilidade nas contratações em 2022

Objeto	Critério adotado
Aquisição e instalação de persianas	Material fornecido com composição, características ou componentes sustentáveis
	Licença ambiental (ou autorização ambiental) de funcionamento
	Uso de madeira de reserva ambiental autorizada pelo Ibama
Fornecimento de combustíveis	Recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens
	Não utilizar materiais que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS
Infraestrutura e atendimento a usuários de TIC	Utilização de tecnologias de virtualização para melhor aproveitamento da infraestrutura, redução no consumo de energia elétrica, diminuição na geração de lixo eletrônico e menor emissão de carbono
	Adotar processos administrativos eletrônicos e documentos digitais para reduzir o número de cópias e impressões em papel
Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas ar de condicionadores	Práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos materiais
	Substâncias controladas gases devem ser recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou incineração
	Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação

Fonte: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

Dentre as políticas de contratação do MTur é assegurado que nos processos licitatórios de contratações de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, são utilizados critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento ao art. 144 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como são observados, dentre outros princípios constitucionais, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, como preconiza o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ademais, os processos de contratações do órgão encontram em sintonia ao que dispõe a Constituição Federal de 1998, por intermédio do art. 225, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras, assim como, ao disposto na Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que definiu o meio ambiente como sendo patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista seu uso coletivo.

Não menos importante, é o teor, também, do que está contido na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal.

Todos estes normativos e outros eventualmente não expressamente citados são direcionadores da adoção de práticas sustentáveis de aquisição de bens e serviços, que permeiam todas suas fases, desde o planejamento às soluções finais de contratação executadas por esta Pasta. Neste sentido, o MTur vem adotando, de forma prioritária, o pregão na forma eletrônica, que é por definição um tipo de licitação sustentável, que traz economia no processo de divulgação e tramitação do certame, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

3.6 Gestão de Pessoas

3.6.1 Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ministério do Turismo observa as regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle, de forma a melhor orientar as unidades de gestão de pessoas e os servidores.

MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

I. Homologação da folha de pagamento

É realizado um acompanhamento do processo de homologação da folha de pagamento visando a análise e correção de inconsistências na folha.

II. Apuração do líquido negativo

Trata-se de contracheques com saldo negativo, quando há, por exemplo, férias, faltas ou consignações que ultrapassam os valores recebidos pelos servidores, ficando assim, um saldo negativo. Acompanhamento mensal visando à diminuição de líquidos negativos na folha de pagamento.

III. Trilhas de auditorias

Acompanhamento sistemático das demandas dos órgãos de controle relacionadas à gestão de pessoas.

IV. Acompanhamento e monitoramento da Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)

Análise de conformidade dos processos de Exercícios Anteriores, conforme disposto na Portaria Conjunta no 2 de 30/11/2012.

NORMAS INTERNAS

Informa-se que esta pasta não possui normas internas aplicadas a gestão da folha, seguindo as orientações dos órgãos superiores e a legislação vigente quanto à matéria.

3.6.2 Avaliação da força de trabalho

No ano de 2022 existiam 897 servidores. Destes, 235 encontravam-se cedidos/movimentados para outros órgãos e 37 licenciados. Segue abaixo tabela 28 com a distribuição dos servidores por secretaria.

Tabela 28 - Distribuição da força de trabalho, em 2022.

UNIDADE	ATIVO	ANISTIADO	REQUISITADO	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	SEM VÍNCULO	TOTAL
GM	35	-	4	14	24	77
SE	178	1	5	10	16	210
SECRETARIA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	9	-	2	-	8	19
SECRETARIA NACIONAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, PARCERIAS E CONCESSÕES	11	-	-	1	13	25
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE DO TURISMO	33	-	3	2	16	54
SECULT	17	-	-	1	4	22
SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL	40	13	5	-	4	62
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA CRIATIVA E DIVERSIDADE CULTURAL	50	3	3	-	08	64
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA	56	-	1	1	3	61
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL	1	-	3	2	2	8
SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL	18	-	2	3	-	23

TOTAL	448	17	28	34	98	625
-------	-----	----	----	----	----	-----

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

3.6.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria

O Ministério, no ano de 2022, recrutou de outros órgãos 58 servidores para compor a força de trabalho do órgão.

Ainda, em 2022, 19 servidores se aposentaram, e para 2023 há uma estimativa de aposentadoria de 75 servidores.

3.6.4 Detalhamento da despesa de pessoal

Os valores referentes à despesa de pessoal incluem: as ações orçamentárias para o custeio da remuneração, as contribuições da União para o custeio do regime de previdência, os benefícios obrigatórios e as verbas indenizatórias de caráter pessoal.

Tabela 29 - Detalhamento da despesa de pessoal do MTur, 2018-2022.

Ano	Valores Gastos com Servidores Ativos (R\$)	Valores Gastos com Servidores Inativos (R\$)	Valores Gastos com Pensionistas (R\$)
2022	R\$ 105.139.899,77	R\$ 44.254.270,66	R\$ 14.488.189,96
2021	R\$ 102.140.451,77	R\$ 49.198.712,55	R\$ 13.786.470,44
2020	R\$ 72.861.928,61	R\$ 31.471.266,50	R\$ 9.170.875,73
2019	R\$ 32.827.697,71	R\$ 4.972,80	R\$ -
2018	R\$ 32.827.697,71	R\$ -	R\$ -

Fonte: Siafi – Tesouro Gerencial

O aumento de gastos com servidores ativos em 2022 se deu em função do aumento do número de nomeações/exonerações no segundo semestre, o que gerou gastos como ajudas de custo e acertos financeiros.

A diminuição dos gastos com servidores inativos em 2022 se deve a interrupção de pagamento em função de óbitos dos servidores aposentados.

O aumento de gastos com pensionistas em 2022 se deve ao crescimento deste tipo de benefício em função de óbitos dos servidores aposentados.

3.6.5 Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento

O Ministério do Turismo firmou Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará (Valor do TED: R\$ 348.400,00) com o objetivo de mapear as competências institucionais e identificar as lacunas de competências. O mapeamento visou fundamentalmente identificar o denominado *gap** (lacuna) de competências, isto é, a diferença entre as competências necessárias para concretizar a estratégia da organização e as competências internas já disponíveis no seu quadro funcional. O modelo de gestão por competências atuaria como o principal método de diagnóstico de necessidades de treinamento.

O Ministério firmou parceria com o GESTCOM no ano de 2021 para: mapear as competências de 274 unidades organizacionais no MTur; mapear as competências organizacionais do MTur; identificar o grau de lacuna de competências dos servidores das 274 unidades organizacionais do MTur, por meio de avaliação no sistema de gerenciamento de competências GESTCOM. A entrega dos resultados está programada par abril de 2023.

O Programa de Gestão e Desempenho – PGD, foi autorizado por meio da Instrução Normativa MTur nº 2, de 3 de novembro de 2022. Após a autorização Ministerial, somente a Secretaria Especial de Cultura editou normativo com os procedimentos gerais da unidade, conforme Portaria SECULT/MTUR nº 2, de 20 de janeiro de 2023. Cabe destacar que esta Portaria autoriza a participar apenas os servidores que atuam com análises e procedimentos pertinentes a prestações de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos e a projetos incentivados. Sendo assim, ainda é restrita a participação no PGD desta Pasta.

Foi editada a Portaria MTur nº 58, de 22 de dezembro de 2022, que institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral no âmbito do MTur. Esta ação visa legitimar a preocupação da gestão com essas práticas, bem como informar, orientar, com vista à prevenção e à repressão de comportamentos assediadores. Cabe ressaltar que o ato objetiva explicitar os conceitos, fundamentos, os canais e procedimentos necessários à denúncia.

Anualmente, as necessidades de treinamento são identificadas e subsidiam o Plano de Desenvolvimento de Pessoas, nos termos do Decreto nº 9.991, de 2019 e da IN nº 21, de 2021. A partir dessas necessidades, são elaboradas as estratégias de oferta de capacitações além das demandas espontâneas. Cabe destacar que a entrega do mapeamento de competências será em abril e será mais um insumo que subsidiará o planejamento das ações de capacitação.

Em relação a Estratégias de valorização por desempenho, o Ministério pode desenvolver projetos relacionando o bom desempenho à participação em programas de incentivo à pós-graduação, idiomas, licença capacitação. Ao atrelar o desempenho com a capacitação, esta Pasta desenvolverá cada vez mais seu corpo funcional e como consequência buscando atingir os objetivos estratégicos. A realização de processos seletivos para ocupação de cargos e funções de confiança também pode ser uma estratégia de valorização do servidor qualificado e que apresenta bom desempenho.

3.6.6 Principais desafios e perspectivas para o próximo exercício

A Medida Provisória nº 1.154, de 2023, desmembrou o Ministério da Cultura – MinC, do Ministério do Turismo. Além da recriação do órgão, a área meio do MinC está compartilhada com a do MTur, ou seja, o MinC ficará responsável pela execução das atividades administrativas do MTur. Diante desse contexto, o MinC terá o desafio de reestruturar a área de capacitação, programa de qualidade de vida, gestão do desempenho, que deverá ser autorizado e implementado com vistas a melhoria da gestão, economia de recursos promoção da qualidade de vida aos servidores.

Anualmente, o Ministério solicita a autorização de concurso público ao órgão central, nos termos do Decreto nº 9.739, de 2019. O elevado número de evasões e de perspectiva de aposentadorias para os próximos anos impacta no quadro de pessoal do Ministério que se encontra aquém da necessidade do órgão.

A retenção dos talentos e diminuição das cessões e requisições é um desafio a ser superado. A falta de perspectiva no crescimento profissional, baixa remuneração e ausência de PGD têm sido algum dos fatores responsáveis pela baixa retenção de talentos.

3.7 Gestão de Tecnologia da Informação

3.7.1 Conformidade Legal e alinhamento estratégico

A conformidade legal das ações relativas à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do MTur baseia-se na aplicação das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital (SGD), órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), nos normativos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quanto à Segurança da Informação, e nas determinações e recomendações exaradas pelos órgãos de controle, conforme apresentado na tabela 30 abaixo:

Tabela 30 - Legislação relacionada à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Documento	Descrição
Lei Nº 12.965 , de 23 de abril de 2014	Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.
Lei Nº 13.709 , de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Decreto nº 10.332 , de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto Nº 11.260 , de 22 de novembro de 2022	Atualiza e prorroga o período de vigência da Estratégia de Governo Digital.
Decreto nº 8.936 , de 19 de dezembro de 2016	Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 7.579 , de 11 de outubro de 2011	Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal.
Decreto nº 10.024 , de 20 de setembro de 2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal.
Decreto nº 9.756 , de 11 de abril de 2019	Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo Federal
Decreto nº 9.319 , de 21 de março de 2018	Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
Decreto nº 9.203 , de 22 de novembro de 2017.	Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 8.777 , de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Decreto nº 10.534 , de 28 de outubro de 2020	Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.
Instrução Normativa SEGES/ME Nº 1 , de 10 de janeiro de 2019	Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
Instrução Normativa SGD/ME nº 47 , de junho de 2022	Altera a Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 , de 05 de agosto de 2020	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa SGD/ME Nº 1 , de 04 de abril de 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
Instrução normativa nº 1 , de 27 de maio de 2020	Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta.
(Revogada) Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008	
Instrução Normativa GSI Nº 1 , de 27 de maio de 2020.	Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal.

Instrução Normativa GSI Nº 3 , de 28 de maio de 2021	Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal.
Instrução Normativa GSI Nº 4 , de 26 de março de 2020	Dispõe sobre os requisitos mínimos de Segurança Cibernética que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G.
Instrução Normativa GSI Nº 5 , de 31 de agosto de 2021	Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal.
Instrução Normativa ME Nº 40 , de 22 de maio de 2020	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Portaria SLTI/MP nº 20 , de 14 de junho de 2016	Dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
Portaria MTur Nº 359 , de 17 de junho de 2020	Institui o Comitê de Governança Digital no âmbito do Ministério de Turismo e dá outras providências.
Portaria MTur SPOA Nº 22 , de 20 de abril de 2020	Disciplina regras para contratações e fiscalizações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, em complemento às normas vigentes do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.
Portaria SPOA Nº 03 , de 14 de janeiro de 2020	Dispõe sobre a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação - MGP-TI e o Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI, estabelecidos no âmbito do Ministério do Turismo.
Portaria SGD/ME Nº 778 , de 04 de abril de 2019	Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.
Portaria nº 41 , de 03 de setembro de 2019 (Substituída) Portaria Normativa SLTI Nº 03 de 07 de maio de 2007	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP.
Portaria nº 41 , de 03 de setembro de 2019 (Substituída) Portaria Normativa SLTI Nº 05 de 14 de julho de 2005	Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, cria sua coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do documento.
Resolução MTur nº 07, de 28 de maio de 2020	Aprova o Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério do Turismo, o qual estabelece a estratégia institucional para o período.
Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2020 - 2022	Princípios, objetivos e iniciativas para nortear a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais.

Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Já no que diz respeito ao alinhamento institucional, a atuação da STII vincula-se, principalmente, ao objetivo estratégico de “Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital” do Plano Estratégico 2020-2023 do Ministério do Turismo. Suas atividades estão representadas, ainda, nos processos de “suporte” da cadeia de valor do MTur, em apoio aos processos de governança e finalísticos, sob a nomenclatura de “Gestão de TIC”.

3.7.2 Modelo de Governança de TIC

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do MTur tem como principal objetivo potencializar os processos e as tomadas de decisões no âmbito de TIC, de forma a otimizar as ações do órgão e facilitar o atingimento de sua missão e seus objetivos.

Para isso, são desenvolvidas ações e planejamentos alinhados à Estratégia de Governo Digital (EGD) do Governo Federal, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações. A EGD prevê três instrumentos de planejamento (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, Plano de Transformação Digital e Plano de Dados Abertos), além da formalização do Comitê de Governança Digital para cada órgão ou entidade da administração pública federal. No caso do MTur, tal comitê é o responsável, ainda, pela aprovação da Política de Segurança da Informação – POSIN, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 25 - Ferramental de Governança de TIC



Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Através da [Portaria nº 45, de 20 de setembro de 2022](#), publicada no DOU de 21 de setembro de 2022, e da [Portaria de Pessoal MTUR nº 611, de 24 de outubro de 2022](#), publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2022, o Ministério do Turismo instituiu e designou seu Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI). Além da aprovação dos instrumentos citados, são atribuições do CGDSI:

- A priorização de ações e projetos, conforme a proposição – também de sua competência – de estratégias, políticas e diretrizes de TIC;
- O monitoramento e a avaliação de projetos e ações de TIC;
- A priorização de recursos orçamentários destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação;
- A coordenação e execução das ações de segurança da informação.

Figura 26 - Estrutura de Governança e Gestão



Fonte: PDTIC MTur 2023-2023, publicado em 02/01/2023

Conforme ilustra a figura XX acima, o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação é o responsável por pautar a estratégia de tecnologia da informação do órgão, sobretudo nas funções de direcionamento, avaliação e monitoramento. Já à STII compete o nível tático efetivamente planejando, executando e controlando a estratégia pautada pelo CGDSI. Dentro dessa lógica, o PDTIC – cuja última versão foi aprovada pelo comitê em 12 de dezembro de 2022 – faz a ponte entre as diretrizes estratégicas do órgão e as ações específicas da TI.

Outra importante frente de atuação da Governança de TIC, durante 2022, foi a elaboração e a aprovação dos principais marcos normativos internos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação. Cita-se por exemplo:

- Regimento interno do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI);
- Política de Impressão, Digitalização e Cópia Documentais - Portaria SE/MTur nº 4, no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2022;
- Instituição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) - Portaria MTUR nº 41, de 17 de agosto de 2022;
- Política de Segurança da Informação (POSIN) – Aprovada pelo comitê e aguardando publicação;

- Norma de *Backup* e Restauração de Dados Digitais – Aprovada pelo comitê e aguardando publicação;
- Norma de Controle de Acesso aos Ativos de Informação – Aprovada pelo comitê e aguardando publicação;
- Norma de Gestão de Vulnerabilidades Técnicas – Aprovada pelo comitê e aguardando publicação.

3.7.3 Montante de recursos aplicados em TIC

Tabela 31 - Valores dos contratos de TIC executados em 2022

Nº Contrato	Contratada	Resumo do objeto	Empenhado em 2022	Pago em 2022
040/2022	Central It Tecnologia da Informação S/A	Suporte à infraestrutura de TI	337.912,47	-
030/2022	Soluti – Soluções em Negócios Inteligentes S. A	Certificado Soluti	2.103,84	79,9
029/2022	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	Certificado SERPRO	8.986,00	639,2
051/2021	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Normas ABNT	-	994,65
022/2022	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	Certificados	1.254,00	1.254,00
031/2019	Eficácia Organização Ltda	Fábrica de Métricas	54.120,73	3.519,43
052/2021	Global Sec. Tecnologia & Informação Eireli	<i>Software scan</i> de vulnerabilidades	-	17.590,00
025/2019	Geoambiente Sensoriamento Remoto - Ltda	<i>Google Maps</i>	41.223,94	28.915,28
017/2017	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	Sala-cofre (SECULT)	16.575,11	41.437,77
006/2018	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	Sala-cofre (MTur)	17.542,25	43.855,62
004/2022	Simpres Comercio Locação e Serviços Ltda	<i>Outsourcing</i> de impressão	229.383,30	133.137,95

002/2020	Método Telecomunicações e Comércio Ltda	VOIP	176.405,26	175.596,54
040/2017	Inteligência de Negócios Ltda	Suporte à solução de <i>Business Intelligence</i>	450.750,74	319.500,34
003/2022	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	Manutenção salas-cofre	381.551,53	330.781,93
022/2018	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	Infoconv	397.542,54	337.362,01
022/2017	Panacopy - Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda	<i>Outsourcing</i> de impressão	601.972,50	589.883,90
007/2021	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	Infovia	610.465,08	614.301,80
038/2020	Brasoftware Informática Ltda	Licenças Microsoft	2.276.408,72	2.017.354,54
030/2019	Basis Tecnologia da Informação S. A	Fábrica de <i>Software</i>	3.094.800,39	2.207.653,17
013/2018*	Central It Tecnologia da Informação S/A	Suporte à infraestrutura de TI	2.877.601,78	2.805.408,58
030/2017*	Hepta Tecnologia e Informática Ltda	Suporte à infraestrutura de TI (SECULT)	6.640.561,60	7.042.612,23
Total:			18.217.161,78	16.711.878,84
* Contratos encerrados e unificados no contrato 040/2022				

Fonte: Tesouro Gerencial, filtros “exercício de 2022” e “contratos STII” em 19/01/2023

3.7.4 Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Manutenção e suporte das Salas-cofre - em virtude da absorção do *datacenter* do Bloco B da Esplanada dos Ministérios, com a incorporação da SECULT ao MTur, foi realizada a contratação de equivalência entre os serviços prestados em ambos os *datacenters* do MTur e interligação pela Infovia dos blocos B, U, Biblioteca Demonstrativa e Venâncio. O contrato de manutenção das salas teve início em janeiro de 2022.

Certificados digitais para CPF e CNPJ - aquisição e emissão de certificados digitais, sob demanda e sem consumo mínimo, para pessoas físicas e para pessoas jurídicas visando viabilizar a autenticação de assinaturas dos servidores do Ministério do Turismo em sistemas do Governo Federal.

Certificados digitais para Domínios e Infoconv - aquisição de Certificados Digitais SSL A1 para equipamento e para serviços WEB sob os domínios do MTur, para o período de 12 (doze) meses, dentro das especificações e normas do ICP-Brasil.

Serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários - contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, realizada por meio de modelo de pagamento fixo mensal, vinculada exclusivamente ao atendimento de níveis mínimos de serviços previamente estabelecidos, conforme aderência à Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021, que estabelece o Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e de Atendimento a Usuários de TIC.

3.7.5 Principais iniciativas e resultados na área de TIC por cadeia de valor

Infraestrutura de TIC

Unificação dos contratos de sustentação dos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação.

Substituição dos contratos 30/2017 e 13/2018 pelo contrato 40/2022. Além de permitir a adequação do tipo de contratação às orientações constantes da Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021, que estabelece o Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e de Atendimento a Usuários de TIC, essa ação resultou na redução do custo médio pago para manutenção dos dois contratos de R\$ 587.614,64 (ref. a Dez/22) para R\$ 337.912,48, custo mensal atual do Contrato 40/2022.

Implantação de serviços de outsourcing de impressão

A partir de junho de 2022, foi implementada a solução de *outsourcing* de impressão, o que possibilitou a implementação de ilhas de impressão. Isso reduziu o quantitativo de impressoras e implementou o controle do volume de impressão. A ação possibilitou ainda a emissão de relatórios de consumo por setores, além do controle de volumes por usuários e demais recursos de apoio a ações de conscientização quanto às metas de redução de consumo e controle de custos.

Atendimento aos usuários do MTur

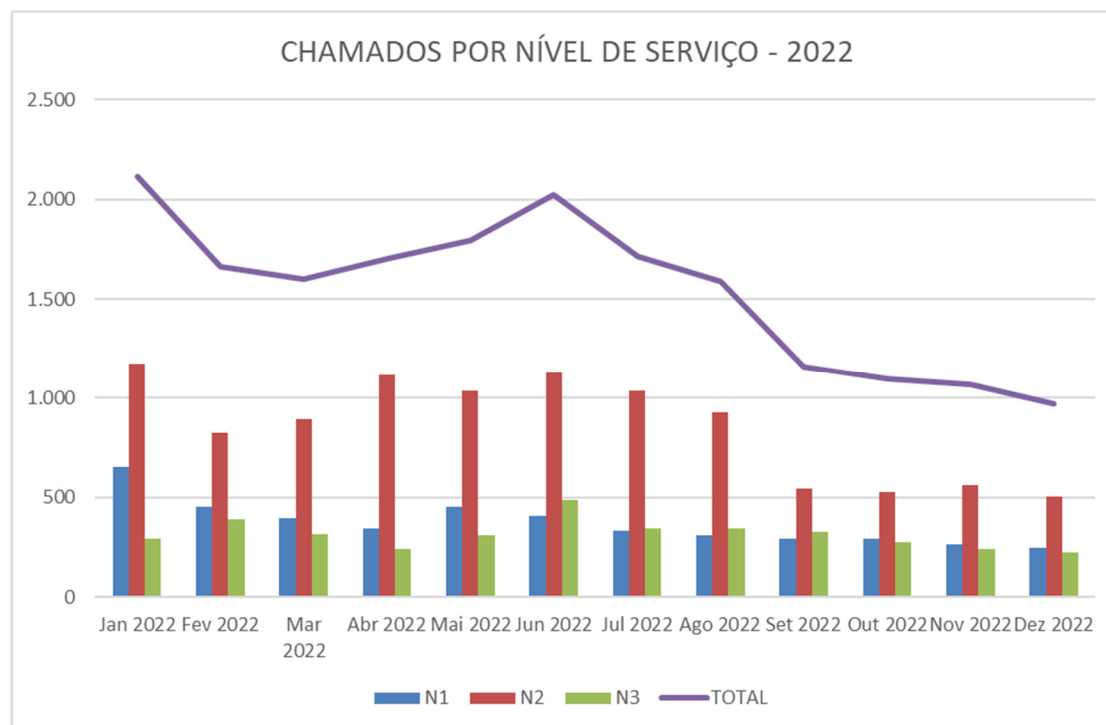
Em virtude da absorção da SECULT pelo MTur, o Ministério do Turismo possuía dois contratos distintos para atendimentos de seus usuários. Ao longo de 2022, foi realizado planejamento da contratação dos serviços de Sustentação de Infraestrutura. O novo contrato substituiu os dois antigos e a contratada passou a atender a todos os colaboradores do MTur de forma única.

Figura 27 – Atendimentos ao usuário

TOTAL DE CHAMADOS 2022	QTD. MÉDIA POR MÊS 2022
18.499	1.541

Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Figura 28 – Chamados por nível de serviço



Fonte: Portais de serviço OTRS e CITSmart em 23/01/2023

Governança de TIC

PDTIC 2023-2027 - É o principal instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC de um órgão. Sua publicação é obrigatória, sendo requisito necessário para a realização das contratações de tecnologia dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, conforme dispõe a Instrução Normativa SGD nº 01, de 4 de abril de 2019, e foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital em 11 de junho de 2021. A elaboração do PDTIC 2023 - 2027 foi realizada de forma colaborativa com todas as áreas do MTur, durante o segundo semestre de 2022. Destaca-se a utilização de ferramentas online colaborativas, consultas formais, levantamentos realizados via SEI e a realização de oficinas para sua elaboração. O PDTIC 2023 - 2027 foi publicado através da Portaria nº 1, de 02 de janeiro de 2023.

Oficina de Diagnóstico Estratégico - A oficina foi realizada em 16 de agosto de 2022, na ENAP, focada no diagnóstico por meio da Matriz SWOT e com representantes de cada secretaria do MTur. Para tal, a STII utilizou técnicas de *design thinking*, facilitação de processos conversacionais, café mundial e produção de ideias em tarjetas. Durante o evento, os servidores trouxeram ideias, percepções e perspectivas para melhorias nas soluções de tecnologia no âmbito de todo o Ministério. As informações coletadas foram consolidadas em forma de relatório, levadas ao Comitê de Governança Digital e compartilhadas com toda equipe da STII, além de servirem de base para elaboração do PDTIC 2023-2027.

Levantamento de Soluções Digitais e Sistemas Críticos do MTur - Como parte do Diagnóstico Estratégico do PDTIC, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Inovação realizou levantamento e consolidação das soluções digitais em uso e sistemas críticos do Ministério do Turismo. O resultado em forma de “Portfólio de Soluções Digitais do MTur” e “Relação de Sistemas Críticos do MTur” consta nos anexos do PDTIC.

Sistemas de Informação

Serviços de Sustentação

A manutenção de sistemas por meio da sustentação visa garantir que os sistemas e portais estejam funcionando corretamente, bem como atendendo as demandas de incidentes dos usuários de forma ágil e com qualidade.

Isso inclui a manutenção corretiva de falhas ou defeitos de sistemas em produção apuração especial, para inclusão de carga de dados, alteração e a extração de relatórios etc.; suporte aos usuários atendendo ao esclarecimento de dúvidas, apoio técnico para diagnóstico e resolução de incidentes e suporte à implantação de sistemas, entre outros, para atender às necessidades do negócio.

Para termos uma dimensão da quantidade de atendimento, de janeiro a dezembro de 2022 foram realizados mais de oitocentos atendimentos aos sistemas/portais sustentados e mantidos ao longo desse período.

Tabela 32 – Registros de atendimentos por sistema/portal

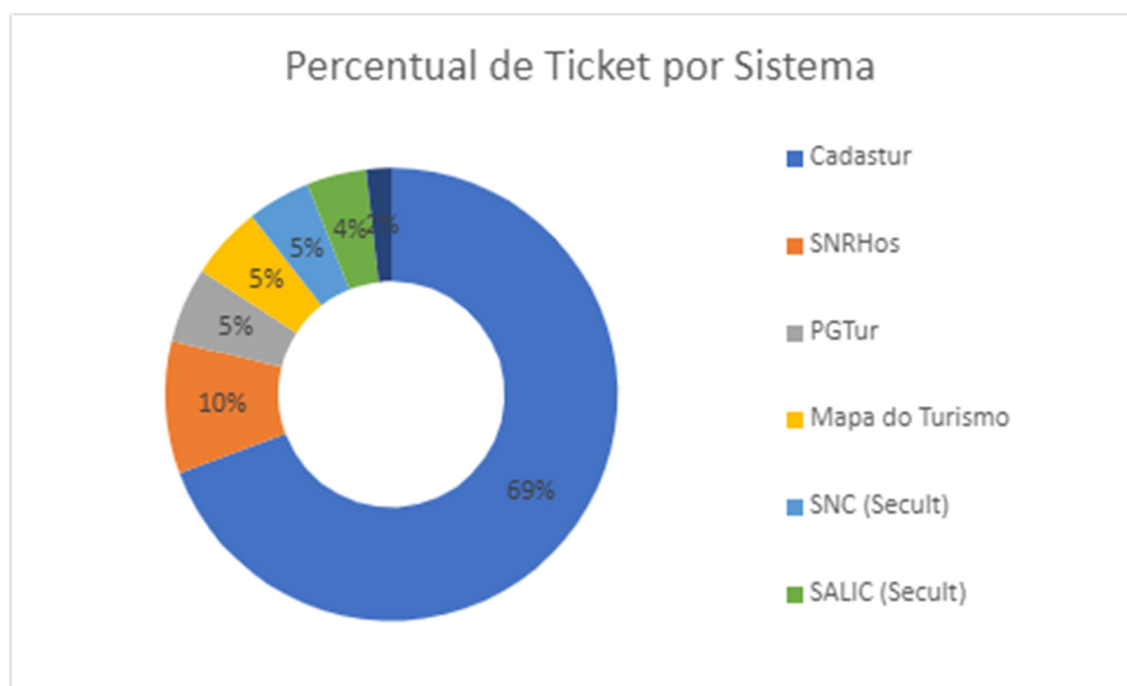
Sistemas	Contagem de Ticket
Cadastur	504
SNRHos	69
PGTur	39
Mapa do Turismo	38
SNC (SECULT)	33
SALIC (SECULT)	31
Portal de Investimento do Turismo (PIT)	13
GESPRO	9
SISAGM	9
SAC	8
SICA2	7
Turismo com Música	7
Vale Cultura (SECULT)	6
VOTA CULTURA	6
Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA)	6
ADS China	5
Rede Cultura Viva (SECULT)	5
Mapas Culturais (SECULT)	5
Sistema Selo Turismo Responsável	5

Turismo Acessível (web)	5
Portal SNC - Sistema Nacional de Cultura	5
E-Praças	3
Fungetur	3
CESI	3
Calendário de Eventos	3
CDE	1
App Turismo Acessível	1
Total Geral	829

Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Sendo o *Cadastur* o sistema mais demandado, com quinhentos e quatro atendimentos, o que representa 69% dos atendimentos. Os demais consumos foram distribuídos equitativamente pelos sistemas.

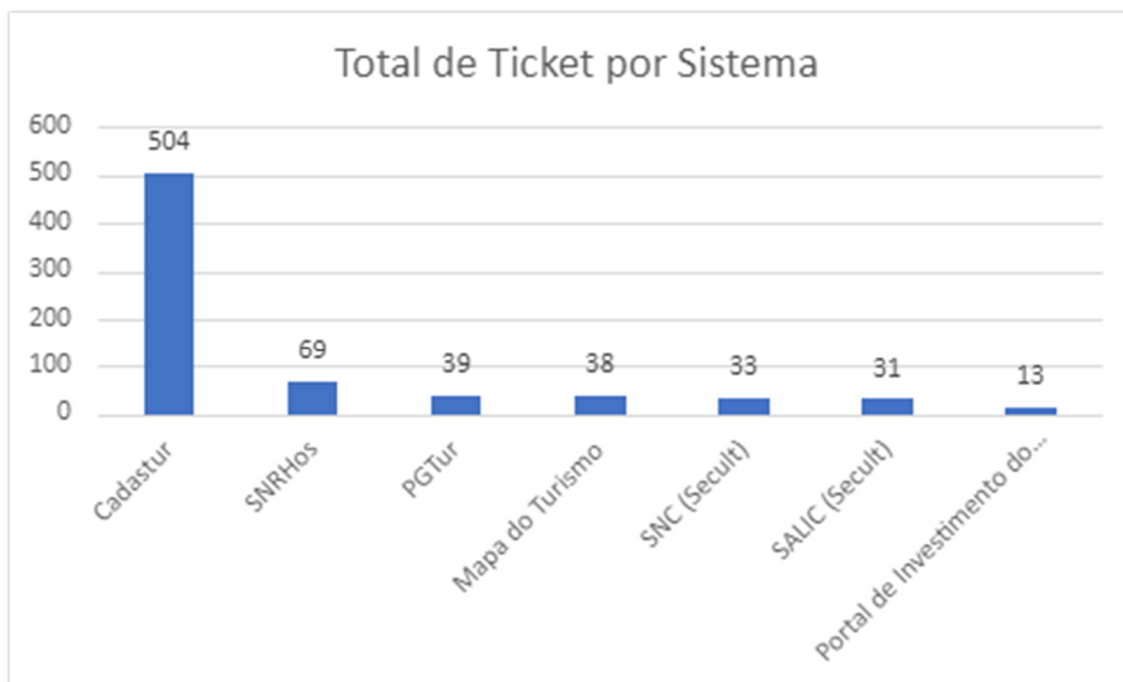
Figura 29 – Percentual de Ticket por Sistemas



Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Numa visão de sistemas mais demandas, segue o *Cadastur* com a maior quantidade de chamados atendidos no período, conforme figura XX abaixo:

Figura 30 - Chamados unitários por Sistemas



Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Serviços de evoluções e novos desenvolvimentos

A manutenção evolutiva com pontos de função tem como objetivo melhorar continuamente o sistema de *software* ao longo do tempo, adicionando novas funcionalidades e corrigindo problemas, enquanto ainda atende às necessidades dos usuários e do negócio. A manutenção evolutiva é diferente da manutenção corretiva, realizada pela sustentação, que se concentra apenas em corrigir problemas existentes.

O foco das pequenas evolutivas é atuar nas necessidades urgentes que agregam valor para a área de negócio, ofertando os serviços de desenvolvimento, evolução/adaptação, implantação e sustentação de sistemas e aplicativos *mobile* sob demanda.

Tabela 33 – Pontos de função por sistema

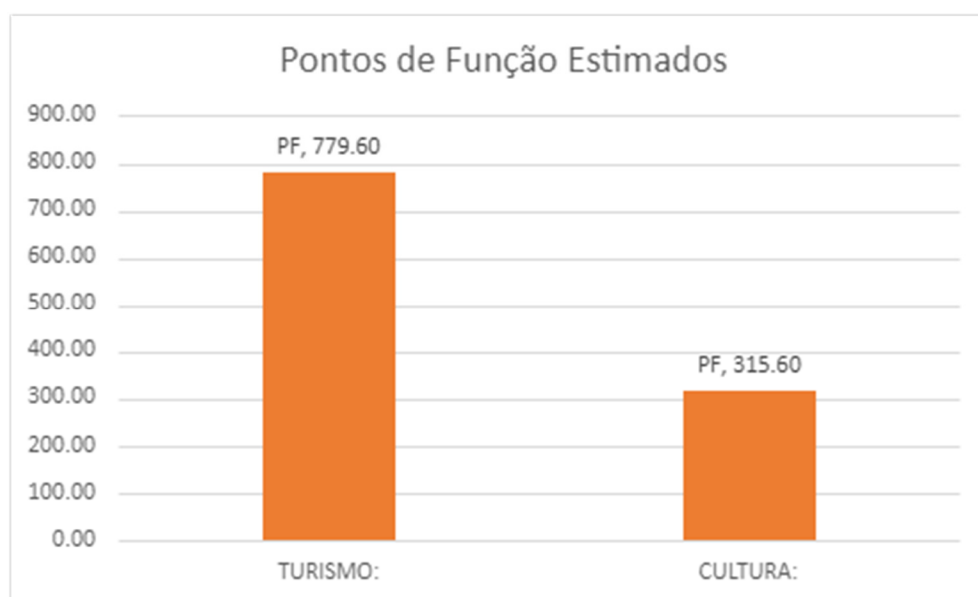
Sistemas	Quantidade de Pontos de Função
FUNGETUR	750
VOTA CULTURA	203.2
VALE CULTURA	69
REDE CULTURA VIVA	29.4
MAPA DO TURISMO	14.8
SNC	11.9
PIT	6
TURISMO COM MÚSICA	4
API CADASTUR	3
CADASTUR	1.8
SALIC	1.5

Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

O FUNGETUR foi o sistema que mais teve evolução ao longo do ano, seguido pelo VOTA CULTURA.

Só em 2022, Turismo e Cultura executaram juntos mais de mil pontos de função estimados, só em pequenas evolutivas.

Figura 31 - Pontos de função estimados



Fonte: CITSmart e Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) em 23/01/2023

Serviços de Dados Analíticos (Painéis)

Painel Observatório Nacional de Turismo (SE/SGE/CGDI) – Contém informações sobre o mercado de trabalho formal no setor de turismo, com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com recorte geográfico por macrorregião, unidade da federação, região turística e município. Além disso, é possível realizar recorte por Atividade Característica do Turismo - ACT, faixa etária, grau de instrução, raça/cor e tipo de deficiência, no caso do trabalhador que possui algum tipo de deficiência.

Vale Cultura (SEFIC/DFDIR/CGPCT) – Gestão dos dados sobre o consumo do vale cultura (quantidade e valor total), trabalhadores, beneficiárias e empresas receptoras, por CNAE, cidade, UF, região, mês, ano.

Painel Execução Orçamentária e Financeira (SE/SPOA/CGOFC) – Visa oferecer maior transparência e divulgação dos dados de execução orçamentária e financeira para os secretários e colaboradores das unidades do Ministério do Turismo.

Painel de Serviços (SE/SPOA/SGE/COGEP) – Disponibiliza uma visão geral da quantidade de chamados por prioridade e status dos serviços realizados na SPOA, COGEP e STII.

Painel de Projetos - GP Web (SE) – Disponibilização dos dados da ferramenta GP web, que monitora os projetos em execução no Ministério do Turismo, com participação de pontos focais designados pelas Secretarias Nacionais do Turismo. A construção do painel deu oportunidade de obter as informações sobre os projetos de forma ágil e visualmente facilitada de modo que possa encontrar em tempo real as principais informações sobre a execução dos projetos.

Painel Código de Conduta Brasil (SNDTUR/DIMEC/CGTR) – O Código de Conduta do Brasil é um instrumento de compromisso, de livre adesão, que tem como objetivo orientar e estabelecer padrões de comportamento ético de empresas e prestadores de serviços turísticos, seus funcionários e colaboradores, que trabalhem direta ou indiretamente no contexto do turismo, para que no desempenho de suas atividades adotem ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA). O painel dinâmico que monitora as adesões ao Código de Conduta Brasil de maneira segmentada é fundamental para acompanhamento dessa política pública.

Painel SEI (SE) – O monitoramento dos processos é uma etapa imprescindível para a identificação das demandas e ocorrências das unidades e do órgão, que, quando realizado no tempo e da forma adequados, oportuniza subsídios para uma melhor tomada de decisão pela alta gestão. Diante desse cenário, o painel de monitoramento é uma ferramenta para atender às necessidades da unidade, visando favorecer a otimização do tempo de tratamento dos processos e a minimização dos riscos, no tocante ao direcionamento das demandas, uma vez que oferece indicadores que possibilitam rotinas de filtros, localização, armazenamento, recebimento, envio e desempenho mais seguros e completos.

Painéis gestão de chamados de TI (SE/STII) – Painéis gerenciais que facilitarão o controle dos chamados e das operações das equipes de Infraestrutura e Sustentação de Sistemas e subsidiarão as tomadas de decisão para o andamento deles. Os dados originais foram obtidos a partir do Portal de Serviços (CITSmart).

Plano de Transformação Digital

Revisão e repactuação do Plano Digital do Ministério do Turismo - Projeto que visa facilitar o acesso aos programas do MTur, elevando os níveis de participação e transparência, bem como a redução do tempo médio e o custo gasto pelo cidadão para conhecer ou utilizar os serviços ofertados pelo Ministério do Turismo. No início do exercício de 2022, identificou-se a necessidade de atualizar o Plano de Transformação Digital do MTur para inclusão de novos serviços, atualização da equipe/pontos focais e ajustes no cronograma. Assim, a STII conduziu novo processo de levantamento de serviços e prospecção de entregas junto às áreas finalísticas da Cultura e do Turismo e – em conjunto com a Secretaria de Modernização do Estado da Presidência da República (SEME/PR) e com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME) – repactuou seu Plano de Transformação Digital. O documento final elencou cerca de 114 ações em prol da transformação digital, distribuídas nos eixos de “Transformação digital dos serviços”, “Unificação de Canais”, “Interoperabilidade de Sistemas” e “Segurança e privacidade”.

Execução do Plano de Transformação Digital do MTur – 2º Ciclo – Ao longo de 2022, a STII gerenciou e apoiou a execução do Plano de Transformação Digital do MTur. Além da própria elaboração do plano, foram realizadas oito reuniões de ponto de controle, envolvendo SGD, SEME e os principais atores do Plano, conforme a necessidade de cada etapa. Dentre os principais resultados destaca-se a disponibilização de 114 serviços digitais de turismo e cultura no portal Gov.br. Por meio do PTD MTur, tais serviços foram transformados ou qualificados com ações de implementação de login único, módulo de avaliação, automação de funcionalidades e adequação à LGPD. Conforme monitoramento e avaliação realizada em janeiro de 2023, o PTD já tinha atingido mais de 85% de suas metas, além de realizar mais de 30 novas ações alinhadas aos objetivos do PTD.

Plano de Dados Abertos – O Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio 2022-2024 foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital do Ministério do Turismo, em 22 de junho de 2022. Nele são detalhadas as ações de implementação e de promoção da abertura das bases de dados do Ministério do Turismo, em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal - instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 e coordenada, atualmente, pela Controladoria-Geral da União. Nesse instrumento de planejamento, que contou com a colaboração de todas as unidades administrativas do MTur, o inventário de bases de dados das áreas de turismo e cultura foi unificado, totalizando 58 conjuntos de dados, sendo 46 bases de dados já publicadas e 12 novas bases de dados, para abertura durante a vigência do Plano, que poderão ser consultados no portal dados.gov.br. Além disso, estão previstos os canais de comunicação, as formas de interação com a sociedade, as ações necessárias para o alcance e sustentabilidade dos resultados pretendidos, os cronogramas e responsáveis, bem como a obediência às metodologias e padrões para correta catalogação e publicação das informações. O PDA 2022-2024 do MTur, bem como todas as suas versões anteriores, pode ser acessado na íntegra em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>.

3.7.6 Segurança da Informação

Em 2022, o MTur cresceu em maturidade de segurança da informação, tomando ações como a designação do Gestor de Segurança da Informação, titular e suplente, por meio de ato normativo aprovado pela autoridade máxima do órgão, realizada pela Portaria de Pessoal MTur nº 337, de 15 de junho de 2022. Isso permitiu ao Ministério do Turismo compor o Comitê Gestor da Segurança da Informação da Presidência da República, conforme Portaria/GSI/PR nº 107, de 29 de novembro de 2022. Foram designados, ainda, o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, titular e suplente, com a divulgação no Portal do MTur e realizado o Diagnóstico de Privacidade e o Diagnóstico de Segurança para o sistema *Cadastur*.

Foi Instituída a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos – ETIR, pela Portaria MTur Nº 41, de 17 de agosto de 2022, o que propiciou atender às determinações do Decreto nº 10.748/2021, e a participação do MTur na Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (REGIC).

Foram elaboradas a Política de Segurança da Informação (POSIN) e as normas para a implementação da política de gestão de controles de acessos, política de gestão de vulnerabilidades, e política de *backup*, aprovadas pelo CGDSI, constando no processo SEI nº 72031.010027/2022-78, aguardando a publicação. A POSIN foi elaborada com base nos princípios constitucionais,

administrativos, legislativos, normativos e procedimentos complementares destinados à proteção da informação, à proteção de dados pessoais e está alinhada ao Planejamento Estratégico do MTur para as atividades de Gestão da Informação, bem como teve ações de segurança da informação executadas no PDTIC/MTur 2021-2022 e planejadas no PDTIC/MTur 2023-2027.

Durante todo o ano de 2022, foram feitas provas de conceito (POC) no ambiente computacional do MTur, que detectaram diversas vulnerabilidades, riscos de segurança e necessidade de aquisição de soluções robustas para a garantia da efetiva implementação dos normativos de segurança da informação no Ministério, nas áreas de infraestrutura, sistemas e proteção de dados.

3.7.7 Principais metas não alcançadas, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Conforme apontado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2023-2027), existem alguns pontos críticos que podem comprometer a plena execução das ações de TIC e configuram desafios e oportunidades de aprimoramento para o próximo período. Cabe destacar:

- Disponibilização de recursos orçamentários e financeiros em quantidade proporcional ao desafio institucional e às demandas das áreas de negócios;
- Quantitativo de pessoal adequado, capacitado e com as habilidades técnicas necessárias para execução das ações propostas no PDTIC;
- Monitoramento, avaliação e revisões cabíveis para correção de rumos sempre que necessário;
- Agilidade nas contratações de TIC;
- Elevação do nível de Governança de Tecnologia da Informação;
- Mapeamento e melhoria dos processos de TIC;
- Fortalecimento da segurança da informação;
- Colaboração plena entre as áreas para, em conjunto com a STII, organizar a demanda, especificá-la correta e tempestivamente e validar a solução;
- Foco no que mais importa ao serviço público: atender o cidadão com qualidade e agilidade.

No âmbito do Ministério do Turismo, que atualmente passa por uma reconfiguração de sua estrutura e lida com o desmembramento da extinta Secretaria Especial de Cultura, um planejamento prévio e estruturado é ainda mais essencial para garantir o atingimento das metas e dos objetivos do órgão. Especialmente considerando o esvaziamento da área de TIC do Ministério do Turismo e a necessidade de cooperação com outros órgãos para seu pleno desenvolvimento e manutenção de seus contratos.

Para o próximo período, está sendo desenvolvido um novo formato de TIC, que possui atribuições compartilhadas com o Ministério da Cultura em um primeiro momento e precisa desenvolver uma linha clara de comunicação e de tomada de decisões que seja eficaz e eficiente para ambas as partes.

Para isso, é essencial o efetivo comprometimento das diversas áreas do MTur, para que se conscientizem do papel da tecnologia da informação e comunicação e dos desafios desse momento de gestão colaborativa de TIC. Dessa forma, espera-se que as áreas contribuam com a TI prestando informações, levantando necessidades e comunicando demandas de forma célere e clara, facilitando a interlocução entre os ministérios e garantindo a manutenção da qualidade no atendimento aos usuários.

As ações e perspectivas para os próximos exercícios guardam grande correlação com as diretrizes e prioridades que a gestão que acabou de chegar ditará, mas de antemão, para o âmbito do MTur, é possível citar:

- Readequação da estrutura regimental para comportar as atividades de TIC;
- Pactuação dos arranjos colaborativos com órgãos centrais para gestão de TIC previstos na MP 1.154, de 1º de janeiro de 2023;
- Designação dos novos integrantes do Comitê de Governança Digital de Segurança da Informação;
- Atualização do PDTIC e do PDA do MTur e desmembramento das ações, metas, indicadores, serviços e contratos da Secretaria Especial de Cultura;
- Revisão da carta de serviços do órgão e pactuação de novo plano de transformação digital;
- Dar continuidade às ações do Plano para Adequação à LGPD, como a designação de equipe própria e contratação de ferramentas específica de prevenção de perda de dados – DLP, anonimização de dados, proteção dos dados na nuvem.
- Aquisição de soluções robustas para a garantia da efetiva implementação dos normativos de segurança da informação no Ministério, nas áreas de infraestrutura, sistemas e proteção de dados.
- Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação.
- Modernização dos serviços de desenvolvimento de soluções digitais.

3.8 Prestação de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres

O MTur gerencia suas atividades de execução orçamentária e financeira de convênios e instrumentos congêneres firmados em suas diversas fases.

A execução orçamentária em 2022, conforme demanda das Secretarias finalísticas deste Ministério, totalizou R\$ 4.694.521.502,22 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e vinte e um mil quinhentos e dois reais e vinte e dois centavos) entre empenhos e descentralizações orçamentárias, conforme detalhado na Tabela 34. Os empenhos atenderam despesas oriundas de Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse, assim como descentralizações orçamentárias em razão da celebração de Termos de Execução Descentralizada e os destaques às entidades vinculadas a este Ministério.

Tabela 34 - Total da Execução Orçamentária efetuada pelo MTur em 2022.

Total da Execução Orçamentária 2022		
Unidade Gestora	Quantidade	Valor (R\$)
Empenhos		
540007 — CEF/SNINFRA	270	R\$ 338.277.522,44
540012 — SNDTUR	12	R\$ 2.225.122,40
540016 — SNINFRA	1	R\$ 3.207.418,33
540025 — SNAV	27	R\$ 6.742.343,00
540026 — SECDEC	82	R\$ 3.882.411.872,50
540027 — SEFIC	30	R\$ 5.398.062,00
540031 — FNC/SNAV	30	R\$ 5.550.000,00
540032 — FNC/SEFIC	26	R\$ 4.434.674,26
540035 — FNC/SECDEC	80	R\$ 20.371.177,40

540045 — CEF/SEDEC	22	R\$ 7.926.693,10
Total Empenhado (A)	580	R\$ 4.276.544.885,43
Descentralizações orçamentárias*		
540012 — SNDTUR	8	R\$ 3.971.152,99
540018 — SNAIC	8	R\$ 1.920.360,60
540019 — SECULT	8	R\$ 2.330.000,00
540025 — SNAV	1	R\$ 199.904,26
540026 — SECDEC	5	R\$ 1.354.387,94
540027 — SEFIC	3	R\$ 1.152.000,00
540030 — FNC *	9	R\$ 406.948.811,00
540031 — FNC/SNAV	1	R\$ 100.000,00
Total descentralizado (B)	43	R\$ 417.976.616,79
TOTAL EXECUTADO (A+B)	623	R\$ 4.694.521.502,22
*inclui destaque destinado ao Fundo Setorial do Audiovisual – UG 340004		
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 20/01/2023.		

Da execução orçamentária observada, R\$ 832.521.502,22 (oitocentos e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e um mil quinhentos e dois reais e vinte e dois centavos) se referem à execução de convênios e instrumentos congêneres e R\$ 3.862.000.000,00 (três bilhões oitocentos e sessenta e dois milhões) são relativos a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), conforme detalhado a seguir:

Tabela 35 - Total da Execução Orçamentária efetuada pelo MTur em 2022

Total da Execução Orçamentária 2022		
Transferência Voluntária	Quantidade	Valor (R\$)
Fundo Setorial do Audiovisual	4	R\$ 406.148.811,00
Convênios	50	R\$ 12.738.602,73
TEDs/Descentralizações	39	R\$ 13.267.805,79

Termos de Fomento	226	R\$ 52.830.194,66
Contratos de Repasse	292	R\$ 346.204.215,54
Acordo de Cooperação Técnica	6	R\$ 1.331.872,50
Total Convênios e congêneres (A)	617	R\$ 832.521.502,22
Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022	6	R\$ 3.862.000.000,00
Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 (B)	6	R\$ 3.862.000.000,00
TOTAL EXECUTADO (A+B)	623	R\$ 4.694.521.502,22
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 20/01/2023.		

Quanto às atividades de execução financeira, foi executado R\$ 1.422.413.687,70 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta centavos) entre pagamentos e transferências de recursos. Os pagamentos realizados se referem às ordens bancárias emitidas por solicitação das Secretarias finalísticas deste Ministério, a fim de honrar compromissos firmados nos diversos instrumentos ora mencionados. Os valores seguem detalhados por Unidade Gestora executora e por instrumento de Transferência Voluntária na Tabela 36.

Tabela 36 - Total da Execução Financeira efetuada pelo MTur em 2022

Execução financeira por UG			
UG	Tipo de Transferência Voluntária	Quantidade	Valor (R\$)
540012	SNDTUR		
	TEDs/Descentralizações	35	R\$ 7.167.835,29
	Convênios	11	R\$ 5.166.168,80
	Restituições	3	R\$ 32.091,19
Total 540012		49	R\$ 12.366.095,28
540016	SNINFRA		
	TEDs/Descentralizações	1	R\$ 149.850,00

Total 540016		1	R\$ 149.850,00
540018	SNAIC		
	TEDs	26	R\$ 4.476.807,05
	Convênios	1	R\$ 136.200,00
Total 540018		27	R\$ 4.613.007,05
540019	SECULT		
	TEDs/Descentralizações	15	R\$ 2.977.457,20
Total 540019		15	R\$ 2.977.457,20
540025	SNAV		
	TEDs/Descentralizações	1	R\$ 194.618,43
	Convênios	3	R\$ 1.322.407,85
	Termos de Fomento	20	R\$ 6.822.343,00
Total 540025		24	R\$ 8.339.369,28
540026	SECDEC		
	TEDs/Descentralizações	7	R\$ 1.936.003,70
	Acordo de Cooperação Técnica	3	R\$ 1.331.872,50
	Convênios	14	R\$ 3.190.097,79
	Termos de Fomento	46	R\$ 10.759.193,00
Total 540026		70	R\$ 17.217.166,99

540027	SEFIC		
	TEDs/Descentralizações	1	R\$ 600.000,00
	Convênios	14	R\$ 4.879.404,71
	Termo de Fomento	14	R\$ 1.981.987,78
Total 540027		29	R\$ 7.461.392,49
540028	SEDEC		
	Convênios	3	R\$ 184.995,85
Total 540028		3	R\$ 184.995,85
540030	FNC		
	Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	18	R\$ 827.366.466,18

	TEDs/Descentralizações	19	R\$ 4.130.713,91
Total 540030		37	R\$ 831.497.180,09
540031	FNC/SNAV		
	TEDs/Descentralizações	3	R\$ 174.167,00
	Convênios	1	R\$ 100.000,00
	Termos de Fomento	26	R\$ 5.049.986,88
Total 540031		30	R\$ 5.324.153,88
540032	FNC/SEFIC		
	Convênio	7	R\$ 1.140.308,89
	Termos de Fomento	10	R\$ 1.571.793,50
	Restituições	2	R\$ 211.108,89
Total 540032		19	R\$ 2.923.211,28
540033	FNC/SEDEC		
	Termos de Fomento	1	R\$ 250.000,00
Total 540033		1	R\$ 250.000,00
540035	FNC/SECDEC		
	Convênios	12	R\$ 5.220.395,00
	Termos de Fomento	48	R\$ 15.058.245,01
Total 540035		60	R\$ 20.278.640,01
TOTAL EXECUTADO		365	R\$ 913.582.519,40
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 20/01/2023.			

No contexto da execução financeira dos Contratos de Repasse, a CGEOF solicitou recurso para atender às Unidades Gestoras da Caixa Econômica Federal no âmbito da Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística — SNINFRA e da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultura — SEDEC. Assim, o montante de solicitações de recurso atendidas foi de R\$ 255.144.084,85 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme detalhado na Tabela 37.

Tabela 37 – Recursos solicitados

Unidade Gestora	Quantidade	Valor Total de Solicitações Atendidas
540007 — CEF/SNINFRA	40	R\$ 241.789.524,16
540045 — CEF/SEDEC	53	R\$ 13.354.560,69
TOTAL	93	R\$ 255.144.084,85
<i>Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 20/01/2023.</i>		

O montante total da execução financeira foi de R\$ 1.168.483.404,17 (um bilhão, cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos) referentes à execução de convênios e instrumentos congêneres e R\$ 243.200,08 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos reais e oito centavos) relativos a restituições, conforme detalhado a seguir:

Tabela 38 - Total da Execução Financeira 2022

Total da Execução Financeira 2022		
Transferência Voluntária	Quantidade	Valor (R\$)
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	18	R\$ 822.366.466,18
Convênios	66	R\$ 21.339.978,89
TEDs/Descentralizações	108	R\$ 21.807.452,58
Termos de Fomento	165	R\$ 41.493.549,17
Contratos de Repasse	93	R\$ 255.144.084,85
Acordo de Cooperação Técnica	3	R\$ 1.331.872,50
Total Convênios e congêneres (A)	453	R\$ 1.168.483.404,17
Restituições	5	R\$ 243.200,08
Total Restituições (B)	5	R\$ 243.200,08
TOTAL EXECUTADO (A+B)	458	R\$ 1.168.726.604,25
<i>Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Extraída: 20/01/2023.</i>		

Prestação De Contas - Análise Técnica Do Objeto

Cumpramos ressaltar que o processo de prestação de contas no MTur possui subprocessos vinculados ao macroprocesso de prestação de contas, os quais são definidos como: i) análise técnica do objeto, realizados nas unidades finalísticas; ii) análise financeira, no âmbito da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências (SGFT), da Secretaria-Executiva do órgão; e iii) processos de ressarcimento ao erário, referente à parcelamento de débitos e inscrições de dívidas em cadastros relacionados.

Importante destacar que a análise técnica quanto ao cumprimento do objeto tem como principal objetivo verificar a entrega dos produtos à sociedade, atendendo aos requisitos de democratização de acessibilidade públicos. Desta forma, a administração pública atesta se os recursos autorizados aos projetos foram empregados com responsabilidade e eficiência ao disponibilizar produtos à sociedade.

Assim, considerando a apresentação dos resultados da execução financeira, passa-se à apresentação da análise técnica dos objetos resultantes da execução no âmbito das Secretarias Finalísticas do Ministério.

Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural - SECDC

Quanto à gestão e monitoramento das transferências voluntárias executadas no âmbito do Ministério relacionadas à temática Economia Criativa e Diversidade Cultural, destacam-se as que se encontram em execução:

- 1) 328 instrumentos de transferência de recursos em execução, dentre eles convênios, termos de fomento, termos de compromisso cultural e termos de execução descentralizada; e
- 2) O passivo de 518 instrumentos de transferência de recursos, os quais se encontram em prestação de contas, dentre eles convênios, termos de fomento, termos de compromisso cultural e termos de execução descentralizada.

Ainda, apresentam-se as principais informações relacionadas aos seguintes TEDs celebrados:

- TED com a Universidade Federal do Pará (UFPA) – Processo SEI nº 71000.059700/2019-77: teve por objetivo formular a cartografia do artesanato brasileiro através da elaboração do mapa da cadeia produtiva do artesanato brasileiro objetivando fomentar ações de qualificação, organização e desenvolvimento setorial da economia criativa brasileira, a partir de informações confiáveis, precisas e georreferenciadas sobre a produção.
- Em 31 de março de 2022, foi entregue a base digital georreferenciada (mapa), com as informações do relatório entrecruzadas em redes, cadeias e processos. O valor total da parceria é de R\$ 768 mil e já foi integralmente repassado à UFPA.
- TED com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Processo SEI nº

71000.062678/2019-42: A celebração do TED objetivou a atualização do Atlas Econômico da Cultura Brasileira. A URGs realizará o trabalho de assessoria e consultoria técnica para subsidiar o levantamento, análise e disseminação de estatísticas sobre economia criativa e da cultura no Brasil. Com isso, o objetivo da parceria é proporcionar parâmetros sólidos para a formulação de políticas públicas para os Setores Culturais e Criativos, fomentar a discussão sobre economia criativa e da cultura no Brasil nos quatro eixos temáticos adotados: empreendimentos, mercado de trabalho, fomento público federal e comércio internacional.

Para 2023 está prevista a entrega atualizada de livro na plataforma online para divulgação das informações, assim como um estudo de impacto da epidemia da Covid-19 no setor cultural e criativo.

Além disso, são ações previstas: curso de Gestão Cultural, Cursos Setoriais e Seminário de disseminação. Em 2022 foi feito o desembolso total no valor de R\$ 480.700,00.

Esse TED está sendo acompanhado pela Diretoria de Desenvolvimento Econômico da Cultura, que faz parte da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural – SEDEC

Para o desenvolvimento da infraestrutura, o MTur formalizou 21 instrumentos de Contrato de Repasse, com volume operacional no montante de R\$ 8.278.498,00 (oito milhões, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e oito reais), sendo R\$ 6.998.498,00 (seis milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais) por meio de emendas parlamentares e R\$ 1.280.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil reais) em recursos do orçamento discricionário. As emendas parlamentares corresponderam a 84,54% da execução relacionada à infraestrutura cultural, em 2022, e 15,46% foram executados pelo orçamento discricionário.

Por meio dos Contratos nº 31/2011, 12/2014, 10/2018 e 29/2021, de prestação de serviços operacionais com a Mandatária da União, CAIXA ECONÔMICA, foi paga a quantia de R\$ 3.327.841,72 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos) concernente às tarifas relativas a análises, execução e prestação de contas dos contratos de repasse firmados pelo MTur cujos objetos referem-se a infraestrutura cultural.

Em relação aos pagamentos das operações em execução, houve o desembolso no valor total de R\$ 11.590.557,71 (onze milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), correspondente a 58 operações de Contratos de Repasse, Convênios, Termos de Fomento, do Programa Pracinhas da Cultura, antigo PAC 2, e demais instrumentos congêneres executados pelo MTur.

O MTur, por meio da Secult, obteve uma taxa de execução dos empenhos de 63,64% de todo recurso recebido, entre as emendas individuais, propostas voluntárias e emendas de comissão tendo sido analisado 100% das propostas apresentadas em relação à temática sob exame.

Tabela 39 – Execução dos empenhos em 2022

Status Proposta	Quant.	%Quant.	Valor da Emenda	%Parc_Vlr_Emenda	%Total_Vlr_Emenda
REDISTRIBUIDA	2	6,06%	R\$ 550.000,00	5,09%	5,09%
EMENDA INDIVIDUAL	2	6,06%	R\$ 550.000,00	100,00%	5,09%
EMPENHADA	21	63,64%	R\$ 8.278.498,00	76,66%	76,66%
EMENDA INDIVIDUAL	15	45,45%	R\$ 4.850.000,00	58,59%	44,91%
PROPOSTA VOLUNTÁRIA	5	15,15%	R\$ 1.280.000,00	15,46%	11,85%
EMENDA DE COMISSÃO	1	3,03%	R\$ 2.148.498,00	25,95%	19,90%
IMPEDIMENTO TÉCNICO	4	12,12%	R\$ 800.000,00	7,41%	7,41%
EMENDA INDIVIDUAL	4	12,12%	R\$ 800.000,00	100,00%	7,41%
REDISTRIBUIDA (IMPEDIMENTO)	4	12,12%	R\$ 670.000,00	6,20%	6,20%
EMENDA INDIVIDUAL	4	12,12%	R\$ 670.000,00	100,00%	6,20%
APROVADA - INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	2	6,06%	R\$ 500.000,00	4,63%	4,63%
PROPOSTA VOLUNTÁRIA	2	6,06%	R\$ 500.000,00	100,00%	4,63%
Total Geral	33	100,00%	R\$ 10.798.498,00	100,00%	100,00%

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur, dados extraídos da Plataforma +Brasil em 01 de fevereiro de 2023 e compilados.

Em 2022, 14 empreendimentos foram concluídos e/ou inaugurados, que totalizaram, aproximadamente, R\$ 38,1 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 30,8 milhões, referentes a valor de repasse, conforme demonstrado na Tabela 40, disponibilizada adiante. Foram 272 unidades entregues em todas as regiões do país, desde o início do programa, restando 37 empreendimentos em implantação, cujas finalizações estão estimadas até o final de 2024.

Tabela 40 Pracinhas entregues em 2022, pelo MTur.

#	CONTRATO	UF	MUNICÍPIO	MODELO	VALOR DE REPASSE	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO TOTAL
1	36327813	CE	ACOPIARA	3.000 m²	R\$ 1.975.701,34	R\$ 735.561,54	R\$ 2.711.262,88
2	36328274	CE	CRATEÚS	3.000 m²	R\$ 1.941.542,51	R\$ 315.856,25	R\$ 2.257.398,76
3	36328838	CE	IGUATU	3.000 m²	R\$ 1.962.983,15	R\$ 123.383,32	R\$ 2.086.366,47
4	36329749	CE	TAUÁ	3.000 m²	R\$ 1.997.586,35	R\$ 0,00	R\$ 1.997.586,35
5	36333499	MG	BELO HORIZONTE	700 m²	R\$ 2.688.050,00	R\$ 96.069,87	R\$ 2.784.119,87
6	36333949	MG	CAETÉ	700 m²	R\$ 2.710.000,00	R\$ 467.016,54	R\$ 3.177.016,54
7	36338288	MT	CUIABÁ	7.000 m²	R\$ 3.390.223,95	R\$ 1.983.093,63	R\$ 5.373.317,58
8	36338957	PA	BARCARENA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 1.208.027,98	R\$ 3.228.027,98
9	36339649	PA	ITAITUBA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 375.362,93	R\$ 2.395.362,93
10	36373873	RS	PORTO ALEGRE	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 463.820,47	R\$ 2.483.820,47
11	36352275	SC	LAGES	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 360.008,81	R\$ 2.380.008,81
12	36352943	SE	ESTÂNCIA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 244.254,63	R\$ 2.264.254,63
13	36357396	SP	JUQUITIBA	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 519.998,37	R\$ 2.539.998,37
14	36360467	SP	SUMARÉ	3.000 m²	R\$ 2.020.000,00	R\$ 391.526,07	R\$ 2.411.526,07
TOTAL					R\$ 30.806.087,30	R\$ 7.283.980,41	R\$ 38.090.067,71

Fonte: CGMOT/SEDEC/SECULT/MTur.

Projetos de novos modelos do Programa Pracinhas da Cultura

Além das Pracinhas, o MTur possui, atualmente, 166 instrumentos de repasse, de programas e obras de infraestrutura cultural ativos (147 Contratos de Repasse, 17 Convênios e 02 Termos de Fomento), que totalizam R\$ 141,7 milhões, referentes a valor de investimento, e R\$ 125,5 milhões, referentes a valor de repasse. Todos esses instrumentos foram monitorados por meio de cruzamento de dados de diversas plataformas (Plataforma Mais Brasil, SIAFI e Banco de Dados da CEF). Foram analisadas as necessidades financeiras, bem como as principais demandas e solicitações da mandatária da União e dos convenientes, para o bom andamento dos empreendimentos de responsabilidade do órgão.

Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC

Em 2022, foram celebrados 43 convênios ou termo de fomento, os quais somam R\$ 9.852.290,48. Todas as regiões do país foram atendidas por ações de fomento direto, sendo que o Estado de Goiás foi o que mais teve projetos destinados aos seus municípios Relatório de Gestão – SEFIC/SECULT/MTur 28/fev/2023 - 23 convênios e termos de fomento - seguido dos estados de São Paulo com 20 e Pernambuco com 19.

No ano de 2022 foi liberado recurso para 46 transferências voluntárias – termo de fomento ou convênio, totalizando R\$ 9.484.488,13. O ano encerrou-se com 120 instrumentos em execução, os quais somam R\$ 59.881.561,00. Destes, temos 86 convênios celebrados com entes federados e 34 Termos de Fomentos pactuados com OSCs. Também foram recepcionadas 38 novas prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres, os quais somam R\$ 27.622.821,07. Também foram realizadas, neste mesmo período, 59 análises técnicas, quanto ao cumprimento do objeto e dos objetivos de projetos culturais (convênios, termo de fomento).

Secretaria Nacional do Audiovisual – SNAv

Em relação aos projetos de transferências voluntárias oriundos de emendas parlamentares, informa-se que:

Em 2022, a SNAv recebeu 69 emendas parlamentares, que totalizaram 51 projetos no valor total de R\$ 15.592.343,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e três reais).

Destas, 45 emendas que totalizam 40 propostas tiveram seus instrumentos celebrados no valor total de R\$ 8.992,343 (oito milhões, novecentos e noventa e dois mil e trezentos e quarenta e três reais).

Dos instrumentos já celebrados, 7 foram pagos no valor total de R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) e os demais aguardam autorização da Secretaria de Governo da Presidência da República para liberação financeira, 11 propostas no valor total de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) encontram-se em análise, 14 emendas no valor total de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) receberam impedimento técnico.

Em relação aos exercícios anteriores, em 2022 foi realizada a transferência de recurso para 1 convênio em junho. Entretanto a Secretaria ainda possui 14 convênios aguardando o processo licitatório, a ser realizado pelo conveniente, para liberação dos recursos financeiros e início da execução dos projetos; e 2 convênios que tiveram o processo licitatório concluído e aguardam o término do período de defeso eleitoral para transferência dos recursos.

Em 2022, a SNAv recebeu 67 emendas parlamentares que totalizaram 49 projetos no valor total de R\$ 14.592.343,00 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e dois mil e trezentos e quarenta e três reais).

Destes, 36 projetos foram celebrados, sendo que 16 já foram pagos no valor total de R\$6.222.343,00 (seis milhões, duzentos e vinte e dois mil e trezentos e quarenta e três reais) e

encaminhados à Coordenação de Acompanhamento e 20 aguardam liberação financeira da Secretaria de Governo no valor total de R\$6.170.000,00 (seis milhões, cento e setenta mil reais). Os outros 13 projetos tiveram impedimentos técnicos e não foram celebrados totalizando valor de R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).

Em relação aos exercícios anteriores, a Secretaria possui 12 convênios aguardando o processo licitatório, a ser realizado pelo conveniente, para liberação dos recursos financeiros e início da execução dos projetos. Segue abaixo o detalhamento:

Tabela 41 – Convênios aguardando liberação dos recursos financeiros e início da execução dos projetos

Processo	Processo	Nº do Convênio	Valor de Repasse
1	01400.004511/2018-98	868711/2018	R\$ 300.000,00
2	01400.003241/2019-89	887215/2019	R\$ 1.000.000,00
3	71000.017045/2020-13	898665/2020	R\$ 100.000,00
4	71000.017701/2020-88	903409/2020	R\$ 350.000,00
5	71000.017697/2020-58	903430/2020	R\$ 200.000,00
			R\$ 150.000,00
			R\$ 100.000,00
6	71000.018475/2020-52	903447/2020	R\$ 100.000,00
7	71000.017676/2020-32	903846/2020	R\$ 410.000,00
8	72031.013587/2020-12	908171/2020	R\$ 3.490.616,20
9	72031.013586/2020-78	908252/2020	R\$ 5.471.554,46
10	72031.008455/2021-50	919969/2021	R\$ 100.000,00
11	72031.008411/2021-20	915851/2021	R\$ 100.000,00
12	72031.008421/2021-65	919599/2021	R\$ 100.000,00

Fonte: Secretaria Nacional do Audiovisual. Situação em 31/12/2022

Tratando-se do acompanhamento de projetos já aprovados e da análise do cumprimento de objeto dos projetos executados, apresentam-se os seguintes quantitativos para o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2022:

Lei de Incentivo à Cultura: destaca-se um total de 851 projetos, aproximadamente, em fase de acompanhamento da execução, no âmbito da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação de Resultados, e 117 projetos, aproximadamente, aguardando análise técnica de prestação de contas no que tange ao cumprimento do objeto. Foram analisados, de forma conclusiva, 111 projetos durante o exercício de 2022.

Transferências voluntárias: continuidade no processo de acompanhamento da execução, monitoramento e análise técnica de prestação de contas (no que tange ao cumprimento do objeto) de projetos que envolvam transferências voluntárias, como Convênios, Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e Termos de Fomento. Destaca-se um total de 53 projetos, em fase de acompanhamento da execução, no âmbito da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação de Resultados.

Editais de seleção pública SNAv/Fundo Setorial do Audiovisual-FSA, em continuidade no processo de acompanhamento da execução e do monitoramento de projetos realizados com recursos diretos mediante seleção pública: destacam-se 200 projetos, aproximadamente, em fase de acompanhamento da execução nos diversos editais SNAv/FSA.

Passivo de Prestação de Contas (Lei de Incentivo à Cultura): redução pela metade do quantitativo total do passivo de prestação de contas dos projetos audiovisuais (Lei de Incentivo à Cultura) no que tange ao cumprimento do objeto (de 384 para 117 projetos), atingindo a meta GDAC afeta à Coordenação-Geral. Destaca-se novamente que a SNAv não possui passivo de prestação de contas de projetos que envolvam transferências voluntárias (Convênios, TEDs e Termos de Fomento).

Houve dispêndio de recursos com diárias e passagens para custear a viagem de servidor no valor de R\$ 3.334,68 (três mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos), nas ações citadas no mês de maio/2022 onde foram realizadas visitas in loco em projetos audiovisuais em execução na cidade de Curitiba/PR. Os relatórios contendo o resultado das visitas estão disponíveis no Salic, no módulo de fiscalização. Não há previsão de realização de mais visitas de acompanhamento in loco no corrente ano.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo – SNDTur

Transferências Voluntárias

Em 2022 foram celebrados 09 (nove) convênios com entes públicos, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares Impositivas, indicadas para a ação orçamentária 20Y3. Destes, 03 (três) são destinados à promoção do turismo no mercado nacional e 06 (seis) à realização de eventos de caráter tradicional e de notório conhecimento popular, que comprovadamente contribuam para a o fomento da atividade turística e a geração de fluxo turístico. São eles:

Tabela 42 - Convênios celebrados com entes públicos em 2022

Nº Convênio	Conveniente	Objeto	Investimento
936217	Município de Ilha Grande	XV Festival do Caranguejo	R\$ 189.000,00
928680	Município de Pirambu	8º São João Antecipado	R\$ 400.000,00
928892	Município de Siriri	São João da Nossa Terra	R\$ 200.000,00
929743	Município de Feira Nova	8ª Ressaca do São Pedro	R\$ 198.000,00
928369	Município de Riachuelo	5ª Riachuelo Folia	R\$ 200.000,00
936346	Consórcio Intermunicipal Caminhos Cânions do Sul	Campanha Descubra o território Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul – II Etapa	R\$ 100.000,00

929745	Município de Capitólio	Projeto de Divulgação e Marketing Turístico de Capitólio	R\$ 500.000,00
936181	Município de Tibau do Sul	Campanha Publicitária para promoção do turismo do Município de Tibau do Sul	R\$ 100.000,00
936741	Município de Guapimirim	5º Festival de Inverno de Guapimirim	R\$ 340.322,40
TOTAL			R\$ 2.227.322,40

Fonte: SNDTur. Situação em 31/12/2022

Ademais, em 2022, foi realizado o acompanhamento dos 58 (cinquenta e oito) instrumentos celebrados no âmbito do Departamento.

O acompanhamento envolve desde a análise e realização de trâmites para solicitações de prorrogação de vigência, ajuste do plano de trabalho e prestação de contas, bem como a fiscalização remota dos convênios.

O detalhamento das análises pode ser consultado na Plataforma +Brasil, bem como por meio de relatórios emitidos através do [Painel das Transferências ou do Sistema Eletrônico de Informações](#).

Participação em feiras e eventos de turismo e patrocínio

O Ministério do Turismo apoiou 22 (vinte e dois) eventos, nos quais pôde divulgar suas ações e políticas, além de interagir com o trade turístico, agentes de governo e com a sociedade em geral.

A estratégia de participação do Ministério nos eventos institucionais, seja por meio de ações próprias e/ou parcerias com outros órgãos e entidades, tem como finalidade divulgar os programas de governo e o conjunto de atividades realizadas pelo Órgão, em prol da sociedade, visando o atendimento da missão, competências e diretrizes governamentais, além de permitir a comunicação dirigida a esses públicos.

A seguir estão detalhadas as participações institucionais e patrocínios de 2022:

Tabela 43 - Participações institucionais e patrocínios de 2022

EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO	MODALIDADE	INVESTIMENTO
35ª Edição do Rally Cerapió	23 a 28/01/2022	Patrocínio	R\$ 260.000,00
Rio Innovation Week	13 a 16/01/2022	Participação em evento	R\$ 200.000,00
14ª edição do evento Pesca & Companhia Trade Show 2022	17/03 a 20/03/2022	Participação em Eventos	R\$ 204.987,00
Sindepat Summit	23/03 a 24/03/2022	Patrocínio	R\$ 36.800,00
25º Congresso Nacional do Ministério Público	23/03 a 25/03/2022	Patrocínio	R\$ 170.000,00
Boat Show - Abril	05/04 a 10/04/2022	Participação em Eventos	R\$ 1.100.000,00
WTM Latin America	05/04 a 07/04/2022	Patrocínio	R\$ 400.000,00

Apresentação do Trilhas Goiânia 2022	26/05 a 29/05/2022	Participação em Eventos	R\$ 150.000,00
27ª BNT MERCOSUL	27/05 a 28/05/2022	Participação em Eventos	R\$ 148.438,00
Gramado Summit	04/06 a 08/04/2022	Patrocínio	R\$ 192.000,00
Maior São João do Mundo	10/06 a 10/07/2022	Patrocínio	R\$ 350.000,00
VII Feira Internacional das Esmeraldas	24/06 a 26/06/2022	Patrocínio	R\$ 150.000,00
55º Festival de Parintins 2022	24/06 a 26/06/2022	Patrocínio	R\$ 250.000,00
Boat Show - Setembro	23/09 a 28/09/2022	Participação em Eventos	R\$ 500.000,00
33ª Regata Internacional Recife-Fernando de Noronha (Refeno)	18/09 a 28/09/2022	Patrocínio	R\$ 250.000,00
ABAV Expo	21/09 a 23/09/2022	Participação em Eventos	R\$ 452.980,60
11ª Brazil Travel Market	20/10 a 21/10/2022	Participação em Eventos	R\$ 254.000,00
FESTURIS	03/11 a 06/11/2022	Patrocínio	R\$ 450.000,00
AGRINORDESTE	01/11 a 04/11/2022	Participação em Eventos	R\$ 219.364,75
Festival das Cataratas	30/11 a 12/03/2022	Participação em Eventos	R\$ 498.698,40
19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	28/11 a 04/12/2022	TED	R\$ 350.118,80
10ª Edição do PRÊMIO BRAZTOA DE SUSTENTABILIDADE	01/12 a 04/12/2022	Patrocínio	R\$ 300.000,00
TOTAL			R\$ 6.887.387,95

Fonte: SNDTur. Situação em 31/12/2022

Secretaria Nacional de Infraestrutura – SNINFRA

A SNINFRA executa seus planos, programas e ações com ênfase na geração de oportunidades e de estímulos à inserção no mercado de trabalho e na consecução do objetivo 1216, o qual visa promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro e tem por meta (051C) ampliar em 20,0% os empregos formais no setor de turismo.

Em 2022, o MTur recebeu 283 propostas de trabalho na Plataforma +Brasil, que se subdividem em:

Tabela 44 -Resumo da Quantidade de Propostas de Trabalho de Infraestrutura Turística - MTur 2022

Resultado Primário	Ação de Governo	PROPOSTAS ANALISADAS	PROPOSTAS EMPENHADAS
--------------------	-----------------	----------------------	----------------------

2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	153	61
6	EMENDA INDIVIDUAL	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	109	107
7	EMENDA DE BANCADA	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	4	4
9	EMENDA DE RELATOR	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	17	17
Total				283	189

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 10/01/2023, extraídos da Plataforma mais Brasil).

Nesse cenário, após a análise técnica conclusiva, 189 (cento e oitenta e nove) novos projetos foram apoiados dentro da ação finalística 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, o que representou a execução de 99,09% do limite orçamentário disponibilizado, resultando em 60,78% de índice de sucesso no apoio dos pleitos analisados.

Entre os projetos apoiados mais relevantes, encontram-se:

Tabela 45 - Relação de projetos apoiados (mais relevantes).

PROJETOS	VALOR (Em R\$)
Reforma e construção de infraestrutura da Orla do Rio Amazonas, no município de Macapá/AP;	15.278.379
Construção e revitalização na Orla do Rio Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros/SE; e	11.000.000
Reforma e construção de infraestrutura urbana nos Parques das Hortênsias e Olívio Nóbrega, Praças, CEMUR e Mirante, no município de Taboão da Serra/SP;	10.000.000
Reforma e construção de infraestrutura do Parque Ceci Cunha, no município de Arapiraca / AL;	8.000.000
Pavimentação de acesso ao Roteiro Turístico - O QUATRILHO - no município de Gramado/RS;	6.402.399
Construção de infraestrutura na Ilhota da Coroa do Avião, no município de Igarassu/PE.	5.600.000
Revitalização de infraestrutura de acesso ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, no município de Maceió/AL;	5.223.500
Construção de portais e totens turísticos na Rota Turística Regional "Caminhos do Açúcar" - no estado do Rio de Janeiro;	4.080.000
Reforma e construção de infraestrutura com sinalização turística na Região do Litoral Norte de São Paulo/SP;	1.000.000

Construção de infraestrutura e sinalização turística na região do Parque Estadual de Terra Ronca, no Nordeste Goiano - 2ª Etapa;	643.696
TOTAL	67.227.974

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur – Dados do dia 10/01/2023, extraídos da [Plataforma +Brasil](#))

Em função do descasamento temporal justificado e na aplicação do art. 69 do Decreto nº 93.872/86, que dispõe “*Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.*” (grifo nosso), a atual gestão decidiu por utilizar do orçamento do exercício corrente para atender despesas que pertencem ao exercício anterior.

Entretanto, uma vez que compete à Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística a avaliação técnica da prestação dos serviços e devido ao cenário altamente restritivo para o comprometimento de novas despesas, considerando o Teto de Gastos instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e os limites impostos pelo Decreto supramencionado, foram emitidos empenhos na ordem de mais de R\$ 68 milhões com a classificação da despesa orçamentária representada pelo elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, permitindo assim o pagamento da cobrança de mais de 20 mil EGTs referentes a mais de 12 mil contratos de repasse, conforme a tabela abaixo:

Tabela 46 – Resumo de despesas com cobrança de EGT da mandatária

CPS	Nº Tarifas	Nº Contratos	Vlr Cobrado (R\$)	Vrl Pago (R\$)
003 / 2003 (OGU)	197	167	504.374,15	504.374,15
023 / 2006 (OGU)	7.470	5.891	23.187.548,35	23.187.548,35
019 / 2011 (OGU)	7.122	3.893	28.343.678,74	28.343.678,74
014 / 2013 (PAC)	15	15	2.646,67	2.646,67
028 / 2015 (OGU)	5.128	1.877	13.282.302,18	13.282.302,18
007 / 2018 (OGU)	634	578	2.759.994,53	2.759.994,53
027 / 2018 (PAC)	15	5	15.246,47	15.246,47
027 / 2021 (OGU)	43	43	368.570,17	368.570,17
Total Geral	20.624	12.469	68.464.361,26	68.464.361,26

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 27/12/2022, extraídos da [Plataforma +Brasil](#))

Ainda no ano de 2022, foram gerenciados mais de 800 (oitocentos) contratos de repasse, tendo sido identificadas 543 obras como paralisadas, que totalizam repasses do MTur no valor de R\$ 472 milhões.

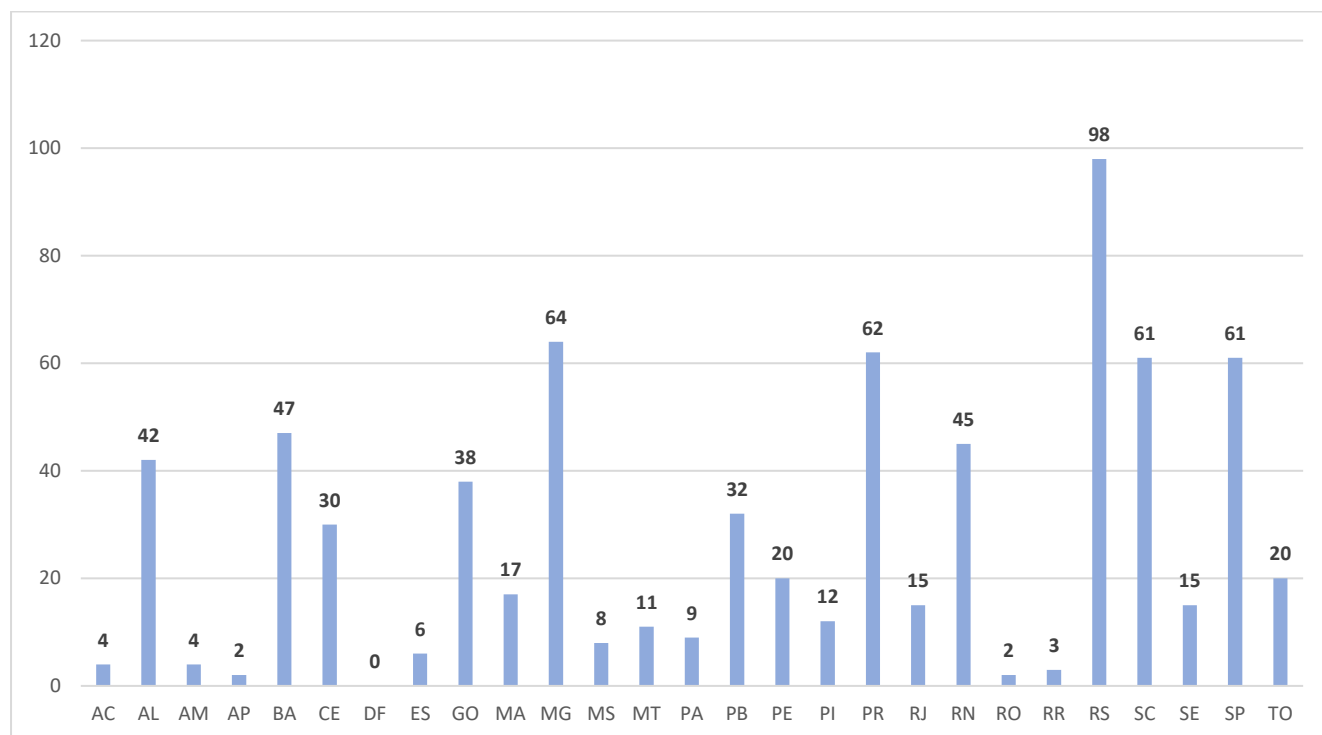
No entanto, verificou-se que dos recursos desembolsados, R\$ 254 milhões já haviam efetivamente sido investidos para a melhoria da infraestrutura turística nacional.

Ao término do exercício de 2022, **725 (setecentas e vinte e cinco) obras foram finalizadas em todo o país**, com investimento superior a R\$ 426 milhões, além de superar a meta estabelecida no PPA para o período (32%) ao concluir mais de 40% das obras em execução, da carteira ativa de contratos de repasse celebrados pelo MTur.

Em relação às obras em andamento, foram desembolsados em vários exercícios, mais de R\$ 422 milhões relacionados a todas as fases de execução (do início à conclusão).

No estado do Rio Grande do Sul/RS, registrou-se o maior número de obras concluídas em 2022, ou seja, 98 obras, conforme indicado no Gráfico 24 abaixo:

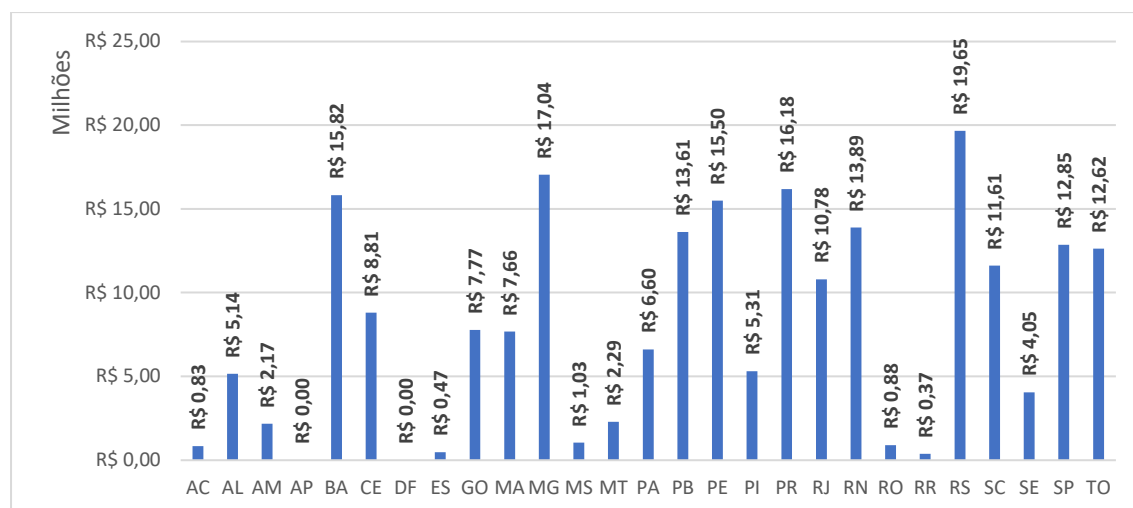
Gráfico 24 – Quantitativo de obras concluídas por estado em 2022.



Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIURB - Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF)

Ademais, os valores desembolsados correspondem a R\$ 212,9 milhões para todas as fases de execução, distribuídos por estado conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 25 – Desembolsos por estado em 2022 - todas fases de execução.



Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIURB - Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF)

Ainda, no exercício de 2022, foram gerenciados 4 (quatro) convênios, conforme demonstrado na Tabela, apresentada abaixo:

Tabela 47 – Relação de Convênios em Execução

CONVENIENTE	CONVÊNIO (Nº/ANO)	UF	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR DEREPASSE (R\$)
Prefeitura de Barra de São Miguel – AL	730528/2009	AL	Barra de São Miguel	Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 2ª etapa.	7.999.000,00
Prefeitura de Barra de São Miguel – AL	744690/2010	AL	Barra de São Miguel	Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de São Miguel – 3ª etapa.	8.500.000,00
Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte	740418/2010	RN	Natal	Reabilitação urbana do centro histórico de Natal - RN	2.005.200,00
Prefeitura de Embu das Artes/SP	736404/2010	SP	Embu das Artes	Parque Da Várzea Do Rio Embu-Mirim – 1ª Etapa	8.000.000,00
TOTAL					26.504.200,00

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, mantido pelo Governo Federal)

Além disso, em 2022, foi realizada a gestão de 4 (quatro) Termos de Execução Descentralizada (TED), que somam um valor total de R\$ 16.991.538,00 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e um, quinhentos e trinta e oito reais) conforme detalhado abaixo:

Tabela 48 – Relação de Termos de Execução Descentralização em execução

PARTÍCIPE	TED (Nº/ANO DE REALIZAÇÃO)	UF	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR DEREPASSE (R\$)
Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	002/2018 (SIAFI 694362)	MG	Diversos Municípios	Execução de obras de estruturação turística.	7.120.000,00
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	81/2020 (SIAFI 904429)	TO	Pindorama do Tocantins	Pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas.	5.743.773,00
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	87/2020 (SIAFI 904428)	TO	Pindorama do Tocantins	Recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias	3.828.065,00

Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC	TED 81/ 2021 MTUR-UFSC (SIAFI 1AAGPB)	TODOS	Diversos	Elaboração de projetos tipos de Unidades Verde e Amarelo e Portais Turísticos	299.700,00
TOTAL					16.991.538,00

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/01/2023 extraídos do SIAFI, mantido pelo Governo Federal)

Por fim, de acordo com o que estabelece o art. 25 da Portaria nº 39/MTur, de 10/03/2017, e em atendimento ao Acórdão nº 2.666/2012 – TCU – 2ª Câmara, foi realizada a Supervisão de Obras 2022, envolvendo 30 (trinta) contratos de repasse selecionados segundo critérios estabelecidos na referida Portaria, conforme programação indicada na Tabela abaixo:

Tabela 49 – Programação supervisão de obras em 2022

UF	Out	AN	PT	D	GIGOV	TOMADOR	MUNICÍPIO	OBJETO	REPASSE	CONTRAPARTIDA	TOTAL_PT	DESC	SIT OBRA	ASSINATURA	VIGENCIA	CRITÉRIO 1	CRITÉRIO 2
AL	13/09 a 23/09/2022	2014	1019881	49	GIGOVME	MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL	BARRA DE SÃO MIGUEL	1ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DA BARRA DE SÃO MIGUEL - AL	R\$ 2.000.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 2.030.000,00	NOR MAL	PARALISADA	03/12/2014	31/12/2022	PARALISADA	
		2011	373529	58	GIGOVME	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	URBANIZAÇÃO DA 1ª ETAPA DA ORLA FLUVIAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	R\$ 1.950.000,00	R\$ 81.250,00	R\$ 2.031.250,00	NOR MAL	PARALISADA	30/12/2011	31/12/2022	PARALISADA	
		2008	281903	47	GIGOVME	MUNICÍPIO DE MACEIÓ	MACEIÓ	1ª ET DA IMPLANT DO CORREDOR PRINCIPAL DA AV. NORTE, INTER OBAIRIO B. BENTES AO GUAXUMA LITORAL NORTE (ECOVIA NORTE)	R\$ 2.925.000,00	R\$ 292.500,00	R\$ 3.217.500,00	NOR MAL	PARALISADA	31/12/2008	31/12/2022	PARALISADA	
		2013	412711	12	GIGOVME	SEINFRA	MACEIÓ	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO	R\$ 20.000.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 20.400.000,00	NOR MAL	PARALISADA	31/12/2013	20/04/2023	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
		2013	1012500	17	GIGOVME	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	ARAPIRACA	OBRAS E SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE O1(UM) CENTRO DE CONVENÇÕES NO BAIRRO: ZÉLIA BARBOSA ROCHA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL	R\$ 10.000.000,00	R\$ 416.666,67	R\$ 10.416.666,67	NOR MAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2013	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2014	1019718	02	GIGOVME	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	ARAPIRACA	OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE ACESSOS NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL	R\$ 8.500.000,00	R\$ 680.000,00	R\$ 9.180.000,00	NOR MAL	PARALISADA	26/09/2014	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
CE	17/09 a 23/09/2022	2017	1037651	90	GIGOVFO	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	FORTALEZA	REFORMA DO TEATRO SÃO JOSÉ,	R\$ 692.023,80	R\$ 61.204,87	R\$ 753.228,67	NOR MAL	PARALISADA	27/09/2017	31/12/2022	PARALISADA	

G O	19/09 a 23/09/2022	2015	1028102	45	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SOBRAL	SOBRAL	NO MUNICIPIO DE FORTALEZA/CE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO BAIRRO GERARDO CRISTINO E REQUALIFICAÇÃO DE UMA PRAÇA NO DISTRITO DE RAFAEL ARRUDA.	R\$ 585.000,00	R\$ 1.172,35	R\$ 586.172,35	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2015	31/12/2022	NORMAL	
		2018	1058827	95	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SOBRAL	SOBRAL	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE PONTE NO MUNICIPIO DE SOBRAL - CE.	R\$ 3.260.536,40	R\$ 3.048.412,70	R\$ 6.308.949,10	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	25/09/2018	25/09/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2016	1034265	71	GIGOVFO	MUNICIPIO DE MARACANAÚ	MARACANAÚ	URBANIZAÇÃO DA LAGOA DE MARACANAÚ - CE - 3ª ETAPA	R\$ 306.288,45	R\$ 6.890,37	R\$ 313.178,82	NORMAL	PARALISADA	11/11/2016	30/12/2022	PARALISADA	
		2016	1037018	78	GIGOVFO	MUNICIPIO DE MARACANAÚ	MARACANAÚ	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DA LAGOA DO MINGAU NO MUNICIPIO DE MARACANAÚ-CE.	R\$ 975.000,00	R\$ 84.040,47	R\$ 1.059.040,47	NORMAL	PARALISADA	30/12/2016	30/12/2022	PARALISADA	
		2013	1003866	59	GIGOVFO	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE	SAO GONCALO DO AMARANTE	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE -CE.	R\$ 1.950.000,00	R\$ 99.352,06	R\$ 2.049.352,06	NORMAL	PARALISADA	18/11/2013	31/12/2022	PARALISADA	
		2006	0212499	95	GIGOVGO	MUNICIPIO DE ITUMBIARA - GO	ITUMBIARA	CONSTRUÇÃO DE LAGO E INFRAESTRUTURA TURISTICA	R\$ 975.000,00	R\$ 48.750,00	R\$ 1.023.750,00	NORMAL	PARALISADA	29/12/2006	31/12/2022	PARALISADA	
		2008	0267116	26	GIGOVGO	MUNICIPIO DE ITUMBIARA - GO	ITUMBIARA	CONSTRUÇÃO DO PIER DO RIO PARNAIBA	R\$ 975.000,00	R\$ 40.419,13	R\$ 1.015.419,13	NORMAL	PARALISADA	31/12/2008	31/12/2022	PARALISADA	

M T	07/11 a 11/11/2022	2017	1043765	99	REGOVAN	MUNICIPIO DE HEITORAI	HEITORAI	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE HEITORAI - GO.	R\$ 487.500,00	R\$ 15.546,24	R\$ 503.046,24	NORMAL	PARALISADA	28/12/2017	31/12/2022	PARALISADA	
		2010	0321065	62	GIGOVGO	MUNICIPIO DE GOIATUBA - GO	GOIATUBA	URBANIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL NO CORREGO LAGEADO NO MUNICIPIO DE GOIATUBA/GO	R\$ 1.218.750,00	R\$ 234.925,02	R\$ 1.453.675,02	NORMAL	PARALISADA	16/12/2010	31/12/2022	PARALISADA	
		2010	0326242	11	REGOVAN	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO	JARAGUA	OBRAS DE URBANIZACAO NA OBLA DO LAGO URBANO ETAPA III- MUM DE JARAGUA	R\$ 975.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 1.000.000,00	NORMAL	PARALISADA	29/12/2010	31/12/2022	PARALISADA	
		2011	0366587	24	REGOVAN	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO	GOIANESIA	CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLOGICO NEGRINHO CARRILHO NO MUNICIPIO DE GOIANESIA - GOIAS	R\$ 975.000,00	R\$ 60.668,49	R\$ 1.035.668,49	NORMAL	PARALISADA	27/12/2011	31/12/2022	PARALISADA	
		2007	0231305	51	GIGOVCB	MUNICIPIO DE POXOREO - MT	POXOREO	ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA	R\$ 1.267.500,00	R\$ 378.897,43	R\$ 1.646.397,43	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	20/12/2007	31/12/2022	ATRASADA	
		2017	1045780	28	GIGOVCB	MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS	RONDONOPOLIS	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DO LOURENCINHO NO BAIRRO VERDE TETO MUNICIPIO DE RONDONÓPOLIS - MT.	R\$ 1.182.717,25	R\$ 94.617,38	R\$ 1.277.334,63	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	29/12/2017	31/12/2022	PARALISADA	
		2012	0388865	57	GIGOVCB	ESTADO DE MATO GROSSO	POXOREO	AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA-3ª ETAPA QUE ESTA LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO/S/Nº- BAIRRO LAGOA NO MUNICIPIO DE POXOREU-MT.	R\$ 3.412.500,00	R\$ 1.057.844,66	R\$ 4.470.344,66	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	06/09/2012	31/12/2022	ATRASADA	

RS	07/11 a 11/11/2022	2016	1036942	51	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE CUIABA	CUIABA	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - REQUALIFICAÇÃO DA ORLA DO RIO CUIABÁ - SEGUNDA ETAPA	R\$ 6.815.084,25	R\$ 70.000,00	R\$ 6.885.084,25	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2016	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2016	1036941	35	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS	RONDONÓPOLIS	APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA DE ACESSO AO PARQUE DA SERENIA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT.	R\$ 6.815.084,25	R\$ 545.206,74	R\$ 7.360.290,99	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	29/12/2016	31/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2007	0245733	39	GIGOVCB	MUNICÍPIO DE POXOREO	POXOREO	ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA - 2ª ETAPA	R\$ 1.072.500,00	R\$ 266.398,18	R\$ 1.338.898,18	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2007	31/12/2022	ATRASADA	
		2009	0311549	93	REGOVCA	MUNICÍPIO DE CAMBARA DO SUL - RS	CAMBARA DO SUL	PAVIMENTAÇÃO DA 2ª FASE RS - 020 - ROTA TURÍSTICA TRECHO CAMBARA DO SUL - SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	R\$ 10.300.000,00	R\$ 352.480,38	R\$ 10.652.480,38	NORMAL	PARALISADA	31/12/2009	30/10/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	PARALISADA
		2019	1069308	13	REGOVCA	MUNICÍPIO DE CAMBARA DO SUL	CAMBARA DO SUL	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL NO MUNICÍPIO DE CAMBARA DO SUL/RS.	R\$ 9.550.000,00	R\$ 445.770,01	R\$ 9.995.770,01	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	31/12/2019	30/12/2022	ACIMA DE 5 MILHÕES	
		2019	1063783	16	REGOVCA	MUNICÍPIO DE NOVA PETROPOLIS	NOVA PETROPOLIS	PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE NINHO DAS ÁGUAS, NO	R\$ 1.814.500,00	R\$ 1.816,32	R\$ 1.816.316,32	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	21/11/2019	30/10/2022	NORMAL	

								MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS/RS - 4ª FASE									
2020	1070050	66	REGOVCA	MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS	SÃO MARCOS	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS/RS - 4ª ETAPA.	R\$ 481.104,00	R\$ 389.796,41	R\$ 870.900,41	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	09/06/2020	30/11/2022	NORMAL			
2019	1063770	47	REGOVCA	MUNICÍPIO DE FARROUPILHA	FARROUPILHA	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS NO LARGO CARLOS FETTER NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS - 2ª ETAPA.	R\$ 286.500,00	R\$ 273.760,36	R\$ 560.260,36	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	27/11/2019	30/11/2022	NORMAL			
2020	1070147	22	REGOVCA	MUNICÍPIO DE FARROUPILHA	FARROUPILHA	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS LARGO CARLOS FETTER NO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS3ª ETAPA.	R\$ 238.856,00	R\$ 1.099.689,01	R\$ 1.338.545,01	NORMAL	EXECUÇÃO INICIADA	09/06/2020	30/09/2022	NORMAL			
							R\$ 101.986.444,40.	R\$ 10.603.075,25	R\$ 112.589.519,65.								

Fonte: DIETU/SNINFRA/MTur. (Dados do dia 17/08/2022 extraídos do SIURB - Sistema de Acompanhamento de Obras, mantido pela CEF)

CAPÍTULO 4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Ministério do Turismo

O Ministério do Turismo – MTur, é um órgão da Administração Pública Federal Direta, conforme disposto na Lei 13.844/2019 e suas atualizações, cujo domicílio é na cidade de Brasília/DF. É responsável pela execução de políticas das áreas de turismo e cultura, com o objetivo de desenvolvê-las como atividade econômica na geração de empregos e de divisas.

Os demonstrativos contábeis relatam numericamente a situação patrimonial, econômica e financeira do ente público, refletindo os atos e fatos realizados durante todo exercício financeiro pelos seus gestores.

A importância de obter demonstrações contábeis fidedignas são:

- Melhora a tomada de decisões;
- Ajuda a obter crédito no mercado;
- Permite o monitoramento dos investimentos e resultados;
- Previne problemas e detecta erros operacionais, possibilitando o ajuste tempestivo; e
- Prova a confiabilidade do ente público no mercado.

Diante das definições elencadas, podemos inferir que as demonstrações contábeis fidedignas poderão contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, principalmente em:

- Fomentar investimentos e estimular novos negócios;
- Fortalecer e ampliar o relacionamento interinstitucional;
- Incentivar parcerias público privada;
- Ampliar e otimizar os recursos orçamentários; e
- Desenvolver a gestão por competências, motivar e cuidar da qualidade de vida dos servidores.

Ademais, as suas atividades estão amparadas nas seguintes legislações: Lei 8112, de 1990 e no Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, na contratação de pessoas; Lei nº 8666/93 e nº 10.520/2002, na aquisição de bens e contratação serviços; a nova lei de licitações nº 14.133/2021; Portaria Interministerial nº 424/2016, na execução descentralizada das políticas culturais e do turismo (convênios, contratos de repasse, termo de fomento, termo de colaboração); Lei nº 8.313/1991 (Lei de Incentivo à Cultura- Rouanet), para aprovação e execução de projetos culturais incentivados com dedução do Imposto de Renda - IR devido por empresas privadas, dentre outras.

Responsabilidades e competências

A Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC, por meio da Coordenação Contabilidade e Custos - CCONT, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis do MTur, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos

Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na data-base de 31/12/2022.

Em 21 de maio de 2020, por meio do Decreto Nº 10.359, a Secretaria Especial da Cultura (Secult) foi transferida para agregar a estrutura do Ministério do Turismo, alterando de forma relevante a estrutura regimental do Turismo, criando através deste decreto uma coordenação para as atividades de contabilidade e custos. Ademais, a Agência Nacional do Cinema (Ancine); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); a Fundação Biblioteca Nacional (FBN); a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); a Fundação Cultural Palmares (FCP); e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) passaram a ser vinculadas ao Ministério do Turismo, com o assessoramento e a supervisão da Secretaria Especial da Cultura. Estas unidades vinculadas, possuem estrutura e contador próprio. No entanto, este ministério atua na supervisão e orientação destas entidades vinculadas como ÓRGÃO SUPERIOR.

Além dos demonstrativos que serão apresentados adiante, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP (2022, 9ª ed.), a publicação do referido demonstrativo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima- S.A. Portanto, devido ao fato de o MTur não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Destaca-se que o MTur tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem o MTur são responsáveis por administrar e executar as dotações orçamentárias, financeiras e patrimoniais no sistema SIAFI, com o intuito de registrar todos os seus atos e fatos administrativos. A tabela 50 abaixo apresenta a relação atual das UGs do MTur.

Tabela 50 – Unidades Gestoras - UG

540001 CGOFC - SETORIAL/MTUR
540004 SPOA/MTUR
540005 SNINFRA - CONTRATOS
540006 SNTUR - CONTRATOS
540010 COGEP/MTUR
540011 SUBSEC TECNOLOGIA INFORMACAO INOVACAO
540012 SNPTUR - CONVÊNIOS
540016 SNINFRA - CONVÊNIOS
540017 SNAIC - CONTRATOS
540018 SNAIC - CONVÊNIOS

540019 SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA - SECULT
540020 SNAV - CONTRATOS
540021 SECDEC - CONTRATOS
540022 SEFIC - CONTRATOS
540023 SEDEC - CONTRATOS
540024 SNDAPI - CONTRATOS
540025 SNAV - CONVÊNIOS
540026 SECDEC - CONVÊNIOS
540027 SEFIC - CONVÊNIOS
540028 SEDEC - CONVÊNIOS
540029 SNDAPI - CONVÊNIOS
540030 FUNDO NACIONAL DA CULTURA - FNC
540031 FNC - SNAV
540032 FNC - SEFIC
540033 FNC - SEDEC
540034 FNC - SNDAPI
540035 FNC - SECDEC
540036 CENTRO TECNICO AUDIOVISUAL-CTAV
540045 CAIXA - CULTURA
540046 EMBRATUR - PATRIMÔNIO

Fonte: SIAFI 2022

Conformidade

O processo de registro da conformidade contábil do MTur é efetuado na Coordenação de Contabilidade e Custos – CCONT, por profissional com formação em Ciências Contábeis devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para esse fim, tendo por finalidade garantir a consistência, integridade, fidedignidade e confiabilidade dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, meio em que ocorre toda a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do MTur.

Para subsidiar a conferência e o registro da conformidade contábil, mês a mês são verificados pelo contador responsável e sua equipe técnica ocorrências espelhadas nas

demonstrações contábeis; ocorrências de desequilíbrios identificados nos balancetes; existência de saldos invertidos (exceto contas nas quais é permitida a inversão de saldo) e de saldos irrisórios; falta de registro no SIAFI ou a existência de restrições que devem ser observadas na Conformidade de Registros de Gestão, nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis nas unidades em acompanhamento, e que não foram saneadas no mês; conciliação do relatório de entradas, saídas e estoque interno de bens do almoxarifado (Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA) e de bens permanentes (Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB), com os registros contábeis constantes no SIAFI, por conta contábil; verificação quanto ao registro dos valores de depreciação/amortização mensal; verificação, naquilo que é possível e que chega ao conhecimento da Coordenação, quanto à correta conciliação de valores referentes a créditos controlados pelos sistemas internos do Ministério com o montante registrado no SIAFI.

4.1.1 Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: **Ministério do Turismo**

Exercício: **2022**

A Coordenação de Contabilidade e Custos – CCONT, de acordo com a Decreto nº 10.359/2020, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA, da Secretaria Executiva - SE, e exerce a competência de Setorial Contábil de Órgão Superior deste Ministério.

O escopo desta declaração é a conformidade das demonstrações contábeis, realizada pela CCONT, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do MTur são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do ministério.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração do Fluxo de Caixa – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de

2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Melhorias

Importante mencionar que durante o exercício de 2022 ocorreram atos adotados pela Setorial Contábil para a melhoria neste ministério, assim como as restrições regularizadas quando comparamos o exercício de 2021 com o de 2022.

Identificou-se também um maior envolvimento e preocupação dos ordenadores de despesa em contribuir com a resolução das inconsistências apontadas por esta setorial, junto à sua equipe.

Ademais, foram realizadas no exercício de 2022, capacitações técnicas com a equipe da contabilidade e com todos os servidores do órgão para que todos possam entender melhor a importância das tarefas realizadas e fazê-las com mais eficiência e tempestividade.

Ressalvas

A seguir relatam-se as ressalvas apontadas no balanço do Ministério do Turismo por unidade gestora, com seu grau de relevância:

Inconsistência Relevante

A emissão do Relatório Analítico de Inventário Patrimonial – Conforme os arts. 94 e 96, da Lei nº 4.320/64, combinado com os itens 8 a 8.4, da IN 205/1988 da SAP/PR, o inventário patrimonial consiste na verificação física de todos os bens patrimoniais, assim como na identificação da localização, do número do patrimônio, da descrição e da perfeita caracterização desses bens e ainda de suas condições de uso e estado de conservação, devendo ser utilizado como instrumento de informação gerencial, controle e prestação de contas.

Cabe informar que o inventário e a conciliação dos bens registrados na UG 540004, oriundos do Ministério do Turismo, foram realizados com data de 31-12-2021, representando R\$ 21.477.610,57 em bens móveis, sendo 30% deste não localizado no inventário de 2021. Entretanto, no ano de 2022 houve a transferência dos saldos contábeis da extinta EMBRATUR o que dificultou a conciliação contábil dos bens da UG 540004, representando R\$ 33.284.115,39 em bens móveis, sendo R\$21.477.610,57 estão conciliados e sendo tratados para implantação no SIADS.

Como o inventário foi realizado de forma manual, como setorial contábil sugeriu-se à comissão de inventário uma revisão na localização destes bens registrados como não localizados. Foi alterada a composição da Comissão de Inventário Anual no qual está em fase final de entrega de relatório e, por isso, não foi possível a análise desta setorial, impossibilitando o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, assim como a identificação das divergências e ajustes necessários, ainda no exercício de 2022, para que o Balanço Patrimonial possa refletir, com fidedignidade, os bens do Ministério com os dados registrados nos sistemas Patrimonial (SIADS) e Contábil Financeiro (SIAFI).

Todas as tratativas em relação ao assunto, pode ser obtida através do processo SEI nº 72031.008679/2021-61.

Em relação, aos bens registrados nas demais unidades gestoras do Ministério do Turismo, oriundas da Secretaria Especial de Cultura e Embratur, o relatório final da comissão de inventário, contemplando estas unidades gestoras, foram incluídas no processo em 20-12-2022, entretanto, não foi encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MTur para análise até 31-12-2022 não possibilitando a análise desta setorial, impossibilitando o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, assim como a identificação das divergências e ajustes necessários, ainda no exercício de 2022.

Ademais, não havendo no momento um sistema para realizar o controle patrimonial de forma adequada e a não conclusão da implantação do SIADS em 2022, geram de forma agregada inconsistências em relação a depreciação dos bens móveis, gerando restrições contábeis associadas a este cenário.

As demais inconsistências são menos relevantes do que a questão patrimonial do Ministério, mas não menos importantes e as que merecem destaque e regularização mais imediata, são: Atualização do registro dos bens imóveis; Regularização das TEDS, Convênios e Contratos de Repasse que se encontram com vigência expirada; Atualização dos valores a Receber pelos credores oriundos da instauração de TCEs e Incorporação dos bens intangíveis que foram desenvolvidos no âmbito deste ministério.

As entidades vinculadas, por serem também obrigadas a elaborar Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, não serão abordados neste documento, limitando a abordagem ao órgão 54000, Ministério do Turismo.

Importante mencionar também que no decorrer do ano houve perdas na equipe, elencamos os pontos a seguir que ocorreram no início do segundo semestre de 2022:

- A. Mudança de coordenação e contador do órgão com perda técnica;
- B. 2 servidoras, contadoras, tiraram licença maternidade no qual ainda não retornaram da mesma;
- C. 1 servidor, contador, tirou licença para tratar da saúde no segundo semestre no qual ainda não retornou da mesma;
- D. 3 servidoras deixaram esta coordenação, 1 de custos e 2 de contabilidade; e
- E. Diante disso, fechamos o ano com 2 servidores, 1 para contabilidade e 1 para custos.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Turismo, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2023

PAULA ELLERY MONTEIRO PESSÔA PAREDES

CRC nº DF 029266/O

Contador Responsável

4.1.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações que serão apresentadas a seguir refere-se ao Balanço do Órgão 54000.

Balanço Patrimonial

Tabela 51 – Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Ativos, em 2021 e 2022 (R\$)

Ativo	2022	2021
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.595.376,58	21.249.633,12
Créditos a Curto Prazo	63.004.628,52	69.333.092,85
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	63.004.628,52	69.333.092,85
Estoques	1.994.209,86	859.977,87
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Total do Ativo Circulante	190.594.214,96	91.442.703,84
Ativo Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	136.185.634,72	14.762.835,90
Créditos a Longo Prazo	136.185.634,72	14.762.835,90
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	136.185.634,72	14.762.835,90
Investimentos		
Imobilizado	393.965.949,58	122.403.540,98
Bens Móveis	80.608.514,90	66.587.897,79
Bens Imóveis	313.357.434,68	55.815.643,19
Intangível	11.851.654,01	6.013.409,73
Softwares	10.772.844,82	6.005.698,90
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.078.809,19	7.710,83
Direitos de Uso de Imóveis		
Total do Ativo Não Circulante	542.003.238,31	143.179.786,61
Total do Ativo	732.597.453,27	234.622.490,45

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 52 – Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Passivo e Patrimônio Líquido, em 2021 e 2022 (R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	9.849.359,10	9.707.478,91
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	67.953.586,56	6.258.173,63
Obrigações Fiscais a Pagar	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	368.449.228,62	326.321.290,90
Provisões de Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	14.993.453,74	16.521.424,41
Total do Passivo Circulante	461.245.628,02	358.808.367,85
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhista, Previd. e Assist. a Pagar Longo		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.544.268,36	2.544.268,36

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões de Longo Prazo		
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Total do Passivo Não Circulante	2.544.268,36	2.544.268,36
Total do Passivo Exigível	463.789.896,38	361.352.636,21
Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	268.807.556,89	-126.730.145,76
Total do Patrimônio Líquido	268.807.556,89	-126.730.145,76
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	732.597.453,27	234.622.490,45

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 53 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

			Ativo	Passivo
Especificação	2022	2021	Especificação	2022
Ativo Financeiro	125.595.376,58	21.249.633,12	Passivo Financeiro	5.708.927.957,85
Ativo Permanente	607.002.076,69	213.372.857,33	Passivo Permanente	44.791.340,16
Saldo	5.021.121.844,74	1.735.392.965,9	Saldo Patrimonialpatrimonial	5.753.719.298,01

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 54 – Quadro das Contas de Compensação do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Especificação	2022	2021
Atos Potenciais Ativos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	26.011.633,23	24.141.562,58
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.477.984,78	23.562,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a	19.989.380,09	21.573.732,22
Direitos Contratuais a Executar	2.544.268,36	2.544.268,36
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		
Total dos Atos Potenciais Ativos	26.011.633,23	24.141.562, 58
Passivos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.698.398.316,29	3.091.398.813,59
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.802.126.868,17	2.138.706.294,22
Obrigações Contratuais	896.271.448,12	952.677.519,37
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	2.698.398.316,29	3.091.383.813,59

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 55 – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do MTur, em 2022 (R\$)

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro
Recursos Ordinários	-5.177.484.630,62
Recursos Vinculados	-405.847.950,65
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-6.111,56
Previdência Social (RPPS)	- 6.252,01
Dívida Pública	-403.187.254,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.648.332,31
Total	-5.583.332.581,27

Fonte: SIAFI 2022

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 56 – Demonstrações das Variações Patrimoniais do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Especificação	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.073.649.302,37	3.785.018.387,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	61.232,12	47.394,82
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.466.030,81	492.594,50
Transferências e Delegações Recebidas	3.637.212.537,53	3.561.726.187,62
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	103.476.808,37	79.326.087,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	329.432.693,54	143.426.123,23
Variações Patrimoniais Diminutivas	3.669.352.757,69	3.866.801.227,65
Pessoal e Encargos	105.209.085,40	107.628.441,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.141.325,07	58.941.965,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	135.448.178,99	129.030.318,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	33.456,52	29.716,86
Transferências e Delegações Concedidas	3.345.288.692,91	3.497.987.576,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.477.347,51	72.771.651,70
Tributárias	314.799,52	130.064,14
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	439.871,77	281.493,36
Resultado Patrimonial do Período	404.296.544,68	-81.782.840,07

Fonte: SIAFI 2022

Balanco orçamentário

Tabela 57 – Balanço Orçamentário – Receita do MTur, em 2022 (R\$)

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	265.584,00	265.584,00	1.081.421,35	815.837,35
Receitas Tributárias				
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	265.584,00	265.584,00	1.080.235,35	814.651,35
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes			1.186,00	1.186,00
Receitas De Capital				

Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Subtotal das Receitas	265.584,00	265.584,00	1.081.421,35	815.837,35
Refinanciamento				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Subtotal com Refinanciamento	265.584,00	265.584,00	1.081.421,35	815.837,35
Déficit			4.626.226.105,07	4.626.226.105,07
Total	265.584,00	265.584,00	4.627.307.526,42	4.627.041.942,42
Créditos Adicionais Abertos		4.141.613.771,00		
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-		
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		260.000.000,00		
Créditos Adicionais Abertos com Crédito Cancelado		3.881.613.771,00		

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 58 – Balanço Orçamentário – Despesas do MTur, em 2022 (R\$)

Despesas orçamentárias	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	375.401.879,00	4.228.001.592,00	4.187.861.570,25	278.058.421,25	265.214.555,07	40.140.021,75
Pessoal e Encargos Sociais	158.236.893,00	160.420.234,00	155.925.404,67	155.829.749,51	145.363.190,66	4.494.829,33
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	217.164.986,00	4.067.581.358,00	4.031.936.165,58	122.228.671,74	119.851.364,41	35.645.192,42
Despesas de Capital	152.276.432,00	441.290.490,00	439.445.956,17	73.859.069,07	9.740.341,28	9.740.341,28
Investimentos	152.276.432,00	441.290.490,00	439.445.956,17	73.859.069,07	9.740.341,28	1.844.533,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS						
Subtotal das Despesas	527.678.311,00	4.669.292.082,00	4.627.307.526,42	351.917.490,32	274.954.896,35	41.984.555,58
Amortização da Dívida/Refin.	-	-	-	-	-	-
Amort. da Dívida Interna						
Amort. da Dívida Externa						
Subtotal com Refinanciamento	527.678.311,00	4.669.292.082,00	4.627.307.526,42	351.917.490,32	274.954.896,35	41.984.555,58
Superávit						
Total	527.678.311,00	4.669.292.082,00	4.627.307.526,42	351.917.490,32	274.954.896,35	41.984.555,58

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 59 – Quadro da execução de Restos a Pagar Não Processados pelo MTur, em 2022 (R\$)

Despesas orçamentárias	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas Correntes	77.491.792,88	59.905.111,60	71.378.125,14	70.280.708,59	23.201.336,37	43.914.859,52

Pessoal e Encargos Sociais	35.715,30	42.282,92	20.459,80	20.459,80	35.715,30	21.823,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.456.077,58	59.862.828,68	71.357.665,34	70.260.248,79	23.165.621,07	43.893.036,40
Despesas de Capital	1.219.492.647,27	251.773.268,44	372.843.415,48	233.289.574,49	126.700.577,67	1.111.275.763,55
Investimentos	1.219.492.647,27	251.773.268,44	372.843.415,48	233.289.574,49	126.700.577,67	1.111.275.763,55
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Total	1.296.984.440,15	311.678.380,04	444.221.540,62	303.570.283,08	149.901.914,04	1.155.190.623,07

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 60 – Quadro da execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados pelo MTur, em 2022 (R\$)

Despesas orçamentárias	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	1.993.925,91	11.724.074,07	11.921.867,61	157.898,36	1.638.234,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	10.283.400,34	10.283.400,34	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.993.925,91	1.440.673,73	1.638.467,27	157.898,36	1.638.234,01
Despesas de Capital	253.129.572,62	42.308.576,25	20.496.111,31	80.271.676,91	194.670.360,65
Investimentos	253.129.572,62	42.308.576,25	20.496.111,31	80.271.676,91	194.670.360,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	255.123.498,53	54.032.650,32	32.417.978,92	80.429.575,27	196.308.594,66

Fonte: SIAFI 2022

Balanço Financeiro

Tabela 61 – Balanço Financeiro – Ingressos, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Especificação	2022	2021
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	1.081.421,35	249.705,91
Ordinárias	-	-
Vinculadas	1.081.421,35	249.705,91
Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.081.421,35	249.705,91
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.401.623.445,74	3.401.178.447,52
Resultantes da Execução Orçamentária	1.964.341.905,77	1.724.218.172,88
Cota Recebida	872.284.380,30	849.853.968,17

Repasse Recebido	2.359,03	
Sub-repasse Recebido	361.876.043,01	265.580.992,03
Repasse Devolvido	726.065.879,01	606.410.690,32
Sub-repasse Devolvido	4.113.244,42	2.372.522,36
Independentes da Execução Orçamentária	1.437.281.539,97	1.676.960.274,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.433.455.935,32	1.672.853.814,74
Demais Transferências Recebidas	951.314,61	1.781.081,71
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.874.290,04	2.325.378,19
Recebimentos Extraorçamentários	4.566.555.283,41	464.377.991,69
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	76.962.593,97	11.600.993,86
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.275.390.036,10	311.678.380,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.963.740,44	2.451.122,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários	211.238.912,90	138.647.495,26
Restituições a Pagar		754.347,94
Arrecadação de Outra Unidade	209.579.540,94	137.893.147,32
Valores para Compensação	2.988,87	
Demais Recebimentos	1.656.383,09	
Saldo do Exercício Anterior	21.249.633,12	217.264.211,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.249.633,12	217.264.211,98
Total	7.990.509.783,62	4.083.070.357,10

Fonte: SIAFI 2022

Tabela 62 – Balanço Financeiro – Dispendios, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Especificação	2022	2021
Dispendios		
Despesas Orçamentárias	4.627.307.526,42	564.830.071,15
Ordinárias	4.565.917.495,80	531.232.332,59
Vinculadas	61.390.030,62	33.597.738,56
Seguridade Social (Exceto Previdência)		24.679.311,99
Seguridade Social (Exceto RGPS)	58.436.993,62	8.918.426,57
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.953.037,00	
Transferências Financeiras Concedidas	2.901.042.841,53	3.005.699.655,60
Despesas Extraorçamentárias	336.564.039,09	491.290.997,23
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	32.417.978,92	127.286.249,41
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	303.570.283,08	363.378.589,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	575.777,09	523.959,79
Outros Pagamentos Extraorçamentários		102.198,23
Saldo para o Exercício Seguinte	125.595.376,58	21.249.633,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.595.376,58	21.249.633,12
Total	7.990.509.783,62	4.083.070.357,10

Fonte: SIAFI 2022

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Tabela 63 – Demonstração de Fluxo de Caixa, no MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Especificação	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	-196.014.578,86	-161.608.599,39
Ingressos	3.616.907.520,43	3.542.526.771,22
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Patrimonial	-	-
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades	1.080.235,35	248.519,91
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.186,00	1.186,00
Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Desembolsos	-3.475.395.836,48	-3.704.135.370,61
Pessoal e Demais Despesas	-285.600.738,70	-282.331.063,00
Legislativo	-	-
Previdência Social	-58.715.659,17	-62.983.360,69
Educação	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-288.176.479,16	-415.478.493,99
Intragovernamentais	-238.205.745,58	-374.735.722,74
Outras Transferências Concedidas	-35.308.279,36	-25.860.756,29
Outros Desembolsos das Operações	-2.901.618.618,62	-3.006.325.813,62
Dispêndios Extraorçamentários	-575.777,09	-523.959,79
Transferências Financeiras Concedidas	-2.901.042.841,53	-3.005.699.655,60
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		
Valores Compensados		
Demais Pagamentos		-102.198,23
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-37.165.940,49	-34.405.979,47
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Ingressos	-	-
Alienação de Bens	-	-
Desembolsos	37.165.940,49	-34.405.979,47
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.303.129,69	-3.925.874,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-31.862.810,80	-30.480.104,78
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Ingressos	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	104.345.743,46	-196.014.578,86
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	21.249.633,12	217.264.211,98
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	125.595.376,58	21.249.633,12

Fonte: SIAFI 2022

4.1.3 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis - DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição), o Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o escopo das demonstrações contábeis é consolidada no nível de órgão, bem como suas respectivas notas explicativas.

Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT e do MCASP.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidência das Demonstrações Contábeis é o Real.
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv)

transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- **Estoques** – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).
- **Ativo Realizável a Longo Prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** – a metodologia que pretendemos adotar para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa é a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos. No entanto, ainda não houve registro para perdas por falta de informação da área que realiza tal controle.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).
- **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção,

o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No entanto, no âmbito deste ministério a depreciação, amortização e exaustão não estão sendo realizadas, devido ao desuso do sistema patrimonial anterior e a não conclusão da implantação do SIADS.

- **Passivos Circulantes e não Circulantes** As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.
- **Empréstimos e Financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.
- **Benefícios a Empregados** - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o **Resultado Patrimonial**, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o **Resultado Orçamentário** o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário
 - iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o **Resultado Financeiro** confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548, de 24 de setembro 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Na tabela abaixo é apresentado os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: implantado, em andamento, não iniciado.

Tabela 64 – Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo obrigatório para os registros contábeis	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2017	Não se Aplica
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2018	Não se Aplica
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023.
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023.
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	01/01/2018	Concluído para os casos relacionados a

		folha de pagamento. Em análise se há outros casos que necessitam se enquadrar.
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	01/01/2018	Analizando a existência de atos e fatos que se enquadre neste PCP
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023, com a conclusão da implantação do SIADS.
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	01/01/2019	Não se Aplica
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2021 Prazo suspenso pela Portaria STN nº 10.300, de 1/12/22	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023/2024, com a conclusão da implantação do SIADS.
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	Analizando a existência de atos e fatos que se enquadre neste PCP
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a	Imediato	Concluído

empregados (ex: 13º salário, férias, etc).		
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Concluído
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023/2024, com a implantação do sistema de informação de custos.
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019.	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023/2024, com a conclusão da implantação do SIADS.
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2019	Expectativa de atualização de forma fidedigna em 2023, com a conclusão da implantação do SIADS,

Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:32305

4.1.4 Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas Do Balanço Patrimonial

A seguir apresentamos as notas explicativas do grupo de contas, considerando relevantes pela contadora do órgão.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, sendo os recursos financeiros para garantir o funcionamento e a prestação de serviços para a sociedade.

Tabela 65 – Caixa e Equivalentes de Caixa do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Conta Contábil		Mês Lançamento		2022	2021
		Fonte Recursos		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
111122001	'= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	434.747,12	6.755.472,20
		18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	0,00	0,00
		29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00
		30	CONTRIB.PARA O DESENV.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	0,00	0,00
		44	TITULOS DE RESPONSABIL.DO TN-OUTRAS APLICACOES	908,66	97.567,53
		50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	75.539,54	0,00
		51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	0,00
		56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	0,00	0,00
		69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.		0,00
		74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	0,00	0,00
		78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	0,00	0,00
		80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	2.450.893,96	0,00
		88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	13.878.367,98	558.386,65
		90	RECURSOS DIVERSOS	4.315.221,09	1.927.257,74
Total		21.155.678,35	9.338.684,12		
111122003	'= LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	95.368.078,03	8.354.772,09
		18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	0,00	0,00
		29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	287.306,00	
		44	TITULOS DE RESPONSABIL.DO TN-OUTRAS APLICACOES	2.258.929,23	373.946,36
		51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	125.977,18
		56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	4.236.237,91	0,00
		69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0,00	1.056.253,37
		78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES		0,00
		80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	0,00	
		88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	2.289.147,06	2.000.000,00
		90	RECURSOS DIVERSOS	0,00	0,00
		Total		104.439.698,23	11.910.949,00
Total		125.595.376,58	21.249.633,12		

Fonte: SIAFI 2022

Nota 02– Demais Créditos a Receber Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, com destaque para os adiantamentos da folha de pagamento, crédito a recolher por dano ao patrimônio e adiantamento por TED apresentam a composição desses valores:

Tabela 66 – Demais créditos e valores a curto prazo do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Conta Contábil			2022	2021
			Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	113110101	'= 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	573.679,10	538.949,65
	113110102	'= ADIANTAMENTO DE FERIAS	892.855,16	976.815,80
	113110105	'= SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	45.738,12	55.839,89
	Total		1.512.272,38	1.571.605,34
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	113410102	'= CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	3.081.365,67	2.943.567,05
	Total		3.081.365,67	2.943.567,05
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	113810500	'= CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	0,00	2.988,87
	113810601	'= VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	288.383,06	292.801,78
	113811200	'= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	354.527,47	351.531,46
	113821200	'= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - INTRA	92.553,68	92.553,68
	113823800	'= ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	57.673.852,16	64.076.370,57
	113841200	'= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO		0,00
	113851200	'= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	1.674,10	1.674,10
	Total		58.410.990,47	64.817.920,46
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	113210400	'= IRRF A COMPENSAR	0,00	0,00
	113211100	'= INSS A COMPENSAR	0,00	0,00
	113211200	'= PSS A COMPENSAR		0,00
Total			63.004.628,52	69.333.092,85

Fonte: SIAFI 2022

Nota 03 – Estoques

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 67 – Almoxarifado do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Conta Corrente		2022	2021
		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1.747,48	1.747,48
04	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	9.358,92	9.358,92
11	MATERIAL QUÍMICO	6.832,68	6.832,68
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	64.572,05	70.549,99
17	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	11.542,75	11.602,75
19	MATEIAL DE ACONDICIINAMENTO E EMBALAGEM	48,30	63,00
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.734,01	3.734,01
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.578,24	1.644,00
24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	68.693,49	68.693,49
25	MATEIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.580,78	26.580,78
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	118.625,44	118.625,44
28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	52,00	52,00
30	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	1.140.351,93	
44	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE VEICULOS	736,89	738,43
50	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	376,28	376,28

Total	1.454.831,24	320.599,25
--------------	---------------------	-------------------

Fonte: SIAFI 2022

Conforme evidenciado na tabela acima verifica-se que material em estoque foi consumido em 2% de 2021 a 2022. Informamos ainda que o módulo do Almoxarifado no SIADS foi implantado em 2021.

Verifica-se um aumento no estoque advindo da extinta Embratur que só foi incorporado ao patrimônio do Ministério em 2022, com maior enfoque no material de comunicações no total de R\$ 1.140.351,93 advindo da extinta Embratur.

Nota 04 – Créditos a Receber Longo Prazo

Os créditos a receber de longo prazo, são aqueles realizáveis acima de 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo tem a seguinte composição

Tabela 68 – Créditos a Receber Longo Prazo pelo MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

Conta Contábil		2022	2021
		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
121210505	'= CRED A REC RESPONSÁVEIS POR DANOS/PERDAS	13.278.491,59	3.330.528,91
121210508	'= CRED A REC POR FALTA/IRREGUL COMPROVACAO	122.887.143,13	11.412.306,99
121210509	'= CRED A REC POR FALTA DE LICITACAO	0,00	
121210603	'= DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	20.000,00	20.000,00
Total		136.185.634,72	14.762.835,90

Fonte: SIAFI 2022

Nota-se uma diferença relevante na conta de créditos a recolher por falta/irregularidade de comprovação. Isso é referente ao levantamento realizado por essa setorial contábil e a coordenação de tomada de contas especial desta pasta ministerial. Foi realizado no exercício de 2022, com o intuito de ajustar o balanço patrimonial, levantamento de todos os julgamentos de todas as TCE que estavam nas contas de controle do órgão, o que proporcionou relevante baixa na conta de controle.

Nota 05 – Imobilizado

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 69 – Imobilizado, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)

IMOBILIZADO	Principais Contas Contábeis	2022	2021
		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)

BENS MÓVEIS CONSOLIDADOS	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.155.912,98	5.744.584,40
	Bens de Informática	56.858.006,07	41.952.225,83
	Móveis e Utensílios	17.762.270,02	15.649.238,78
	Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.268.372,07	12.024.966,87
	Veículos	1.476.420,50	1.145.620,50
	Peças e Conjuntos de Reposição	65.077,47	65.077,47
	Bens Móveis em Almoxarifado	581,80	581,80
	Demais Bens Móveis	6.742.398,65	6.740.239,09
	Total	102.329.039,56	83.322.534,74
BENS IMÓVEIS CONSOLIDADOS	Bens de Uso Especial	217.481.013,63	45.793.612,45
	Bens Imóveis em Andamento	88.702.789,08	8.008.979,24
	Instalações	8.347.094,27	8.456.413,66
	Demais Bens Imóveis	281.905,56	281.905,56
	Total	314.812.802,54	62.540.910,91
DEPRECIÇÃO EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Depreciação / Amortização Acumulada	(21.570.380,52)	(16.734.636,95)
	Redução ao Valor Recuperável	(150.144,14)	
	Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.455.367,86)	(6.725.267,72)
	Total	(23.175.892,52)	(6.725.267,72)
Total		393.965.949,58	139.138.177,93

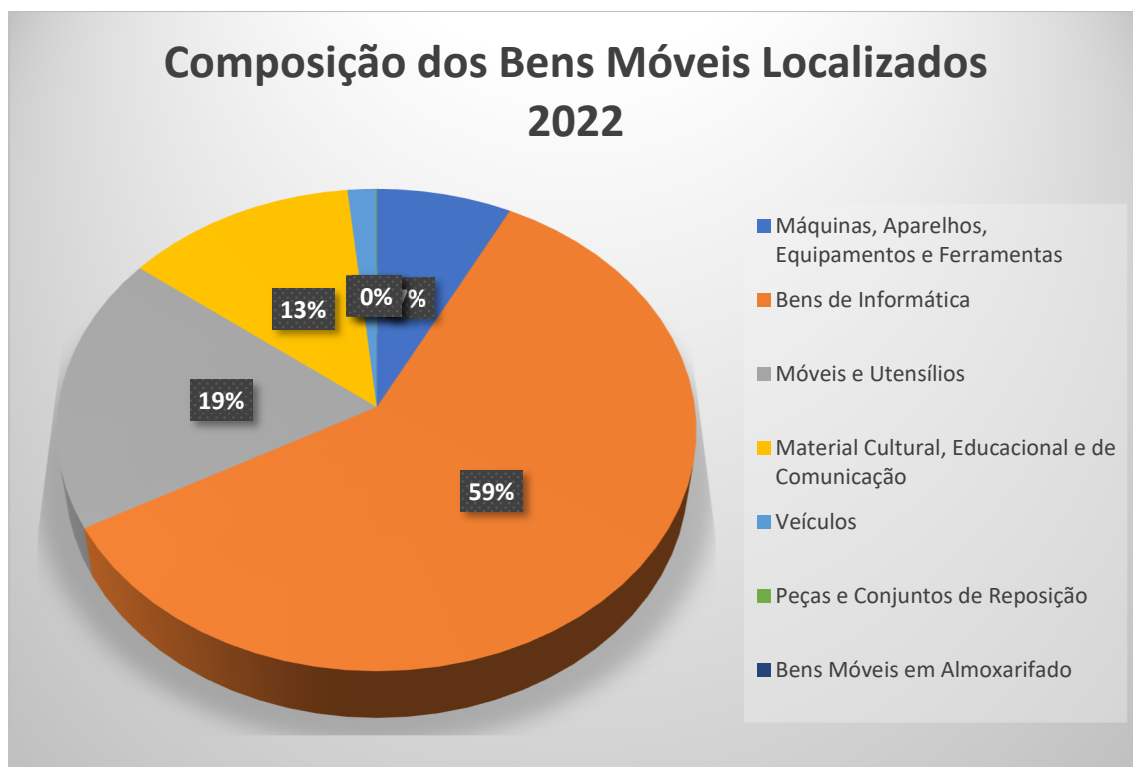
Fonte: SIAFI 2022

A conta “Demais Bens Móveis” são os bens não localizados em 2020 e 2021. Destaca-se que o inventário de 2022 não foi concluído, o que prejudicou a verificação quanto a possível localização desses bens. Observa-se que houve um crescimento significativo quanto aos bens imóveis, o que foi possível com a entrada de bens da extinta Embratur no exercício de 2022.

Os bens móveis também tiveram um acréscimo, mas não tão significativo quanto os bens imóveis, ocasionado pela entrada dos bens da extinta Embratur, o que também refletiu no aumento das depreciações acumuladas.

Ademais, a composição dos bens móveis localizados é representada no gráfico a seguir:

Gráfico 26 – Composição dos Bens Móveis Localizados no MTur, 2022 (%)



Fonte: CCONT 2022

Observa-se que os bens de informática têm maior representatividade, seguido dos móveis e utensílios.

As notas Explicativas às Demonstrações contábeis são exigidas pela Lei 4.320/64, e sendo considerado que “As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.”, relatamos acima as inconsistências mais relevantes que interferem significativamente na análise dos demonstrativos contábeis e que como já mencionado na declaração do contador estão relacionadas ao controle inadequado dos bens móveis, imóveis e intangíveis e, as tratativas para regularização já vem sendo realizada pela coordenação de material e patrimônio para que tal inconsistência seja resolvida no exercício de 2023.

Ademais, considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP são parte das ações planejadas e estabelecidas pelo CFC e STN para a convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais de contabilidade, trazendo para a Contabilidade Pública brasileira um novo enfoque, resgatando a essência da ciência contábil, onde passa a ser foco principal o patrimônio, deixando de lado o enfoque orçamentário que era tão presente. Tendo como vantagem, a comparabilidade com outros entes públicos, garantindo maior transparência e fidedignidade nas demonstrações contábeis, permitindo a geração de informações mais claras e detalhadas sobre o patrimônio e recursos públicos e, consequentemente podendo aumentar o interesse da sociedade em acompanhar a evolução da gestão pública. Desta forma, a não adequação destas normas aos demonstrativos contábeis, prejudica de forma relevante à análise dos referidos demonstrativos. Sendo assim, optamos por uma nota explicativa sintética.

4.2 Fundo Geral do Turismo (Fungetur)

4.2.1 Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: Fundo Geral do Turismo

Exercício: 2022

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor- CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e de Mutação do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, **relativas ao exercício de 2022**, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante as ressalvas por órgão apresentadas abaixo:

Órgão: 54901 – Fundo Geral de Turismo

Ressalvas

- Restrição 315 – Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras foram realizadas pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Turismo, via SIAFI;
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- O registro das ocorrências contábeis no SIAFI deverá ser realizado independentemente de se referir a um problema de sistema, pois o objetivo do registro é evidenciar as ocorrências que necessitam de regularização, ajuste de rotina ou de sistema. Dessa forma, ressaltamos que algumas restrições durante o exercício foram registradas levando em consideração este item.

Brasília-DF, 19 de janeiro de 2023

HUGO ARAÚJO LUCENA

CRC nº DF 023095/O-4


Contador Responsável

4.2.2 Demonstrações Contábeis


Apresentam-se, na sequência, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e na NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

Balanço Orçamentário

Tabela 70 – Balanço Orçamentário – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$)

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMIÇÃO 23/01/2023	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORÇAO SUPERIOR	54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR		


RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	321.796.692,00	321.796.692,00	2.166.422.296,26	1.844.625.596,26
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	187.749.376,00	187.749.376,00	124.605.277,42	-63.144.098,58
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	187.749.376,00	187.749.376,00	124.605.277,42	-63.144.098,58
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	134.047.316,00	134.047.316,00	338.090.461,74	204.043.145,74
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	134.047.316,00	134.047.316,00	338.090.461,74	204.043.145,74
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.703.726.551,10	1.703.726.551,10
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.703.595.845,29	1.703.595.845,29
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	130.705,81	130.705,81
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	151.026.216,00	151.026.216,00	402.648.055,19	251.621.839,19
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	151.026.216,00	151.026.216,00	402.648.055,19	251.621.839,19
Transferências de Capital	-	-	-	-

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demas Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	472.822.908,00	472.822.908,00	2.989.070.345,45	2.096.247.437,45
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	472.822.908,00	472.822.908,00	2.989.070.345,45	2.096.247.437,45
TOTAL	472.822.908,00	472.822.908,00	2.989.070.345,45	2.096.247.437,45
CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superveni Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Amortização	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	472.822.908,00	472.822.908,00	472.822.908,00	80.411.371,30	80.411.371,30	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	472.822.908,00	472.822.908,00	472.822.908,00	80.411.371,30	80.411.371,30	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	472.822.908,00	472.822.908,00	472.822.908,00	80.411.371,30	80.411.371,30	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	472.822.908,00	472.822.908,00	472.822.908,00	80.411.371,30	80.411.371,30	-
SUPERAVIT			2.096.247.437,45			-2.096.247.437,45

Fonte: SIAFI 2022

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	54001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	472.822.908,00	472.822.908,00	2.989.070.345,45	80.411.371,30	80.411.371,30	-2.096.247.437,45

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	55.579.424,00	-	-	55.579.424,00	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	55.579.424,00	-	-	55.579.424,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	55.579.424,00	-	-	55.579.424,00	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	726.055.843,25	-	-	726.055.843,25	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	726.055.843,25	-	-	726.055.843,25	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	726.055.843,25	-	-	726.055.843,25	-

Balanço Patrimonial

Tabela 71 – Balanço Patrimonial – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	858.411.785,52	1.175.950.240,93	PASSIVO CIRCULANTE	1.328.670.687,28	1.328.670.687,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	858.884.511,23	1.172.674.163,77	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	2.527.274,29	3.276.077,16	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	2.527.274,29	3.276.077,16	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.328.670.687,28	1.328.670.687,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.531.551.685,17	5.532.034.206,46	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.478.043.985,85	5.478.526.507,14	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	3.478.043.985,85	5.478.526.507,14	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.478.043.985,85	5.478.526.507,14	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	53.507.699,32	53.507.699,32	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	53.507.699,32	53.507.699,32	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	25.378.173,02	25.378.173,02	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	28.129.526,30	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.328.670.687,28	1.328.670.687,28
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	-	-	Resultados Acumulados	3.061.292.783,41	5.379.313.760,11
Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-2.318.020.978,70	-439.688.561,14
Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	5.379.313.760,11	5.819.002.321,25
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.061.292.783,41	5.379.313.760,11
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.389.963.475,09	6.707.984.447,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.389.963.475,09	6.707.984.447,39

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	858.884.511,23	1.172.674.163,77	PASSIVO FINANCEIRO	392.702.200,73	791.926.911,28
ATIVO PERMANENTE	3.534.078.959,46	5.535.310.283,62	PASSIVO PERMANENTE	1.328.379.943,25	602.324.100,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.668.881.246,71	5.323.734.336,11

QUADRO DE COMPENSAÇÕES


ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários	-		-
Recursos Vinculados	-		463.182.230,50
Previdência Social (RPPS)	-		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-		463.182.230,50
TOTAL	-		463.182.230,50

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 72 – Demonstração das Variações Patrimoniais – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$)

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.651.699.595,37	489.661.396,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	430.625.117,03	287.880.863,16
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	306.637.936,67	133.627.200,12
Juros e Encargos de Mora	130.705,61	74,54
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	123.856.474,55	154.053.588,50
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.164.271.945,38	120.816.622,87
Transferências Intragovernamentais	4.164.271.945,38	120.816.622,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Resvalação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	56.802.532,96	80.963.910,85
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	25.350.007,89	-66.713.353,45
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Fonte: SIAFI 2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	31.452.525,07	147.677.264,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.969.720.572,07	929.349.958,02
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patrimoniais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.969.720.572,07	929.349.958,02
Transferências Intergovernamentais	6.969.720.572,07	929.349.958,02
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.318.020.976,70	-439.688.561,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021

Disponibilidade

Tabela 73 – Balanço Financeiro – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETURMETUR

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	2.569.070.345,45	437.879.011,15	Despesas Orçamentárias	472.822.908,00	55.579.424,00
Ordinárias	2.809.027.602,10	6.552.215,27	Ordinárias	-	-
Vinculadas	2.200.980.819,99	431.326.795,88	Vinculadas	472.822.908,00	55.579.424,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.200.980.819,99	431.326.795,88	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	472.822.908,00	55.579.424,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.440.938.076,64	-			
Transferências Financeiras Recebidas	4.164.271.945,38	120.816.622,87	Transferências Financeiras Concedidas	6.969.720.572,07	929.349.958,02
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	726.055.843,25	602.324.100,00
Independentes da Execução Orçamentária	4.164.271.945,38	120.816.622,87	Repasses Devolvidos	726.055.843,25	602.324.100,00
Demais Transferências Recebidas	0,88	-	Independentes da Execução Orçamentária	6.243.664.728,82	327.025.858,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.164.271.944,50	120.816.622,87	Demais Transferências Concedidas	390.748.152,00	199.657.019,88
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.852.916.576,82	127.368.838,14
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	392.411.536,70	55.579.424,00	Pagamentos Extraorçamentários	-	626.614.470,76
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	626.614.470,76
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	392.411.536,70	55.579.424,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	1.172.674.163,77	2.169.942.958,53	Saldo para o Exercício Seguinte	855.884.511,23	1.172.674.163,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.172.674.163,77	2.169.942.958,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	855.884.511,23	1.172.674.163,77
TOTAL	8.298.427.991,30	2.784.218.016,55	TOTAL	8.298.427.991,30	2.784.218.016,55

Fonte: SIAFI 2022

4.2.3 Notas Explicativas às demonstrações contábeis do Fungetur, em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.949, de 17 de junho de 2009, e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

Nota Explicativa - Balanço Orçamentário

O orçamento aprovado para o exercício de 2022 foi no montante de R\$ 472.822.908,00. A arrecadação da receita corrente totalizou o valor de R\$ 2.166.422.290,26, sendo 78% desse total refere-se à restituição do crédito extraordinário realizada pelas instituições financeiras que fora destinada ao Tesouro Nacional, enquanto a arrecadação da receita de capital foi no valor total de R\$

402.648.055,19.

Foi inscrito em restos a pagar não processados o valor correspondente a R\$ 392.411.536,70, já o total da despesa liquidada e paga foi de R\$ 80.411.371,30, em favor das instituições financeiras credenciadas e contratadas pelo Fungetur, aptas a operarem os recursos destinados a financiamentos no setor turístico.

Nota Explicativa - Balanço Patrimonial

As contas patrimoniais de relevância são demonstradas abaixo:

A conta contábil 1.2.2.1.1.01.01 – Participações em empresas (MEP) representa os investimentos em que o Fungetur tem influência significativa, referente ao montante de R\$ 25.378.173,02.

A conta contábil 1.2.2.1.1.02.01 – Participações em empresas (CUSTOS) representa as demais participações do Fungetur, em que o investimento não tem influência significativa, a conta apresenta a monta de R\$ 28.129.526,30.

O Superávit Financeiro do exercício de 2022 registrou o total de R\$ 463.182.230,50, o que representou aumento na ordem de 18% em relação ao ano anterior.

Nota Explicativa - Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), exigida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado. O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi impactado fortemente pela devolução de numerário aos cofres da União, em cumprimento a decisão exarada no Acórdão nº 2059/2022 - TCU - Plenário, que contém a análise de mérito das razões recursais de reexame interposto por este Ministério do Turismo em face do Acórdão 709/2022-TCU-Plenário, que determinou o cancelamento dos restos a pagar oriundos dos créditos extraordinários e o saldo de recursos do crédito extraordinário que não tinham sido destinados a financiamentos com mutuários, o que resultou no exercício de 2022 o total de R\$ 2.414.700.475,57, demonstrando dessa forma o resultado patrimonial deficitário no valor de R\$ 2.318.020.976,70.

Nota Explicativa – Disponibilidade

O exercício de 2023 inicia com a disponibilidade de R\$ 855.884.511,23, que deverá ser utilizada para honrar o pagamento dos restos a pagar não processados a liquidar inscritos em 2022, no montante de R\$ 392.411.536,70 e para executar o orçamento do ano de 2023.

SIGLÁRIO

AC – Acre

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADIT Brasil - Associação de Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno

Ancine – Agência Nacional de Cinema

ANSEEDITUR - Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo

APEXBrasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

APF – Administração Pública Federal

API – Application Programming Interface (Interface de Programação de Aplicação)

App – Application (Aplicação)

ASCOM – Assessoria Especial de Comunicação

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BA – Bahia

BDB - Biblioteca Demonstrativa do Brasil Maria da Conceição Moreira Salles

BF - Balanço Financeiro

BIF - Brasil Investment Forum

BIMT - Boletim de Inteligência Mercadológica do Turismo

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

CAA - Comissão de Acompanhamento e Avaliação

CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CADIN – Cadastro Informativo de Débitos não Quitados do Setor Público Federal

CAGED – Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados

CCCad - Comitê Consultivo do Cadastur

CCONT - Coordenação de Contabilidade e Custos

CCT – Convenções Coletivas de Trabalho

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CECIC - Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMTur – Comissão de Ética do Ministério do Turismo

CERLALC - Comitê Executivo do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe

CESI – Comissão Especial de Sistemas de Informação

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CFNC – Comissão do Fundo Nacional de Cultura

CGCPT - Coordenação - Geral de Fiscalização e Combate à Pirataria

CGCRED - Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito

CGDI – Coordenação-Geral de Dados e Informações

CGDSI – Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação

CGEOF – Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

CGFET - Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos

CGLC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

CGOFC - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CGRC – Comitê de Governança, Riscos e Controle

CGTR – Coordenação-Geral de Turismo Responsável

CGU – Controladoria-Geral da União

CIFAT – Conselho Interministerial de Facilitação Turística

CITSmart – Solução da Central IT para integração de sistemas

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNC - Conselho Nacional de Cultura

CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNT – Conselho Nacional de Turismo

COA – Comissão de Orientação, Avaliação e Acompanhamento

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

COI - Comissão Oceanográfica Intergovernamental

Condecine – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

CONDESAUD - Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor

CONNECTAIF - Código de Conduta no evento

CONJUR – Consultoria Jurídica

COREG – Corregedoria

Covid – Coronavirus disease (doença do coronavírus)

CPAGC - Comissão Permanente para o aperfeiçoamento da Gestão Coletiva

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPLP - Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPS - Contratos de prestação de serviços

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CSC – Conselho Superior de Cinema

CTAv – Centro Técnico Audiovisual

CTCCB - Conselho Técnico Consultivo da Cinemateca Brasileira

DAS – Direção e Assessoramento Superiores

DCON – Demonstrações Contábeis

DEA – Despesa de Exercícios Anteriores

DEDIC - Departamento de Promoção da Diversidade Cultural

DF – Distrito Federal

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFDIR/CGPCT – Departamento de Fomento Direto/Coordenação-Geral de Prestação de Contas

DIETU – Departamento de Infraestrutura Turística

DIMEC – Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo

DLP – Data Loss Prevention (Prevenção de Perda de Dados)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOU – Diário Oficial da União

DPF – Departamento de Polícia Federal

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DTI - Destinos Turísticos Inteligentes

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

e-Agendas – Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal

ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

ECPAT - End Child Prostitution And Trafficking

ECTs - Expressões culturais tradicionais

EGD – Estratégia de Governo Digital

EGT – Evento Gerador de Tarifa

e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ENPI - Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

e-PAD / CGU-PAD / CGU-PJ – Sistemas de Gestão de Processos Disciplinares

e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico

e-Praças – Sistema de Transparência e Divulgação das Pracinhas da Cultura

ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

ESEP - Especializados em Segurança de Embarcações de Passageiros

ETIR – Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos

ETP – Estudos Técnicos Preliminares

Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e do Acesso à Informação

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FCP – Fundação Cultural Palmares

FCPE – Função Comissionada do Poder Executivo

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FENAGTUR - Federação Nacional de Guias de Turismo

FEP - Fundo de Estruturação de Projetos

FESTURIS - Festival de Turismo de Gramado

FIC - Formação Inicial e Continuada

FLACSO - Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais

FNC – Fundo Nacional de Cultura

FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hóspedes

FSA – Fundo Setorial do Audiovisual

Funarte – Fundação Nacional de Artes

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

Funpec - Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

GDAC – Gratificação de Desempenho de Atividades Culturais

GESPRO – Sistema de Gestão de Processos

GESTCOM – Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional da Universidade Federal do Pará

GM – Gabinete do(a) Ministro(a)

GND – Grupo de Natureza de Despesa

GO - Goiás

GOV.BR – Portal Único do Governo Federal

GPWeb – software para gerenciamento de projetos/portfólios

GRC – Gestor de Riscos e Controles

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

GT - Grupo Técnico

IBERBIBLIOTECAS - Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICF - Instituto Ciudades del Futuro

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras

IFB - Instituto Federal de Brasília

IGC (em inglês) - Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore

IGRs - Interlocutores estaduais e instâncias de governança regionais

IN – Instrução Normativa

INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

InfoConv – Sistema de Informações para Convenientes

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPSAS – International Public Sector Accounting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público)

IR – Imposto de Renda

IRPF – Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

ITIC - International Tourism & Investment Conference

LabTrans - Laboratório de Transporte e Logística

LAI – Lei de Acesso à Informação

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MA – Maranhão

MAC - Marinheiro Auxiliar de Convés

MC – Ministério da Cidadania

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

ME – Ministério da Economia

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

MG – Minas Gerais

MGP-TI – Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação

MICBR - Mercado das Indústrias Criativas do Brasil

MinC – Ministério da Cultura

MIPIM - Le Marché International des Professionnels de L’immobilier

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MONDIACULT - Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável

MP – Ministério do Planejamento

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPU – Ministério Público da União

MS - Ministério da Saúde

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTur – Ministério do Turismo

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBCT SP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público

NE – Nota de Empenho

NG – Núcleo de Governança

NUP – Número Único de Protocolo

OBEC - Observatório da Economia Criativa

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OE – Objetivo Estratégico

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

OGU – Orçamento Geral da União

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da sociedade civil

OTRS – Open-Source Ticket Request System (Sistema Livre de Requisições de Chamados)

OUV – Ouvidoria

PA - Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PAV - Ponto de Apoio ao Viajante

PCP - Procedimento Contábil Patrimonial

PDA – Plano de Dados Abertos

PDMCT - Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turísticas

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PE – Pernambuco

PEA – Plataforma de Engajamento e Aprendizagem

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEM - Planejamento Espacial Marinho

PGD – Plano de Gestão e Desempenho

PGTur – Plataforma de Gestão do Turismo

PI - Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PIT – Portal de Investimentos do Turismo

PL - Projeto de Lei

PMN - Política Marítima Nacional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNC – Plano Nacional de Cultura

PNLE - Política Nacional de Leitura e Escrita

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura

PNM – Política Nacional de Museus

PNT – Plano Nacional de Turismo

POC – Prova de Conceito

POSIN – Política de Segurança da Informação

PPA – Plano Plurianual

PPT - Presidência Pro Tempore

PR - Paraná

PRODOC - Projeto de Apoio à Cooperação Técnica do PNUD Brasil na Área de Direitos Humanos e Justiça

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

PSS – Plano de Seguridade Social

PTD – Plano de Transformação Digital

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RAP – Restos a Pagar

RBCC - Rede Brasileira de Cidades Criativas

RedeTrilhas - Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade

REGIC – Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RJ – Rio de Janeiro

RMA - Relatório de Movimentação do Almoxarifado

RMB - Relatório de Movimentação de Bens Móveis

RP – Resultado Primário

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RS – Rio Grande do Sul

RSFNC – Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

RSMTur – Recursos sob Supervisão do Ministério do Turismo

S.A – Sociedade Anônima

SAAN – Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

Sac - Sociedade Amigos da Cinemateca

SALIC – Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura

SAP/PR – Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

SC – Santa Catarina

SCCR (em inglês) - Comitê Permanente sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos

SCDE – Sistema de Controle de Demandas Externas

SDAI - Secretário de Direitos Autorais e Intelectuais

SE – Secretaria-Executiva

SE – Sergipe

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECDEC – Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural

SECIRM - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

SECULT – Secretaria Especial de Cultura

SEDEC – Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural

SEFIC – Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

SEGES – Secretaria de Gestão

SEGITTUR - Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas

SEGTUR - Fórum de Segurança Turística

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SELIC – Taxa básica de juros

SEME – Secretaria Especial de Modernização do Estado

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SG/PR - Secretaria Geral da Presidência da República

SGD – Secretaria de Governo Digital

SGE – Subsecretaria de Gestão Estratégica

SGFT – Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências

SGR – Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIG - Sistema de Informações Geográficas do Brasil

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SISAGM – Sistema responsável de registro e organização de convites e solicitações de audiências direcionadas ao Ministro de Estado

SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SLTI/MP – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento

SNAIC – Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões

SNAV - Secretaria Nacional do Audiovisual

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNDAPI – Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

SNDTur – Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

SNINFRA – Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística

SNPTur – Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo

SNRHos – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes

SP - São Paulo

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SSA – Serviço Social Autônomo

SSL – Secure Sockets Layer (Camada de Soquete Seguro)

STF – Supremo Tribunal Federal

STI/MP – Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento

STII - Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TáxiGov – Serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal

TCC - Termo de Compromisso Cultural

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TO – Tocantins

TPR, em inglês - Revisão de Política Comercial

UC – Unidade de Conservação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UG – Unidade Gestora

UGI – Unidade de Gestão de Integridade

UnB - Universidade de Brasília

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas

WPPT, em inglês - Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre Interpretações e Fonogramas

WTM - World Travel Market London

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1: Referenciais Estratégicos.....	10
Figura 2: Organograma.....	11
Figura 3: O modelo de governança do MTur.....	17
Figura 4: Cadeia de Valor do MTur.....	21
Figura 5: Temas priorizados em 2022.....	23
Figura 6: Mapa estratégico.....	24
Figura 7: Valores do Serviço Público Federal.....	28
Figura 8: Total de manifestações tratadas, arquivadas ou em tratamento, por situação, pela Ouvidoria MTur, em 2022.....	35
Figura 9: Página inicial dos Painéis do Observatório Nacional de Turismo.....	40
Figura 10: Página do novo painel de Estimativas de chegadas de turistas internacionais ao Brasil.....	41
Figura 11: Página inicial do Observatório Nacional de Turismo.....	42
Figura 12: Páginas do Boletim Mensal Radar do Turismo.....	43
Figura 13: Página do Ministério do Turismo no domínio de Serviços do GOV.BR..	44
Figura 14: Imagens dos Boletins do Turismo Doméstico Brasileiro, edições de 22 e 2021.....	46
Figura 15: Turismo Náutico.....	51
Figura 16: Artes Midiáticas.....	52
Figura 17 : Campanha – “Vai ter Pescaria, Sim”	53
Figura 18 - Parques Nacionais.....	63
Figura 19 – Aplicativo NAVSEG.....	64
Figura 20 – Emendas Secretaria de Desenvolvimento Cultural.....	87
Figura 21 – Selo Responsável.....	95
Figura 22 – Código de Conduta.....	95
Figura 23 - Portal de Investimentos.....	102
Figura 24: Instituições financeiras credenciadas ao Fungetur.....	104
Figura 25 - Ferramental de Governança de TIC.....	140
Figura 26 - Estrutura de Governança e Gestão.....	141
Figura 27 – Atendimentos ao usuário.....	144
Figura 28 – Chamados por nível de serviço.....	145
Figura 29 – Percentual de Ticket por Sistemas.....	147
Figura 30 - Chamados unitários por Sistemas.....	148
Figura 31 - Pontos de função estimados.....	149
 Tabela 01 – Macroprocessos x Objetivos Estratégicos.....	 24
Tabela 02. Quadro comparativo por exercício, Planos concluídos.....	57
Tabela 03. Produtos aprovados por estado, ano 2022.....	58
Tabela 04 – Resumo da Quantidade de Propostas de Trabalho de Infraestrutura Turística - MTur 2022.....	70
Tabela 05 – Relação de projetos apoiados (mais relevantes).....	71

Tabela 06 – Resumo De Despesas Com Cobrança De Egt Da Mandatária.....	73
Tabela 07 – Relação de Convênios em Execução.....	74
Tabela 08 – Relação de Termos de Execução Descentralização em execução.	75
Tabela 09 – Programação Supervisão De Obras 2022.....	79
Tabela 10 – Pratinhas entregues em 2022, pelo MTur.....	87
Tabela 11 – Eventos Nacionais.....	89
Tabela 12 - Patrocínios.....	90
Tabela 13 – Taxas e Prazos FUNGETUR.....	105
Tabela 14 – Distribuição por resultado primário.....	110
Tabela 15 – Execução Orçamentária por resultado primário.....	110
Tabela 16 – Execução por Grupo de Despesa (em milhões R\$).....	114
Tabela 17 – Valores pagos referentes à pessoal e encargos sociais por elemento de despesa.....	114
Tabela 18 – Valores pagos referentes a despesas correntes por elemento de despesa.....	115
Tabela 19 – Valores pagos referentes a despesas de investimentos por elemento de despesa.....	115
Tabela 20 – Valores empenhados por ação orçamentária.....	118
Tabela 21 – Valores empenhados por ação orçamentária - Despesas Correntes.....	120
Tabela 22 – Valores empenhados por ação orçamentária – Despesas Investimentos.....	120
Tabela 23 - Licitações Realizadas por Modalidade em 2022.....	126
Tabela 24 – Contratos no exercício.....	126
Tabela 25 – Sanções Contratuais aplicadas.....	126
Tabela 26 – Contratações.....	128
Tabela 27 - Principais critérios de sustentabilidade nas contratações em 2022.....	131
Tabela 28 - Distribuição da força de trabalho, em 2022.....	134
Tabela 29 -Detalhamento da despesa de pessoal do MTur, 2018-2022.....	142
Tabela 30 - Legislação relacionada à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	144
Tabela 31 - Valores dos contratos de TIC executados em 2022.....	144
Tabela 32 – Registros de atendimentos por sistema/portal.....	149
Tabela 33 – Pontos de função por sistema.....	151
Tabela 34 - Total da Execução Orçamentária efetuada pelo MTur em 2022.....	156
Tabela 35 - Total da Execução Orçamentária efetuada pelo MTur em 2022.....	159
Tabela 36 - Total da Execução Financeira efetuada pelo MTur em 2022.....	160
Tabela 37 – Recursos solicitados.....	164
Tabela 38 - Total da Execução Financeira 2022.....	164
Tabela 39 – Execução dos empenhos em 2022.....	166
Tabela 40 - Pratinhas entregues em 2022, pelo MTur.....	167
Tabela 41 – Convênios aguardando liberação dos recursos financeiros e início da execução dos projetos.....	169
Tabela 42 - Convênios celebrados com entes públicos em 2022.....	170

Tabela 43 - Participações institucionais e patrocínios de 2022	Tabela 44
-Resumo da Quantidade de Propostas de Trabalho de Infraestrutura	
Turística - MTur 2022.....	170
Tabela 45 - Relação de projetos apoiados (mais relevantes).....	172
Tabela 46 – Resumo de despesas com cobrança de EGT da mandatária.....	173
Tabela 47 – Relação de Convênios em Execução.....	175
Tabela 48 – Relação de Termos de Execução Descentralização em execução...175	
Tabela 49 – Programação Supervisão de obras em 2022.....	173
Tabela 50 – Unidades Gestoras – UG.....	177
Tabela 51 – Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Ativos, em 2021 e 2022 (R\$).....	183
Tabela 52 – Quadro Principal: Balança Patrimonial do MTur, Passivo e Patrimônio Líquido, em 2021 e 2022 (R\$).....	183
Tabela 53 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	184
Tabela 54 – Quadro das Contas de Compensação do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	184
Tabela 55 – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do MTur, em 2022 (R\$)...184	
Tabela 56 – Demonstrações das Variações Patrimoniais do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	185
Tabela 57 – Balanço Orçamentário – Receita do MTur, em 2022.....	185
Tabela 58 – Balanço Orçamentário – Despesas do MTur, em 2022 (R\$).....	186
Tabela 59 – Quadro da execução de Restos a Pagar Não Processados pelo MTur, em 2022 (R\$).....	186
Tabela 60 – Quadro da execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados pelo MTur, em 2022 (R\$).....	187
Tabela 61 – Balanço Financeiro – Ingressos, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$)....	187
Tabela 62 – Balanço Financeiro – Dispêndios, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).188	
Tabela 63 – Demonstração de Fluxo de Caixa, no MTur, em 2021 e 2022 (R\$).189	
Tabela 64 – Procedimento Contábil Patrimonial (PCP).....	193
Tabela 65 – Caixa e Equivalentes de Caixa do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	196
Tabela 66 – Demais créditos e valores a curto prazo do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	196
Tabela 67 – Almoxarifado do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	197
Tabela 68 – Créditos a Receber Longo Prazo pelo MTur, em 2021 e 2022 (R\$).198	
Tabela 69 – Imobilizado, do MTur, em 2021 e 2022 (R\$).....	198
Tabela 70 – Balanço Orçamentário – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$).....	202
Tabela 71 – Balanço Patrimonial – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$).....	203
Tabela 72 – Demonstração das Variações Patrimoniais – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$).....	205
Tabela 73 – Balanço Financeiro – UG 187002 Fungetur, 2022 (R\$).....	206
Gráfico 1 – Distribuição das demandas provenientes de órgãos de controle direcionadas ao MTur em 2022, por órgão demandante, inseridas no SCDE.....	29

Gráfico 2 – Total de manifestações tratadas e pedidos de acesso à informação respondidos pela Ouvidoria MTur, em 2022.....	34
Gráfico 3 – Quantidade de manifestações recepcionadas, por tipo e quantitativo, em 2022 (consideradas somente manifestações respondidas e em tratamento).....	36
Gráfico 4: Tipos de respostas aos pedidos de acesso à informação.....	37
Gráfico 5: Dados Gerais SIC, sobre o cumprimento de prazo de resposta ao cidadão.....	38
Gráfico 6: Motivos do acesso negado ou do acesso parcial às informações - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - MTur 2022.....	38
Gráfico 7: Recursos apresentados ao MTur, por instância de decisão, em 2022.....	39
Gráfico 8: Número de Cadastros (Cadastur).....	58
Gráfico 9: Categorização – Mapa do Turismo.....	69
Gráfico 10 - Desembolsos por estado em 2022 - todas fases de execução.....	78
Gráfico 11 - Recursos do Fungetur contratados por ano (valores em R\$ milhões).....	111
Gráfico 12 Número de operações do Fungetur contratadas por ano (quantidade).....	112
Gráfico 13 – Número de empregos gerados/mantidos por ano (quantidade).....	112
Gráfico 14 – Execução Financeira do MTur em 2022 (em milhões R\$).....	116
Gráfico 15 – Percentual de Execução Orçamentaria do MTur.....	118
Gráfico 16 – Execução Financeira do MTur (em milhões R\$).....	118
Gráfico 17 – Dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$).....	121
Gráfico 18 – Valores empenhados por ação orçamentária (em milhões R\$).....	122
Gráfico 19 – Valores relativos à dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$).....	122
Gráfico 20 – Valores relativos à dotação, empenhos e pagamentos em 2022 (em milhões R\$).....	124
Gráfico 21 – Detalhamento dos restos a pagar em 2022 (em bilhões R\$).....	126
Gráfico 22 – Restos a pagar cancelados em 2022 (em milhões R\$).....	126
Gráfico 23 – Restos a pagar pagos em 2022 (em milhões R\$).....	127
Gráfico 24 – Quantitativo de obras concluídas por estado em 2022.....	178
Gráfico 25 – Desembolsos por estado em 2022 - todas fases de execução.....	178
Gráfico 26 – Composição dos Bens Móveis Localizados no MTur, 2022 (%).....	209